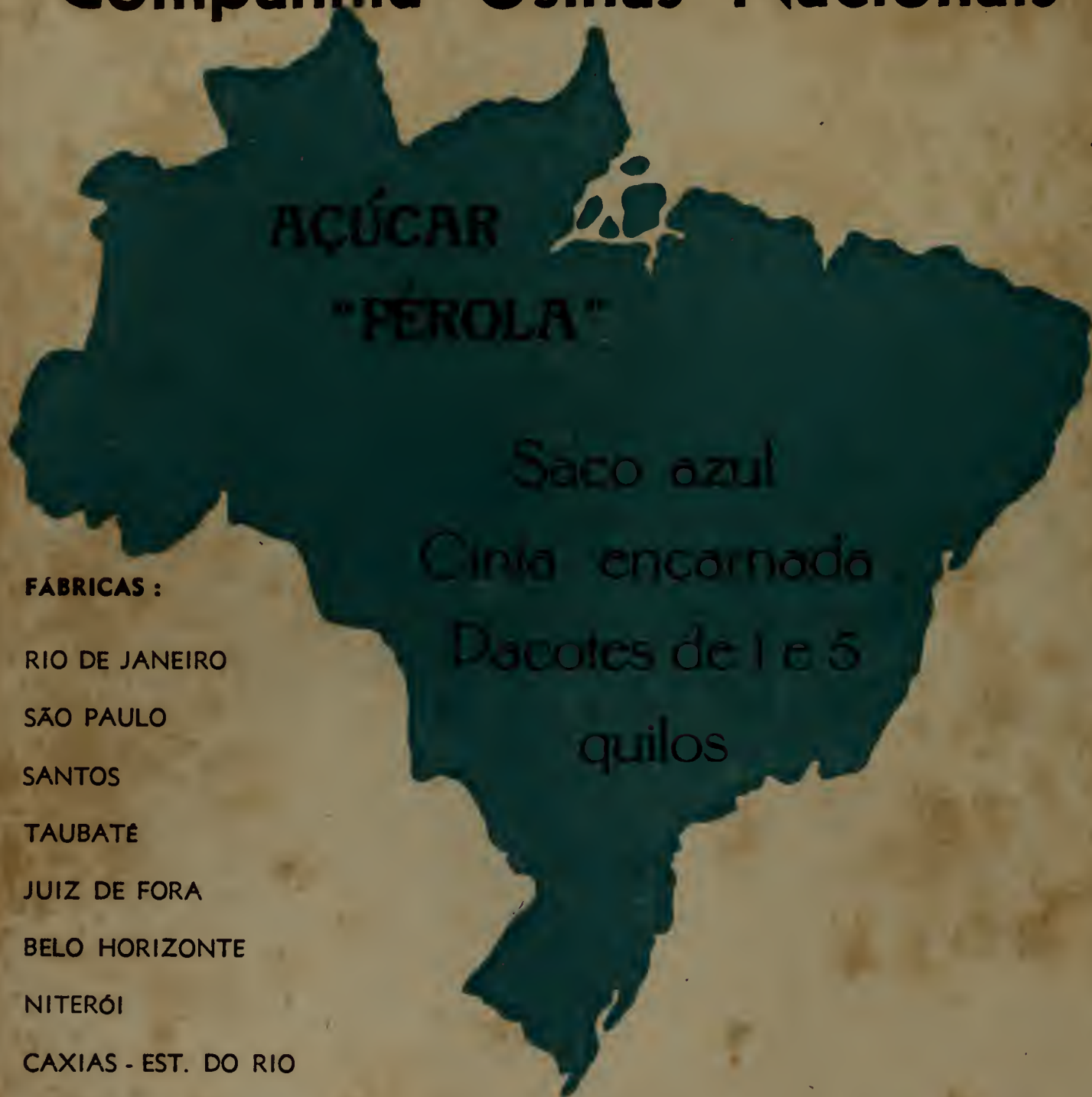




# Companhia Usinas Nacionais



**FÁBRICAS :**

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO

SANTOS

TAUBATÉ

JUIZ DE FORA

BELO HORIZONTE

NITERÓI

CAXIAS - EST. DO RIO

ENTRE RIOS " "

SEDE :

**RUA PEDRO ALVES, 319**

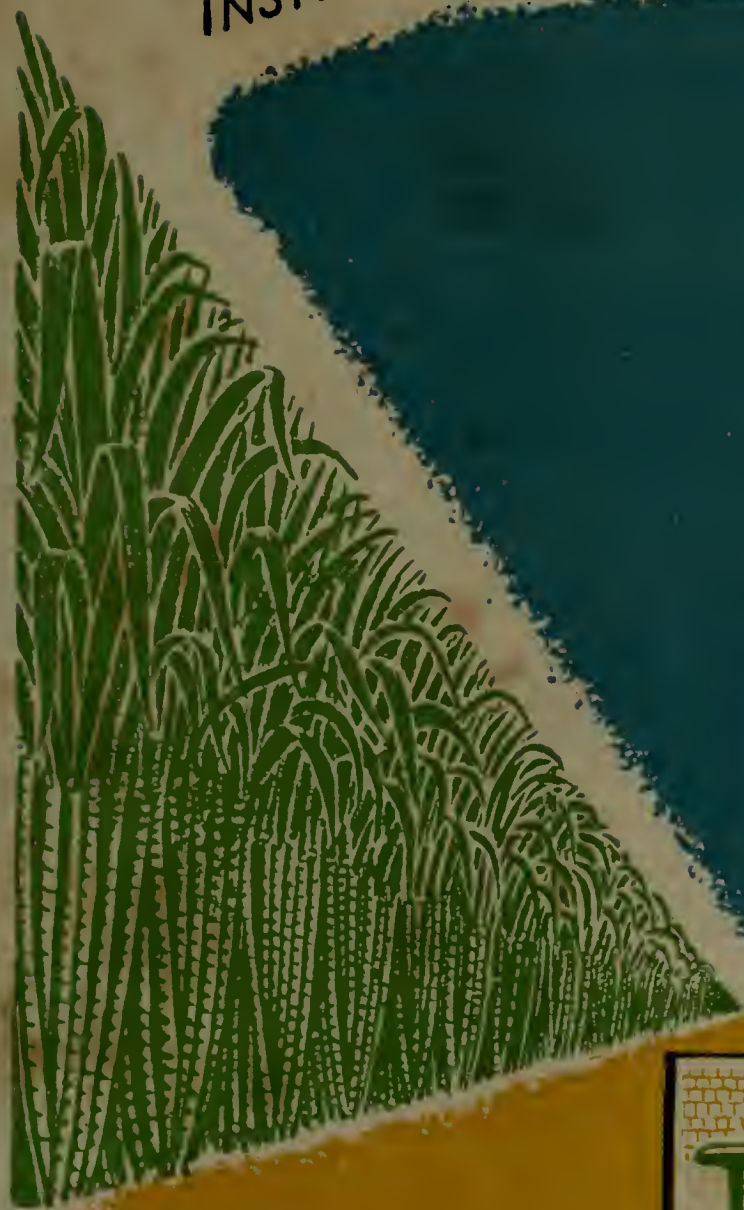
**TELEGRAMAS "USINAS"**

**TELEFONE 43-4830**

**RIO DE JANEIRO**



INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL



Paulo Weneck

**BRASIL**

**AÇUCAREIRO**

ANO XIII — VOL. XXVI

SETEMBRO — 1945

N.º 3



# INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

CRIADO PELO DECRETO N.º 22.789, DE 1.º DE JUNHO DE 1933

Expediente : de 12 às 18 horas  
Aos sábados : de 9 às 12 horas

## COMISSÃO EXECUTIVA

A. J. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente — Delegado do Banco do Brasil  
Alberto de Andrade Queiroz — Delegado do Ministério da Fazenda  
Alvaro Simões Lopes — Delegado do Ministério da Agricultura  
José de Castro Azevedo — Delegado do Ministério da Viação  
Otavio Milanez — Delegado do Ministério do Trabalho

Alfredo de Maya

Antônio Corrêa Meyer

José Rufino Bezerra Cavalcanti

José Carlos Pereira Pinto

} Representantes dos usineiros

Moacir Soares Pereira — Representante dos banguzeiros

Aderbal Carneiro Novais

Cassiano Pinheiro Maciel

Joaquim Alberto Brito Pinto

} Representantes dos fornecedores

## S U P L E N T E S

Arnaldo Pereira de Oliveira

Gustavo Fernandes Lima

João Carlos Belo Lisboa

Luis Dias Rollemberg

} Representantes dos usineiros

Manuel Neto Carneiro Campelo Junior — Representante dos banguzeiros

João de Lima Teixeira

João Soares Palmeira

José Pinheiro Brandão

} Representantes dos fornecedores

Sede : PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42

RIO DE JANEIRO — Caixa Postal 420 — Enderço telegráfico: — COMDECAR

**Fones** { Alcool-Motor, 43-5079 e 23-2999; Assistência à Produção, 23-6192;  
Caixa, 23-2400; Comissão Executiva, 23-4585; Comunicações, 43-8161 e  
23-0796; Contadoria, 23-6250; Estatística, 43-6343; Estudos Econômicos,  
43-9717; Fiscalização, 23-6251; Gabinete da Presidência, 23-2935; Ge-  
rência, 23-5189; Jurídica, 23-6161; Material, 23-6253; Mecanografia,  
23-4133; Pessoal, 43-6109; Portaria, 43-7526; Presidência, 23-6249;  
Publicidade, 23-6252; Restaurante, 23-0313; Serviço do Alcool, 43-3798;  
Serviço Médico, 43-7208; Técnico Industrial, 43-6539.

Depósito de álcool-motor — Avenida Venezuela, 98 — Tel. 43-4099.

Seção Técnica — Avenida Venezuela, 82 — Tel. 43-5297.

## DELEGACIAS REGIONAIS NOS ESTADOS

Enderço telegráfico: SATELÇUCAR

ALAGOAS — Rua Sá e Albuquerque, 426 — Maceió

BAHIA — Rua Miguel Calmon, 18-2.º and. — Salvador

MINAS GERAIS — Palacete Brasil — Av. Afonso Pena — Belo Horizonte

PARAÍBA — Praça Antenor Navarro, 36/50 — 2.º and. — João Pessoa

PERNAMBUCO — Av. Marquês de Olinda, 58-1.º and. — Recife

RIO DE JANEIRO — Edifício Lizandro — Praça São Salvador — Campos

SÃO PAULO — Rua 15 de Novembro, 228-3.º and., sala 301/309 — São Paulo

SERGIPE — Avenida Rio Branco, 92-1.º and. — Aracaju

## DISTILARIAS CENTRAIS

DO ESTADO DA BAHIA — Santo Amaro — End. telegráfico: DICENBA,  
SANTO AMARO.

DO ESTADO DE MINAS GERAIS — Ponte Nova (E. F. Leopoldina) — Caixa  
postal, 60 — End. telegráfico: — DICENOVA, PONTE NOVA.

DO ESTADO DE PERNAMBUCO — Distilaria Presidente Vargas — Cabo —  
(E. F. Great Western) — Caixa postal, 97 — Recife. — End. telegráfico:  
DICENPER, RECIFE.

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — Estação de Martins Lage — (E. F. Leo-  
poldina) — Caixa postal, 102 — Campos. — End. telegráfico: DICENRIO,  
CAMPOS — Fone — Martins Loge, 5.

DO ESTADO DE SÃO PAULO — Distilaria Ubirama — Ubirama — Fone, 35 —  
End. telegráfico: DICENÇÓIS, UBIRAMA.

# BRASIL AÇUCAREIRO

ORGAO OFICIAL DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Registrado, com o n.º 7.626, em 17-10-934, no 3.º Ofício do Registro de  
Títulos e Documentos e no D. N. I.

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42 - 9.º pav.

TELEFONE 23-6252 — CAIXA POSTAL 420

DIRETOR — Miguel Costa Filho.

Redator principal — Joaquim de Melo.

Redatores — Adrião Caminha Filho, José de Oliveira Leite, Renato Vieira  
de Melo e João Antônio Mesplé.

Assinatura (anual), para o Brasil . . . . .	Cr\$ 25,00
Assinatura (anual), para o exterior . . . . .	Cr\$ 35,00
Número avulso (do mês) . . . . .	Cr\$ 3,00

Vendem-se coleções a partir do 4.º volume, encadernadas, por semestre,  
excetuando-se os 6.º e 7.º volumes. Vende-se também o número especial  
com o índice alfabético e remissivo do 1.º ao 13.º volume.

As remessas de valores, vales postais, etc., devem ser feitas ao Instituto do  
Açúcar e do Alcool e não a BRASIL AÇUCAREIRO ou nomes individuais.

Pede-se permuta.

We ask for exchange.

On demande l'échange.

Pidese permuta.

## AGENTES :

OTAVIO DE MORAIS — Rua da Alfândega, 35 — Recife — Pernambuco

HEITOR PORTO & C.ª - Caixa Postal, 235 - Porto Alegre - Rio Grande do Sul



# SUMÁRIO

SETEMBRO — 1945

POLÍTICA AÇUCAREIRA . . . . .	3
DIVERSAS NOTAS — Tabelamento da cana — Problema açucareiro do Norte — Quota do Distrito Federal — Para a instalação de usinas no Peru — Açúcar para a França — Distribuição de álcool — Salários dos trabalhadores — Solidariedade com a política açucareira . . . . .	4
CONVÊNIO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR . . . . .	9
RESOLUÇÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A. . . . .	10
ATAS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A. . . . .	20
ATOS DO PRESIDENTE DO I. A. A. . . . .	36
PESQUISAS CIENTÍFICAS SOBRE O AÇÚCAR . . . . .	40
A CRISE MUNDIAL DO AÇÚCAR — Barbosa Lima Sobrinho . . . . .	42
A SITUAÇÃO DO AÇÚCAR NO MUNDO . . . . .	44
A CRISE DE AÇÚCAR NOS ESTADOS-UNIDOS . . . . .	46
O PERU NA ECONOMIA AÇUCAREIRA MUNDIAL . . . . .	48
A REFINAÇÃO DO AÇÚCAR NO SUDOESTE DA CHINA — George W. Muller Jr. . . . .	50
VARIEDADES RESISTENTE À BROCA . . . . .	52
CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL . . . . .	54
O MELAÇO NA CRIAÇÃO DO GADO . . . . .	58
PRODUÇÃO E MOVIMENTO DE ALCOOL NO MUNDO . . . . .	66
A Co 281 NA ÁFRICA DO SUL . . . . .	66
VELOCIDADE DA FERMENTAÇÃO ALCOÓLICA — Jaci Botelho . . . . .	68
“CONDIÇÕES DE VIDA DO TRABALHADOR NA AGRO-INDÚSTRIA DO AÇÚCAR” . . . . .	70
AGRICULTURA E ECONOMIA AÇUCAREIRA NO SÉCULO XVIII — José Honório Rodrigues . . . . .	72
O AÇÚCAR NOS PRIMÓRDIOS DO BRASIL COLONIAL — Basílio de Magalhães . . . . .	80
CULTURA MECÂNICA DA BETERRABA . . . . .	83
OS FAZENDEIROS DE CAMPOS, NO SÉCULO PASSADO — Alberto Lamego . . . . .	84
O MEIO GEOGRÁFICO DO AÇÚCAR EM ALAGOAS — Manuel Diéguas Júnior . . . . .	85
O AÇÚCAR ATRAVÉS DO PERIÓDICO “O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL” — Jerônimo de Viveiros . . . . .	89
DINHEIRO DE DONA VITÓRIA — Afonso Várzea . . . . .	91
PREÇOS DE AÇÚCAR . . . . .	94
FOLKLORE DO AÇÚCAR — Joaquim Ribeiro . . . . .	95
BÓCA DE FORNALHA — Ademar Vidal . . . . .	98
BIBLIOGRAFIA . . . . .	99
MÁQUINAS PARA A FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR . . . . .	100
COMENTÁRIOS DA IMPRENSA . . . . .	101
BALANCETE DO I. A. A. (Mês de julho de 1945) . . . . .	103
ORÇAMENTO DO I. A. A. (Posição em julho de 1945) . . . . .	106

# BRASIL AÇUCAREIRO

Órgão oficial do  
INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ANO XIII — VOL. XXVI

SETEMBRO — 1945

N.º 3

## POLÍTICA AÇUCAREIRA

Acaba de ser prorrogado, até 31 de dezembro de 1946, o Acôrdio Internacional do Açúcar, que regula a produção e a distribuição do produto no mundo. Como é sabido êste acôrdio fôra firmado inicialmente em 1937 com a duração de cinco anos. Posteriormente, vencido o prazo primitivo, foi o mesmo prorrogado sucessivamente, mediante protocolos adicionais. A última prorrogação determina a continuação da vigência do acôrdio, nas mesmas condições que vigoravam no ano passado.

O Embaixador Brasileiro em Londres, Sr. Moniz de Aragão, assinou pelo nosso País, na cerimônia à qual estiveram presentes Delegados de 12 nações. A fim de permitir novas adesões ao protocolo, ficou o mesmo aberto para receber assinaturas, no "Foreign Office", durante o mês de setembro.

A renovação do Acôrdio não causou maiores surpresas a quantos acompanham atentamente a evolução da política açucareira internacional. Embora se faça sentir no mundo grande carência do produto é evidente que os responsáveis pelo equilíbrio econômico da produção açucareira não se julgam em condições de autorizar ou sequer permitir um aumento indiscriminado da mesma ao simples influxo da procura acrescida. Isso pela razão muito simples de que, tão pronto fôsse satisfeita essa maior demanda, entraria a economia açucareira mundial em regime de superprodução, com o cortejo de conseqüências já conhecidas, por haverem sido experimentadas no período subsequente à primeira guerra mundial.

Esta evidência, que o ato agora realizado em Londres veio comprovar, tem a virtude de qualificar a política seguida pelo Instituto

do Açúcar e do Alcool, ao se não deixar impressionar pela grita de quantos desejariam fôsem rompidos, pelo nosso país, os compromissos assumidos nos quadros da economia açucareira internacional a fim de permitir uma produção indiscriminada, com vistas aos mercados exteriores. Êste aventureirismo econômico não poderia deixar de comprometer seriamente todo o nosso esforço dos últimos anos, visando alcançar o equilíbrio estatístico, graças ao qual a economia canavieira brasileira ressurgiu de uma crise que ameaçava aniquilar os seus tradicionais marcos.

Escrevendo, há alguns meses, sobre o mercado internacional do açúcar chamava o Sr. Barbosa Lima Sobrinho a atenção para o fato de não haverem sido alteradas as quotas do Acôrdio, muito embora a guerra houvesse determinado maior procura do produto. Isso "porque os técnicos, que estudam, no Conselho Internacional de Londres, os problemas do açúcar, à luz das melhores estatísticas e de uma experiência secular, não acharam que fôsse tão segura e inevitável a reação dos acontecimentos na produção e no consumo do açúcar".

Na oportunidade da reunião do Conselho Internacional de Londres, realizada há vários meses, o pensamento que prevaleceu foi o de que terminada a guerra, conviria perseverar na política de restrições do comércio internacional do açúcar, na base das quotas anteriores. Como se torna claro hoje, esta foi a tese vencedora e a última prorrogação do Acôrdio Internacional do Açúcar mostra que a prudente política seguida pelo Brasil foi, de fato, a única compatível com a realidade açucareira mundial.



## DIVERSAS NOTAS

### TABELAMENTO DA CANA

A Comissão Executiva do I. A. A. efetuou, a 19 de agosto último, uma sessão extraordinária a fim de ouvirem os seus membros a exposição do Sr. João Proença sobre os interesses de usineros e fornecedores fluminenses a respeito do pagamento de canas de fornecedores, perante a nova tabela de preços diferenciais. Foram convidados a comparecer à sessão o Sr. João Proença e vários representantes autorizados de ambas as classes. Achavam-se presentes, além do Sr. João Proença, os Srs. Julião Nogueira, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado do Rio e Dudley de Barros Barreto, representantes dos usineiros fluminenses, e os Srs. Serafim Saldanha, Presidente do Sindicato Agrícola de Campos, Antônio Maria de Azevedo, Roosevelt C. de Oliveira, Luís B. Tavares, Rui B. Gomes, Miguel M. do Rosário, Manuel P. Gançalves e Pedro Américo Corrêa, representantes dos fornecedores do Estado do Rio.

Em uma exposição sobre o assunto, o Presidente do I. A. A. reproduziu as considerações feitas na sessão anterior em que condicionava a reabertura do debate à manifestação unânime dos interessados, por seus legítimos representantes, no sentido de outra fórmula que conciliasse os interesses em causa.

Finalmente, o Sr. João Proença acentuou o caráter do memorial dos usineiros fluminenses e a reafirmação da atitude de seu delegado e da própria classe, conforme manifestações reiteradas.

Prosseguindo, declarou que, depois de entendimentos e discussões, foi possível chegar a um acôrdo plenamente satisfatório, mediante a fixação de um preço único para a cana do Estado do Rio, livre de deduções relativas a fretes, não sendo feitos, durante 3 safras, os descontos referentes às variedades do médio ou baixo teor e mantendo-se o desconto de 50 quilos por carro de cana, na forma da praxe tradicional.

Ouidos pelo Sr. Presidente, os Srs. Pereira Pinto, Joaquim Pinto, Julião Nogueira e Serafim Saldanha declararam concordar com essa fórmula.

Ressalvou o Sr. Joaquim Pinto entender que a manutenção da praxe do desconto de 50 quilos no pêso do carro de cana, seja nos precisos têrmos da lei n. 519, interpretação que é corroborada pelos Srs. representantes dos usineiros fluminenses.

O Sr. Pereira Pinto também salientou que votava pelo acôrdo, por uma questão de solidariedade com os produtores fluminenses, visto como é grandemente prejudicial o acôrdo aos interesses particulares de sua usina.

O Sr. Roosevelt C. de Oliveira pediu que qualquer rebaixamento de classificação das variedades de cana só figure três anos depois de determinado.

O Sr. Presidente, à vista dêsses pronunciamentos, sugeriu redigissem os interessados a fórmula final do acôrdo a ser realizado.

Os representantes das classes produtoras do Estado do Rio, apresentaram, então, a seguinte proposta de acôrdo:

“A Comissão de Indústrias do Açúcar do Estado do Rio de Janeiro, nomeada pelo respectivo Sindicato para levar à Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool o apêlo da classe para que seja restabelecido o preço único de cana, para tôdas as usinas, no Estado, assistida pelo Sr. Julião Nogueira, Presidente do Sindicato e pelo Sr. José Carlos Pereira Pinto, representante de Usineiros na Comissão Executiva, reunidos na sede do mesmo Instituto com a Comissão de lavradores, nomeada em assembléia do Sindicato Agrícola de Campos para solicitar a regulamentação do artigo 87 do Estatuto da Lavoura Canavieira, assistida pelo representante dos fornecedores de cana na Comissão Executiva, Sr. Joaquim Alberto de Brito Pinto, e pelo Sr. Serafim Saldanha, Presidente do Sindicato Agrícola de Campos, propõem à Comissão Executiva a homologação do acôrdo a que chegaram, nas seguintes condições:

1.º — O preço da cana, em todo o Estado do Rio de Janeiro, será de Cr\$ 112,00 (cento e doze cruzeiros) o carro de cana de mil e quinhentos quilos, livre de qualquer dedução relativa a fretes, sendo o preço do açúcar cristal na Usina



de Cr\$ 106,00 (cento e seis cruzeiros) o saco de 60 quilos.

2.º — Nas próximas três safras, inclusive a presente, não serão aplicados, no Estado do Rio de Janeiro, os descontos de que trata o § 1.º do art. 2.º da Resolução n. 109/45, relativos às variedades classificadas como de médio ou de baixo teor.

3.º — As variedades que forem classificadas pela Estação Experimental de Campos em categorias inferiores, desta data em diante, não sofrerão descontos em consequência dêsse fato, durante três safras a partir da data da reclassificação.

4.º — O desconto de 50 (cinquenta) quilos no pêso bruto do carro de cana continuará a ser feito na forma da praxe anterior.

5.º — O presente acôrdo abrange tôdas as canas fornecidas e por fornecer na presente safra.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1945.

— João Proença

— Dudley de Barros Barreto

— Julião Jorge Nogueira e outros”.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho consultou inicialmente a Comissão Executiva sôbre se homologava o acôrdo, para oportunamente ser estudado o modo de adaptá-lo à legislação vigente.

O Sr. Aderbal Novais pediu que o caso fôsse estudado com a maior atenção. Talvez a Comissão Executiva, juridicamente, não tenha poderes para impor o acôrdo à totalidade dos fornecedores fluminenses, porque já foi votada e publicada a Resolução sôbre o pagamento de canas. Se se trata de revogar essa Resolução, votará contra. Entretanto, ressalvado o seu ponto de vista, vota pela homologação do acôrdo.

O Sr. Moacir Soares Pereira também o homologou nas condições do voto do Sr. Aderbal Novais, acentuando, entretanto, que o fazia apenas em relação ao Estado do Rio.

O Sr. Cassiano Maciel, acentuando que o acôrdo derroga o princípio legal da unidade da tabela, acompanhou o voto dos Srs. Aderbal Novais e Moacir Pereira.

Os demais membros da Comissão Executiva aceitaram o acôrdo, que foi assim, considerado homologado, nos têrmos propostos pelo Presidente.

## PROBLEMAS AÇUCAREIROS DO NORTE

Na sessão realizada em 11 de julho último pela Comissão Executiva do I. A. A., o Sr. Barbosa Lima Sobrinho expôs os entendimentos que teve com as diversas associações de classe do Estado. Em reuniões, grandemente concorridas, discutiu com usinenros e fornecedores os problemas da atual política do açúcar, notando, desde logo, que não eram grandes as queixas ou reivindicações. Apenas uma usina alegou que seus fornecedores não cumpriram as respectivas obrigações, não preenchendo as quotas de cana que a lei lhe assegurava, assunto que será resolvido, oportunamente, mediante as medidas que o sindicato de classe julgar convenientes.

Aproveitou o momento para expor, franca e lealmente, os problemas decorrentes da escassez de açúcar, insistindo na conveniência de esforços maiores no sentido de ser aumentada a produção e de se reduzir o seu custo.

Descreveu o interêsse do Instituto no desenvolvimento da adubação, para o que sugeriu, como fórmula mais interessante, a designação de uma comissão que congregasse representantes das cooperativas dos usineiros e dos fornecedores. Essa comissão superintenderia os planos de adubação e seria assistida pelo técnico da Estação Experimental de Curado. De qualquer forma, não se deveria perder a oportunidade da época de plantio que se aproxima. Entendimentos posteriores com o Sr. Paulo Parisio, Secretário da Agricultura de Pernambuco, e com o Sr. Heitor Tavares, representante do Govêrno no Conselho Diretor da Estação de Curado, demonstraram que há o maior interêsse das autoridades governamentais na execução dêsse plano, bem como que não deverão faltar, no Estado, os elementos necessários à adubação. Reconheceu-se a necessidade de orientação técnica, sem a qual se comprometeria o plano em experiências empíricas, prejudiciais à sua perfeita realização.

Aos banguzeiros fêz sentir os aspectos atuais do problema do açúcar bruto. Devido às leis e resoluções que tornaram livre a produção do açúcar instantâneo no Sul do país, a colocação do açúcar bruto do Norte passará a ser precária. Insistiu, por isso, o Sr. Presidente, nas suas conferências em Recife, por que destinassem os banguzeiros, ao máximo, sua produção canavieira às fábricas de

açúcar cristal, pois que a escassez deste produto constitui ainda um problema, principalmente ante a falta de elementos para safiras regulares. Sugeriu também S. S.<sup>a</sup> a transformação de engenhos banguês em usinas, mediante a organização de cooperativas, para o que o Instituto se prontificava a pleitear e apressar as operações financeiras necessárias junto ao Banco do Brasil.

Referiu-se, em seguida, à grave crise de suprimento por que passa o Norte, assunto que também foi objeto dos entendimentos ali havidos. Deseja o Instituto encaminhar, ainda, para São Paulo, cerca de 37.000 sacos de açúcar, o que desfalcará grandemente os estoques de Pernambuco. De seu lado, outros Estados do Norte queixam-se reiteradamente da falta do produto. O próprio abastecimento local se tornaria difícil. Havendo, entretanto, em Pernambuco, ainda certa quantidade de açúcar demerara, aceitaram os usineiros a idéia do beneficiamento desse produto nas diferentes refinarias do Estado, o que se fará dentro em breve, de modo a acudir à situação do momento.

Acrescentou haver visitado também a Distilaria do Cabo, que encontrou em perfeita ordem. Estudou, então, *in loco*, o velho plano da fundação de uma escola profissional nas proximidades daquele estabelecimento, em terreno doado por tradicional família de usineiros pernambucanos. Verificou, entretanto, a dificuldade de sua execução, não só devido às condições insalubres do local, como também ao receio dos inconvenientes que acarretaria um empreendimento alheio às atividades do Instituto e aos avultados dispêndios que esse projeto traria. Em conversa com o Sr. Lucena Neiva, analisou, então, a possibilidade de um plano, realmente mais modesto, porém, mais exequível, que seria o do aproveitamento das oficinas da própria distilaria, para o aprendizado dos filhos dos operários e das famílias residentes nas proximidades. O plano está sendo elaborado e será, oportunamente, objeto de apreciação pela Comissão Executiva.

Esclareceu ainda o Sr. Barbosa Lima Sobrinho os motivos por que o Instituto deseja assegurar o suprimento de açúcar ao Sul do país, embora muitas vezes com relativo prejuízo para o consumidor do Norte.

Dos pronunciamentos que ouviu dos interessados, trouxe a impressão de que suas explicações foram acolhidas satisfatoriamente.

## QUOTA DO DISTRITO FEDERAL

Na sessão efetuada pela Comissão Executiva do I. A. A. a 14 de agosto último, o Sr. José Carlos Pereira Pinto, referindo-se ao empenho do Instituto em prover, normalmente, ao abastecimento de açúcar do Distrito Federal, demonstrando que não há falta do produto, chamou a atenção dos Srs. Delegados para um artigo do "Correio da Manhã" pretendendo provar exatamente o contrário. Pensava, por isso, que o I. A. A., devia publicar uma nota, esclarecendo, de maneira definitiva, o que ocorria. Realmente, até agora, mesmo durante o período de guerra, jamais a população desta cidade se viu privada de açúcar, talvez o único produto de que jamais houve falta.

O Sr. Presidente declarou já se achar redigida a nota que o Instituto divulgará por todos os jornais da cidade, explicando o que aconteceu. Não é possível entregar o produto em sacos de 60 quilos, porque os armazéns só o aceitam empacotados. Devido à greve dos operários da Cia. Usinas Nacionais e nas duas outras refinarias desta Capital e ao acúmulo do serviço nos dias posteriores, perdeu-se precioso tempo e atrasou-se o empacotamento. Não falta açúcar refinado, mas é demorado o acondicionamento, o que retardou a distribuição. Por isso mesmo, a Cia. Usinas Nacionais se aparelha para instalar mais duas seções de empacotamento, no novo edifício, em vias de conclusão.

Procedeu, em seguida, S. S.<sup>a</sup> à leitura da seguinte nota enviada aos jornais:

"A falta de açúcar que se vem verificando nos armazéns desta Capital explica-se pela paralisação das refinarias durante alguns dias, por motivo de greve e pelo surto de gripe que desfalcou o pessoal, como é do conhecimento público.

Ocorre que o açúcar não empacotado durante esses dias alcançou um montante de 10.000 sacos, diferença que sobrecarregou a capacidade das máquinas de embalagem.



Entretanto, tôdas as providências estão tomadas para dentro de poucos dias serem regularizadas as entregas, sendo de notar, para tranqüilidade do público, que os estoques de açúcar do Distrito Federal não permitem nenhuma dúvida quanto à garantia do suprimento e que os preços da mercadoria não serão de nenhum modo alterados”.

### PARA A INSTALAÇÃO DE USINAS NO PERU

O Escritório Comercial do Brasil, em Lima, capital da República do Peru, em ofício de 19/7/45, encaminhou ao Instituto do Açúcar e do Alcool uma carta de 16/7/45, do Sr. Pedro Hohl B., daquela Capital, relativamente à instalação de uma usina de açúcar no Peru. Refere-se o Sr. Pedro Hohl B. a interessados no Brasil que teriam proposto a instalação de duas usinas de açúcar na República do Equador. S. S.<sup>a</sup> alude à possibilidade de instalar uma usina no Peru.

O Sr. Hohl faz considerações em tôrno da propriedade agrícola que poderia oferecer para aquêle empreendimento. Se os pretendentes do Brasil à montagem de uma usina, no Equador se quiserem interessar pela aquisição da referida propriedade agrícola, para nela instalar a usina de açúcar, dispõe-se o Sr. Hohl a vir ao Brasil, desde que lhe sejam garantidas as despesas de viagem. A propriedade em questão tem proporções para garantir o abastecimento de uma moagem diária de mil toneladas de cana.

### AÇÚCAR PARA A FRANÇA

O Sr. Mário Lacerda de Melo, Chefe da Seção de Estudos Econômicos do I. A. A., por determinação do Presidente dessa autarquia e representando-o, compareceu a uma reunião no Itamarati, convocada para ouvir uma série de reivindicações formuladas pelo Sr. Christian Pinau, Ministro da Alimentação da França.

Achavam-se presentes os Srs. General Anápio Gomes, Coordenador da Mobilização Econômica, João Daudt de Oliveira, Presidente da Associação Comercial do Rio de Ja-

neiro, General François D'Astier de la Vigerie, Embaixador da França, Valentim Bouças, Delegado do Brasil junto à Comissão dos Acordos de Washington, e outras personalidades.

O Sr. Christian Pinau fez uma descrição patética da atual situação alimentar de seu país, onde as novas gerações passam tremendas necessidades. E, como auxílio, desejava que o Brasil acudisse aos seus compatriotas com determinada quantidade de açúcar. Já tendo conseguido adquirir cacau, de nada valeria êsse produto sem o açúcar. Com a aproximação do inverno, o problema se agravará consideravelmente.

Como lhe competia, o Sr. Mário Lacerda de Melo expôs o que ocorria, no momento, no Brasil: o aumento do consumo nas últimas safras, em escala imprevista, as colheitas deficientes em algumas regiões do Nordeste, devido às irregularidades das estações climáticas, informando, de outro lado, as medidas que o I. A. A. vinha tomando para atender a todos êsses problemas. Dadas as circunstâncias, não era possível destinar à exportação qualquer quantidade de açúcar de usina. Havendo, entretanto, alguma existência de tipos baixos — mascavos de engenhos — comprometera-se a transmitir ao Sr. Presidente do Instituto a sugestão de ser estudada a possibilidade de se atender à reivindicação em aprêço, mediante a exportação de alguma quantidade de açúcar daqueles tipos. Ao se iniciar a safra do Norte, o Instituto reexaminaria o assunto para verificar outras possibilidades. Dessa forma, demonstraria o Brasil a sua simpatia pelas reivindicações francesas.

Esclarecida a situação dos estoques de açúcar de tipos baixos no Norte, os Srs. Arnaldo Pereira de Oliveira e Álvaro Simões Lopes sugeriram, em sessão da Comissão Executiva, que se admita a exportação de 1.500 toneladas de açúcar bruto de Pernambuco, sendo a sugestão unânimemente aprovada pela Comissão Executiva.

A operação será resolvida entre representantes credenciados dos compradores e da Cooperativa Central de Baguezeiros e Fornecedores de Cana do Estado de Pernambuco, com a assistência do Instituto. Nêsse sentido, deverá o Instituto dirigir-se a quem de direito, para ser promovida a realização da operação.

## DISTRIBUIÇÃO DE ALCOOL

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, recebeu do Sindicato da Indústria de Cerveja e Bebidas em Geral, do Estado de São Paulo, em princípios de agosto, o seguinte ofício:

“Atendendo ao desejo manifestado pelos industriais pertencentes à categoria econômica que temos a honra de representar, no Estado de São Paulo, vimos, por meio dêste, à presença de V. Ex.<sup>a</sup> externar os agradecimentos dos industriais de bebidas em geral, pela maneira justa e criteriosa como tem sido até hoje racionado e distribuído o álcool.

Este produto é matéria, prima indispensável à fabricação de bebidas, motivo por que a sua perfeita distribuição permitiu aos industriais não interromperem o ritmo normal de suas produções.

Este resultado satisfatório, que se deve ao esforço e boa vontade dos dirigentes dessa digna autarquia, é tanto mais notável quando está na consciência geral que foram inúmeras as dificuldades oriundas pela situação anormal que atravessamos e que tiveram de ser superadas.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a V. Ex.<sup>a</sup> os nossos protestos de alta estima e distinta consideração. — Artur E. Kauschus, Presidente”.

## SALÁRIOS DOS TRABALHADORES

Em ofício, sem data, assinado pelo respectivo Presidente, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários de Campos se dirigiu ao Procurador Regional do I. A. A., no Estado do Rio, Sr. Togo de Barrôs, solicitando a intervenção do Instituto junto ao Sindicato da Indústria do Açúcar e ao Sindicato Agrícola de Campos, no sentido da normalização da situação aflitiva e de penúria em que se encontram, no momento, os trabalhadores rurais ou camponeses, visto não se poderem manter, por mais tempo, com o salário de Cr\$ 7,20, que é considerado salário da fome.

Por intermédio do seu Sindicato, já se dirigiram os trabalhadores ou camponeses aos Sindicatos da Indústria do Açúcar e Agrícola de Campos, conforme cópias dos memoriais respectivos, anexos ao ofício diri-

gido ao Sr. Procurador Regional do Instituto. Os memoriais foram entregues aos referidos Sindicatos em 12 de junho e até a data do ofício ao Sr. Procurador do Instituto, nenhuma resposta lhes havia sido dada. Por êsse motivo, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários pede ao Procurador Regional para marcar uma audiência, na qual se reunam empregadores e empregados, a fim de solucionar pacificamente o problema, evitando, desta forma, que a assembléia geral permanente do Sindicato requerente se transforme em mal maior.

No memorial do Sindicato dos Trabalhadores, dirigido ao Sindicato da Indústria, apresenta aquêle as seguintes reivindicações:

- 1) — Aumento de 100% para quem ganha até Cr\$ 7,50;
- 2) — Aumento de 80% para quem ganha de Cr\$ 7,50 até Cr\$ 10,00;
- 3) — Aumento de 50% para quem ganha mais de Cr\$ 10,00;
- 4) — Aumento de Cr\$ 2,00 por dia, além dos aumentos dos trabalhadores comuns, para os carreiros;
- 5) — Instalação, pelos empregadores, nos núcleos de trabalho, de armazéns de abastecimento, para venderem com majoração de 10% aos trabalhadores e seus dependentes;
- 6) — Horas extraordinárias de trabalho pagas com majoração de 25% sobre a hora normal.

O Sr. Procurador Regional do Estado do Rio, em ofício de 13/7/45, encaminhou à procuradoria Geral do Instituto o processado, comunicando que reuniu os Presidentes dos Sindicatos Agrícolas e da Indústria do Açúcar, de Campos, além do representante do Sindicato dos Trabalhadores. Dos entendimentos havidos, resultou a proposta do Sindicato da Indústria do Açúcar de conceder um aumento aos seus trabalhadores agrícolas, na base de 70% em 10 horas de serviço, o que não satisfez aos interessados. O Sr. Procurador Regional aconselhou aos trabalhadores que aceitassem o aumento, pleiteando, posteriormente, maiores vantagens.

Finaliza o Sr. Procurador Regional o seu ofício, concordando em que o salário mínimo de Cr\$ 7,20 é muito baixo, pelo que sugere que a Seção Jurídica seja encarregada de entrar em entendimento com a Comissão de Salário Mínimo, no sentido de ser aumentado o salário da região de Campos.



A Seção Jurídica, resumindo o assunto, encaminhou o processo ao Sr. Presidente, aguardando instruções sobre as providências que deve tomar, a respeito.

O Sr. Presidente declarou que recebeu do Sr. João Antônio de Faria, Presidente da Assembléia do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários de Campos, um telegrama sobre o assunto, pedindo a sua interferência junto aos patrões, a fim de solucionar a situação crítica dos trabalhadores, que os levará a medidas desagradáveis neste momento nacional.

Por proposta do Sr. Presidente, a Comissão Executiva resolveu, antes de qualquer medida, em sessão de 26 de julho, ouvir, a respeito, o Sr. José Carlos Pereira Pinto, representante de usineiros, indicado pelo Estado do Rio, dando-lhe, para isso, vista do processo.

### SOLIDARIEDADE COM A POLÍTICA AÇUCAREIRA

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do I. A. A., recebeu o seguinte telegrama:

São Paulo, 27/8/45.

As pequenas usinas do Estado de São Paulo, com quota de fabricação de açúcar inferior a quinze mil sacos, pedem vênias para, exprimindo a V. Ex.<sup>a</sup> e à Comissão Executiva seu vivo reconhecimento pela resolução fixando suas quotas em quinze mil sacos, com obrigação de manterem fornecedores, nos cinco mil subseqüentes, de modo a produzirem vinte mil sacos, reafirmam integral solidariedade à defesa dos altos interesses da economia açucareira nacional, em boa hora confiada à direção de V. Ex.<sup>a</sup>, sempre dotado de sadio patriotismo, notável espírito público e sobretudo marcado senso da realidade brasileira. Respeitosas saudações. — Usina Nossa Senhora Aparecida, Virgolino de Oliveira; Usina Azanha, Irmãos Azanha; Usina Boa Vista, Vitório Mazzer; Usina Bom Retiro, Forti & Cia.; Usina Furlan, Fioravante Furlan & Irmãos; Usina Lambari (Cia. Açucareira Barbacena), Francisco Frascino; Usina Paredão, Dr. H. A. Schweizer; Usina Rochelle, Serafim Brasi &

Cia.; Usina Santa Clara, D. Leonor Seng Alvarenga; Usina São Francisco, Nicola de Cillo & Filho; Usina São Manuel, Dr. Inácio Tavares Leite; Usina Tamandupa, Irmãos Maneguel; Usina Varjão, Dr. Mário A. P. Barros e Dr. Sales Filho.

### CONVENIO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR

Em 31 de agosto último, foi prorrogado até a mesma data do ano vindouro o Convênio Internacional do Açúcar, segundo o telegrama que transcrevemos abaixo e publicado na imprensa desta capital:

“Londres, 1 (B. N. S.) — Em ato realizado no Foreign Office, foi prorrogado por mais um ano o Acôrdo Internacional do Açúcar, que regula a produção e a distribuição do produto, e que deve, por isso, vigorar até 31 de agosto de 1946. O Acôrdo original foi firmado em 1937 e era válido por cinco anos, tendo sido prorrogado já por duas vezes. Durante todo o mês de setembro, o protocolo continuará aberto a fim de receber as assinaturas dos representantes de todos os países interessados, uma vez que nem todos estiveram presentes ao ato que vem de se realizar no Ministério das Relações Exteriores da Grã-Bretanha. Somente se fizeram representar, até agora, cerca de doze países, sendo que, pelo Brasil, assinou o Sr. Moniz Aragão, Embaixador dêsse grande país americano em Londres”.

## “Álcool Absoluto”

Livro do

**Dr. Anibal R. de Matos**

Preço. . . . . Cr\$ 6,00  
Pelo Correio. . . . . Cr\$ 7,00

À venda no Instituto do Açúcar  
e do Álcool

## RESOLUÇÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

**RESOLUÇÃO N.º 111/45 — De 9 de agosto de 1945**

**ASSUNTO — Reajusta as usinas de quotas inferiores a 20.000 sacos**

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve:

Art. 1.º — Fica elevado para 800.000 sacos o aumento de quota a que se refere a decisão de 8 de março de 1945, da Comissão Executiva do I. A. A.

Art. 2.º — O aumento a que alude o artigo anterior será distribuído, nos termos da referida decisão, pelos oito Estados maiores produtores de açúcar do país (Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo), cabendo a cada um a quota de 100.000 sacos.

Art. 3.º — A distribuição do aumento concedido aos Estados mencionados no artigo anterior será feita entre as atuais usinas com limites efetivos inferiores a 20.000 sacos, observado o disposto no artigo 10.º.

Art. 4.º — A quota de aumento de 100.000 sacos, concedida a cada um dos Estados referidos no artigo 2.º, será distribuída entre as usinas de que trata o artigo anterior, de modo que, no mesmo Estado, as fábricas beneficiadas fiquem com quotas uniformes, não excedentes a 20.000 sacos.



Art. 5.º — As usinas contempladas com o reajustamento de quotas previsto nesta Resolução poderão utilizar canas próprias até o limite máximo de 15.000 sacos, tendo em vista o que dispõe o parágrafo 2.º do art. 48 do Decreto-lei n.º 3.855, de 21-11-1941, desde que aceitem o regime de fornecimento para o excedente dêsse volume, independente do contingente de canas de fornecedores já existente, e apresentem o plano de distribuição entre fornecedores, dentro do prazo de 60 dias, contados da notificação do I. A. A.

Parágrafo único — O critério estabelecido neste artigo não prejudicará os direitos dos fornecedores já existentes e os daqueles que venham a ser reconhecidos pelo I. A. A.

Art. 6.º — Os aumentos concedidos às usinas, nos termos dos arts. 3.º e 4.º, serão considerados definitivos, quando integralizadas as quotas de fornecedores constituídos em consequência da aplicação do artigo 5.º, a juízo do Instituto e sem prejuízo do disposto no artigo 7.º.

Art. 7.º — As usinas beneficiadas com o reajustamento de quotas previsto nesta Resolução e que a partir da safra de 1946-47 até a de 1949-50, inclusive, não hajam integralizado as quotas que lhes forem atribuídas, terão seus limites fixados na produção máxima atingida em qualquer das safras compreendidas naquele período.

Art. 8.º — O reajustamento das usinas com quotas inferiores a 20.000 sacos, autorizado por esta Resolução, não prejudicará a participação das mesmas na distribuição de novos aumentos com base na sua percentagem de canas de fornecedores ou no seu índice de sub-limitação.

Art. 9.º — As sobras de quotas resultantes das distribuições de que trata a presente Resolução serão destinadas:

a) — À distribuição pelas usinas do Estado que, atendendo às exigências desta Resolução, não tiverem alcançado a quota máxima prevista no artigo 4.º;

b) — Ao reajustamento das usinas sub-limitadas;

c) — Ao aumento de quota das usinas existentes ou à criação de novas usinas, a critério da Comissão Executiva do I. A. A.

Parágrafo único — A aplicação do disposto neste artigo não prejudicará os respectivos limites estaduais.

Art. 10.º — Não participarão da distribuição do aumento previsto nesta Resolução as usinas de quotas inferiores a 20.000 sacos que:

a) — tendo mais de um quinquênio de funcionamento não hajam atingido as respectivas quotas efetivas em nenhuma de suas safras;

b) — estiverem paralisadas nas cinco últimas safras: 1940-41 a 1944-45.

Art. 11.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, aos nove dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e quarenta e cinco.

**Barbosa Lima Sobrinho — Presidente.**



**RESOLUÇÃO — N.º 112/45 — De 15 de agosto de 1945**

**ASSUNTO — Dispõe sobre a distribuição, entre as usinas, a título definitivo, dos aumentos de limite de produção de açúcar e dá outras providências**

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve:

**Da distribuição dos aumentos de quotas de produção**

Art. 1.º — Ficam as Seções Jurídicas, de Assistência à Produção, de Fiscalização e Arrecadação, e de Estudos Econômicos autorizadas a adotar as medidas julgadas necessárias à distribuição definitiva, com observância dos critérios estabelecidos nos artigos 63 e 64 do Estatuto da Lavoura Canavieira, dos aumentos de quota de produção de 10% e 20%, já autorizados nas Resoluções 26/42 e 79/44.

§ 1.º — Os processos que forem constituídos para distribuição, entre as usinas, dos aumentos referidos neste artigo e de fixação das quotas de fornecimentos daí resultantes, serão submetidos, após a sua instrução e conforme o caso, à homologação ou julgamento da Comissão Executiva.

§ 2.º — Na instrução dos processos referidos no parágrafo anterior, poderão as Seções Jurídicas, de Assistência à Produção, e de Fiscalização e Arrecadação promover as diligências julgadas indicadas para cada caso.

§ 3.º — Ficam mantidas as distribuições dos aumentos referidos neste artigo e já realizados em caráter definitivo, com base em decisões proferidas pela 1.ª Turma de Julgamento ou pela Comissão Executiva.

Art. 2.º — Na distribuição do aumento de 20%, autorizado pela Resolução 79/44, serão considerados, para o efeito da determinação da quota complementar de que cogita a alínea a do artigo 63 do Estatuto da Lavoura Canavieira, os limites efetivos de produção de cada usina, vigorantes na safra 1944/45, acrescidos dos aumentos provisórios resultantes da aplicação das Resoluções 26/42 e 45/42.

#### Da distribuição dos saldos às usinas sub-limitadas

Art. 3.º — Feita a distribuição dos aumentos das usinas de cada Estado, de acôrdo com o disposto no artigo 63 do Estatuto da Lavoura Canavieira, as Seções de Assistência à Produção e de Estudos Econômicas promoverão a distribuição das sobras da quota de aumento às usinas sub-limitadas, nos termos do § 5.º daquele artigo.

Art. 4.º — As usinas contempladas com a distribuição das sobras, a que se refere o artigo anterior, ficam obrigadas a apresentar, dentro do prazo de 60 dias, contados da notificação pelo I. A. A., o plano de distribuição entre fornecedores dos aumentos que lhes couberem.

Art. 5.º — Para os fins previstos nesta Resolução e tendo em vista o que dispõem os parágrafos 1.º e 2.º do artigo 65 do Estatuto da Lavoura Canavieira, considera-se sub-limitada a usina que complete a sua quota efetiva de produção em período de tempo inferior a 120 dias efetivos de trabalho.

Art. 6.º — A distribuição a que alude o artigo 3.º será feita proporcionalmente às deficiências de quota das usinas sub-limitadas do respectivo Estado, sendo os seus limites aumentados de modo a que fiquem os períodos de trabalho, necessários à



realização de suas quotas, elevados sucessivamente e em ordem de preferência, a 90, 100, 110 e 120 dias.

Parágrafo único — No cálculo da distribuição, as sobras serão divididas, sucessivamente, em partes proporcionais às diferenças entre as quotas das usinas e os volumes necessários para que completem os períodos de trabalho referidos neste artigo.

Art. 7.º — Para efeito do cálculo do aumento às usinas sub-limitadas, prevalecerão sempre os limites das usinas em 18-3-42, incluídas as majorações posteriores decorrentes das conversões e incorporações de quotas em caráter definitivo e os aumentos em função da percentagem de canas de fornecedores previstos na presente Resolução.

Art. 8.º — A capacidade normal diária de fabricação das usinas será calculada tendo-se em vista os dados constantes do tombamento feito em 1942, exceto quando inferior à maior média aritmética simples de produção diária, alcançada em qualquer das safras do triênio de 1942/43, 1943/44 e 1944/45, caso em que prevalecerá esta última.

Parágrafo único — A média aritmética de produção diária será calculada de acôrdo com os dados constantes dos termos de encerramento das safras aludidas.

Art. 9.º — Não participarão da distribuição das sobras da quota de aumento, ainda que sub-limitadas, as usinas que:

a) — tendo mais de um quinquênio de funcionamento, não hajam atingido em nenhuma de suas safras, o respectivo limite efetivo de produção;

b) — não tenham funcionado nas safras de 1942/43, 1943/44 e 1944/45.

Parágrafo único — Não estão incluídas na disposição da letra b as usinas que, embora não tendo funcionado nas safras aludidas, estejam em período de reforma e substituição da instalação; já tendo, na data da presente Resolução, requerido ao I. A. A. autorização para funcionar.

Art. 10.º — As usinas cujas quotas de produção se encontrem incorporadas a outras usinas, em caráter provisório, somente poderão participar dos aumentos autorizados nesta Resolução se voltarem a funcionar, a título permanente, a partir da safra 1945/46.

§ 1.º — Para o efeito dêste artigo, as usinas em causa deverão declarar ao I. A. A., no prazo de 30 dias, a contar da data da comunicação pelo Instituto, que voltarão a funcionar no decorrer da safra mencionada.

§ 2.º — Não prevalecerá essa comunicação, se decorridos 60 dias do início da safra respectiva no Estado, as usinas desincorporadas não estiverem funcionando.

Art. 11.º — Os aumentos de quota concedidos às usinas com fundamento nesta Resolução, serão produzidos exclusivamente com matéria prima de fornecedores, na forma do artigo 66 do Estatuto da Lavoura Canavieira, e somente serão considerados definitivos, depois de integralizadas as quotas de fornecimento correspondentes.

Art. 12.º — No caso da usina contemplada com o aumento de quota previsto nesta Resolução declarar ser impraticável a constituição de novos fornecedores ou o aproveitamento pelos



fornecedores já existentes, o Instituto dará conhecimento do fato à Associação de Fornecedores da respectiva circunscrição territorial, a fim de que esta se pronuncie sobre a declaração da Usina.

§ 1.º — A Associação de Fornecedores poderá indicar, ao I. A. A., candidatos que se encontrem em condições de utilizarem as quotas de fornecimento em questão.

§ 2.º — Depois do pronunciamento da Usina sobre a declaração da Associação de Fornecedores, o I. A. A. procederá, através da Procuradoria Regional, a devida investigação, para o efeito de verificar a possibilidade de constituição de novos fornecedores e de distribuição do aumento entre os já existentes, ouvindo os produtores da região.

### Disposições Gerais

Art. 13.º — Após o quinquênio a que se refere o artigo 1.º da Resolução 79/44, de 12-4-44 (safras 1944/45 e 1948/49, inclusive) o Instituto do Açúcar e do Alcool, tendo em vista os interesses do consumo e da produção, promoverá a revisão da limitação geral do país.

§ 1.º — As quotas resultantes da revisão prevista neste artigo não poderão ser inferiores aos atuais limites efetivos dos Estados, nem às quotas efetivas já atribuídas, em caráter definitivo, às usinas atuais e aos seus fornecedores, ressalvadas as sanções previstas no Estatuto da Lavoura Canavieira.

§ 2.º — Aplica-se aos atuais engenhos turbinadores o disposto neste artigo e seu § 1.º.

§ 3.º — Não serão incluídas nessa revisão as usinas que, não tendo as percentagens de cana de fornecedores a que alude o artigo 48 do Estatuto da Lavoura Canavieira, hajam recusado fornecimentos propostos.

Art. 14.º — Na distribuição das quotas de aumento observar-se-á o disposto no artigo 60 do Estatuto da Lavoura Canavieira.

Parágrafo único — Para os fins do disposto neste artigo, é fixada em 100 toneladas a quota mínima de fornecimento.

Art. 15.º — Uma vez ultimada a distribuição dos aumentos previstos nesta Resolução, a Seção de Assistência à Produção promoverá a publicação, no "Diário Oficial" da União, das quotas atribuídas a cada fornecedor, agrupando-os por Usinas e Estados.

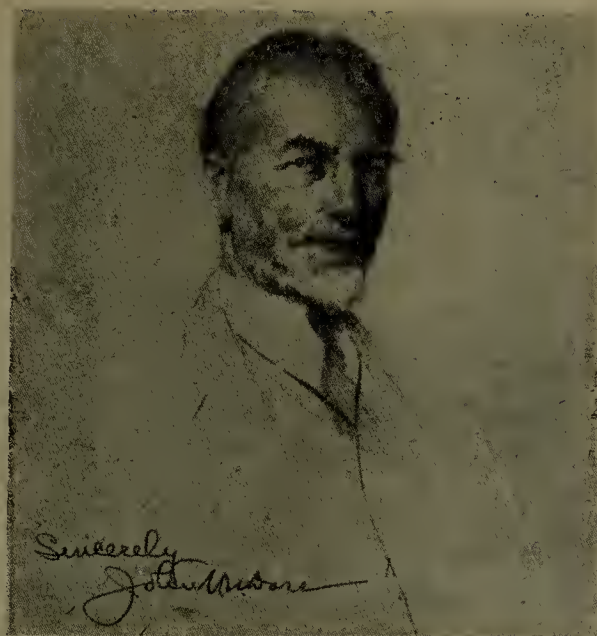
Art. 16.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, aos quinze dias do mês de agosto de mil novecentos e quarenta e cinco.

**Barbosa Lima Sobrinho — Presidente.**



# JOHN VAN NOSTRAND DORR



## ANIVERSARIOS DOS QUAIS PARTICIPA THE DORR COMPANY

	Anos
Atividade na engenharia química e industrial Dr. J. V. N. Dorr	50
Classificador DORR para separação de sólidos	40
Sedimentador DORR thickener para engrossar sólidos	37
Clarificador DORR na Indústria química e sanitária	30
Clarificador DORR na Indústria Açucareira	25
Clarificador DORR na Indústria Açucareira Brasileira	20

O Brasil tem mais de 80 Clarificadores DORR nas Usinas de Açúcar

## OS PROCESSOS E EQUIPAMENTO DE DESENHO DORR TRABALHAM NA PRODUÇÃO SEGUINTE :

Indústrias	Proporção DORRÇO	Indústria	Produção diária
OURO	95%	Açúcar	20.000 toneladas
PRATA	95	Acido fosfórico	1.800 "
COBRE	93	FOSFATOS	14.000 "
CHUMBO	93	Soda cáustica	3.000 "
ZINCO	85	CIMENTO	3.200 "
NIQUEL	100	Areia (concreto)	225.000 "
ALUMINIO	100	Polpa de madeira	7.500 "

PARA MAIS INFORMAÇÕES ESCREVAM A

**DIVISÃO PETREE & DORR DA DORR COMPANY**

570 Lexington Av., New York 22, E. U. da América do Norte

# COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

Publicamos nesta seção resumos das atas da Comissão Executiva do I.A.A. Na seção "Diversas Notas" damos habitualmente extratos das atas da referida Comissão, contendo, às vèzes, na íntegra, pareceres e debates sôbre os principais assuntos discutidos em suas sessões semanais.

## 29.<sup>a</sup> A 35.<sup>a</sup> E 37.<sup>a</sup> SESSÕES, REALIZADAS EM 1, 2, 4, 6, 7 E 11 DE JUNHO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alvaro Simões Lopes, Otávio Milanez, Castro Azevedo, Alfredo de Maya, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Arnaldo Pereira de Oliveira, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presentes, ainda, as delegações de industriais e fornecedores de Pernambuco, Alagoas e Estado do Rio de Janeiro.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Nessas sessões foi estudada a nova tabela de pagamento de cana aos fornecedores.

## 36.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 8 DE JUNHO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Alfredo de Maya, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Arnaldo Pereira de Oliveira, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Seção de Estatística** — A C. E. toma conhecimento do ofício de 31/5/45, subscrito pelo respectivo Presidente, Sr. José Carlos de Macedo Soares, no qual o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística encaminha ao I. A. A. a cópia do Têrmo de Filiação da sua Seção de Estatística ao sistema estatístico nacional.

**Auxílios e donativos** — De acôrdo com os pareceres da Seção da Assistência à Produção e da Gerência, resolve-se conceder um donativo de 6 mil cruzeiros ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Niterói, por conta da arrecadação de taxa sôbre rapadura no Estado do Rio.

**Distilaria de Morretes** — Aprova-se a fórmula apresentada pelo Sr. Presidente, pela qual o I. A. A. emprestará ao govêrno do Paraná a quan-

tia de 10 milhões de cruzeiros para instalação da distilaria e usina de Morretes, naquele Estado.

**Financiamento** — De acôrdo com o parecer da Gerência, resolve-se conceder o financiamento de 1.500.000 cruzeiros à Cooperativa Mista dos Produtores de Açúcar do Estado de Sergipe.

— E' indeferido, de acôrdo com o parecer da Seção de Assistência à Produção, o pedido de financiamento apresentado pelos Srs. Otávio José Curvelo e Eurípedes Chaves Moitinho, fabricantes de aguardente e rapadura na Bahia.

**Preço do açúcar batido** — O Sr. Presidente informa à casa que, segundo observação de um fiscal do I. A. A., articula-se entre os proprietários de engenho de Piracicaba, um movimento tendente a reclamar, do Instituto, amparo para estabilização do preço do açúcar batido.

**Economia açucareira da Bahia** — Aprovam-se as conclusões do parecer elaborado pela Seção de Estudos Econômicos, a propósito dos relatórios do agrônomo Adrião Caminha Filho e José Albuquerque Jucá, sôbre a situação atual da economia açucareira do Estado da Bahia.

**Abastecimento** — Relativamente ao suprimento do Estado de São Paulo, em face da redução da safra do Norte, a C. E. aprova as explicações dadas pelo Sr. Presidente, conferindo a S. S.<sup>a</sup> poderes para resolver o assunto.

**Estimativas** — A C. E., toma conhecimento do quadro remetido pela Seção de Estatística, com a estimativa da safra 1945/46, que é de 15.376.000 sacos.

**Limitação** — Aprovam-se as propostas do Sr. Presidente, bem com as sugestões dos Srs. Antônio Guia de Cerqueira, Mário de Lacerda e Francisco Coqueiro Watson, relativas à colheita de dados sôbre a produção de açúcar bruto e rapadura em Minas Gerais.

**Tabelamento de cana** — Resolve-se dar vista ao Sr. João Soares Palmeira do parecer da Seção de Estudos Econômicos relativo a um pedido da Usina Santo Antônio, Mato Grosso.

**Transformação** — A C. E. concede poderes ao Sr. Presidente para tratar do caso de transformação de açúcar mascavo em cristal, por intermédio da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, a fim de se abastecer o mercado interno.

— A C. E. resolve também entregar à deliberação do Sr. Presidente o caso de transformação de açúcar mascavo de Alagoas em cristal pela Cia. Usinas Nacionais.

**Produção de açúcar** — Aprova-se o parecer do Sr. J. Bezerra Filho no caso da Usina Santa Rosa, E. do Rio.



**Aumento de quota** — Manda-se arquivar o processo em que a Usina Bandeirante solicita ao Sr. Interventor Federal do Paraná consiga do I. A. A. um aumento da sua quota de produção.

**Fornecimento de cana** — Manda-se juntar à carta endereçada ao I. A. A., pelo Sr. Alexandre Balbo o processo contencioso de interesse do Sr. Atílio Balbo.

**Inscrição de fábrica** — José Souto Filho, — Minas Gerais, indeferido.

**Alteração de maquinaria** — Antônio Celso de Araujo — Pernambuco, deferido.

**Montagem de novas fábricas** — Rui Alcides de Carvalho — Maranhão, concedida a prorrogação.

**Processos fiscais** — Cia. Usina Cambaíba — Estado do Rio, Pinto & Moreira — Estado do Rio, dá-se vista ao Sr. José Carlos Pereira Pinto.

### 38.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Alfredo de Maya, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Arnaldo Pereira de Oliveira, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Joaquim Alberto Brito Pinto, e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Nesta sessão foi debatido o plano de defesa da safra 1945/46.

### 39.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Alfredo de Maya, Antônio Corrêa Meyer, José Carlos Pereira Pinto, J. C. Belo Lisboa, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Plano do álcool** — O Sr. José Carlos Pereira Pinto procede à leitura de uma proposta relativa à defesa da produção do álcool na safra 1945/50. O Sr. Presidente propõe, sendo aprovado, que o trabalho do Sr. Pereira Pinto seja encaminhado à Seção de Estudos Econômicos.

— A C. E. autoriza o Sr. Presidente a prosseguir nos estudos da fórmula proposta pela Prefeitura, no sentido de colaborar o I. A. A. na

solução do problema do combustível, para os médicos do Distrito Federal, fornecendo álcool destinado à mistura com a gasolina.

— Autoriza-se a Distilaria Central de Santo Amaro a entregar o álcool de sua produção à Comissão de Abastecimento do Estado da Bahia para consumo na capital baiana.

**Financiamento** — Indefere-se o pedido de financiamento de Manuel Pereira Gomes, Paraíba.

— Aprova-se a sugestão da Seção de Estudos Econômicos, no sentido de se conceder um empréstimo aos fornecedores de cana de Pernambuco, na mesma base em que se concedeu aos industriais de Alagoas.

— Aprova-se o parecer da Gerência, no caso do pedido de bonificação formulado pelo Sindicato da Indústria do Açúcar de Engenho de Pernambuco, resolvendo-se ainda seja o assunto examinado pela Gerência e pela Seção de Estudos Econômicos.

**Análise da riqueza dos caldos** — Manda-se encaminhar à Seção de Estudos Econômicos os dados remetidos pela Estação Experimental de Campos, referentes às análises ali procedidas da riqueza do caldo de diversos tipos de cana.

**Produção de açúcar** — O Sr. José Carlos Pereira Pinto observa que não consta do plano da safra 1945/46 a faculdade de ser considerada como intra-limite, para efeito de liberação, a produção das usinas do Sul, realizada antes de 10 de junho, e no Norte, antes de 1.º de setembro, achando que tal declaração é necessária, a fim de não prejudicar a emissão de guias de pagamento da taxa pelo Banco do Brasil. O Sr. Presidente declara que, para evitar quaisquer contratemplos, o Instituto se dirigirá ao Banco do Brasil, dando instruções no sentido de emitir guias de pagamento da taxa para as usinas de todo o país, sem restrição de quantidade das respectivas produções.

— Em sessão de 30/5/45, da Comissão Executiva, foi apresentada a indicação do Sr. Antônio Corrêa Meyer, relativa ao incremento da produção de açúcar, examinando-se a hipótese da distribuição de quotas de produção de açúcar às distilarias autônomas do Estado de São Paulo. Para exame do assunto, foi designada uma comissão composta dos Srs. Moacir Soares Pereira, Luís Dias Rollemberg, Cassiano Pinheiro Maciel e Antônio Corrêa Meyer, a qual apresenta, a respeito, um parecer, do qual a C. E. toma conhecimento, aprovando a seguinte resolução: "Fica autorizada a montagem de maquinismos nas Distilarias Autônomas de São Paulo, para o fim de produzir açúcar ainda nesta safra, de acordo com as indicações do parecer da Comissão respectiva, desde que no prazo de 45 dias apresentem as mesmas contratos de fornecimentos de canas com os vizinhos a que se referem nos anexos aos seus requerimentos de 11/6/45. Desde já fica entendido que não poderão recusar fornecimentos que sejam propostos por outros, se não tiverem fornecimentos suficientes para satisfação da quota de produção autorizada. A Seção Jurídica fará aos requerentes as devidas comunicações.



**Montagem de novas fábricas** — Cantídio Drumons Filho e outros — Minas Gerais, concede-se a prorrogação de prazo.

**Inscrição de fábricas de rapadura** — A Comissão Executiva aprova o parecer da Seção Jurídica, de 7 de junho, exarado no processo de interesse de Avelino José Azevedo, tendo em vista o que dispõe a Resolução n. 92/44, que regulamentou o Decreto-lei n. 6.389, de 30/3/44 deferindo a solicitação de inscrição de engenho rapadureiro constante deste processo e mais os pedidos de inscrição dos interessados mencionados no aludido parecer e abaixo relacionados:

Avelino Francisco de Oliveira, Avelino da Costa Pereira, Aureliano Alves Casaes, Augustinho Cardoso Mendonça, Artur Soares Duarte, Artur Alves Barroso, Arminda Mara de Jesus, Armando de Carvalho Nunes, Aristides de Freitas Vale, Aprígio Esteves Duarte, Aparício Correia Braga, Antônio de Sousa Santos, Antônio Vieira da Silva, Antonio da Silva Cardoso, Antônio Silva Cardoso, Antônio Rodrigues de Sousa, Antonino Mendes, Antônio Rodrigues Ferreira, Antônio Rangel da Silva, Antônio Rabelo Damascena, Antônio Pereira Oliveira, Antônio Pereira da Lucena, Antônio de Oliveira Magalhães, Antônio Miguel Rocha, Antônio Martins Pereira, Antônio Martins de Oliveira, Antônio Marchesi, Antônio Luís Pereira, Antônio Luís Cruz, Antônio Luís, Antônio Lopes Ferreira, Antônio Leandro da Rocha, Antônio José de Moura, Antônio José Barroso, Antônio Gonçalves dos Santos, Antônio Gomes Primo, Antônio Gomes Pinheiro, Antônio Gomes de Araújo, Antônio Godinho de Abreu, Antônio Fofano, Antônio Francisco dos Reis, Antônio Ferreira Pereira, Antônio Ferreira de Miranda, Antônio Ferreira Fagundes, Antônio Fernandes da Silva, Antônio Esteves de Alcântara, Antônio Elói de Rezende, Antônio Crispim Santos, Antônio da Costa Pires, Antônio da Costa Barreiros, Antônio Camilo, Antônio Botelho Santos, Antônio Alves da Silva, Antônio Alves de Matos, Antônio Alves de Macedo, Antônio Alves Anjos, Américo Matar, José Dias Ribeiro, Breno Favareto, Brasilino Ferreira Lidórid, Bernardo Dale Mascarenhas, Bernardino Rodrigues Sousa, Benevino de Abreu e Silva, Benedito Teodoro de Assis, Benedito Sousa Oliveira, Benedito Soares da Mota, Benedito Lopes dos Santos Benedito Leite Costa, Belmiro Rodrigues da Costa, Balbino Cardoso de Sá, Calixto Alves Barroso, Calixto Botelho Cordeiro, Calixto Calazans Fernandes, Camilo José de Oliveira, Camilo & Paulo, Camilo Rodrigues da Costa, Camilo de Sousa Passos, Candido Luís de Sousa, Canuto Nunes de Quadros, Carlos Francisco Jardim, Carlos Gomes da Mota, Carlos Pereira dos Santos, Carlos Ramos Santos, Carlindo Sousa Pereira, Cirilo Francisco Cordeiro, Clarindo da Costa Silva, Clemência Rodrigues Santos, Clemente Amaral Coimbra, Clemente Cardoso Barbosa, Clemente Marques Oliveira, Clemente Teixeira Lamego, Cristina Rocha, Custódio Soares da Silva, Damião Alves Oliveira, Domiciano Alves de Sousa, Dorico Ribeiro Sousa, Elias Costa Machado, Elpídio Fernandes da Silva, Elvira Rosa Antunes, Emiliano Vidal dos Santos, Epaminondas Ferreira

da Costa, Ernesto Martins Rocha, Esmeraldino de Assis Pereira, Eurico Dias da Fonseca, Ezequiel de Sousa Castro, Felício Granato Neto, Filomeno Ribeiro dos Santos, Flausino José de Moraes, Francisco de Assis Mendonça, Francisco Cardoso, Francisco Inácio Ramos, Francisco Justino de Sousa, Francisco Luís da Mota, Francisco Matos Mendonça, Francisco Pinheiro Sousa, Francisco dos Santos Macedo, Francisco Sousa Passos, Custódio Veiga, Dermony de Oliveira Sarmento, Domingos Ramos Teixeira, Eduardo Teixeira Lamego, Elisiário Fernandes do Carmo, Elpídio Ruas da Paixão, Emerenciana Antônia dos Santos, Epaminondas Batista do Nascimento, Ermelindo Cardoso dos Santos, Ernesto Viana dos Santos, Eugênio de Sousa Lopes, Estanislau José Antônio, Feliciano da Rocha, Felipe da Costa Pires, Firmino Lucas Mendes, Florentino Constâncio da Silva, Francisco Batista Ramos, Francisco Ferreira Soares, Francisco José Rosa, Francisco Leôncio de Sales, Francisco Pereira da Rocha, Francisco Rodrigues de Paula, Francisco Soares Longuinho, Virgíniô Saraiva de Lemos.

**De açúcar turbinado, rapadura e aguardente** — Irmãos Abdala — São Paulo, concede-se a inscrição para o fabrico de rapadura e aguardente.

#### 40.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Alfredo de Maya, Antônio Corrêa Meyer, José Carlos Pereira Pinto, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Donativos** — O Sr. Presidente manda ler uma carta da Associação Rural de Leopoldina, Minas Gerais, comunicando que os prêmios instituídos pelo I. A. A. para a IX Exposição Agro-Pecuária serão distribuídos de acôrdo com as instruções recebidas.

**Financiamento** — De acôrdo com o parecer da Gerência, apròva-se a sugestão da Seção de Assistência à Produção, no sentido de ser aumentada de um milhão de cruzeiros a verba destinada ao financiamento da entre-safra aos fornecedores de cana de Pernambuco.

**Produção de açúcar** — Aprova-se a circular n. 15, referente à liberação da produção antecipada nas usinas do país.

**Adubação** — Aprova-se o plano elaborado pelo Sr. Lael Sampaio e referente à adubação das terras de cultura da cana do nordeste.



**Tabelamento** — Com restrição por parte dos representantes dos fornecedores, aprova-se a fórmula para apuração do rendimento industrial das usinas, para fins de pagamento de cana.

**Incorporação de quota** — Manda-se incorporar a quota do engenho "Guarani", de Antônio Martins de Albuquerque, ao limite da Usina Jaboatão, Pernambuco.

**Inscrição de fábrica** — Manda-se inscrever, como produtor de açúcar e rapadura, o engenho de propriedade de Vicente Botelho Pimentel, Goiás.

#### 41.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, José Carlos Pereira Pinto, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Processo administrativo** — Dá-se vista ao Sr. João Soares Palmeira do processo administrativo instaurado contra o fiscal Ranulfo Inácio da Silva.

**Praga da cigarrinha** — O Sr. Luís Dias Rollemberg declara que a importância de 500 mil cruzeiros da verba de 1.500.000 destinada pelo I. A. A. ao combate da praga da cigarrinha nos canaviais de Sergipe já foi empregada naquele fim e pede que o saldo de um milhão de cruzeiros seja utilizado na compra de tratores para a lavoura sergipana. O Sr. Presidente faz ponderações a respeito e sugere, sendo aprovado, que o assunto seja encaminhado por escrito pelos interessados.

**Plano de defesa** — A propósito do plano de defesa da safra 1944/45, o Sr. Presidente manda ler um telegrama que lhe foi endereçado pelos produtores de Sergipe, apoiando as medidas tomadas pelo I. A. A.

**Preços do açúcar** — O Sr. Presidente manda ler um telegrama do Coordenador da Mobilização Econômica, sobre a majoração dos preços do açúcar prevista no plano de defesa da safra 44/45.

**Distribuição** — Aprova-se a redação final da resolução que fixa as quotas de exportação e importação de açúcar nos centros produtores e consumidores do país.

**Tributação** — De acôrdo com o parecer da Seção jurídica, é deferido o requerimento da firma proprietária da Usina Central Barreiros, pedindo devolução da taxa de defesa paga sobre 950 sacos do açúcar da safra 43/44, perdidos em naufrágio.

**Incorporação de quotas** — Autorizam-se as seguintes: do engenho "Rocinha" ao limite da Usina Lindóia, Minas Gerais, do engenho de Justino Lisboa Carneiro ao limite da Usina Pedrão, Minas Gerais.

— E' indeferido o pedido de José Balbino de Carvalho, Minas Gerais.

— Reconsiderando despacho anterior, a C. E. autoriza a incorporação da quota do engenho de Francisco Rodrigues Leite à Usina Lindóia, Minas Gerais.

**Aumento de limite** — De acôrdo com a Resolução 74/43, resolve-se conceder um aumento definitivo de 2.411 sacos à Usina São Bento, Bahia.

— Com o mesmo fundamento concede-se um aumento de 639 sacos à Usina Pôrto Real, E. do Rio; de 128 sacos à Usina Rochelle, São Paulo.

— Manda-se cancelar, de conformidade com a mesma portaria, o aumento provisório, concedido à Usina São Carlos, Sergipe.

**Inscrição de fábricas de rapadura** — A Comissão Executiva aprova o parecer da Seção Jurídica, de 9/6/45, exarando no processo de interêsse de Geraldino Machado da Silveira, tendo em vista o que dispõe a Resolução n. 92/44, que regulamentou o Decreto-lei n. 6389, de 30/3/44, deferindo a solicitação de inscrição de engenho rapadureiro constante dêste processo e mais os pedidos de inscrição dos processos mencionados no aludido parecer e abaixo relacionados:

Genuíno da Rocha Filho, Geraldo Gonçalves de Quadros, Geraldo Inácio Martins, Geraldo Pinheiro Lopes, Geraldo dos Santos Coimbra, Germano Gonçalves Cota, Germano Miguel Rocha, Gervásio Ferreira Sanches, Gesuo Martinho Gomes, Gonçalo de Oliveira Júnior, Gregório Afonso Macedo, Gregório Alves de Sousa, Guilherme da Silva Coelho, Gustavo Alves de Miranda, Henrique Martins Teixeira, Henrique Moreira Só, Herculano Alves de Freitas, Genário Olívio, Geraldo Felix de Oliveira, Horacino Sousa, Fernandes, Horácio Lopes de Faria, Horácio Rocha de Macedo, Hilário Paulino Sobrinho, Hipólito de Oliveira Campos, Homero José da Rocha Inácio do Amaral Paixão, Inácio Loiola da Fonseca, Irmãos Normando, Isidoro Costa Antunes, Isidoro Gomes de Lisboa, Jader Pacheco de Amaral, Jeremias Dias da Cunha, Jerônimo Ferreira de Oliveira, Jerônimo Pereira Cardoso, Jorge Alvim de Albuquerque, Jorge Crispim Sales, Josafá Carvalho da Fonseca, Josué Vargas Ferreira, Jota Lopes da Silva, Joventino da Silva Santos, Juscelino Alves Pinheiro, Juscelino Alves Viana, Juscelino Pereira da Paixão, Juscelino Viana Santos, Justino Antônio Cordeiro, Juvêncio Borges, João Afra de Araújo, João Alves Gouveia Júnior, João Alves Rodrigues, João Alves Siqueira, João Américo Ferreira, João André da Costa Júnior, João Antônio Pinto, João Augusto dos Reis, João Barbosa de Brito Sobrinho, João Camargo Sena, João Coelho da Rocha, João da Costa Faria, João da Costa Ribeiro, João de Deus Costa, João Dias da Silva, João Fabião Cordeiro, João Ferreira de Freitas, João Ferreira Garcia, João Francisco Ney,



João Gomes Cardoso, João Gomes da Fonseca, Jorge Matias Brandão, João Gonçalves Canhestro, João Gonçalves Ferreira, João Jorge de Siqueira, João José Carvalho, João Leite Filho, João Leite de Oliveira, João Leite Ribeiro, João Lemos da Silva, João Leôncio Ferreira de Carvalho, João Lopes da Silva, João Lourenço de Oliveira, João Luís de Oliveira, João de Melo Costa, João Meloni, João Mendes Ferreira, João Mendes Martins, João Moreira de Paiva, João Rabelo Cardoso, João Rodrigues dos Santos, João de Sena Carvalho, João Soares de Circuncisão, João de Sousa Santos, João Teixeira da Mota, João Viana dos Santos, João Vieira da Cruz, Joaquim Alves Ferreira, Joaquim Alves de Sousa, Joaquim do Amor Divino, Joaquim de Araujo, Joaquim Barbosa dos Santos, Joaquim Barroso Mateus, Joaquim Basílio de Oliveira Sobrinho, Joaquim Caetano de Oliveira, Joaquim Felis & Irmãos, Joaquim Ferreira da Cruz, Joaquim Ferreira Nogueira, Joaquim Ferreira da Silva, Joaquim Ferreira de Sousa, Joaquim Flauzino Duarte, Joaquim Gomes Gervásio, Joaquim Gomes Lisboa, Joaquim Gomes Pereira, Joaquim Gonçalves da Fonseca, Joaquim Henrique de Sousa, Joaquim José Barbosa, Joaquim José Francisco, Joaquim José da Silva, Joaquim Marques Ferreira, Joaquim Martins da Silva, Joaquim Moreira Cruz, Joaquim de Oliveira Santos, Joaquim Pinheiro Gonçalves, José Hilário da Rocha, José Homem Campos da Rocha, José Inácio de Araújo, José Inácio de Sousa, Joaquim da Purificação do Carmo, Joaquim Ramalho dos Santos, Joaquim Rodrigues Caldeira, Joaquim Simão da Fonseca, Joaquim Soares dos Santos, Joaquim Teodoro Caminha, Joaquim Viana Santos, Joaquim Vieira de Souza, Joaquim Xavier Martins, José Filipe dos Santos, José Fernandes da Cruz, José Fernandes das Mercês, José Fernandes de Sousa, José Ferreira da Cruz, José Ferreira Garcia, José Ferreira da Silva, José Francisco Nunes Morais, José Francisco dos Santos, José Geraldo Leite, José Gomes Pacheco Neto, José Gonçalves, José Gonçalves Viana, José Gualberto de Miranda, José Henrique, José Henriques Soares, José Joaquim de Almeida, José Jorge de Melo, José Jesuino Ribeiro, Joaquim Pinheiro Oliveira.

**Fábrica de aguardente** — Autoriza-se a inscrição da fábrica de aguardente de Adelino Silveira de Farias, Paraná.

#### 42.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 4 DE JULHO DE 1945

Presentes os Srs. Otávio Milanez, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Antônio Correia Meyer, José Carlos Pereira Pinto, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Por se achar ausente o respectivo Presidente, Sr. Barbosa Lima Sobrinho, foi a sessão da Comissão Executiva presidida pelo Sr. Otávio Milanez, seu substituto legal, na forma prevista no

parágrafo único do art. 2.º da Resolução 104/45, de 20/3/45.

**Fabricação de aguardente** — Em requerimento de 26/2/45, o Sr. Vicente C. Gouveia, proprietário da Usina Santa Inês, no município de Água Preta, Estado de Pernambuco, alegando que a instalação de sua destilaria se acha incapacitada para o fabrico de álcool, o que, aliás, já foi comunicado ao I. A. A., desde 1942, solicita autorização para fabricar aguardente, a fim de aproveitar o mel de sua usina. Concede-se nos termos do parecer da Seção de Estudos Econômicos.

**Reivindicação da Usina São João** — O Sr. B. Lisandro, proprietário da Usina São João, em Campos, em memorandum de 28/6/45, solicita autorização para continuar debitando nas faturas dos açúcares vendidos o carrêto de Cr\$ 1,50, por saco, tendo em vista que além dos serviços de carregamentos em veículos, êstes não cobrados, existem os carretos para o cais, quando fôr o caso de despachos marítimos e o de 15 quilômetros, mais ou menos, quando fôr o açúcar despachado por estrada de ferro. Consta ainda do memorandum que a solicitação está na conformidade do que preceitua o art. 11, letra b do plano aprovado para a safra 1945/46. Debatido o assunto, dá-se vista ao Sr. José Carlos Pereira Pinto.

**Rendimento das canas de fornecedores** — A Seção de Estudos Econômicos, em ofício dirigido ao Sr. Presidente, apresenta os quadros do rendimento industrial das Usinas dos Estados do Rio, São Paulo e Minas Gerais, uma a uma, para efeito do pagamento de canas aos fornecedores. Resolve a C. E. aprovar os quadros.

**Inscrição de fábricas de rapadura** — A Comissão Executiva aprova o parecer da Seção Jurídica, de 12/6/45. exarado no processo em epigrafe, de interesse de Antônio Martins dos Santos, tendo em vista o que dispõe a Resolução n. 92/44, que regulamentou o Decreto-lei n. 6389, de 30/3/44, deferindo a solicitação de inscrição de engenho rapadureiro constante dêste processo e mais os pedidos de inscrição dos processos mencionados no aludido parecer e abaixo relacionados:

Benjamim Cristiano de Oliveira, Galileu Braz de Queiroz, Joaquim Fernandes de Oliveira, José Vasque Camelo, Lúcio Neves de Santana, Manuel da Silva Lobo, Maria Gonçalves de Matos, Silvestre Braz Barbosa, Voltaire Aires Cavalcante, Adelino Alves da Fonseca, Manuel Soares de Carvalho, Antônio Ferreira Sales, Antônio Heliodoro das Neves, Augusto de Almeida, Manuel Cesário de Sousa, Miguel Ponciano de Sousa, Antônio Teotônio Urani, Severino Ferreira Neto, Abel Alves de Carvalho, Adão Barbosa, Antônio Aires Cavalcante, Antônio Alves de Brito, Antônio Ferreira da Silva, Auto Vieira Júnior, Bento Mota, Bernardo Faustino de Sousa, Bernardo Rodrigues Sobrinho, Cicero Marques de Sousa, Cipriano Gonçalves Guimarães, Ciríaco José Moura, Crisanto Campelo da Silva, Dino Luís Barbosa, Do-



roteu Francisco Ramos, Edison Soares da Silva, Elpídio Santiago, Eliseu Gomes Paraíba, Francisco da Silva Barradas, Francisco Soares Teixeira, Gil Bispo de Maria, Gonçalo Apolônio de Almeida, Heli de Carvalho Cronemberger, Higino Barbosa Viana, Inocência Pereira do Espírito Santo, Jaime Alexandrino Nogueira, João Cordial de Sousa, João Elesbão da Costa, João Faustino de Sousa, João Pereira de Carvalho, João Pereira de Sousa, João Ribeiro Nascimento, João Rufino da Silva, Joaquim Amando Agra, Jonas Alves de Carvalho, José Barbosa Neto, José Cirino da Rocha, José Claro de Sousa, José Ferreira Sobrinho, José Pinto da Silva, José Portela Veloso, José Raimundo de Carvalho, José Raimundo de Sousa, José Rogério Nunes, José Vieira de Lima, José Vieira de Sousa, Leandro de Araújo Sousa, Ursulino Alves de Aquino, Lucas Borges Leal, Luís Clementino de Sousa Santos, Luís Pereira de Sousa, Luís Rodrigues da Costa, Manuel Barbosa Lima, Manuel Demóstenes de Carvalho, Manuel Everton Soares da Silva, Manuel Felix dos Santos, Manuel Rodrigues Gonçalves, Manuel Rodrigues da Silva, Manuel dos Santos Fonseca, Marcos Vieira da Silva, Maria Soares da Silva, Mariano Leal Sobrinho, Mariano Pereira da Silva, Mateus Ribeiro Soares, Miguel Arcanjo Soares, Napoleão de Araújo Leal, Micéas Alexandrino Nogueira, Olegário Batista de Oliveira, Paulo Vieira de Sá, Pedro de Oliveira Brito, Petrolina Moreira Ramos, Rafael Martins dos Santos, Raimundo Rodrigues de Oliveira, Raimundo Roque Ferreira, Raimundo da Silva Chaves, Reginaldo Alves dos Santos, Venâncio de Sousa Brito, Odilon Castanha, Vitorio Ferreira de Oliveira, Francisco Vaz de Queiroz, Joaquim Torquato de Brito, Valentim Ferrari, Bazileu Sendra dos Santos, Joaquim da Silva Lima, José Dias Marques da Silva, José Pergentino de Freitas, Orlando Mata, Rubens Ramos, Vicente Alexandrino Nogueira, Alberto Benvegnu, Antônio de Araújo Ferraz, Antônio Miguel da Silva, Fernandes Joaquim Fidêncio, Gabriel Botelho de Sousa Neto, João Pires Pimentel, José Francisco de Oliveira, Leoni Mismete, Marcelo Canevari & Irmãos, Predial São João S/A., Sebastião Joaquim de Carvalho.

— Aprovando os pareceres da Seção Jurídica, a Comissão Executiva autoriza o registro das fábricas de rapadura a que se referem os processos abaixo relacionados, ratificadas as demais exigências dos pareceres aprovados.

Doaciano Angelim, Elias Francisco de Andrade, Augusto Pereira da Costa, João Aleixo da Silva, Manuel Ermelindo Ferreira, Silvio Coelho, Manuel Gonçalves da Silva Campos, Antônio Severino da Silva, Benedito Fernandes de Faria, Benedito Antônio dos Santos, Basileu Batista do Nascimento, Antônio Teixeira Dias, Joaquim Frederico Pereira, José Ramos de Sousa, João Evaristo de Sousa, Luís Matias de Oliveira, Luís Simão Geraldo, Antônio Lisboa de Melo, Olímpio de Sousa Dias, Sebastião Landim de Sousa, Sebastiana Quintanilha, Manuel Antônio Rodrigues, João Gonçalves do Nascimento, Joaquim Marcelino Jofre, Manuel Quina de Siqueira, Pedro Mariano da Sil-

va, Francisco José Martins, Francisca Pereira, Jesuino Antônio dos Santos, João Pinto de Sousa, José Dela Coleta, José Dias de Oliveira, Júlio Franco de Godói, João Teresa Cursino, Manuel Rodrigues Maciel, Getúlio Gomes de Oliveira, Formino Dias de Sousa, João Alves Ferreira, Jerônimo Evaristo Ferreira, José Geraldo de Almeida, João Pasco Moreira, Raimundo Sousa Conceição, José Rodrigues Conceição, Cantalício Ferreira do Lago Atílio Bevilaqua, José de Toledo Alvim, Orlando Adão Carneiro, Edmundo Alves de Moura, Agenor Gomes Braga, Zeferino Pinto de Abreu, Onofre da Silva Pinto, Juvenal Rodrigues de Oliveira, Euclides Ribeiro de Oliveira e Silva, Deolino José do Nascimento, José Rabelo de Carvalhó.

**Fábrica de açúcar** — A Comissão Executiva, aprovando os pareceres da Seção Jurídica, resolve autorizar o registro das fábricas de açúcar, a que se referem os processos abaixo relacionados, fixados os limites em 50 sacos de açúcar:

Pedro Machado de Lima, Miguel Joaquim, Virginia de Sousa e Filhos, Joaquim Malaquias Ferreira, Antônio Scarabel, Sebastião Domingues Gouveia, Silvério José Valim, Procópio José Nogueira, Sinval da Silveira Brum.

**Fábricas de aguardente** — A Comissão Executiva, tendo em vista o que dispõe a Resolução n. 38/42, de 5/8/42, resolve autorizar o registro das fábricas de aguardente, a que se referem os processos abaixo relacionados, deferidos os pedidos constantes dos requerimentos que lhes deram origem: Raimundo Miranda da Silva, Romário Fernandes da Silva, Sebastião Rocha e Sebastião Teixeira de Brito.

**Fábricas de aguardente e rapadura** — Gabriel de Sousa Coelho — Minas Gerais, deferido.

**Inscrição e transferência de proprietários** — Júlio Batista de Sousa — Bahia, deferido.

**Aumento de limite de açúcar** — Vicente Gravina — São Paulo, indeferido.

**Venda de maquinaria** — Amaro Gomes de Andrade e Manuel Gomes de Andrade — Paraíba, deferido.

#### 43.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, José Carlos Pereira Pinto, J. C. Belo Lisboa, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Bonificação de álcool** — Aprova-se o parecer do Sr. Moacir Soares Pereira no processo em que a Usina Cacaú reclama sobre a bonificação que



lhe foi concedida pelo álcool produzido na safra 43/44.

**Fabricação de aguardente** — Autoriza-se, de acôrdo com o parecer da Seção de Estudos Econômicos, a Usina Itaici, Mato Grosso, a fabricar aguardente.

— Aprova-se o parecer da Seção de Estudos Econômicos, no processo de interêsse da Usina e Distilaria Dom João, Bahia.

**Transporte** — De acôrdo com o parecer da Gerência, resolve-se indeferir o pedido de financiamento da firma Bessa & Cia. para aquisição de um navio-tanque.

**Distilaria Central de Ponte Nova** — Em carta de 12/6/45, a Distilaria Central de Ponte Nova está encaminhando a esta Sede, uma consulta da Agência do Banco do Brasil, em Ponte Nova, relativa ao financiamento de canas de plantadores, destinadas à Distilaria Central de Ponte Nova, em virtude da falta de quota nas usinas locais. O Banco do Brasil, para realizar o financiamento, pede ao I. A. A. um compromisso escrito, nos termos transcritos na carta da Distilaria Central de Ponte Nova, citada. São lidos os pareceres emitidos a respeito, pelos Srs. Gerente do I. A. A. e Moacir Soares Pereira.

A Comissão Executiva, à vista dos pareceres, resolve aprovar as respectivas conclusões, mandando adotar as recomendações feitas pelo Sr. Belo Lisboa, relativas aos entendimentos entre fornecedores e usineiros, para o efeito de firmarem contratos de fornecimento de canas, que habilitem os fornecedores a conseguir financiamento no Banco do Brasil.

**Produção de açúcar** — Em ofício de 26/6/45, o Conselho Federal de Comércio Exterior comunica que o Sr. Presidente da República, por despacho de 7/6/45, aprovou a Resolução no processo em que foram estudadas, com a colaboração do I. A. A., “uma política de mais ampla produção açucareira do país, que abranja todo território nacional” e “a criação de novas fontes de riqueza agrícola nos Estados monocultores”. A C. E. toma conhecimento do caso, bem como das explicações dadas a respeito pelo Sr. Presidente.

**Tabelamento de cana** — O Sr. Joaquim Pinto solicita que dê a Comissão Executiva a devida interpretação ao art. 52 da Resolução 109/45, que admite a dedução de 33 quilos por tonelada de cana, nos Estados em que essa dedução esteja consagrada pela praxe. Entendem os usineiros que essa dedução incide sobre toda a cana entregue pelos fornecedores, quando, no entender destes pretendeu-se apenas manter o desconto onde e nos casos em que essa fôsse a praxe, prevista na lei n. 519. O assunto provoca debates, resolvendo-se por votação que a dedução incide sobre toda cana de fornecedores entregue às usinas, no Estado do Rio.

**Classificação de variedades** — Aprova-se a sugestão do Sr. Presidente, no sentido de ser ouvida a Estação Experimental de Campos a propósito das dúvidas levantadas pelo Sr. Joaquim Pinto quanto à classificação de variedades.

**Montagem de novas fábricas** — Em favor do parecer da Gerência, resolve-se que a montagem da usina da Colônia Agrícola Nacional de Goiás deve prosseguir, sem aumento de verbas por parte do I. A. A.

**Limitação** — Concede-se à Usina Barra, Pernambuco, um aumento, em caráter definitivo, de 1409 sacos de açúcar, nos termos da Resolução 74/43.

— Pelo mesmo fundamento, concede-se um aumento de 390 sacos à Usina São José de Junco, Sergipe.

**Incorporação de quotas** — Autorizam-se as seguintes: à Usina Santa Clara, São Paulo, a quota do engenho de Balduino Rodrigues da Silva; à Usina Jatiboca, Minas Gerais, a quota do engenho de José Lopes Carvalho.

— A C. E. manda arquivar os processos de interêsse de Iraci José Pereira, Minas Gerais, e Francisco Rodrigues Vieira, São Paulo.

— Autoriza-se a Usina Caxangá, Pernambuco, a moer as suas canas na Usina Bamburral, na safra de 1944/45.

**Inscrição de fábricas de rapadura** — Quintalvina Moreira Chaves — Minas Gerais. A Comissão Executiva aprova o parecer da Seção Jurídica, de 12/6/45, exarado no processo em epígrafe, de interêsse de Quintalvina Moreira Chaves, tendo em vista o que dispõe a Resolução n. 92/44, que regulamentou o Decreto-lei n. 6389, de 30/3/45, deferindo a solicitação de inscrição de engenho rapadureiro constante deste processo e mais os pedidos de inscrição dos processos mencionados no aludido parecer e abaixo relacionados:

Teodoro Soares da Fonseca, Teotônio Ferreira Barroso, Tiago Pereira de Siqueira, Tiburtino da Silva Pereira, Tomé Moreira Silva, Turíbio Batista de Sousa, Venâncio de Magalhães Mesquita, Vicente Alves de Paula, Vicente Antunes de Oliveira, Vicente Borges de Alvarenga, Vicente Domingos Polesca, Vicente Eduardo Pereira, Vicente Ferreira de Sousa, Vicente Gomes Rabelo, Vicente Mauricio da Silva, Virgílinio Soares Duarte, Virgílio José de Sousa, Teodoro Batista de Carvalho, Virgílinio Alves, Valdemar dos Santos, Antônio Celestino da Silva, Artidoro Pinto Damaso, Francisco Teixeira de Vasconcelos, Alfredo Borges da Silva, Antônio Pedro de Araújo, Agostinho Emílio, Augusto Alves de Barros, Aurélio Ferreira de Sousa, Bertulina Maria de Oliveira, Delfino Francisco de Oliveira, Deoclides José de Sousa, Deoclides Rodrigues de Oliveira, Domingos José de Almeida, Eduardo Rodrigues de Santana, Eliseu da Mata Carvalho, Elpidio José de Carvalho, Estanislau Gonzaga Rodrigues, Firmino Vieira dos Anjos, Francisco Lopes de Sousa, Galdino Xavier de Macedo, Guilhermino Francisco de Oliveira, Hermelino Francisco de Amorim, Honório José dos Santos, João



Cavalcanti de Araújo, João Francisco Teixeira, João Gaspar de Sousa, João Rodrigues Xavier, José Braz da Silva, José Candido Lopes Primo, José Ferreira de Almeida, José Joaquim de Oliveira, José Olímpio de Araújo, Leonel Alves dos Anjos, Lindolfo Uldorico Alves, Manuel Alves de Barros, Manuel Avelino de Almeida, Manuel Barbosa da Silva, Manuel Joaquim de Queiroz Matos, Manuel das Neves Sousa, Manuel de Sousa Benevides, Pedro Antônio de Oliveira, Pedro Rodrigues Leite, Raimundo José de Araújo, Rosalvo Pereira, Severino Pereira dos Santos, Teodoro Francisco Guimarães, Teófilo José da Silva, Joaquim Dias Bittencourt, Joaquim Marçal de Verdegosa, Joaquim Pereira Ribeiro, Joaquim Pires de Lima, Joaquim de Sousa Martins, Joel e Francisco Carneiro, Jonas Pinto de Carvalho Vilela, José de Almeida Rios, José Alves dos Santos, José Augusto de Figueiredo, José Bento da Silva, José Camilo dos Santos, José Costa Lima, José Costalonga, José Peres Sabino, José Firmino de Oliveira, José Francisco Rodrigues, José Francisco da Silva Tavares, José Isidoro Pereira, José Joaquim Borges, José Jorge Iunes Abeid, José Leôncio Filho, José Martins Leite Pereira, José Moreira de Abru, Augusto Bolonini, José Ovídio de Sepúlveda, José Pedro Dionísio, José Pereira Barbosa, José Pereira Mota, José Raimundo de Carvalho, José Rodrigues Pinheiro, Josias de Lima, Josino Alves Pereira, Juvenal Lacerda de Queiroz, Juvenal Querino Ribeiro, André Brasiliense do Couto Cartaxo, Antônio Augusto Saraiva, Antônio Cavalcanti Mota, Antônio da Costa Leitão, Antônio Ferreira Lima, Antonio Moraes de Pinho, Antônio Vieira Gomes, Antônio Vieira de Melo, Baltazar Barreira, Belarmino Cordeiro de Azevedo, Cícero Bernardes, Cícero José do Nascimento, Filomeno Gonçalves Maia, Flávio Alexandrino Nogueira, Francisco Manuel de Lima, Francisco Rufino da Silva, Laurindo Ferreira Jorge, Leonel Rodrigues da Silva, Levi Guerra da Silva, Lídio Leal, Lourival de Paula Assis, Lucas Tornichi, Luís Gomes da Silva, Luís Gonzaga dos Santos, Manuel Caeiro Gomes, Manuel Cândido da Silva Pôrto (Vva.), Manuel Ernesto Pereira, Manuel José Trindade (Herds.), Manuel Lopes, Manuel Pedro Ferreira, Manuel Pinheiro dos Santos, Manuel Rufino Magalhães, Maria Altina, Bonifácio de Barros, Maria Augusta de Castro Meira, Maria Paula Costa, Mariana Umbelina de Sá & Filhos, Martins Castro & Irmãos, Miguel Bento da Silva, Nascimento Teixeira de Sousa, Nelson Lacerda de Queiroz, Nelo Zambam Boreli, Neri Cândido Gomes, Odorico Gonçalves Campos, Orlando Vitaliano, Oscar Magalhães, Osvaldo do Carmo Santana, Pedro Cílio Zucoloto & Irmãos, Pedro Mendes Carneiro, Pedro Pereira Lima, João Antônio da Cruz, João Bezerra de Menezes, Joaquim de Oliveira Filho, Joel Marques, Jorge Melo Jorge, João Alves da Silva, José Baltazar Lopes Barreira, José Bastos Cavalcante, José de Brito Moreira, José Francisco Ferreira, José Gabriel Diniz, José Inocêncio de Figueiredo, José de Sousa Pedrosa, Luís Alexandrino de Oliveira, Maria Luísa da Costa, Mateus Francisco do Nascimento, Newton Alexandrino Oliveira, Pedro Celestino Sampaio, Pedro de Paula Cavalcante, Pompílio Fernandes de Sou-

sa, Rafael Henriques de Araujo, Raymundo Alves Vieira, Raimundo Lopes de Azevedo, Pedro Rodrigues Dourado, Plínio Ferreira de Jesus, Policarpo Pinho, Ponciano Ferreira de Sá, Reduzino Borges da Costa, Rodolfo Oliveira Vasconcelos, Rodrigo Meira Tanajura, Rodrigo Clemente de Cairés, Salatiel Madureira, Sebastião José Martins, Sebastião de Oliveira Lages, Silvério Manuel de Sousa, Silvestre de Paula Assis, Telírio Teodoro Campos, Teófilo Paulino de Sousa, Teotônio Ramalho da Silva, Umbelina Maria de Jesus, Vergino Martins das Chagas, Virgílio Raspante, Raimundo Machado da Ponte, Raimundo Sabino Alves, Teófilo José Soares, Veridiano Alexandrino de Oliveira, Vicente Alves de Sousa Pereira, Tiago de Sousa Machado, J. Saraiva de Alencar & Cia., Saul Alves da Fonseca, Clovis Furtado de Mendonça, Carlos José da Silva, Agenor Lustosa Cabelino, Antônio Lúcio Gomes, Deoclécio Moreira, Acácio Antônio dos Santos, Artur Canezin, Armindo Leme de Matos, Alcebíades de Sousa Spinola, Alberto Franco de Melo, Antônio Vital da Mota, Afonso de Oliveira Santos, Augusto Esmério da Silva, Carlos Lemos, Camilo Dansi, Ataíde de Almeida, Augusto Zaac, Antônio Zaneti, Antônio Pereira Campos Júnior, Antônio Moreira dos Santos, Antônio Luís Fontoura.

— Em petição de 18/6/41, Felício Antônio Buenos — Minas Gerais, solicita dispensa do pagamento da antiga taxa de estatística, alegando que vendera o seu engenho rapadureiro a outro fabricante de rapadura, também inscrito no Instituto, o qual, por sua vez, esclarece que apenas adquirira a maquinaria do referido engenho. A fls. 7 do processo, José Pedro Bueno Barros, filho do requerente, pede que lhe seja transferida a inscrição da fábrica em causa, visto não ter sido aproveitada pelo adquirente da maquinaria. A Seção Jurídica, em parecer que é aprovado, opina, pela concessão da inscrição, fazendo-se a devida comunicação ao interessado.

**Fábrica de açúcar** — Em petição de 26/4/39, como proprietário de um engenho situado no Município de Capela, Estado de Alagoas, solicita a inscrição da referida fábrica no Instituto.

A Seção Jurídica, em parecer que é aprovado, opina pelo deferimento do pedido.

#### 44.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 19 DE JULHO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto, Aderbal Novais e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Produção alcooleira** — Aprova-se o parecer do Sr. Moacir Soares Pereira contrário ao plano de incremento da produção alcooleira, apresen-



tado pelo Sr. Benedito Manhães Barreto ao Sr. Presidente da República e encaminhado ao exame do I. A. A.

**Cia. Usinas Nacionais** — A C. E. toma conhecimento de uma permuta de terrenos pertencentes ao Ministério da Justiça e a Cia. Usinas Nacionais, bem assim dados a respeito pelo Sr. Presidente.

**Tributação** — Aprova-se o parecer do Sr. João Soares Palmeira a respeito do comunicação feita pela Seção de Assistência à Produção sobre a aplicação da importância arrecadada com a taxa de 1 cruzeiro por tonelada de cana de fornecedores.

**Inscrição de fábricas de rapadura** — José Lago Mendonça — Minas Gerais. A Comissão Executiva aprova o parecer da Seção Jurídica, de 12/6/45, exarado no processo em epígrafe, de interesse de José Lago Mendonça, tendo em vista o que dispõe a Resolução n. 92/44, que regulamentou o Decreto-lei n. 6389, de 30/3/44, deferindo a solicitação de inscrição do engenho rapadureiro constante deste processo e mais os pedidos de inscrição dos processos mencionados no aludido parecer e abaixo relacionados:

José Lebrão Camacho, José Leite, José Leite dos Santos, José Leite Vieira e Luís Pereira dos Santos, José Lemos do Nascimento, José Lima da Rocha, José Lourenço da Silva, José Luís de Moraes, José Luís Nogueira, José Luís Pereira, José Luís da Silva Filho, José Machado, José Machado da Silva Leão, José Marcelino de Oliveira, José Marques da Costa Júnior, José Maurício, José Mendonça dos Santos, José de Miranda Moreira, José Moreira Dias, José Natalino, José Nonato Sobrinho, José Nunes de Oliveira, José Nunes Peixoto, José Pereira, José Pereira Amorim, José Pereira Borges, José Pereira Camargo, José Pereira Macena, José Pereira Madureira, José Pereira dos Santos, José Pereira da Silva, José Pimenta de Moraes, José Ribeiro dos Santos, José Ribeiro de Sousa, José da Rocha Baldaia, José Rodrigues Ferreira, José Rodrigues Pinheiro Viana, José Rodrigues dos Reis, José Simões Miranda, José Soares Pereira, José da Veiga Machado, José Vieira de Almeida, José Vieira de Sousa, Leonardo Soares Sousa, Leonardo Vieira dos Santos, Leonel Iacomini e Idamo Iacomini, Leopoldino Soares da Silva, Lídio Teodoro Oliveira, Lucas André Amaral, Lucas Ramos da Silva, Lúcio Gonçalves Ramos, Ludgero Barbosa de Sousa, Luís Gonzaga Martins, Manuel Camargo, Manuel Cardoso Soares, Manuel Cardoso de Sousa, Manuel Cecílio de Almeida, Manuel Cesário de Sousa, Manuel Crispim da Costa, Manuel Dias da Silva Manuel Ferreira de Sousa, Manuel Francisco Ribeiro, Manuel Gomes Brandão, Manuel Gomes da Fonseca, Manuel Gonçalves Macedo, Manuel Jácomo Rodrigues, Manuel José Lino, Manuel Leandro Correia, Manuel Mendes de Queiroz, Manuel Moreira Nisa, Manuel Pereira de Oliveira, Manuel Pereira dos Santos, Manuel Pires Martins, Manuel Ramos Nogueira, Manuel Rodrigues de Miranda, Manuel Rodrigues dos Santos, Manuel Vieira Araújo, Marcelino Sousa Santos, Marcolino Evangelista da Silva, Marcolino Soares Barbosa, Marcos Dias Figueiredo, Maria

Bárbara Vieira, Maria Carneiro e Irmãos, Maria Ferreira Freire Murta, Maria Vitorina de Oliveira, Mário Barbosa, Martinho Alves de Magalhães, Martiniano Ferreira de Sousa, Miguel Freire Murta, Militão José de Azevedo, Modestina Miranda Chaves, Moisés José Vieira, Olímpio Ribeiro Guimarães, Oscar Rodrigues Alves, Osvaldo Ramos dos Santos, Otaviano Pinheiro Lopes, Otávio Esteves Reis, Otávio Vicente da Costa, Osório Barbosa de Lima, Pacífico Lopes, Paulo Gomes Fonseca, Pedro Abel Ferreira, Pedro Augusto Veloso, Pedro Celestino de Carvalho, Pedro Dias de Carvalho, Pedro Ferreira da Silva, Pedro Henrique de Oliveira, Pedro Marques Anes, Pedro Moraes, Pedro de Oliveira Barros, Pedro de Oliveira Braga, Pedro Pereira dos Santos, Pedro Pinto da Costa, Pedro Rodrigues Cordeiro, Protásio Fernandes das Mercês, Raimundo Alexandre Alves, Raimundo Sousa Cruz, Ramiro Domingos da Silva, Ramiro Pinheiro Barbosa, Ramiro Teixeira, Regino Inácio Ramos, Reinaldo Camargo dos Santos, Roberto Cordeiro Oliveira, Romualdo Anastácio, Rozendo Teles Afonso, Rufino Alves Santos, Rufino Alves dos Santos, Rufino Pereira Santos, Rufino Ribeiro de Carvalho, Osório e Osvaldo Pereira Tristão, Rui Alves Barroso, Sabino Mendes Soares, Salim Alfredo Matar, Santos Alves Cardoso, Santos Ribeiro Cordeiro, Santos Rocha Guimarães, Sátiro Luís de Oliveira, Saturnino Fernandes da Silva e outros, Saturnino Soares de Castro, Sebastião Barbosa dos Santos, Sebastião Cordeiro de Santana, Sebastião Dias da Silva, Sebastião Elói de Paula, Sebastião Ferreira de Lacerda, Sebastião Francisco Almeida, Sebastião Francisco de Medeiros, Sebastião Gomes Guimarães, Sebastião Gomes de Melo, Sebastião José Alves, Sebastião Luís de Sousa, Sebastião Martins Santos, Sebastião Maximiano Tavares, Sebastião Moreira Cardoso, Sebastião Nunes Peixoto, Sebastião Oliveira, Sebastião Pereira de Sousa, Sebastião Rodrigues Mendes, Sebastião de Sousa Prates, Sérgio da Costa Guedes, Sérgio Martins de Azevedo, Sérgio de Sousa Borges, Sérvulo Alves de Macedo, Silvestre Teodoro Cordeiro, Simão da Costa Campos, Simpliciano Borges da Silva, Sinésio Gonçalves de Sousa, Teodolino Cardoso de Mendonça, Teodomiro Francisco de Azevedo.

**Alteração de maquinaria** — Em petição de 21/7/43, Nicodemo Alves de Sousa — Minas Gerais, solicita autorização para movimentar, a água o engenho de sua propriedade, situado em São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais. A Seção Jurídica, em parecer aprovado, opina pelo deferimento do pedido, desde que não haja modificação nas demais peças do maquinismo, não podendo o interessado, futuramente, pleitear aumento de limite sob fundamento de substituição concedida.

**Inscrição e transferência de proprietário** — Em petição de 6/2/43, Nilson Charpinel Junger — Espírito Santo, solicita a inscrição de um engenho rapadureiro situado em São José do Calçado, Estado do Espírito Santo, que adquiriu por compra, conforme certidão de escritura de fls.



3. A Seção Jurídica, em parecer aprovado, opina pelo deferimento do pedido.

**Transferência de proprietário** — Em petição de 8/3/44, Horácio Pacheco Alves — São Paulo, solicita a averbação da transferência de um engenho que alega ter adquirido de Joaquim Alves da Silva. A Seção Jurídica, em parecer aprovado, opina pelo indeferimento do pedido.

#### 45.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 19 DE JULHO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Inscrição de fábrica de rapadura** — A Comissão Executiva aprova o parecer da Seção Jurídica, de 15 de junho de 1945, exarado no processo de interesse de Antônio de Moraes Rodrigues, tendo em vista o que dispõe a Resolução n. 92/44, que regulamentou o Decreto-lei n. 6389, de 30/3/44, deferindo a solicitação de inscrição do engenho rapadureiro constante deste processo e mais os pedidos de inscrição dos processos mencionados no aludido parecer e abaixo relacionados: Joaquim do Couto Pereira, Joaquim Cordeiro da Silva, Isaias Caetano e Joaquim Vieira de Sousa.

— Em petição de 30/10/40, Antônio Francisco de Maria — Ceará, proprietário de um engenho rapadureiro, situado em Missão Velha, Estado do Ceará, solicita aumento da quota da produção da referida fábrica. Como o engenho em causa não estivesse inscrito no Instituto, a Comissão Executiva, em sessão de 6/8/41, decidiu determinar o desmonte e lacramento do mesmo. Entretanto, a Seção Jurídica, em parecer aprovado, tendo em vista o fato de ainda não ter sido cumprida a decisão e em face do que dispõe o Decreto-lei n. 6389, de 30/3/44, opina pela reconsideração da mesma, para o efeito de tomar o Instituto conhecimento do pedido de fls. 2, a fim de conceder a inscrição, fazendo-se ao interessado a devida comunicação.

**Fábrica de açúcar** — Leovaldo Leme de Sousa — São Paulo, manda-se arquivar.

**Fábrica de aguardente** — Anselmo Almeida Bonfim — Bahia, manda-se arquivar.

**Fábrica de rapadura e aguardente** — Manuel Felino Tenório — Alagoas, deferido; João Luís Alves Torres — Minas Gerais, deferido.

**Cancelamento de inscrições** — Francisco de Oliveira — Estado do Rio de Janeiro, deferido; Francisco Hilário da Costa — Minas Gerais, deferido.

#### 46.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, J. Bezerra Filho, Arnaldo Pereira de Oliveira, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Expediente** — Em telegrama de 23 do corrente, o Sr. Atílio Magon, na qualidade de Secretário, comunica a instalação da Associação de Fornecedores e Lavradores de Cana da Comarca de Sertãozinho, no Estado de São Paulo, bem como a eleição da sua primeira diretoria.

**Transformação** — De acôrdo com o parecer do Gerente, autoriza-se o pagamento da importância de 72 mil cruzeiros à Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, correspondente às despesas com a transformação de 6 mil sacos de açúcar demerara em cristal.

**Incorporações de quotas** — Autorizam-se as seguintes: à Usina Rio Branco, Minas Gerais, a quota do engenho de Vitalino de Oliveira Carmo; à Usina Santa Helena, Minas Gerais, a quota do engenho de Manuel Alves Moreira Lana; à Usina Jatiboca, Minas Gerais, a quota do engenho "Areas", de Pedro Francisco da Silva; à Usina São João, Minas Gerais, a quota do engenho de Artur de Sousa Machado.

— E' indeferido o processo de interesse da Usina Santa Teresinha e Antônio Portela Ramos, Pernambuco.

**Averbações de transferência e fixação de limites** — Henrique Vieira — Minas Gerais, dá-se provimento em parte. Manuel João de Araujo Coutinho (herds.) — Pernambuco, indeferido.

**Inscrição de fábricas** — A Comissão Executiva aprova o parecer da Seção Jurídica, de 15/6/45, exarado no processo em epígrafe, de interesse de Teófilo José Moura, tendo em vista o que dispõe a Resolução n. 92/44, que regulamentou o Decreto-lei n. 6.389, de 30/3/44, deferindo a solicitação de inscrição do engenho rapadureiro constante deste processo e mais os pedidos de inscrição dos processos mencionados no aludido parecer e abaixo relacionados: Tomaz Coletto dos Santos, José Dias Pereira, Antônio Dansi, Nassib Cade, Zeferino de Sousa Ormundo, Zeferino Batista dos Santos, José Ranulfo de Freitas, Adriano de Backer, Antônio de Angeli e Angelo Altoé.

**De açúcar** — Moisés Pereira Ramos — Estado do Rio, indeferido.

**Cancelamento de inscrição** — Antônio Ferreira da Costa — Alagoas, deferido.

**Aumento de limite** — Narciso Leite — Minas Gerais, deferido. T. Svendsen & Matthiessen — Usina Capuava — São Paulo, indeferido.

**47.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM  
26 DE JULHO DE 1945**

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, J. Bezerra Filho, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Distilaria Presidente Vargas** — Aprova-se a proposta do Sr. Presidente no sentido de ser encaminhado com vista ao Sr. Moacir Pereira o relatório do químico Vinitius dos Anjos sobre a aquisição de matéria prima para a distilaria Presidente Vargas.

**Empréstimo** — Nos termos do parecer da Seção de Assistência à Produção, autoriza-se o empréstimo de 1.500.000 cruzeiros à Cooperativa dos Plantadores de Cana de Minas Gerais.

**Tabelamento** — Aprova-se a proposta do Sr. Presidente, no sentido de serem distribuídas cópias aos membros da C. E., do relatório da Estação Experimental de Campos sobre a variedade C. P. 27/139.

— O Sr. Presidente manda ler o parecer da Seção Jurídica sobre o memorial do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado do Rio de Janeiro, solicitando a manutenção de uma tabela única de pagamento de cana, na base de 48 quilos de açúcar por tonelada de cana. Depois de debatido o parecer, aprova-se o seguinte: 1) Solicitar o pronunciamento dos sindicatos de classe de Campos, a respeito do acôrdo apresentado à Comissão Executiva, à vista do que dispõe o art. 611, parágrafo único da Consolidação das Leis do Trabalho, seguida, no caso, por analogia e em consequência do preceituado no art. 23 do Estatuto da Lavoura Canavieira; 2) Ratificado o acôrdo pelas Assembléias Gerais dos Sindicatos de Classe, a Comissão Executiva baixará uma Resolução, para o efeito de o tornar obrigatório entre as partes interessadas.

**Montagem de fábricas** — Aprova-se a sugestão do Sr. Presidente, no sentido de se encaminhar ao Sr. Corrêa Meyer o relatório do agrônomo Adrião Caminha Filho sobre as possibilidades do Município de Morretes, Estado do Paraná, para a cultura da cana e instalação de uma usina de açúcar e uma distilaria de álcool.

**Inscrição de fábrica de aguardente** — Henrique Grinberg — Estado do Rio, deferido.

**Aumentos de limites** — José Lourenço da Graça — Alagoas, concede-se um aumento de 187 sacos. José Lourenço da Graça — Alagoas, concede-se um aumento de 107 sacos.

**Inscrição e alteração de maquinaria de engenho** — Cincinato de Alencar Sete — Pernambuco, deferido.

**48.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM  
1 DE AGOSTO DE 1945**

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Correia Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, J. C. Belo Lisboa, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Concurso na Seção Jurídica** — Aprova-se uma proposta do Sr. Castro Azevedo referente ao preenchimento de vagas na Seção Jurídica.

**Distribuição de álcool** — E' lido um telegrama da Associação Profissional do Comércio de Engarrafadores de Alcool e Bebidas em Geral, de São Paulo, manifestando a sua plena satisfação pelo perfeito e criterioso plano de racionamento do álcool de 96° G. L. para os engarrafadores e atacadistas daquele Estado.

**Fabrico de aguardente** — Autoriza-se a Empresa Empreiteira de Estradas Ltda. a fabricar aguardente na safra de 1945/46, na distilaria de sua propriedade, em Macaé.

— Dá-se vista ao Sr. Moacir Pereira do Proprietary em que a Coletoria Federal de Ceará Mirim, Rio Grande do Norte, solicita autorização para que a Usina Ilha Bela possa fabricar aguardente.

**Tabelamento de cana** — Aprova-se a proposta do Sr. Presidente, no sentido de se encarregar o Chefe da Seção de Estudos Econômicos de apresentar parecer escrito sobre o pedido do Sindicato dos Industriais do Açúcar de Minas Gerais de lhe ser concedida também autorização para deduzir do preço das canas a importância de 3 cruzeiros, como compensação de aumento de salários e fretes.

**Tributação** — A C. E. aprova as conclusões dos pareceres da Seção Jurídica e da Seção de Assistência à Produção com referência ao pedido da Cooperativa dos Plantadores de Canas de Sergipe quanto à taxa de 50 centavos por tonelada de cana de fornecedores.

**Inscrição de fábricas** — Dá-se vista ao Sr. Pereira Pinto do processo em que o comerciante Elpidio Volponi pede a inscrição de uma refinaria de açúcar.

— A C. E., autoriza a inscrição das fábricas de



rapadura dos interessados a seguir mencionados:

Raimundo Napoleão de Macedo, Joaquim Carlos Martiniano, José Eleutério do Nascimento, José Fernandes da Silva, Joaquim Cândido Ribeiro, Joaquim Cândido de Sousa, Avelino Bezerra, Antônio Tabosa de Sousa, Alfredo Pereira Caixeta, Antônio Costa Filho, Antônio Pereira de Paiva, Antônio Pereira da Silva, Benedito de Oliveira Campos, Jacinto Ferreira da Costa, Maria Teixeira de Moura, João Pereira da Silva, Manuel Gonçalves Sampaio Sobrinho, João Pereira de Almeida, José Pedro das Neves, Virgolino Cardoso de Sá, Egidio Alves de Souza, Ezequiel de Souza Castro, Egídio Pires de Azevedo, José Fortunato da Silva, Honorato José de Andrade, Joaquim Cardoso de Melo, Antônio Faria, Eusébio Garcia Bastos, Joaquim Cândido Ferreira, José Teixeira de Vasconcelos, José Alves Sousa, José Alves Oliveira Leite, José Alves Pereira, Francisco Coelho de Melo, Francisco Arantes Junqueira, Francisco Antônio da Silva, Marcílio Alves de Araújo, Claro Rosa de Santana, Silvino Forreti, Antônio Anastácio Gomes, João Martins de Almeida, Afonso de José Altoá, Inocêncio Lemos da Silva, Antônio Luís de Moraes, Geraldo Lacerda de Queiroz, Isolino Alves da Silva, Hermínio de Aquino Medeiros, Gustavo Barbosa, Amador Teixeira dos Santos, Antônio Fernandes de Lima, Adolfo Alves de Lima, Alberto Macatroze & Irmão, Augusto Ferreira Godinho, Catarina Latini, Gabriel de Sousa Silva, Olímpio Pereira Jardim, Felismino Alves Malaquias, Américo Louvate, Luís Pesca, Elias Antônio da Silva.

— De acôrdo com os pareceres da Seção Jurídica, a C. E. manda inscrever os engenhos rapadureiros de Anastácio Ferreira dos Santos, André Rodrigues da Silva, Alfredo Tomás de Oliveira e herdeiros de Almínio Cândido de Menezes, todos no Estado do Ceará.

— Manda-se inscrever como produtor de rapadura e aguardente o engenho de Benvindo José da Costa & Irmão, São Paulo.

**Inscrição de fábrica de açúcar e transferência de proprietário** — Francisco Luís da Silva — Minas Gerais, deferido.

**Inscrição de fábrica de açúcar e aguardente e transferência de proprietário** — João Lessa de Azevedo — Alagoas, aprova-se o parecer da Seção Jurídica.

**Transferência de proprietário e aumento de limite** — Chidi Maluf — São Paulo, aprova-se o parecer da Seção Jurídica.

**Modificação de espécie** — Alfredo Luís de Almeida — Minas Gerais, deferido.

#### 49.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 2 DE AGOSTO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Correia Meyer, J. Bezerra Filho, Jo-

sé Carlos Pereira Pinto, J. C. Belo Lisboa, Luís Dias Rollemberg, Aderbal Novais, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto, Moacir Soares Pereira e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Expediente** — Constou da leitura do parecer do Sr. Pereira Pinto a respeito do pedido de aumento de salários dos trabalhadores agrícolas e pecuários de Campos, resolvendo-se que o processo volte à Seção Jurídica para os devidos fins.

**Fornecimento de cana** — Em face de uma exposição do Sr. Pereira Pinto relativamente à questão entre a Usina Santa Cruz e os colonos Augusto Aires Pinto e outro, o Sr. Presidente declara que vai agir no sentido de ser dada pronta solução ao caso.

**Plano de defesa** — De acôrdo com o parecer do Sr. José Carlos Pereira Pinto, a C. E. indefere o pedido do Sr. B. Lizandro, proprietário da Usina São João, Campos, referente à Cobrança de fretes.

**Produção de açúcar** — Resolve-se adiar o debate sôbre as minutas de resolução referentes a "A distribuição, entre os usineiros, a título definitivo, dos aumentos de limite da produção açucareira" e ao "Melhoramento das fábricas de açúcar do tipo banguê e turbinado".

**Inscrição de fábricas de rapadura** — Ana Viana de Sousa — Minas Gerais.

A Comissão Executiva aprova o parecer da Seção Jurídica, de 18/6/45, exarado no processo em epígrafe, de interêsse de Ana Viana de Sousa, tendo em vista o que dispõe a Resolução n. 92/44, que regulamentou o Decreto-lei n. 6.389, de 30/3/44, deferindo a solicitação de inscrição de engenho rapadureiro constante dêste processo e mais os pedidos de inscrição dos processos mencionados no aludido parecer e abaixo relacionados:

Miguel José da Luz, Antônio Pinto Ferreira, Alexandre Balbo, Belmiro Matias de Oliveira, Francisco Antônio Rodrigues, Antônio Simões Nogueira, José Rodrigues, Sebastião Rodrigues de Oliveira, José Lourenço Viana Filho, Ana Alves da Rocha, Antônio de Sena Bezerra, Antônio Rodrigues Cavalcante, Antônio Mateus Peres, Antônio Francisco de Sousa, Antônio José Gonçalves, Antônio Fernandes Oliveira, Antônio Fernandes Pinheiro, José Rabelo da Silva, Francisco Monteiro de Lima, João Carlos da Silva, Joaquim Maria Filho, João Daniel da Silva, Galdino Ricardo da Silva, João Joaquim do Nascimento, Gerinaldo Gomes Cardoso, Joaquim Cândido Alves, João Rodrigues de Assis, José Alberto de Sousa, José Baltazar de Sousa.

— Helium Amaral — Estado do Rio, deferido.

**Fábricas de aguardente** — A Comissão Executiva, tendo em vista o que dispõe a Resolução n. 38/42, de 5/8/42, resolve autorizar o registro das fábricas de aguardente, a que se referem os processos abaixo relacionados, deferidos os pedi-



dos constantes dos requerimentos que lhes deram origem:

Laura Wanderlei Paranho Ferreira, Andréa Carrara Sobrinho, José Silvestre Vieira, João Guilhaume da Fonseca, Adargé Vieira Marcondes, Bolezlau Griczak, Basílio Rotili, Alfredo Peiter, José Barbosa, Ramiro Tomás da Silva. Jacinto Oliveira da Silva, Fioravante Trevisan, Teodoro Rodrigues Lima, Pedro Pulig, Raimundo Leonídio de Almeida, João Pereira Ramos, Carlos Sousa.

**Modificação de espécie** — Joaquim Gomes da Silva — Minas Gerais, solicita ao Instituto a modificação, para rapadura, da inscrição para produção de açúcar referente ao engenho de sua propriedade, situado em Presidente Vargas, Estado de Minas Gerais. A Seção Jurídica, em parecer aprovado, opina pelo deferimento do pedido.

— João Ferreira dos Santos — Minas Gerais, solicita que seja modificada, para rapadura, a inscrição para produção de açúcar referente ao engenho de sua propriedade, situado em Guanhões, Estado de Minas Gerais. A Seção Jurídica, em parecer aprovado, opina pelo deferimento do pedido.

**Inscrição de fábrica de rapadura e transferência de proprietários** — Joaquim Luís de Mendonça — Minas Gerais, deferido.

**Inscrição de fábrica de açúcar e transferência de proprietário—Cancelamento de inscrição** — Tomás Luís de Moraes Rêgo — Pernambuco, tendo adquirido toda a maquinaria, quota de produção e demais pertences do engenho "Cumbe", solicita averbação de transferência de inscrição e remoção da maquinaria para o seu engenho denominado — "Dois Irmãos" — localizado no Município de Moreno, Estado de Pernambuco. A Seção Jurídica, em parecer aprovado, tendo em vista a informação da Seção de Estatística, segundo a qual o engenho em causa ainda se acha inscrito em nome de Mário Castro, com um limite de 125 sacos e não com 150 como pretendem os interessados, opina pelo deferimento do pedido constante da inicial para o fim de ser inscrito o engenho "Dois Irmãos", em nome de Tomás Luís de Moraes Rêgo, com um limite de 125 sacos de açúcar, procedendo-se, em consequência, ao cancelamento da inscrição do engenho "Cumbe", que deixou de existir. Acentua ainda o aludido parecer que preliminarmente deve ser feita a averbação da transferência da inscrição do nome de Mário de Castro, para o nome de Ulisses Faria Correia, observadas as formalidades usuais e feitas as devidas comunicações aos interessados. A Comissão Executiva aprova o parecer da Seção Jurídica.

**Transferência de proprietário** — José Francisco de Almeida — Goiás, manda-se arquivar.

**Alteração de maquinaria** — Waldemar de Rezende Urbano — Minas Gerais, nega-se provimento.

**Aumento de limite** — Manuel Aurélio Silva — Minas Gerais, concede-se um aumento de 20 por cento.

**Cancelamento de inscrição** — Manuel José de Santana — Bahia, manda-se cancelar.

**Fixação de limite** — Irmãos Ferreira — Minas Gerais, concede-se o limite de 100 sacos.

## 50.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 8 DE AGOSTO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Correia Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, J. C. Belo Lisboa, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Expediente** — Relativamente ao expediente da sessão, foram comunicados à Casa os seguintes assuntos: Juntamente com o seu memorandum desta data, o Sr. Álvaro Simões Lopes encaminha ao Sr. Presidente do Instituto uma relação de 138 colonos da Colônia Agrícola Nacional de Goiás que já realizaram plantações de cana, em quantidade suficiente para suprir parte da matéria prima necessária ao funcionamento da usina que naquele núcleo está em vias de ser instalada. Informa também o Sr. Álvaro Simões Lopes que já se acham localizadas naquele Núcleo Colonial 1.600 famílias.

As informações prestadas pelo Sr. Álvaro Simões Lopes coincidem com as que foram, há pouco tempo, prestadas pelo Sr. Jair Meireles, e que constam de ata da Comissão Executiva.

— Em telegrama de 7 do corrente, o Sindicato Agrícola de Campos comunica ao Instituto que os lavradores ratificam o acôrdo de 19 de julho de 1945, celebrado com o Sindicato da Indústria do Açúcar de Campos. Em telegrama da mesma data, o Dr. Procurador Regional do Instituto, no Estado do Rio, confirma a notícia da ratificação do acôrdo, pelo Sindicato Agrícola de Campos.

— O Inspetor Fiscal Laurindo Carneiro Leão comunica, em telegrama que a perspectiva da safra 1945/46 das usinas do Estado da Paraíba é de produção superior à da safra anterior. Pretendiam as usinas paraibanenses iniciar a safra em 15/8/45, mas, devido às chuvas que estão caindo no Estado, não se poderá garantir aquela pretensão.

**Gratificação** — De acôrdo com o parecer do Sr. Otávio Milanez, resolve-se conceder uma gratificação de 700 cruzeiros mensais ao oficial administrativo Licurgo Veloso, quando no exercício do cargo de secretário da Comissão Executiva.

**Alcool** — Atendendo a uma solicitação do Sr. Correia Meyer, o Sr. Presidente presta esclarecimentos sobre a interpretação do art. 22 da Resolução 110/45.

— Aprova-se o parecer da Seção de Estudos Econômicos, contrário ao requerimento do Sindi-



cato da Indústria do Açúcar de Sergipe, solicitando pagamento de bonificação sobre o álcool potável produzido em 1943/44.

— A S. A. Leão Irmãos, em requerimento de 27/6/45, solicita, por considerar de inteira justiça, que lhe seja paga a diferença de Cr\$ 327.384,50, como bonificação pelo álcool fabricado de mel intra-limite, e Cr\$ 65.394,90 de mel residual, de sua produção na safra de 1943/44. Aprova-se o parecer contrário do Gerente, dando-se vista do processo ao Sr. Moacir Pereira.

— Encaminha-se à Seção de Estudos Econômicos, o parecer da Seção de Fiscalização relativo à consulta da Delegacia Regional de São Paulo sobre as saídas de álcool da Cia. Química Rhodia Brasileira.

— O Sr. Pereira Pinto solicita que se dê pressa aos estudos sobre a distribuição de álcool em Campos, declarando o Sr. Presidente que tomará as devidas providências.

**Distilaria de Santo Amaro** — O Sr. Presidente manda ler um telegrama do Gerente da Distilaria de Santo Amaro, Bahia, comunicando que até 1 de agosto a produção de álcool havia ultrapassado a 4 milhões de litros.

**Financiamento** — Aprova-se a proposta da Seção de Assistência à Produção para a abertura de créditos às cooperativas de plantadores dos Estados da Bahia, Pernambuco e Sergipe, de acordo com a arrecadação da taxa de 1 cruzeiro por tonelada de cana de fornecedores na safra de 1943/44.

**Abastecimento** — Aprova-se a prestação de contas relativas às operações de colocação e transporte de 63.167 sacos de açúcar de Pernambuco para São Paulo.

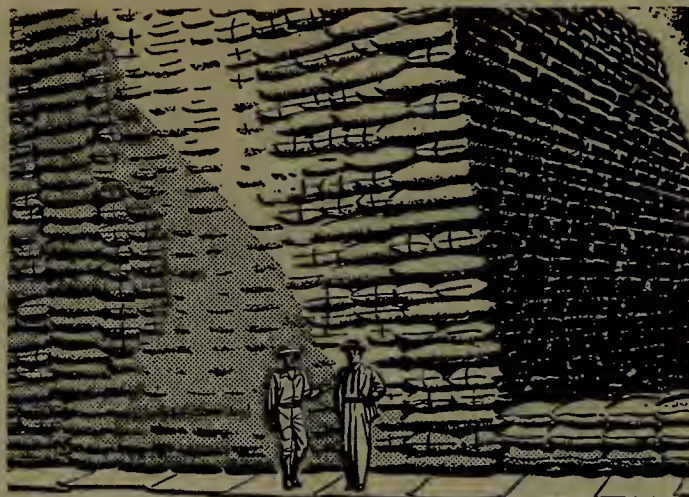
**Limitação** — Aprova-se o parecer da Seção de Estudos Econômicos contrário ao requerimento da Usina Bandeirante do Paraná Ltda., solicitando aumento de limite.

**Transporte** — O Sr. Gerente, em face de uma exposição do Sr. Pereira Pinto sobre o escoamento da safra de Campos, presta informações que estão sendo tomadas junto à Comissão de Marinha Mercante para obter transporte para os açúcares daquele centro.

**Tributação** — Aprova-se uma proposta do Sr. João Soares Palmeira, relativa ao auto de infração lavrado contra a Usina Uruba, Alagoas, por falta de pagamento de 1 cruzeiro por tonelada de cana.

— Encaminha-se à Seção Jurídica uma exposição da Seção de Fiscalização a respeito do direito de impor penalidades por infrações.

**Incorporação de quotas** — Autorizam-se as seguintes: à Usina N. S. Aparecida, São Paulo, a quota do engenho de Francisco Valdemarim; à Usina Jatiboca, Minas Gerais, a quota do engenho de Joaquim Bertoldo Jarajau; à Usina São Ma-



## Proteja sua Produção Contra a Umidade com SISALKRAFT

Usando SISALKRAFT V.S. elimina a necessidade dos calços—evita a rotura dos sacos—consegue uma proteção absoluta contra a umidade.

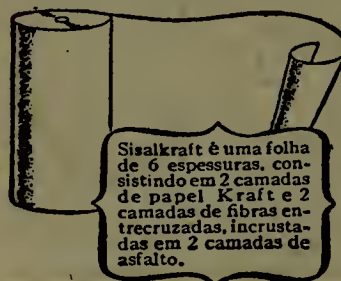
**Facil de Usar — Facil de Aplicar!** Basta estender o Sisalkraft no pavimento de seu armazem e amontoar sobre ele os sacos, à altura desejada. Não é preciso usar calços! Sendo à prova de água, Sisalkraft elimina os perigos da umidade superficial, de uma vez para sempre.

E ao eger SISALKRAFT disfrutará de outra vantagem... não há praticamente conhecimento da rotura de sacos, quando protegidos da umidade!

**Economize em Mão de Obra e Materiais** Passe em revista os fatos supra. Os sacos podem ser amontoados a qualquer altura! Não é preciso usar calços! Não há estragação de sacos! A facilidade de manipulação e instalação reduz as despesas de mão de obra.

V.S. verificará que o SISALKRAFT lhe poupa dinheiro em quase todo aspeto da armazenagem. Seu custo inicial é baixo; pode ser usado repetidas vezes. Pode ser comprado por menos do que se pagaria somente pelos calços. Oferece muitos outros usos econômicos, tais como o de proteger motores, painéis elétricos, maquinaria, etc.—especialmente durante as épocas inativas.

Peça-nos hoje informações completas.



Sisalkraft é uma folha de 6 espessuras, consistindo em 2 camadas de papel Kraft e 2 camadas de fibras entrecruzadas, incrustadas em 2 camadas de asfalto.

*Sisalkraft tomou o seu lugar no esforço de guerra das Nações Unidas, e talvez não seja obtido em toda ocasião. Isto se deve às dificuldades de transporte, etc.; mas estamos fazendo os maiores esforços para manter seu país devidamente abastecido.*

**THE SISALKRAFT CO.**  
205 WEST WACKER DRIVE · CHICAGO, E. U. A.  
LONDRES, INGLATERRA SYDNEY, AUSTRALIA

DISTRIBUIDORES: CASA HILPERT S.A.  
Av. Rio Branco, 26 - 15.º andar — Rio de Janeiro



nuel, São Paulo, a quota do engenho de Sebastião Pedroso da Silva.

— Autoriza-se a moagem das canas das Usina Três Marias, Pernambuco, pela Usina Central Barreiros.

**Aumento de limite** — De acôrdo com a Resolução 74/43, concede-se um aumento de 143 sacos à Usina Varzinha, Sergipe.

**Pagamento de taxa** — Deferido o processo de interêsse de Pascoal de Sousa Ávila, Sergipe.

**Modificação de espécie** — Indeferido o processo de interêsse de Giacomo Tiers & Filhos, São Paulo.

**Inscrição de fábricas de rapadura** — Augusto José dos Santos — São Paulo. A Comissão Executiva aprova o parecer da Seção Jurídica, de 22/6/45, exarado no processo em epígrafe, de interêsse de Augusto José dos Santos, tendo em vista o que dispõe a Resolução n. 94/44, que regulamentou o Decreto-lei n. 6.389, de 30/3/44, deferindo a solicitação de inscrição do engenho rapadureiro constante dêste processo e mais os pedidos de inscrição dos processos mencionados no aludido parecer e abaixo relacionados:

Antônio Augusto Pinto, Antônio Galiano, Antônio Gonçalves de Sousa Melo, Antônio Idalgo Leite, Antônio Joaquim Pereira, Antônio José da Cunha e Antônia Francisca do Prado, Antônio Justino do Prado, Antônio Leite dos Santos, Antônio Leme de Macedo Filho, Antônio de Oliveira Campos, Antônio Pinto de Moraes, Antônio Pinto da Silva, Banco F. Barreto S/A., Benedito Cubas de Siqueira, Benedito Eleutério Martins, Benedito Ferreira da Silva, Avelino Esmério da Silva, Benedito José Pires, Benedito Pereira da Cunha Sobrinho, Benedito Ribeiro Machado, Benedito Serafim Antônio, Bento Augusto Rodrigues, Braz Fernandes, Avelino Manuel de Oliveira, Benedito Laureano Filho, Fausto Ferreira de Melo, Francisco Fernandes dos Santos, Luís Brabiot Sobrinho, Laurindo de Sousa Machado, João Ferreira de Melo, Balbino de Sousa, Antônio José de Sousa, Antônio José dos Santos, Antônio Estevão Gil, Antônio Elisiário de Miranda, Antônio Constâncio Curti, Antônio Augusto de Melo, Ângelo Pecini, Elias Sherrer, Edith Caiado, Durval Pereira de Moraes, De Ângeli Valentine, Corbiniano Antônio Baltino, Clodomiro Faria, Luís Ferreira de Rezende, Lúcio Moreira da Gama, José Vitorino de Araújo, Antônio Vitorino de Araújo, Onesindo Pacheco, José Joaquim de Carvalho (herds.), João Braga Cavalcanti, Caetano Passarini, Cesário Leite do Prado, Cláudio José de Sousa, Custódio Batista Nunes, Brasília Leite de Siqueira, Jácomo Marineck, Januário Alves Ferreira, Josafá Leite de Almeida, José Antão de Melo, Júlio Raposo do Amaral, Júlio de Sousa Prado, Justino Cardoso de Siqueira, Antônio Elisiário de Miranda, Jacinto José Ribeiro, César Fontenele, Generosa Ramos Nogueira, Faustino de Almeida Miranda, Francisco Camilo de Miranda, Francisco Cardoso de Almeida, Francisco José Pires, Francisco de Oliveira, Francisco Procópio Ribeiro, Francisco dos Santos, Francisco Soares de Campos, Eduardo

José Gonçalves, Emidio Francisco de Melo, Eugênio Pedro Bueno, Daniel Fernandes, Domingos Alves dos Santos, Domingos Rodrigues Barbosa, Juvenal Menezes, João Alves de Matos, João Antônio Machado, João Batista de Oliveira, João Batista Ribas, João Camilo Leite do Prado, João Camilo de Miranda, João Cardoso de Moraes, João Emídio da Silva, João Guedes Machado, João José de Melo, João Luís Moreira, João Manuel de Campos, João Machado de Miranda, João de Oliveira, João Pinto da Silva, João Pedro de Sousa, João Pinto da Fonseca, João Pinto de Miranda, João Rosa de Sousa, João Teotônio de Carvalho.

— Antônio Barroso de Albuquerque — Ceará, dá-se provimento ao recurso.

**Inscrição de fábrica e transferência de proprietário** — João Barbosa de Sousa — Alagoas, aprova-se o parecer da Seção Jurídica.

#### 51.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 9 DE AGOSTO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alvaro Simões Lopes, Otávio Milanez, Castro Azevedo, Antônio Correia Meyer, J. Bezerra Filho, J. C. Belo Lisboa, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Joaquim Alberto Brito Pinto, e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Nessa sessão foi debatido e votado o projeto elevando para 800 mil sacos o aumento de quota a que se refere a decisão de 21/3/45 da Comissão Executiva.

## "Os Holandeses no Brasil"

Jan Andries Moerbeek — Motivos porque a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a terra do Brasil. Amsterdam. 1624.

Lista de tudo que o Brasil pode produzir anualmente. 1625.

Tradução do Rev. P.<sup>o</sup> Fr. Agostinho Keijzers e José Honório Rodrigues. Prefácio, notas e bibliografia de José Honório Rodrigues.

A venda nas Livrarias ..... Cr\$ 5.00





## CONSTRUTORA de DISTILARIAS e INSTALAÇÕES QUÍMICAS S.A.

CAPITAL SOCIAL REALIZADO : Cr\$ 15.000.000,00

Oficinas : SÃO PAULO  
Rua Passo da Pátria, 1515  
Alto da Lapa — Bela Aliança.  
Caixa : 3161 - Fone: 5-0617

Teleg. "CODIQ"

Escritório no RIO  
Praça 15 de Novembro, 42-3.º pav  
(Salas 301/302)  
Caixa : 3354 - Fone : 23-6209



### A MAIOR ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO DE DISTILARIAS DE ÁLCOOL E INSTALAÇÕES QUÍMICAS

Área dos terrenos pertencentes à Cia. — 45.000 m<sup>2</sup>  
600 operários, 60 técnicos e empregados

Fundição de bronze, ferro e aço

Fábrica própria de moto-bombas

Construção de material de usinas de açúcar

Contratou, de 1941 a fins de 1943, 51 distilarias de álcool etílico, todas construídas no Brasil, partindo de melaço, cana, mandioca, milho, laranja e bananas, das quais 30 já funcionando, 12 em montagem e 9 em construção.

Construiu, no ramo de destilação, distilarias de: acetona, álcool butílico, éter sulfúrico, aguardente fina de laranja e banana; benzol, xistos, carvão e madeira.

A capacidade de produção diária das distilarias de álcool construídas por CODIQ é de 345.000 litros, tendo duplicado, desta forma, a capacidade de produção das distilarias de álcool anidro existentes no Brasil, antes da guerra

## ATOS DO PRESIDENTE DO I. A. A.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, despachou os seguintes processos:

### ESTADO DE ALAGOAS:

N.º 2.177/36 — Antônio Acioly de Vasconcelos — Maragogi — Isenção de taxa de Cr\$ 0,30 — Arquite-se, em 25-6-945.

N.º 2.724/35 — Manuel Alves Martins — Mata Grande — Registro de engenho — Deferido, em 25-6-945.

N.º 6.682/40 — Genésio Rodrigues — Capela — Inscrição de engenho de açúcar — Arquite-se, em 24-7-45.

N.º 4.281/43 — Manuel Almeida Guerra — Mata Grande — Transferência de engenho rapadura e remoção — Deferido, em 11-7-45.

### ESTADO DA BAHIA:

N.º 709/36 — Joaquim José da Rocha — Paramirim — Baixa de inscrição de engenho — Arquite-se, em 19-6-945.

N.º 1.289/40 — João Costa Filho — Santo Antônio de Jesus — Montagem de aparelho para destilar aguardente — Deferido, em 25-6-945.

N.º 592/36 — Saturnino da Silva Pina — Paramirim — Baixa de inscrição de engenho — Aprovado, em 26-6-945.

N.º 4.386/43 — Antônio Mariano dos Santos Correia — Amargosa — Transferência de engenho rapadureiro — Deferido, em 11-7-45.

N.º 3.969-43 — José de Sousa — Valença — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 11-7-45.

### ESTADO DO CEARA':

N.º 14/36 — Almino José de Melo — Cachoeira — Baixa de engenho — Arquite-se, em 19-6-945.

N.º 6.679/44 — Francisca de Lima Pereira — Pacoti — Transf p/Paulo de Oliveira Braga — Deferido, em 19-6-945.

N.º 4.812/40 — Agápito Gomes da Silveira — Redenção — Aumento quota de rapadura — Arquite-se, em 25-6-945.

N.º 4.646/43 — Antônio Cândido de Sá — Tanguá — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 25-6-945.

N.º 21.824/44 — Benedito José Isaias — São Benedito — Transf. p/Antônio Rodrigues Freire — Deferido, em 25-6-945.

N.º 6.976/40 — Clécie Janja — Aquiraz — Transf. do eng. de João Pereira Façanha e aumento de quota — Aprovada, em 25-6-945.

N.º 1.234/43 — João Saraiva Leão — Pacoti — Transf. p/Luís Frazão — Deferido, em 25-6-945.

N.º 1.691/39 — Joaquim Pimenta de Oliveira — Mauriti — Reclama inscrição por ter preenchido as formalidades legais em 1934 — Deferido, em 25-6-945.

N.º 7.430/40 — Hermilia Holanda de Castro — Cascavel — Transferência de engenho e aumento de limite — Deferido, em 11-7-45.

N.º 912/41 — João Batista Uchôa (herdeiros) — Pacoti — Aumento de quota de rapadura — Arquite-se, em 24-7-45.

N.º 31.883/44 — José Carneiro Passos — Viçosa — Inscrição de engenho de aguardente — Deferido, em 11-7-45.

N.º 716/41 — José Freire Sobrinho, sucessor da firma Francisco Assis Henriques — Itapipôca — Inscrição de engenho rapadura — Deferido, em 11-7-45.

N.º 5.636/40 — José Oliveira Vasconcelos — Ubajara — Transferência do engenho de Oscar Oliveira Magalhães — Arquite-se, em 24-7-45.

N.º 947-41 — José Varela — Pacoti — Transferência engenho de Manoel dos Santos Caúla e aumento de quota — Deferido, em 11-7-45.

N.º 3.601/42 — Raimundo Martins Ferreira — Anacetaba — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 11-7-45.

### ESTADO DO ESPÍRITO SANTO:

N.º 3.108/41 — Antônio Lima — C. Itapemirim — Baixa de inscrição — Arquite-se, em 24-7-45.

### ESTADO DE GOIÁS:

N.º 2.181/35 — João Mateus da Silva — Morrinhos — Permissão p/moer canas e fabricar rapaduras — Deferido, em 19-6-45.

N.º 2.301/35 — Joaquim Antônio Fernandes — Pouso Alto — Registro de engenho — Arquite-se, em 19-6-45.

N.º 38.133/44 — Antônio Gratão — Ipameri — Transf. de eng. p/Jordelino Gonçalves de Andrade — Deferido, em 29-6-45.

N.º 2.816/39 — João Soares dos Santos — Goiatuba — Inscrição de eng. rapadureiro — Deferido, em 25-6-45.

N.º 3.069/43 — Joaquim D'Abadia — Jataí — Transf. de eng. p/Francisco Rates Rodrigues — Deferido, em 25-6-45.

N.º 1.016/40 — Belmiro Spencieri — Goiás — Montagem de engenho — Deferido, em 24-7-45.

N.º 4.116/43 — Benedito Vieira de Paula — Campo Formoso — Transferência de engenho açúcar e remoção — Deferido, em 11-7-45.

N.º 3.680/43 — Delfino de Araujo Roriz — Santa Luzia — Transferência de engenho de açúcar — Deferido, em 11-7-45.

N.º 1.083/44 — Iron Chaves — Planaltina — Transferência de engenho de aguardente — Deferido, em 24-7-45.

N.º 5.283/42 — João Rincon — Pires do Rio — Montagem de Destilaria de Alcool — Cancelese, em 24-7-45.

N.º 21.825/44 — Laurindo Luís Gomes — Goiás — Solicita o deslacramento do seu engenho a fim de vendê-lo — Deferido, em 11-7-45.



N.º 33.480/44 — Rodolfo Mendes da Cunha — Pires do Rio — Transferência de engenho de açúcar — Deferido, em 11-7-45.

#### ESTADO DO MARANHÃO:

N.º 3.972/43 — Paulo Felix Pereira — Baixo Mearim — Transf. de eng. para Lourenço Justiniano da Costa — Deferido, em 19-6-45.

N.º 4.088/42 — Campos & Irmãos — S. Vicente Ferrer — Transf. de engenho para R. Ferreira — Deferido, em 26-6-45.

N.º 33.924/44 — João Isídio Nonato — Alto Parnaíba — Baixa de inscrição de engenho — Deferido, em 26-6-45.

941/40 — R. Ferreira — S. Vicente Ferrer — Transf. do eng. de Ferreira & Cia. — Arquite-se, em 26-6-45.

N.º 8.602/45 — Francisco Carneiro Neto — Itapecuru-Mirim — Remoção do engenho de açúcar para o município de Arari no mesmo Estado — Deferido, em 11-7-45.

N.º 941/40 — R. Ferreira — S. Vicente de Ferrer — Transferência de engenho de Ferreira & Cia. — Arquite-se, em 26-6-45.

#### ESTADO DE MINAS GERAIS:

N.º 477/43 — Amantino Ferreira Maciel — Raul Soares — Baixa de inscrição de engenho rapadureiro — Arquite-se, em 19-6-45.

N.º 5.166/41 — Joaquim Luís da Costa e Filhos — Botelhos — Baixa de inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 10-6-45.

N.º 3.020/42 — José Caldeira Lot — Gunhães — Modificação de inscrição de açúcar para rapadura — Deferido, em 19-6-45.

N.º 2.745/38 — José Ildefonso de Moura — Piranga — Montagem de fábrica de rapadura — Deferido, em 19-6-45.

89/42 — José Jacinto Alves Ferreira — Sta. Quitéria — Venda de terras e outras benfeitorias à Rodolfo Campolina Marques — Arquite-se, em 19-6-45.

N.º 2/37 — José Pedro da Silva — Mariana — Baixa de registro de açúcar — Arquite-se, em 19-6-45.

N.º 525/37 — Maria Albina de Jesus — Monte Carmelo — Baixa de engenho — 2.ª Modificação de inscrição — Arquite-se, em 19-6-45.

N.º 1.728/42 — Domingos Jucelino Pereira de Melo — Rio Branco — Transf. de eng. p/Nagib Slaibi — Deferido, em 23-6-45.

N.º 2.932/42 — Januário Barnabé dos Santos — Rio Branco — Transf. p/Joaquim Moreira Barbosa — Deferido, em 23-6-45.

N.º 2.921/42 — José Prudente Caetano — Rio Branco — Transf. p/Cristóvão Teixeira da Silva — Deferido, em 23-6-45.

N.º 2.929/42 — Luís Teodoro da Silva — Guiricema — Transf. p/Cirilo Teixeira da Silveira — Deferido, em 23-6-45.

N.º 2.931/42 — Manuel João Ribeiro — Guiricema — Transf. de eng. p/Antônio José Teixeira — Deferido, em 23-6-45.

N.º 2.919/42 — Marciano Lopes de Faria — Guiricema — Transf. p/Olindo de Melo Garcia — Deferido, em 23-6-45.

N.º 1.298/44 — Abdias Gonçalves de Macedo — Januária — Pede seja retificado para Benedito Pereira Guedes o registro do engenho 3.001 — Arquite-se, em 26-6-45.

N.º 2.027/42 — Agripa Santiago de Alvarenga — Guanhões — Modificação de inscrição de açúcar para rapadura — Deferido, em 26-6-45.

N.º 2.259/41 — Aldina Ferreira Melo — Raul Soares — Transf. de eng. p/José Soares da Silva — Deferido, em 26-6-45.

N.º 6.716/41 — Antônio Casarin — Mar de Espanha — Transf. do eng. de Angelo Casarin — Arquite-se, em 26-6-45.

N.º 919/38 — Argelino Fernandes de Lima — Formiga — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido, em 26-6-45.

N.º 5.918/40 — Antônio Francisco Oliveira — Varginha — Dispensa de pagamento de taxa safra 1940 — Arquite-se, em 26-6-45.

N.º 6.190/41 — Antônio Geraldo da Costa — S. João Nepomuceno — Transf. p/Virgílio Gruppi — Deferido, em 26-6-45.

N.º 48.481/44 — Ataíde Francisco de Santana — Conquista — Substituição de maquinaria — Deferido, em 26-6-45.

N.º 10.838/45 — Diogo Fernandes Braga — Paranhos — Transf. p/Marcolino Neiva Filho — Deferido, em 26-6-45.

N.º 4.510/42 — Carlos Peixoto de Oliveira — Rio Branco — Consulta s/permuta de quota de fornecimento — Arquite-se, em 26-6-45.

N.º 2.334/43 — Edgar Medina — S. João Nepomuceno — Modificação de inscrição de rapadura para açúcar — Indeferido, em 26-6-45.

N.º 2.90/38-A — Francisco de Assis Marinho — Carangola — Baixa de engenho — Arquite-se, em 26-6-45.

N.º 77/38 — Francisco de Sousa Espíndola — Monte Carmelo — Isenção de taxa — Arquite-se, em 26-6-45.

N.º 3.606/35 — João Guimarães de Oliveira — Curvelo — Cancelamento de inscrição — Deferido, em 26-6-45.

N.º 49.256/44 — João Ribeiro da Costa — Pirapetinga — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 26-6-45.

N.º 13.466/44 — João Rodrigues Calvão — São Gotardo — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido, em 26-6-45.

N.º 400/43 — Joaquim Domingos de Freitas — Uberaba — Baixa de inscrição de eng. de açúcar — Deferido, em 26-6-45.

N.º 3.704/43 — Justino José de Carvalho e José Carvalho de Almeida — Ponte Nova — Pedem vender c/ferro velho o eng. de Justino José de Carvalho, que se acha lacrado em virtude de incorporação de quota — Deferido, em 26-6-45.

N.º 3.189/43 — Maria Lozzi — Carangola — Permissão p/funcionar s/engenho lacrado e compra de maquinaria — Deferido, em 26-6-45.

N.º 1.743/45 — Maria Pereira Bastos — Perdões — Transf. de eng. de aguardente p/Irmãos Bastos — Deferido, em 26-6-45.

N.º 4.344/45 — Rosendo Ferreira Dias — Monte Belo — Transf. de engenho de rapadura para João Marques de Abreu — Deferido, em 26-6-45.



N.º 19.074/45 — Balduino Antônio Dias — Sabinópolis — Inscrição de engenho — Deferido, em 29-6-45.

N.º 6.711/41 — José Gonçalves Ferreira — Pitangui — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido, em 29-6-45.

N.º 19.096/45 — Vital Ferreira de Freitas — S. Antônio do Monte — Transf. de engenho para Geraldo Eleutério dos Santos — Deferido, em 29-6-45.

N.º 1.298/44 — Abdias Gonçalves de Macedo — Januária — Retificação de registro — Arquite-se, em 26-6-45.

N.º 1.703/42 — Antônio Augusto Madureira — Conceição — Transferência de engenho para Adelino Ferreira de Andrade — Deferido, em 11-7-45.

N.º 2.316/41 — Antônio Carlos Teixeira — Formiga — Transferência de engenho para Antônio Xavier de Castro — Deferido, em 11-7-45.

N.º 6.716/40 — Antônio Casarin — Mar de Espanha — Transferência de engenho — Arquite-se, em 26-6-45.

N.º 5.918/40 — Antônio Francisco Oliveira — Varginha — Dispensa pagamento taxa rapadura safra 1940 — Arquite-se, em 26-6-45.

N.º 18.673/44 — Antônio Gonçalves de Sousa Resende — Carangola — Transferência de engenho para Olivio Augusto da Costa — Deferido, em 24-7-45.

N.º 5.774/40 — Antônio Joaquim da Silva — Botelhos — Baixa de inscrição — Arquite-se, em 11-7-45.

N.º 2.924/42 — Antônio José Machado — Guiricema — Transferência de engenho para Francisco Borges de Faria — Deferido, em 29-10-45.

N.º 3.996/40 — Antônio José Pinto — Botelhos — Cancelamento de seu nome como fabricante de rapadura — Deferido, em 24-7-45.

N.º 48.481/44 — Ataíde Francisco de Santana — Conquista — Substituição de maquinaria — Arquite-se, em 26-6-45.

N.º 19.992/44 — Camilo Caetano de Sousa — Guanhães — Modificação de inscrição açúcar para rapadura — Deferido, em 11-7-45.

N.º 70/39 — Candido Costa Machado — Minas Novas — Alteração de inscrição — Arquite-se, em 24-7-45.

N.º 4.510/42 — Carlos Peixoto de Oliveira — Rio Branco — Consulta sobre permuta de quota de fornecimento — Arquite-se, em 26-6-45.

N.º 15.957/44 — Cecílio Ribeiro de Sousa — Januária — Transferência de engenho para José Camilo de Sousa — Deferido, em 24-7-45.

N.º 3.447/41 — Cordovil Pinto Coelho — Manhuassu — Cancelamento da taxa relativa à safra de 1940 — Arquite-se, em 24-7-45.

N.º 42.367/44 — Deolindo Portes — Carangola — Montagem de engenho e transferência — Deferido, em 24-7-45.

N.º 2.334-43 — Edgar Medina — S. J. Nepomuceno — Modificação de inscrição rapadura para açúcar — Indeferido, em 26-6-45.

N.º 3.947/43 — Eurides Rodrigues de Sousa — Formiga — Transferência de engenho rapadura para Chicri Salomão — Arquite-se, em 24-7-45.

N.º 3.840/42 — Guilherme Alves Moreira — Pará de Minas — Transferência de engenho para Antônio Pereira Arruda — Deferido, em 11-7-45.

N.º 3.789/43 — Hadad & Mitre — Oliveira — Alteração de firma e inscrição do engenho de aguardente — Deferido, em 24-7-45.

N.º 1.183/40 — João Antônio dos Santos Primo — Itapeçerica — Transferência de engenho de Máxima Ana de Castro — Deferido, em 11-7-45.

N.º 1.276/43 — João Augusto de Lima — Três Pontas — Transferência de engenho de rapadura e remoção para Três Pontas — Deferido, em 11-7-45.

N.º 4.226/42 — João Batista Gomes Triste — Areado — Transferência de engenho para Fernando Batista dos Santos — Deferido, em 11-7-45.

N.º 3.366/40 — João Batista de Sousa — Dom Joaquin — Transferência de engenho de Teodoro Avelino de Sousa Carmo — Deferido em 11-7-45.

N.º 3.837/42 — João Bertoldo Dias — Pará de Minas — Transferência de engenho para Antônio José de Paulo — Deferido, em 11-7-45.

N.º 23.055/45 — João Leite Ribeiro — Curvelo — Pede solução de processo de inscrição de engenho rapadureiro — Arquite-se, em 14-7-45.

N.º 1.711/40 — João Minaré — Uberaba — Transferência de engenho para José Prata Sobrinho — Deferido, em 11-7-45.

N.º 17.812/45 — José Souto Filho — Divinópolis — Inscrição de engenho de aguardente — Arquite-se, em 11-7-45.

N.º 5.506/42 — Luís Mendes da Costa — Curvelo — Remoção de engenho para o município de Conceição, no mesmo Estado — Deferido, em 24-7-45.

N.º 1.932/41 — Manuel José Trindade — Minas Novas — Baixa de inscrição — Arquite-se, em 24-7-45.

N.º 4.030/45 — Olímpio Costa — Mar de Espanha — Transferência de engenho para Sebastião Costa — Deferido, em 11-7-45.

N.º 1.599/42 — Salomão Sales — Nova Resende — Protesto contra qualquer transferência do engenho de Antônio Alves de Oliveira — Arquite-se, em 24-7-45.

N.º 2.457/43 — Sebastião Gomes de Queirós — Carangola — Solicita autorização para vender seu engenho lacrado — Deferido, em 11-7-45.

N.º 28.672/44 — Teófilo Ferreira do Amaral — Pará de Minas — Transferência de engenho de rapadura e remoção do mesmo — Deferido, em 24-7-45.

N.º 17.883/44 — Terêncio Torres — Belo Horizonte — Sugerindo maior publicidade das garantias oferecidas aos produtores — Arquite-se, em 24-7-45.

#### ESTADO DO PARA':

N.º 10.307/44 — Maximiano Cardoso Pinheiro — Abaetetuba — Transferência de engenho e mudança de nome do mesmo — Deferido, em 24-7-45.

N.º 6.498/45 — Raimundo Pimentel de Abreu — Igarapé-Mirim — Inscrição e transferência de engenho de aguardente — Deferido, em 24-7-45.



**ESTADO DA PARAÍBA:**

N.º 44.569/44 — Francisco Gomes Pedrosa — Jatobá — Mudança de tração animal para mecânica — Deferido, em 11-7-45.

N.º 23.321/44 — Gentil Lins — Maguari — Transferência de engenho — Deferido, em 11-7-45.

N.º 20.846/45 — José Antonio Maria da Cunha Lima Filho — Areia — Substituição de moenda — Deferido, em 11-7-45.

**ESTADO DE PERNAMBUCO:**

N.º 3.815/43 — João Pessoa Chaves — Espólio — Também — Transf. p/Viúva João Pessoa Chaves e Filhos — Deferido, em 26-6-45.

N.º 7.351/45 — Josefa Pessoa Guerra Gaião — Vicência — Transf. de engenho p/Abigail Pessoa Guerra — Deferido, em 26-6-45.

N.º 918/37 — Oscar de Paiva Melo — Também — Montagem de uma fábrica de rapadura — Arquivo-se, em 26-6-45.

N.º 1.894/45 — Antônio Sousa Leão — Morenos — Notificação (Art. 20 do Decr.-lei n.º 6.969, de 19-10-44) — Arquivo-se, em 28-6-45.

N.º 2.418/45 — Cavalcanti & Cia. — Quipapá — Notificação (Art. 20 do Decr.-lei n.º 6.969, de 19-10-44) — Arquivo-se, em 28-6-45.

N.º 373/43 — José Xavier Carneiro — Aliança — Protesto contra transferência do engenho para Modesto Gomes de Moraes — Arquivo-se, em 11-7-45.

N.º 918/37 — Oscar Paiva de Melo — Também — Montagem de uma fábrica de rapadura — Arquivo-se, em 26-6-45.

**ESTADO DO PIAUÍ:**

N.º 4.805/42 — Rosenda Nonata da Silva — Valença — Transf. de engenho p/José Lopes do Vale. — Deferido, em 23-6-45.

N.º 5.149/42 — Antônio Jubelino da Costa — Paulista — Transferência de engenho — Deferido, em 11-7-45.

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO:**

N.º 515/38 — Adelino Garcia Bastos — Itaperuna — Inscrição de engenho turbinador — Restituição de documentos — Aprovado, em 25-6-45.

N.º 5.935/41 — Brasilino Sebastião Airam — Cantagalo — Substituição de engenho de rapadura — Deferido, em 11-7-45.

N.º 725/38 — Jerônimo de Sousa Vieira — Itaperuna — Inscrição de fábrica de rapadura — Arquivo-se, em 24-7-45.

N.º 20.065/45 — José Maria da Silva — Vasouras — Solicita permissão para montar uma fábrica de aguardente — Deferido, em 11-7-45.

N.º 26.720/44 — José Paraíso Machado — Itaperuna — Transferência de engenho para Edgar Pinheiros Dias — Deferido, em 11-7-45.

N.º 20.308/44 — Manuel Jacinto Muniz Júnior — Sto. Antônio de Pádua — Transferência de engenho para Hilson Macedo e outros — Deferido, em 11-7-45.

**BRASIL AÇUCAREIRO****ESTADO DO RIO G. DO NORTE:**

N.º 14.401/45 — João Berckmans Dantas — S. J. Mipibu — Modificação de inscrição de açúcar para rapadura — Arquivo-se, em 24-7-45.

891/42 — Jorge Fernandes da Câmara — Ceará-Mirim — Limitação de engenho rapadureiro (Recurso) — Arquivo-se, em 24-7-45.

**ESTADO DE STA. CATARINA:**

N.º 3.129/43 — Fábrica Têxtil Blumenau Ltda. Blumenau — Consulta sobre montagem de engenho — Aprovado, em 25-6-45.

N.º 5.768/40 — Odilon, Regina, Nelson, Clênio e Altamiro Vilela Veiga — Joinville — Instalação de vácuo e turbina — Arquivo-se, em 25-6-45. JCDS, em 16-7-45.

N.º 3.416/45 — Ademar Carvalho — Tijucas — Transferência de engenho de açúcar — Deferido, em 11-7-45.

**ESTADO DE SÃO PAULO:**

N.º 1.028/38 — Antenor Martins — São Joaquim — Pedindo seu antigo limite — Deferido, em 19-6-45.

N.º 3.998/39 — Benedita Maria de Jesus — Nazaré — Baixa de inscrição — Arquivo-se, em 19-6-45.

N.º 489/43 — José Leme de Siqueira — Jacaré — Inscrição de engenho rapadureiro — Arquivo-se, em 23-6-45.

N.º 38.834/44 — Maria das Dores dos Santos — Sto. Antônio da Alegria — Transf. p/Antônio Calixto Pereira — Deferido, em 23-6-45.

N.º 2.902/39 — Benedito Monteiro de Andrade — Paraibuna — Inscrição de fábrica de aguardente — Deferido, em 26-6-45.

N.º 13.756/45 — Gaspar Ferreira da Costa Filho — Piracicaba — Transf. p/Reginaldo Ferreira da Costa — Deferido, em 26-6-45.

N.º 3.817/39 — Irmãos Pilon — Limeira — Inscrição de fábrica de aguardente — Deferido, em 26-6-45.

N.º 4.014/43 — José Antônio Rodrigues — Borborema — Transf. p/Francisco Taraldo — Deferido, em 26-6-45.

N.º 22.357/44 — André Alves — Iporanga — Inscrição de engenho rapadureiro — Arquivo-se, em 29-6-45.

N.º 47.476/44 — Atilano Calvo — Sta. Rita do Passa Quatro — Inscrição de engenho rapadureiro — Arquivo-se, em 29-6-45.

N.º 4.094/43 — Benedito Pereira dos Santos — Jacaré — Inscrição de engenho rapadureiro — Arquivo-se, em 29-6-45.

N.º 2.699/43 — João Stampfer — Presidente Venceslau — Baixa de inscrição de engenho de aguardente — Arquivo-se, em 29-6-45.

N.º 46.377/44 — José Colpas — Dois Córregos — Trans, p/Ricieri Marson e outros — Deferido, em 29-6-45.

N.º 48.967/44 — Luís Vicente Figueira de Melo — Pirajuí — Inscrição de engenho de aguardente, rapadura e açúcar — Port. 48 C. M. E. — Deferido, em 29-6-45.



N.º 45.339/44 — Olindo De Luca — Limeira — Inscrição de engenho de aguardente e açúcar — Deferido, em 29-6-45.

N.º 3.444/45 — Olinto Waldemarin — Penápolis — Modificação da firma atual p/Companhia Agrícola e Industrial de Penápolis — Deferido, em 29-6-45.

N.º 8.573/45 — Pedro Poletini — Mogí-Mirim — Transf. de eng. p/Irmãos Poletini — Deferido, em 29-6-45.

N.º 9.622/44 — Adolfo Moreira da Silva — Campos Novos — Inscrição de engenho de açúcar e aguardente — Arquite-se, em 24-7-45.

N.º 4.079/39 — Albino Schiavon — Piracicaba — Instalação de caldeira e alambique — Deferido, em 24-7-45.

N.º 4.219/43 — Agostinho Leme de Moraes — Santa Isabel — Inscrição de engenho de açúcar — Arquite-se, em 24-7-45.

N.º 6.502/40 — Américo Moreira da Silva — Igarapava — Inscrição de engenho de rapadura e aguardente — Deferido, em 11-7-45.

N.º 14.444/44 — Antônio Florindo da Silva — Rio Preto — Remoção do engenho para o Sítio Monte Alegre, Município de José Bonifácio — Deferido, em 11-7-45.

N.º 4.096/43 — Antônio Maria Leite — Jacareí — Inscrição de engenho de rapadura — Arquite-se, em 11-7-45.

N.º 4.315/43 — Antônio Martins Neto — Gália — Inscrição de engenho de aguardente e açúcar — Deferido, em 24-7-45.

N.º 18.865/45 — Benedito Antunes dos Santos — Natividade — requer devolução de um título de aquisição de um terreno que fêz juntar a um processo anterior — Deferido, em 24-7-45.

N.º 2.711/43 — Benedito de Miranda Melo — Mogí das Cruzes — Baixa de inscrição de engenho de aguardente — Deferido, em 24-7-45.

N.º 25.746/44 — Caetano Cêra — Piracicaba — Modificação de firma — Deferido, em 24-7-45.

N.º 8.574/45 — Geraldo de Castro Guimarães — Guaratinguetá — Transferência de engenho de aguardente — Deferido, em 11-7-45.

N.º 10.934/45 — Indústria e Comércio Jimi — São Paulo — Inscrição como fabricante de vinagre de suco de cana — Arquite-se, em 24-7-45.

N.º 3.609/35 — Joaquim Evaristo Duque — São Paulo — Lacramento da maquinaria para açúcar — Arquite-se, em 24-7-45.

N.º 11.877/44 — João Augusto & Albino Melega — Piracicaba — Cancelamento da inscrição do engenho de aguardente — Deferido, em 24-7-45.

N.º 11.152/44 — João Junqueira Franco — Bebedouro — Aumento de limite de açúcar batido — Indeferido, em 24-7-45.

N.º 3.633/43 — João Machado de Miranda — São Simão — Baixa de inscrição de engenho por tempo determinado — Arquite-se, em 24-7-45.

N.º 7.480/44 — José Barbosa Lima — Pedregulho — Baixa de inscrição de engenho de açúcar — Arquite-se, em 24-7-45.

N.º 21.258/45 — José Florêncio Ribeiro — Pirajuí — Transferência do contrato de arrendamento do engenho — Deferido, em 24-7-45.

N.º 2.726/43 — José de Gaspari — Piracicaba — Permissão para montar um motor no seu engenho — Deferido, em 11-7-45.

N.º 1.291/42 — Kiomasa Taniguchi — Avandava — Inscrição de engenho de açúcar e aguardente — Arquite-se, em 24-7-45.

N.º 897/42 — Marco Garbozza — Piracicaba — Transferência de engenho para Teresa Pellicari & Filho — Deferido, em 11-7-45.

N.º 4.080/43 — Miguel Antonio Machado — Jacareí — Inscrição de engenho de rapadura — Arquite-se, em 24-7-45.

N.º 2.159/42 — Sebastião Gonçalves da Silva — Botucatu — Inscrição de engenho de açúcar e aguardente — Deferido, em 11-7-45.

N.º 2.791/38 — Silvestre José da Silva Sá — Areias — Inscrição de engenho de açúcar e rapadura — Deferido, em 11-7-45.

N.º 4.181/43 — Francisco Vieira de Melo — Itaporanga — Pede dispensa de pagamento de taxa referente à safra de 1942/43 — Deferido, em 26-6-45.

N.º 23.637/44 — Amair de Barros Franco — Laranjeiras — Comunica que moeu 1.791 tons. de cana na usina S. José Laranjeiras — Arquite-se, em 24-7-45.

---

## PESQUISAS CIENTÍFICAS SÔBRE O AÇÚCAR

A fim de estimular estudos e pesquisas científicas sôbre o açúcar, a Sugar Research Foundation acaba de conceder mais seis donativos, no valor de 45.400 dólares, elevando assim os fundos já empregados nessa finalidade a 300 mil dólares.

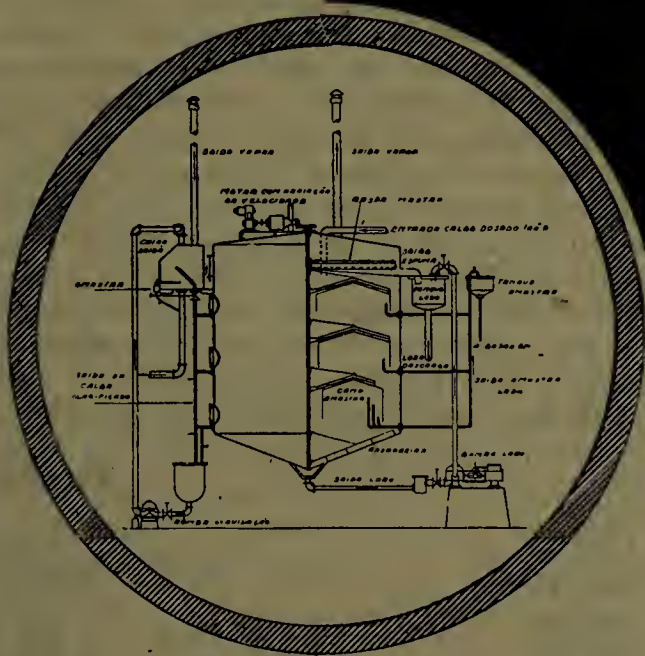
Um donativo no valor de 20 mil dólares por um ano foi concedido à Dra. Pauline B. Mack e associados do Ellen H. Richards Institute, do Pennsylvania State College, para realizar pesquisas em tôrno dos efeitos das dietas ricas e pobres em açúcar sôbre o crescimento, saúde e condições físicas das crianças. O Instituto possui um valioso documentário de medidas sôbre êsse assunto, compreendendo 9.000 crianças.

Os outros donativos foram os seguintes: 7.500 dólares por um ano ao Dr. Rachmiel Levine, especializado em metabolismo e endocrinologia, para estudar no Michael Reese Hospital, de Chicago, o comportamento fisiológico da levulose; 7.400 dólares por dois anos ao professor associado de fisiologia da Universidade de Califórnia para estudar a ação protetora do açúcar na cirrose do fígado; 4.000 dólares por um ano à Dra. Dora Stern, especializada em literatura, para organizar um sistema de classificação dos derivados do açúcar e compilar uma lista dos novos derivados do açúcar, descobertos desde 1930; 4.000 dólares por um ano à Natural Research Institute da Universidade de Wyoming para investigar a utilização da pectina de polpa de beterraba açucareira e estudar os derivados da pectina; 2.000 dólares por um ano ao Dr. I. M. Rabinowitch, da McGill University Medical School, Montreal, para continuar os estudos sôbre a taxa relativa de absorção pelo corpo de sacarose, dextrose e levulose.

Estas informações foram adaptadas do número de junho de "Sugar".



# FUNDIÇÃO GUANABARA



ACESSÓRIOS HIDRAULICOS  
CLARIFICADOR RONALD  
DISTILARIAS DO ALCOOL  
ESQUENTADORES RAPIDOS  
FUNDIÇÃO DAS MOENDAS  
FACAS PARA CORTADORES  
FORNOS CONTINUOS ROTATIVOS  
GUINDASTES PARA CANA  
MOENDAS COMPLETAS  
TRATAMENTO D'AGUA  
TRIPLES EFEITOS  
VACUOS CONDENSADORES BAROMETRO  
DISTILARIA DE ALCOOL ANIDRO — usan-  
do desidratante nacional  
TRATAMENTO DO VINHOTO — com grande  
produção de gás combustível e ótimo adubo

CONSULTAS - DESENHOS - PROJETOS - CONSTRUÇÕES

## CIA. METALURGICA E CONSTRUTORA S. A.



Rio de Janeiro

RUA FRANCISCO EUGENIO, 371  
Dep. Com. 48-9334 — Dep. Eng. 48-2120  
End. Tel. "ARTE"

# A CRISE MUNDIAL DO AÇÚCAR

Barbosa Lima Sobrinho

Fenômeno impressionante é o que se apresenta em quase todos os países produtores de açúcar do Universo, sob a forma de uma sensível tendência para a redução da produção, no período da guerra. Não nos referimos, é óbvio, aos territórios devastados pela ação dos exércitos, mas tão somente às nações que viveram e trabalharam fora do raio de ação da artilharia e da aviação de combate. A Argentina, por exemplo. Nos primeiros anos de guerra, ela chegou a produzir 576.000 a 607.000 toneladas curtas de açúcar, nas duas safras que se contaram de 1939 a 1941. Daí por diante começou a cair a produção:

	<b>Toneladas</b>
1940/41 .....	607.000
1941/42 .....	448.000
1942/43 .....	398.000
1943/44 .....	453.000
1944/45 .....	459.000

As perspectivas atuais são ainda mais desanimadoras. A tendência é para que se torne mais sensível a redução de produção naquele país.

A mesma coisa se verifica nos Estados Unidos que, ao contrário do que se ouve dizer freqüentemente, figuram entre os grandes produtores do mundo, se somarmos o produto resultante da cana de Luisiana e da Flórida com o que é extraído da beterraba dos Estados de Colorado, Nebraska, Utah e outros. Em 1939, os Estados Unidos obtiveram na área continental 2.262.000 toneladas curtas de açúcar, ou mais de 34 milhões de sacos de 60 quilos — o duplo da produção atual de açúcar de usina do Brasil. Pois bem, nas safras seguidas a queda foi considerável:

	<b>Toneladas</b>
1940/41 .....	2.229.000
1941/42 .....	2.007.000
1942/43 .....	2.186.000
1943/44 .....	1.496.000
1944/45 .....	1.750.000

Pôrto Rico e Ilhas Virgens tiveram em 1939/40 produção superior a um milhão de

toneladas curtas (precisamente 1.026.000 toneladas). A safra de 1943/44 foi apenas de 732.611 toneladas e não se esperam atualmente mais de 825.000 a 850.000 toneladas.

Na Austrália, a queda foi vertiginosa, passando a produção de 1.052.000 toneladas em 1939 a 585.000 toneladas em 1943/44. Havai sofreu também redução, mas não nas mesmas proporções, descendo a produção de 977.000 a 860.000 toneladas. No Canadá, a um movimento de alta nos primeiros anos de guerra, sucedeu um declínio sensível na última safra, que foi bem inferior à de 1939. Registra-se fenômeno idêntico no Peru, na Guiana Inglesa e no México. No Paraguai, a produção depois de alcançar 15.830 toneladas, em 1941, baixou a 9.833 toneladas em 1944 e 10.202 toneladas em 1943. Já na Índia houve algum aumento, mas não impressionante, se tomarmos o período entre 1939 e 1944, como se verá, em toneladas de açúcar:

	<b>Toneladas</b>
1939/40 .....	1.241.700
1940/41 .....	1.095.400
1941/42 .....	778.100
1942/43 .....	1.070.700
1943/44 .....	1.216.400

Em Trinidad, a produção chegou a 150.000 toneladas em 1936 e 1937. Nos anos de 1941 e 1942 não excedeu, respectivamente, a 132.000 e 104.000 toneladas, para descer a 74.343 toneladas. A última safra de Barbados não excedeu à de 1938/39. A produção da Guiana Inglesa tem sido muito inferior ao nível das safras de 1934 a 1939. A safra de Mauritius, em 1943/44, foi relativamente grande; não ultrapassou, entretanto, a produção obtida entre 1936 e 1938. Já os números relativos à produção de 1944/45 revelam queda sensível.

Mesmo na União Sul-Africana, que se apresenta em condições um pouco mais favoráveis, não se registra propriamente expansão da produção no período de guerra. A safra de 1943/44 é um pouco inferior à de 1939/40 e as estimativas para 1944/45 não permitem nenhum otimismo.



Poder-se-á dizer que no meio de todo esse panorama desalentador, há um exemplo de crescimento de produção, o de Cuba, que partindo de 3.128.000 toneladas em 1939/40, chegou, em 1943/44, a 4.750.000 toneladas. Já a safra imediata desceu, por força de uma seca terrível. E desceu a 3.191.777 toneladas longas de açúcar bruto contra 4.527.670 do ano anterior, o que significa uma redução de quase 30%. Não há expectativa de melhoria, na safra nova. Apesar da expansão verificada em 1943, devemos observar que Cuba trabalhava com uma pequena parte de sua capacidade industrial e agrícola. Já teve muitas safras com produção superior a 5 milhões de toneladas curtas de açúcar. Em 1925, chegou mesmo a produzir 5.894.000 toneladas curtas de açúcar e, em 1929, foi até 5.857.000 toneladas curtas. O problema, para Cuba, era tão somente o de aproveitar a sua capacidade verificada e atestada, por meio de safras anteriores.

E o Brasil? Que figura fará êle nesse conjunto? ou em face dêsse panorama desanimador? O Brasil foi um dos raros países que conseguiram aumentar a sua produção no período da guerra. Os números são êstes, em sacos de 60 quilos:

1938/39 .....	12.703.000
1939/40 .....	14.406.000
1940/41 .....	13.512.000
1941/42 .....	13.839.000
1942/43 .....	14.759.000
1943/44 .....	15.314.000
1944/45 .....	14.985.000

A maior safra brasileira, antes da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool havia sido de 10.804.000 sacos de 60 quilos. Antes da guerra, nunca havíamos tido produção superior a 12.702.000. A partir de 1939, a ascensão da produção tem sido incontestável, sobretudo se somarmos a produção de açúcar e a de álcool.

Teria sido maior essa ascensão, no Brasil, se não pesassem também sobre nós os mesmos fatores que vêm explicando o fenomeno universal da queda de produção de açúcar, isto é, a escassez de braços, a perturbação do comércio de fertilizantes, e subsequente encarecimento dos adubos, o desgaste das usinas, sujeitas a apontamentos, pre-

cários, ou a impossibilidade de aumentos na maquinaria. A crise universal do açúcar é um aspecto da crise agrícola de todo o mundo. E o que os números revelam é que não fazemos má figura, no paralelo com os demais produtores de açúcar de todo o mundo, apesar de todos os fatores climatéricos que têm perturbado nossa produção nos últimos anos, a saber: seca ou irregularidade de precipitações pluviais. Se o Norte houvesse mantido a mesma produção verificada na safra 1943/44, teríamos ultrapassado a produção de 16.000.000 de sacos de açúcar de usina, na safra 1944/45.

Dir-se-á que não temos essa impressão, com a situação de suprimentos de açúcar. E' que o consumo tem crescido de maneira rápida e de modo a absorver o aumento de produção. O que se precisa declarar, entretanto, é que no meio de tôdas as dificuldades existentes para a expansão de produção agrícola, não deixou de crescer a fabricação de açúcar de cana no Brasil.

## FAZENDEIROS, USINEIROS!

**COMPREM** diretamente da produtora

**ÁCIDO SULFÚRICO  
ÁCIDO CLORÍDRICO**

e

**ÓLEO DE RÍCINO**

**OFERECAM** diretamente à consumidora

**A SUA PRODUÇÃO  
DE ÓLEO FUSEL**

Dirijam-se à

**CIA. QUÍMICA RHODIA BRASILEIRA**

Caixa Postal 1329

S. PAULO

■

**AGENCIAS :**

**S. Paulo** — Rua Benjamim Constant, 55

**Rio** — Rua Buenos Aires, 100-100 A

**Recife** — Rua da Assembléia, 1

**Pôrto Alegre** - Rua Chaves Barcelos, 167



## A SITUAÇÃO DO AÇÚCAR NO MUNDO

O "Jornal do Comércio, desta capital, edição de 24 de agosto último, publicou o seguinte telegrama:

"Nova York, 23 (U. P.) — O "Journal of Commerce" afirma em editorial que as principais esperanças para desenvolvimento da produção de açúcar, acima dos níveis de antes da guerra, são representadas pela Austrália e pelas Índias Ocidentais. Por outro lado, o possível aumento do preço para o açúcar cubano poderá aumentar em várias centenas de milhares de toneladas a produção açucareira de Cuba, no próximo ano. Conta-se, também, com sensível aumento na produção de Pôrto Rico e outras Ilhas das Índias Ocidentais.

A propósito, revelou-se que a política açucareira dos Estados-Unidos é baseada na crença de que com o fim da guerra a superprodução aparecerá rapidamente".

\*  
\* \*

Em relatório, datado de 8 de maio do corrente ano, M. Golodetz & Co., dizem o seguinte:

"Os contratos relativos à venda de açúcar cubano, melaço "black strap" e álcool para fins industriais da safra de 1945 acabam de ser assinados. As condições já eram conhecidas, sendo que a única emenda é a redução na quantidade predeterminada para a venda aos países, exclusive os Estados-Unidos, de 150.000 para 140.000 toneladas. A diferença de 10.000 toneladas a menos destina-se à Administração de Reabilitação das Nações Unidas. Das 160 usinas cubanas que estão moendo este ano, mais de 100 já terminaram a sua safra e as outras completarão o seu trabalho durante o corrente mês. De acordo com os últimos informes, a produção total em Cuba excederá um pouco as 3.900.000 toneladas.

Admitindo que esses algarismos sejam finais, a situação geral da distribuição da safra apresenta-se da seguinte maneira: consumo local, 250.000; outros países, inclusive os E. U. A., 140.000; UNRRA, 10.000, quota de açúcar refinado para os Estados-Unidos, 375.000; embarques esperados para a Inglaterra e Canadá, 500.000; compras de empréstimos e arrendamento de açúcar refinado, 230.000, ou seja um total de mais ou menos um milhão e meio de toneladas. Isso deixa cerca de 2.400.000, que poderiam ser fornecidas às refinarias nos Estados-Unidos, durante 1945, não incluindo aproximadamente 1.000.000 de toneladas, transportadas da safra de Cuba de 1944. Cerca de 1.400.000 toneladas de açúcar cru já foram embarcadas para os E. U. A., durante os primeiros quatro meses deste ano, mas mesmo que haja espaço marítimo para transportar o açúcar

cubano de propriedade da agência dos Estados-Unidos, as 2.400.000 toneladas acima mencionadas, não serão suficientes para satisfazer as necessidades internas dos Estados-Unidos e para aliviar a falta crescente de açúcar neste país. Há ainda a possibilidade de nova perturbação na situação, quanto aos fornecimentos de açúcar nos Estados-Unidos, a não ser que as agências do governo tomem providências para aumentar as plantações de beterraba internas e animar os produtores em Cuba e Pôrto Rico a aumentar suas safras para 1946.

Das 140.000 toneladas reservadas para "outros países", Cuba anuncia novas vendas, na base de 3.25 por lb. de açúcar demerara (raw sugar), numa base de troca, contra produtos essenciais para a economia cubana: 20.000 toneladas para a Argentina, contra sêbo; 20.000 para o México, contra grão de bico; e 5.000 toneladas para o Equador, por arroz. Estas 45.000 toneladas, juntamente com as 80.000 vendidas anteriormente, dão um saldo não vendido de 15.000 toneladas.

Diversos países do hemisfério sul-americano, cujo consumo de açúcar aumentou consideravelmente, devido à prosperidade econômica, durante a guerra, estão pedindo açúcar e só vêem o Peru como única fonte para suprir açúcar livre de restrições governamentais. Como está, o Peru já se viu a braços com falta de açúcar e só existem pequenos estoques, não contando 90.000 toneladas de açúcar, adquiridas há cerca de 2 anos pela bem conhecida Campanha Americana Coca-Cola, quantidade essa armazenada no Peru, a fim de ser transportada para os Estados-Unidos, após a guerra, para as suas próprias necessidades. Desde o princípio deste ano, foram efetuados os seguintes embarques do Peru: 40.000 toneladas para o Chile, 7.500 toneladas para o Uruguai, 8.000 toneladas para a Argentina, 16.000 para o México e 9.000 toneladas para a Bolívia, perfazendo um total de cerca de 80.000 toneladas.

Os relatórios preliminares sobre o estado da indústria açucareira nas Filipinas estão chegando vagarosamente. Sete dos principais engenhos de açúcar em Luzon, aparentemente, poderão trabalhar, ou ser facilmente reparados e duas usinas na Ilha de Panay poderiam ser restabelecidas. Entretanto, acredita-se que haja pequena quantidade de cana disponível. Há também grande falta de máquinas agrícolas, fertilizadores e facilidades de transporte.

A terminação das hostilidades na Europa permitirá uma análise prévia da posição da indústria açucareira nos países europeus e a correta avaliação de suas necessidades e perspectivas. E', no entanto, uma conclusão positiva a de que a safra de beterraba para 1945/46 em todas as áreas não produzirá açúcar suficiente para alimentar a população da Europa".





O transformador para solda P&H acima, para corrente alternada, tem um regulador de amperagem de 50 a 1200 ampères de capacidade.



**"COM ESTA MÁQUINA**

**É MAIS FÁCIL SOLDAR"**

As máquinas de solda P&H são de mais fácil manejo porque muitos anos de pesquisas e de fabricação nos permitiram simplificar o desenho e a construção. P&H é ao mesmo tempo um dos maiores construtores de máquinas do mundo e um dos maiores consumidores destas mesmas máquinas. Esta circunstância constitui sua garantia de adquirir máquinas melhores para a execução de melhores soldas. Estas máquinas P&H de corrente alternada, também chamadas transformadores, são fornecidas em tamanhos desde 30 a 1200 ampères de capacidade. Estão providas de reguladores de amperagem com indicador da quantidade exata da corrente utilizável desde o mínimo até o máximo de suas respectivas capacidades. Peça ao Distribuidor local informações completas sobre todo o equipamento de soldar P&H.

**ELECTRODOS P&H**

P&H fabrica um electrodo para cada requisito de serviço de produção, conservação ou reparação, tanto para soldagem com corrente contínua como com alternada. O Distribuidor P&H fornecer-lhe-á completas informações sobre os métodos mais modernos e práticos de soldagem.



Escritórios Gerais:

Milwaukee 14, Wisconsin, E.U.A. — End. teleg.: "Harnco"

**HARNISCHFEGER**

CORPORATION

ELECTRODOS PARA SOLDAR MÁQUINAS DE SOLDAR



ELECTRODOS DE ARCO SOLDAR

Estabelecida em 1884

**UM SERVIÇO COMPLETO DE SOLDA AO ARCO**

Máquinas de solda para corrente contínua



Transformadores de solda para corrente alternada



Electrodos



Posicionadores para soldar



B. HORIZONTE - Ruo Murioé, 10  
Telefane, 2-6877 - Caixa Postal, 337

P. ALEGRE - Ruo Marq. Pombal, 437  
Telefane, 2965 - Caixa Postal, 575

CURITIBA - R. Mar. Floriano Peixoto,  
1077 - Fone, 1996 - Cox. Postal, 117

**DISTRIBUIDORES NO BRASIL:**

**S.A. WHITE MARTINS**

RIO - Ruo Beneditinos, 1 o 7 - Tel. 23-1680 e 23-1689 - Caixa, 455  
S. PAULO - Ruo Flor. de Abreu, 470-472 - Tel. 3-2170 - Caixa, 108-A

RECIFE - Rua Bam Jesus, 220  
Telefane, 9436 - Caixa Postal, 89

SALVADOR - R. Nila Peçanha, 125  
Telefane, 8243 - Caixa Postal, 571

BELÉM - Rua Ó de Almeida, 70  
Telefane, 2290 - Caixa Postal, 417



## A CRISE DE AÇÚCAR NOS ESTADOS-UNIDOS

Comentando a escassez de açúcar nos Estados- Unidos, a revista "Sugar" escreve, no seu número de junho último, o editorial que abaixo transcrevemos. Convém notar que aquela publicação especializada se tem destacado pela oposição ao sistema de controle da produção açucareira que o governo norte-americano vem praticando há vários anos. E' o seguinte o comentário:

"Com a escassez de açúcar começando a assumir proporções alarmantes, a atenção pública voltou-se para esse problema com maior interesse do que em qualquer outro momento, desde os primeiros dias da guerra. A Administração de Preços fez recentemente mais um corte nas quotas que havia concedido. Essa medida deixou perplexos os consumidores. Ao verificarem que não podiam obter nem mesmo as magras quotas a que tinham direito, milhares de consumidores entraram a protestar e os seus protestos acabaram por chegar até a Câmara dos Deputados, determinando o inquérito recentemente iniciado por uma comissão especial daquela casa do Congresso, designada para investigar a escassez de gêneros alimentícios. Ao mesmo tempo, o temor crescente dos refinadores e distribuidores de açúcar de que chegassem a ficar privados do produto e assim inabilitados para atender à sua clientela, levou-os a reclamar o estabelecimento urgente de um sistema que lhes permitisse utilizar, no que resta do ano, os reduzidos suprimentos, de maneira mais equitativa. Até mesmo as autoridades federais, que tiveram a seu cargo o controle do açúcar e que se mostraram tão complacentes no encarar o agravamento da situação durante o ano passado, revelaram maiores preocupações em relação ao rumo que tomavam os negócios açucareiros.

Forçadas a reconhecer que os seus cálculos iniciais não se acordavam com as condições atuais, essas autoridades tomaram o único caminho deixado pela sua falta de visão, isto é, reduziram mais uma vez a quota de açúcar que cabia à população civil. De conformidade com os regulamentos, cada cidadão tem direito a adquirir apenas 4,7 onças de açúcar por semana, ou aproximadamente 15 libras por ano, menos de um quarto do que costumava comprar antes de ser estabelecido o controle e mais de 40 por cento abaixo do que podia obter nos princípios do racionamento. Os consumidores industriais foram cortados de 80 por cento do consumo de 1941 para 65 por cento e ainda advertidos de que era possível outra redução para 45 por cento ou menos. Em outras palavras: o norte-americano médio deve contentar-se com um pouco menos de 40 por cento da quantidade de açúcar que consumia, inclusive o que adquire do seu fornecimento e o que compra em forma de alimentos e bebidas açucaradas. Aliás não são das mais animadoras as perspectivas de adquirir mesmo essa insignificante quantidade, porquanto as prateleiras dos retalhistas, durante longos períodos, se esvaziam completamente de açúcar e os refinadores enfrentam a situação de reduzir a quatro dias por semana o trabalho nas suas fábricas para não ficarem inteiramente desprovenidos de matéria prima.

Com a divulgação das cifras oficiais das entregas de açúcar no primeiro trimestre deste ano, verificou-se que a situação era realmente muito séria. Revelam esses dados que a distribuição total de açúcar nesses três meses não foi além de 1.641.704 toneladas curtas, valor bruto, em 130.000 toneladas a mais do que no período correspondente de 1944. Os estoques no fim do trimestre eram inferiores em 300 mil toneladas aos do ano anterior e tinham decrescido em 20 mil toneladas em relação às disponibilidades existentes no princípio do ano, sendo que estas representavam a mais baixa cifra registrada nos últimos vinte anos. No primeiro e no último trimestre do ano a quantidade de açúcar que entra nos canais de distribuição é substancialmente inferior às do segundo e terceiro trimestres. O consumo de 1.600.000 toneladas entre 1 de janeiro e 31 de março, que excede os cálculos em 200.000 a 300.000 toneladas, pressagia um "deficit" alarmante no suprimento total, estimado em apenas 7.100.000 toneladas, fazendo-se necessário desconto dos estoques de trabalho no fim do ano.

E', pois, uma situação difícil esta com que se defrontam os administradores dos negócios do açúcar, situação que não se harmoniza com as teorias que serviram de base às suas atividades no passado. Constatada a dificuldade da situação, escolheu-se único meio possível para reduzir a distribuição, isto é, cortar as rações da população civil. As necessidades militares não podem ser reduzidas, mesmo encerradas as hostilidades na Europa, porquanto até o fim do ano só uma pequena parte das tropas pode ser evacuada. Por outro lado, o término da guerra na Europa fez aumentar a procura nos países libertados, bem como das nações aliadas, que sofreram sérias restrições em matéria de açúcar. Alguns desses países têm feito ofertas para adquirir quantidades relativamente grandes de açúcar a preços mais altos que os fixados pelas autoridades norte-americanas, mas é evidente que esses pedidos somente podem ser satisfeitos em parte, acontecendo o mesmo com as promessas de suprir de açúcar os países devastados pela guerra. Eliminando-se meio milhão de toneladas do consumo civil dos Estados- Unidos, inclusive uma drástica redução na parte destinada ao preparo de conservas e dividindo ao meio a quantidade destinada à UNRRA e outras necessidades do estrangeiro, o suprimento acima referido talvez atenda às necessidades das forças armadas, a uma parte da procura de países estrangeiros, que os Estados- Unidos se comprometeram a abastecer, e ainda permita aos civis receber a reduzida quota já indicada. Mesmo assim, os estoques de fim de ano serão inferiores ao que eram em 1 de janeiro, resultando disso uma grande escassez de açúcar nos primeiros meses de 1946. Sejam quais forem os resultados da investigação promovida pelo Congresso, não poderão aliviar a falta de açúcar que todos sentimos. Poderão, todavia, ser úteis no sentido de estimular a produção do país e a produção cubana para 1946. De outro modo, os Estados- Unidos continuarão a sofrer uma aguda e desnecessária falta de açúcar".



# S. A. LES USINES DE MELLE

## ALCOOL ANIDRO FERMENTAÇÃO

Processo de recuperação das leveduras

Fabricação direta do álcool absoluto

USINAS	Capacidade de produção por 24 horas	Litros
Amália..	10.000	10.000
Baixa Grande..	5.000	5.000
Barcelos..	20.000	20.000
Bom Jesus..	5.000	5.000
Brasileiro..	15.000	15.000
Catende..	30.000	30.000
Cambaíba..	10.000	10.000
Conceição..	15.000	15.000
Cucaú..	15.000	15.000
Junqueira..	20.000	20.000
Laranjeiras..	15.000	15.000
Maravilhas..	15.000	15.000
Miranda..	10.000	10.000
Paineiras..	5.000	5.000
Pontal..	10.000	10.000
Pumati..	22.000	22.000
Queimado..	15.000	15.000
Quissamã..	15.000	15.000
Santa Cruz..	15.000	15.000
Santa Luísa..	5.000	5.000
Santa Maria..	10.000	10.000
Santa Teresinha..	30.000	30.000
São José..	25.000	25.000
Serra Grande..	12.000	12.000
Tanguá..	15.000	15.000
Timbó-Assu..	7.000	7.000
Tiúma..	22.000	22.000
Trapiche..	15.000	15.000
Volta Grande..	5.000	5.000

### INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Distilaria Central Estado do Rio..	60.000
Distilaria Central Presidente Vargas..	60.000
Distilaria Central Ponte Nova..	20.000
<b>22 distilarias</b>	<b>553.000</b>

ESTABILIDADE ABSOLUTA

FUNCIONAMENTO SIMPLES

ECONOMIA DE MATERIAL

ECONOMIA DE COMBUSTIVEL

MELLE — BOINOT

Processos azeotrópicos de desidratação

USINAS

Capacidade de produção por 24 horas

USINAS	Capacidade de produção por 24 horas	Litros
Amália..	10.000	10.000
Baixa Grande..	5.000	5.000
Barcelos..	20.000	20.000
Bom Jesus..	5.000	5.000
Brasileiro..	15.000	15.000
Cambaíba..	15.000	15.000
Conceição..	15.000	15.000
Cucaú..	15.000	15.000
Cupim..	20.000	20.000
Fazenda Lídia..	5.000	5.000
Laranjeiras..	15.000	15.000
Leão (Utinga)..	10.000	10.000
Maravilhas..	15.000	15.000
Miranda..	10.000	10.000
Outeiro..	30.000	30.000
Paraíso (Tocos)..	15.000	15.000
Piracicaba..	15.000	15.000
Pontal..	10.000	10.000
Pôrto Feliz..	20.000	20.000
Pumati..	22.000	22.000
Pureza..	6.000	6.000
Queimado..	15.000	15.000
Quissamã..	15.000	15.000
Roçadinho..	7.000	7.000
Santa Bárbara..	8.000	8.000
Santa Cruz..	15.000	15.000
Santa Luísa..	5.000	5.000
Santa Maria..	10.000	10.000
Sapucaia..	6.000	6.000
São José..	30.000	30.000
Serra Grande..	15.000	15.000
Tanguá..	15.000	15.000
Timbó-Assu..	7.000	7.000
Tiúma..	22.000	22.000
Trapiche..	15.000	15.000
Vassununga..	5.000	5.000
Vila Raffard..	20.000	20.000

### INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Distilaria Central Presidente Vargas..	60.000
Distilaria Central da Bahia..	12.000
Distilaria Central Ponte Nova..	20.000
<b>40 distilarias</b>	<b>595.000</b>

NOTAVEL AUMENTO DE RENDIMENTO  
MAIOR CAPACIDADE DE PRODUÇÃO  
TRABALHO SEGURO E QUASE AUTOMÁTICO  
MELHOR QUALIDADE DO ALCOOL FABRICADO

na fermentação de:  
açúcar, melaço, caldo de cana, mandioca e cereais.

Representante geral no BRASIL:

**ROBERTO DE ARAUJO**

RIO DE JANEIRO

Av. Presidente Vargas, 149 - 9. andar - salas 17/18 - Tel 23-308

# O PERU NA ECONOMIA AÇUCAREIRA MUNDIAL

O livro "El Azucar Peruana", recentemente publicado, permite apreciar a situação do vizinho país do conjunto da economia do açúcar no mundo. O quadro seguinte relaciona os principais produtores de açúcar de cana, o único considerado, aliás, neste estudo:

PAÍS	Produção (mil toneladas)	
	1942/43	1938/39
Índia . . . . .	4.159.000	3.677.000
Cuba . . . . .	2.879.000	2.759.000
Brasil . . . . .	1.275.000	1.100.000
Japão . . . . .	1.270.000	1.664.000
Pôrto Rico . . . . .	900.000	761.000
Havai . . . . .	800.000	865.000
Austrália . . . . .	655.000	823.000
Filipinas . . . . .	—	882.000
Java . . . . .	500.000	1.550.000
África do Sul . . . . .	469.000	467.000
Peru . . . . .	455.000	372.000
México . . . . .	446.000	327.000
República Dominicana . . . . .	440.000	425.000
Estados-Unidos . . . . .	416.000	521.000
Argentina . . . . .	362.000	466.000

Como se vê, o Peru é o undécimo produtor mundial de açúcar de cana e o segundo produtor sul-americano, unicamente superado pelo Brasil. Cabe assinalar, para melhor compreensão das cifras acima, que a produção da Índia é constituída, na sua maior parte, por uma espécie de rapadura (gur) e não por açúcar granulado e, também, que quase toda a produção do Japão provém da Ilha Formosa.

No entanto, no conjunto destes produtores o terceiro lugar, quanto aos rendimentos de cana e de açúcar por hectare, é ocupado pelo Peru, for-

mando este país, juntamente com Java e Havai, uma classe completamente à parte dos demais, como indica o quadro abaixo:

PAÍS	Rendimento por hectare	
	Cana	Açúcar
Havai (1941) . . . . .	147	16,2
Java (1938) . . . . .	140	16,1
Peru (1942) . . . . .	116	13,7
Formosa (1937) . . . . .	73	9,6
Pôrto Rico (1941) . . . . .	56	6,7
África do Sul (1938) . . . . .	53	6,6
México (1942) . . . . .	54	4,9
Austrália (1938) . . . . .	54	7,4
Estados-Unidos (1941) . . . . .	41	3,5
Cuba (1941) . . . . .	40	5,0
Filipinas (1939) . . . . .	38	4,6
Brasil (1937) . . . . .	37	2,1
Argentina (1943) . . . . .	29	2,6

Assim, os únicos países que produzem mais de 100 toneladas de cana e 10 de açúcar por hectare são Havai, Java e Peru. Convém assinalar, no entanto, a importância no caso do fator tempo, pois enquanto a cana é colhida numa idade média de 21 a 22 meses em Havai, no Peru essa idade é de 18 meses e em Java de 13 a 14. Em outras palavras, significa isso que em Java se colhem anualmente cerca de 90% da superfície cultivada, no Peru cerca de 60% e menos de 55% em Havai. Essas diferenças são devidas sobretudo às divergências de clima, estando Java situada à altura do Equador:

Reduzindo os rendimentos obtidos de cada hectare anualmente obtêm-se os seguintes números:

PAÍS	Cana Por hectare- (ano)	Açúcar
Java . . . . .	120 toneladas	13,8 toneladas
Havai . . . . .	81 "	9,0 "
Peru . . . . .	77 "	9,0 "

Os maiores rendimentos alcançados em Java são explicáveis não só pela excelência das culturas e pelo clima mais favorável, como também pela cultura exclusiva de cana planta, ao passo que no Havai e no Peru são cultivadas várias socas ou cortes sucessivos da mesma sementeira, com rendimentos decrescentes.



# APV



Aparelhos de placas tipo HER para Pasteurização de Caldo de cana, com  
seções de Recuperação e de Vapor de baixa pressão

**LANDMANN, FILHOS & CIA. LTDA.**

AVENIDA IPIRANGA, 484 — SÃO PAULO

Agentes

**THE ALUMINIUM PLANT AND VESSEL COMPANY, LTD.**

— London, S. W. 18 —

# A REFINAÇÃO DO AÇÚCAR NO SUDOESTE DA CHINA

George W. Muller Jr.

Muitos soldados norte-americanos que no momento se encontram na China estão consumindo açúcar produzido nos estreitos vales da província de Yunnan. Essa indústria, que agora dá os seus primeiros passos, ainda é incapaz de atender à procura de açúcar refinado por parte das forças armadas e dos chineses da costa oriental, acostumados a esse produto. O trabalho realizado na Companhia Açucareira do Yunnan é típico dos processos usados nas pequenas refinarias do sul do Kunming. Os refina-



Instalações da fábrica de Yunnan



Um trabalhador carregando cana para a fábrica

dores americanos considerariam muito severas as condições impostas pela guerra. Por exemplo: todo o equipamento deve ser feito "in loco" e, presentemente, as refinarias estão operando sem aparelhos de vácuo. Tempo e trabalho manual — eis os custos substitutos das máquinas. Os vários tipos de açúcar branco produzidos valem, todavia, como uma recomendação para os técnicos chineses.

O cultivo da cana faz-se em pequenas propriedades, num ciclo de três anos, a cultura da cana é substituída rotativamente pelas de arroz e legumes. O corte da cana é feito aos dez meses, durante a estação seca de dezembro a março. Do campo é transportada para as fábricas das aldeias a mão ou em animais de carga. A moagem processa-se em rolos de ferro fundido, acionados por tração animal, na qual se empregam os chamados búfalos de água.





O bagaço é utilizado como combustível nos fornos. A gravura mostra um trabalhador alimentando um forno com o resíduo da moagem

ção. A refinaria trabalha durante todo o ano com duas turmas de trabalhadores, cada uma funcionando dez horas. No processo de refinação, usa-se carvão de osso e cristalização. Tambores de gasolina são aproveitados como tanques e ainda os tambores, cortados ao meio, servem de cristalizadores. O trabalho de agitação do caldo é feito a mão. É claro que o trabalho é realizado em fornadas. Os filtros são de folhas de ferro de seis pés de altura e quatro de diâmetro. Todo o material a filtrar permanece sobre o filtro durante meia hora e o filtro é renovado por cada tipo de licor. Todos os licores passam seguidamente em dois filtros. O aquecimento se faz em tachos de cobre de quatro pés por quatro. As massas cozidas são trabalhadas em centrífugas de 24 polegadas acionadas a correias, com mil revoluções por minuto. As massas cozidas, expos-

Depois de fervido em tachos abertos, o caldo é pôsto a secar em fôrmas de barro até atingir a forma de um bôlo compacto e vermelho, pesando cêrca de duas libras. Nessa fôrma, uma grande parte do açúcar é vendida aos consumidores. O açúcar bruto obtido pelo processo acima referido, serve também de matéria prima para as refinarias, para onde são levados em cestos, contendo cada um cêrca de cem unidades.

O equipamento da refinaria é pequeno, com capacidade para três mil quilos por dia. O processo de contrôle consiste apenas na separação de todos os xaropes e licores, uma vez que só existem drogas e equipamentos para o contrôle do pH, depois da encala-



Mulheres conduzem cestos de açúcar bruto



tas durante vários dias, tornam-se frias e endurecidas, de modo que é preciso diluí-las antes da centrifugação. Retirado das centrífugas pelos operários, o açúcar é espalhado em tapetes e exposto ao sol para secar, ou então levado para um quarto aquecido para o mesmo fim. Depois de sêco é embalado em cilindros de papel, quando do primeiro grau, ou em sacos de 75 quilos.

O carvão é adoçado e a água aproveitada para dissolver a torta original. Depois de lavado e sêco é aquecido em vasos hemisféricos de quatro pés de diâmetro. Nesse processo, verificam-se perdas, sendo por isso necessário substituir o carvão de duas em duas semanas. Quando fôr possível dispor de vácuos e

outros equipamentos, o processo de refinação retomará o caminho normal. Por enquanto devemos felicitar o Dr. Tsu e seus engenheiros pelo muito que conseguem em condições tão desfavoráveis.

O autor dêste artigo é sargento da Fôrça Aérea dos Estados- Unidos. Antes de ingressar nas fôrças armadas trabalhava na seção de refinação da National Sugar Refining Company.

(Traduzido de "Sugar", maio de 1945).



Moenda primitiva, com tração animal

## VARIEDADES RESISTENTES À BROCA

"Sugar", número de outubro de 1944, resume um trabalho de Ralph Mathes e J. W. Ingram, no qual se dá conta de experiências realizadas na Luisiana, com canas, plantas e socas, para se determinar a resistência relativa de diversas variedades comerciais ao ataque da broca. No quadro que se segue, tomou-se como padrão a cana Co 281, à qual se atribui suscetibilidade de 100:

Varietade	Suscetibilidade relativa
C. P. 28/11 . . . . .	90
" 29/116 . . . . .	118
" 28/320 . . . . .	94
" 28/19 . . . . .	83
Co. 281 . . . . .	100
Co. 290 . . . . .	76
C. P. 29/103 . . . . .	132

Como se vê dos números acima alinhados, a Co. 290 é a cana menos procurada pela broca, en-

quanto a C. P. 29/132 é a que mais sofre a infestação daquela praga. Dizem os autores que a alta resistência da Co. 290 deve ser olhada com alguma reserva, uma vez que alguns plantadores informam que essa variedade sofreu sérios ataques da broca nas suas fazendas. Uma razão para explicar a variável suscetibilidade dessa e de outras variedades está em que a resistência ao ataque da broca é aumentada ou diminuída em consequência de um aparente decréscimo de vigor associado com o aparecimento de outras moléstias.

Além das canas cultivadas comercialmente, "seedlings" ainda não liberados estão em observação quanto à sua resistência à broca. Os "seedlings" C. P. 33/409 e C. P. 34/79 provaram ser os mais resistentes, acusando o primeiro 49 por cento em relação a Co. 281 e o segundo 55 por cento. Se outras qualidades aconselharem entrega dessas novas variedades ao cultivo em larga escala, elas contribuirão de certo para reduzir os danos causados pela broca.

Concluindo o resumo do trabalho em apreço, o Dr. Willcox observa que as grandes diferenças na suscetibilidade à broca indicam que a resistência é uma qualidade peculiar às variedades.

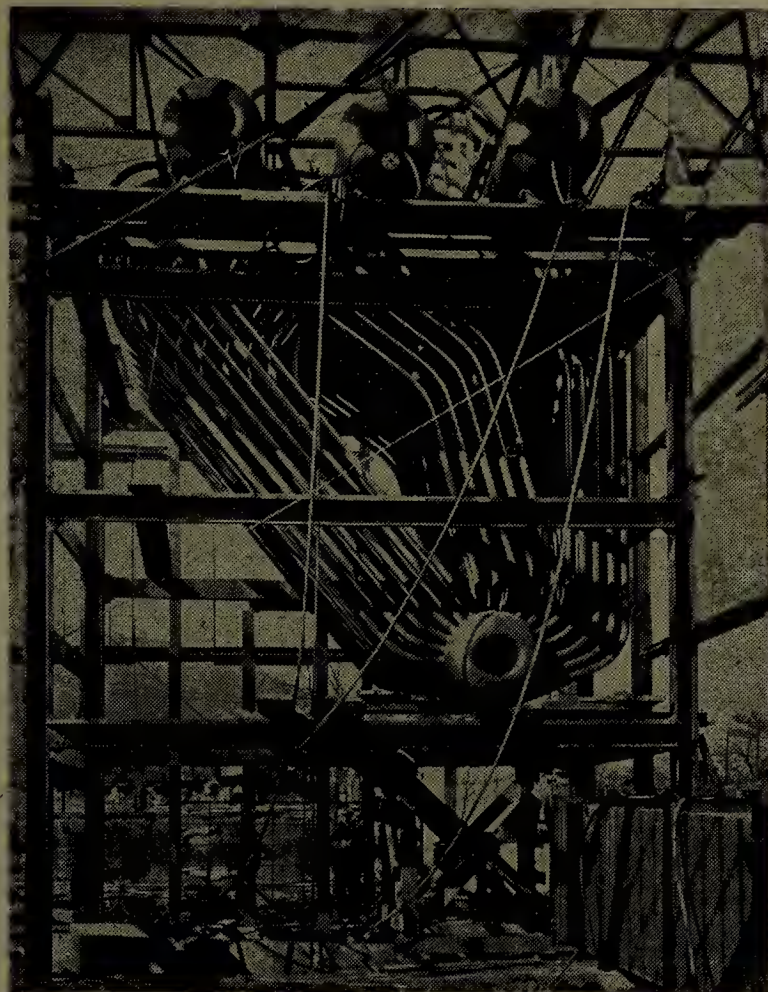


# Sociedade Termotécnica Mellor Goodwin Ltda.

REPRESENTANTES DA

**Combustion Engineering Company, Inc.**

NEW YORK — E. U. A



Caldeira C-E, tipo especialmente desenhado para vaporização rápida

**ECONOMIZE  
COMBUSTIVEL**

MEDIANTE

**NOSSOS EQUIPAMENTOS**

PARA A QUEIMA  
RACIONAL DE

**LENHA,  
CARVÕES NACIONAIS,  
RESIDUOS VEGETAIS  
BAGAÇO, ETC.**

**ECONOMIZADORES, PREAQUECEDORES DE AR, CALDEIRAS DE TODOS  
OS TIPOS — EQUIPAMENTOS COMPLETOS DE PRODUÇÃO A VAPOR**

**MONTAGEM — PROJETOS — CONSULTAS**

Escritório Central: Rio — RUA BUENOS AIRES, N.º 100 - 6.º andar

TELS. 43 - 2199 e 43 - 9249

Filial de São Paulo:—RUA 7 DE ABRIL, N.º 34 - 6.º andar - Salas 603/604

TEL. 4 - 1467

# CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL

## BÉLGICA

Depois de quatro anos de guerra, durante os quais somente se conheciam informações fragmentárias, filtradas através dos países neutros, já é possível ter uma visão de conjunto sobre a situação da indústria açucareira belga.

Segundo informações divulgadas pelo "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", a produção de beterraba açucareira da Bélgica aumentou no

curso dos anos de guerra. Em 1938, a produção elevou-se a 1.201.631 toneladas métricas e em 1943 atingiu 1.769.110 toneladas. Em 1944, a despeito de ter sido a área de plantio maior que a do ano anterior, a produção de beterraba caiu para 1.696.370 toneladas.

O quadro abaixo mostra a área de plantio, os rendimentos por hectare e a produção total de beterraba no período de 1937 a 1944:

A n o	Área plantada Hectare	Rendimento Tonelada métrica por hectare	Beterrabas colhidas Tons. métricas
1927 .....	48.160	28,5	1.376.000
1938 .....	49.300	24,3	1.201.631
1939 .....	54.295	30,7	1.669.306
1940 .....	49.500	31,9	1.580.000
1941 .....	48.323	33,5	1.625.632
1942 .....	59.197	26,8	1.769.110
1943 .....	54.249	32,6	1.769.110
1944 .....	57.649	29,4	1.696.370

A produção de açúcar na Bélgica, na safra 1944/45, é estimada em 194.500 toneladas métricas, valor bruto, cifra que significa uma queda de produção de cerca de 20 por cento em relação à safra 1943/44, durante a qual se fabricaram 243.600 toneladas. O decréscimo é atribuído a

diversas causas: menor produção de matéria prima, teor de sacarose mais baixo, dificuldades de transporte, escassez de carvão para as fábricas.

A produção de açúcar nas safras 1938/39 a 1943/44, a estimativa para 1944/45, o consumo total e o "per capita" nos mesmos anos, encontram-se neste quadro:

S a f r a	Produção de açúcar Toneladas métricas	Consumo total Toneladas métricas	Consumo per capita Quilos
1938/39 .....	194.900	240.000	30
1939/40 .....	262.600	230.000	28,75
1940/41 .....	251.800	227.900	28,60
1941/42 .....	248.000	224.800	28.10
1942/43 .....	207.400	209.000	26
1943/44 .....	243.600	218.900	27,36
1944/45 .....	194.500	—	—



Em 30 de setembro de 1944, os estoques de açúcar na Bélgica somavam, aproximadamente 28.000 toneladas métricas, contra 5.000 toneladas, em data correspondente do ano anterior. Parte como resultado desse remanescente que passou para o ano 1944/45, os estoques em fevereiro deste ano eram de 118.000 toneladas, isto é, inferiores em apenas 20.000 toneladas aos estoques, no mesmo mês de 1944.

Antes da guerra, a Bélgica importava grandes quantidades de açúcar para reexportar e essas compras variavam entre 20.000 e 40.000 toneladas por ano. Durante os quatro anos de ocupação, os alemães requisitaram 40.000 toneladas de açúcar belga, ou seja 5 por cento da produção do país.

O Ministério da Agricultura anunciou em março último que o preço das beterrabas açucareiras, este ano, seria de 550 francos, por tonelada, ao agricultor, contra 320 francos em 1944. Com esse aumento de preço, esperam as autoridades que entre 55.000 e 60.000 hectares serão plantados este ano. As disponibilidades de adubos serão menores este ano do que em 1944.

#### CUBA

Reproduzindo informações da embaixada norte-americana em Havana, o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal" dizia, em 24 de maio findo, que em fins de abril a colheita da safra canavieira já estava completa em 93 por cento e 117 usinas das 160 em funcionamento haviam encerrado as suas atividades. A safra é estimada em 4 milhões de toneladas de açúcar e 200 milhões de galões de melaços finais.

Os contratos para a venda de açúcar, melaço e álcool nos Estados-Unidos foram assinados em 26 de abril, estabelecendo-se um preço de 3,1 centavos por libra de açúcar bruto, F.O.B. portos cubanos. Nos três anos anteriores o preço foi de 2,65 centavos. Os preços para os melaços finais e o álcool industrial permaneceram os mesmos.

\* \* \*

Foram assinados pelos governos de Cuba e dos Estados-Unidos os contratos de compra e venda dos açúcares, méis finais e álcoois da safra de 1945. Informa "Cuba Economica y Financiera" que os termos básicos dos contratos foram essencialmente os convencionados anteriormente.

Os Estados-Unidos adquirem a totalidade da safra açucareira, com exceção de 250.000 toneladas largas para o consumo interno de Cuba e 150.000 toneladas largas para exportação a países outros que não os Estados-Unidos. Em consequência da queda da produção, provocada pela

sêca, calcula-se que a quantidade de açúcar cru que os Estados-Unidos poderão adquirir nos termos do contrato será, aproximadamente, de 3.200.000 toneladas largas. Os detalhes referentes aos méis e aos álcoois são os constantes da notícia publicada no "Brasil Açucareiro" de julho do corrente ano. A operação total de compra e venda de açúcar, méis e álcoois importou em cerca de 360.000.00 de dólares.

Depois de firmados os contratos, procedeu-se à troca de notas entre os dois governos assegurando a Cuba as mesmas quotas e preços nas exportações norte-americanas de farinha, arroz e manteiga, vigentes em 1943 e 1944. Ficou igualmente ajustado que os preços oficiais de tais produtos no varejo em Cuba não seriam alterados.

\* \* \*

Por um decreto de 8 de maio último, o governo cubano estabeleceu rigoroso controle dos estoques de açúcar cru e refinado, da quota de consumo local, procedentes das safras de 1944 e 1945. A medida oficial estabeleceu a retenção dos referidos açúcares à disposição do Ministério do Comércio, ficando proibido aos detentores de açúcar da referida quota vendê-lo, cedê-lo ou transportá-lo de qualquer forma, até a adoção das medidas adequadas ao seu racionamento, distribuição e consumo.

A medida foi adotada por haver o Governo recebido informações sobre escassez de açúcar em determinadas regiões do país, não obstante haver sido reservada para o mercado interno uma quota de 250.000 toneladas largas, quantidade esta superior à consumida nos anos anteriores. Posteriormente, o Poder Executivo estabeleceu por decreto as regras de distribuição e consumo, mediante um sistema de licenças outorgadas pelo Ministério do Comércio, para as operações por atacado.

\* \* \*

O Poder Executivo aprovou a distribuição de quotas individuais de exportação e consumo interno correspondente à safra de 1945, entre as diversas usinas, realizada pelo Instituto Cubano de Estabilização do Açúcar.

Estas quotas têm o caráter de originais, ficando sujeitas a alterações por transferência entre as próprias usinas, transferência de colônias livres por aumentos procedentes do Fundo de Proteção ao Pequeno Colono, aumentos em algumas usinas, de acordo com o Decreto N.º 10, de janeiro de 1941, de um remanescente de 14.829 sacos pendentes de distribuição, renúncias e impossibilidades de fabrico e por aumentos devidos à existência de cana superior à calculada:

Títulos	Quota total de produção	2,50% do Fundo do Pequeno colono	Quota líquida de Produção	Quota de Exportação	Quota Interna
Sacos de 325 libras . . .	27.569.200	689.230	26.879.970	25.199.972	1.679.998
Toneladas largas espanholas . . . .	4.000.000	100.000	3.900.000	3.656.250	243.750
Percentagens .	100%	2,50%	97,50%	93,75%	6,25%

## EQUADOR

De acôrdo com as informações divulgadas pelo "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", a estação de moagem no Equador terminou em dezembro de 1944, estimando-se em 26 mil toneladas curtas a produção das usinas do país. Em 1943, a produção de açúcar foi de 31 mil toneladas.

Os produtores equatorianos estimam que há um aumento de consumo de 5 por cento por ano, acreditando-se que a procura em 1945 seja de 43.000 toneladas.

O govêrno equatoriano comprou tôda a produção de 1944. O preço pago às duas maiores usinas foi de 47 sucres por quintal de 101,4 libras. As fábricas menores receberam 60 sucres por quintal, atendendo a que a sua produção é mais cara.

## ESTADOS-UNIDOS

O "Boletim Americano" escreve: — "Elementos do comércio afirmam que a produção de açúcar do ano em curso está tão aquém das necessidades que nem mesmo a liberação dos estoques militares e a produção de Java amenizarão a atual situação de escassez.

A produção das Filipinas no corrente ano será pequena. De Java, que fornecia 1.500.000 de toneladas de açúcar antes do conflito, pouco se pode obter dentro do período de um ano.

O melhor que pode ocorrer é a liberação dos estoques militares, permitindo a continuação do racionamento para a indústria no último trimestre do ano em curso, na base de 50% dos fornecimentos vigorantes em 1941.

Espera-se que, no próximo inverno, possa ser incrementada nos Estados-Unidos a produção de açúcar de beterraba. O racionamento do açúcar durante o ano de 1946 é tido como certo e é possível que se estenda pelos primeiros seis meses de 1947. Enquanto houver racionamento, acredita-se que será difícil a liberação dos preços.

## GRÃ-BRETÂNHA

O "Correio da Manhã", número de 16 de agosto último, publicou o seguinte telegrama:

"Londres, (R.) — Não há perspectiva de melhora no racionamento alimentar do povo britânico — decretou Sir Ben Smith, ao dar sua primeira entrevista coletiva como Ministro da Alimentação, hoje, em Londres.

Sir Ben descreveu a situação atual como "um panorama pouco alegre", e expressou a opinião de que o país conhecerá dias piores. O restabelecimento das recentes reduções era por enquanto uma coisa do futuro. Era ainda demasiado cedo para dizer quais as vantagens que a Grã-Bretanha tiraria do fim da guerra no Pacífico. As primeiras remessas de arroz seriam para os povos que consomem esse produto. Era preciso fazer novas economias no consumo do açúcar, mas não reduziria o racionamento dêsse produto abaixo de meia libra por semana.

## BRASIL AÇUCAREIRO

## GUATEMALA

A fim de conter a especulação com os gêneros de consumo forçado, o Congresso aprovou uma lei de emergência autorizando a intervenção governamental. De acôrdo com a nova legislação, o Consorcio Azucarero assumiu o contrôle da produção, venda e distribuição de açúcar em todo o país, estabelecendo um Departamento para controlar os preços. Essa informação foi divulgada em maio pelo "Weekly Statistical Sugar Trade Journal".

## JAMAICA

Continuando uma situação que se firmou em 1941, o açúcar foi em 1944 o principal produto de exportação da Jamaica. O predomínio da exportação de açúcar naquele ano resultou da falta de espaço, para o embarque de bananas.

A safra açucareira do ano passado na Jamaica elevou-se 151.882 toneladas longas, contra 165.669 em 1943, 155.262 em 1942 e 156.552 em 1941. Em 1944, o consumo foi excepcionalmente alto, atingindo a cifra de 35.708 toneladas longas. As cifras preliminares colocam as exportações em 139.800 toneladas contra 140.525 em 1943. Cêrca de 35 por cento da cana produzida vieram das fazendas de 9 mil plantadores independentes, que se acham reunidos numa associação profissional que abrange tôda a ilha. Êsses dados foram colhidos no número de 17 de maio do "Weekly Statistical Sugar Trade Journal".

## MÉXICO

As primeiras estatísticas da produção açucareira estão sendo postas em cheque, à medida que as condições de tempo desfavoráveis tendem a reduzir os rendimentos. Parece provável agora, dizia o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal" em 24 de maio, que a produção mexicana não irá além de 390.000 toneladas métricas, o que obrigará o govêrno a fazer uma importação de açúcar igual ou maior do que a que foi feita no ano passado.

## NICARÁGUA

A indústria açucareira é uma das mais importantes atividades da parte ocidental da Nicarágua, empregando de 7.000 a 8.000 trabalhadores, permanentes e de estação. Existem 22 grandes usinas e um grande número de pequenas fábricas que produzem açúcar bruto e melaços.

Segundo o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", número de 24 de maio, os impostos que incidem sôbre a produção açucareira representam 10 por cento do total das rendas do país. Durante o ano civil de 1944, as exportações de açúcar atingiram a cifra de 7.500.000 libras.

## PERU

Em 24 de maio, o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal" informa que a produção de açúcar no Peru, no primeiro semestre dêste ano, deveria



ser reduzida, em vista da deterioração dos equipamentos das fazendas canavieiras. Não obstante, os círculos autorizados acreditam que a produção deste ano não será inferior à de 1944, devendo ficar na casa das 441.000 toneladas, exclusive "chancaca". Estima-se que a produção em janeiro foi de 22 mil toneladas.

O consumo em janeiro é estimado em 17.000 toneladas curtas, contra 14.0000 no mesmo mês de 1944. A exportação em janeiro elevou-se a 20.503 toneladas.

#### PÔRTO RICO

Uma correspondência, datada de 1 de maio, de San Juan, e publicada no número de junho de "Sugar" informa que, segundo estimativas da Associação dos Produtores de Açúcar, a safra deste ano pode ser estimada em 900 mil toneladas curtas, ou seja 75 mil toneladas menos do que a produção verificada em 1944. Aquêl total, no entanto, somente poderá ser atingido, acrescentava a correspondência, se as condições de tempo forem favoráveis.

A mesma fonte dizia que este ano haverá praça marítima em abundância para o transporte do açúcar de Pôrto Rico.

\*  
\* \*

A Administração de Segurança Agrária está realizando um programa de auto-suficiência de mão de obra em 20.000 granjas de Pôrto Rico, a maior parte delas inteiramente cultivadas com cana de açúcar, informa "La Industria Azucarrera".

Esse objetivo será alcançado por intermédio de "grupos mecanizados" que tornarão as referidas granjas independentes de mão de obra que não seja própria. Já receberam auxílio nesse sentido 10.422 plantadores, esperando-se que este número se eleve para 20.000 futuramente. Além desses 10.422 plantadores atendidos, outros 1.607 receberam empréstimos para adquirir o equipamento de que necessitavam e pagar dívidas contraídas.

Das 40.000 granjas existentes em Pôrto Rico, pelo menos 30.000 necessitam equipamento mecanizado, na opinião dos dirigentes da Administração de Segurança Agrária. Os empréstimos de máquinas são feitos a dois ou mais proprietários que se unem para utilizá-las em forma cooperativa.

#### TRINDADE

A produção açucareira desta ilha vem decrescendo, em forma constante, nos últimos anos. Em 1941 e 1942 foram produzidas, respectivamente, 134.112 e 105.664 toneladas, contra 152.430 obtidas em 1936 e 1937. Em 1944 a produção foi apenas de 75.532 toneladas.

#### UNIÃO SOVIÉTICA

Pela terceira vez no corrente ano o preço das utilidades na União Soviética baixaram no merca-

do livre, em virtude da intervenção indireta do Estado. Para êsse fim foram utilizados os chamados mercados comerciais criados em fins de 1944. Antes da existência destes mercados havia na União Soviética dois tipos de mercados principais: os mercados oficiais, nos quais as mercadorias eram vendidas mediante um sistema de cartões de racionamento e a preços muito módicos fixados pelo Estado, e os mercados livres, "kolkhosianos", nos quais podiam ser adquiridas, sem cartões de racionamento, diversas mercadorias, inclusive gêneros alimentícios, provenientes dos excedentes que os agricultores podem vender depois de entregar a quota fixada ao Estado. Nesses últimos mercados os preços eram determinados pela lei da oferta e da procura.

Criando os mercados comerciais para as mercadorias à venda nos mercados "kolkhosianos" e fixando às mesmas preços mais baixos logrou o Estado estabelecer um freio à eventual elevação dos preços e, ao mesmo tempo, drenar para os estabelecimentos oficiais parte dos compradores. Em consequência deste mecanismo, o preço do açúcar, no mercado livre, foi agora reduzido em cerca de 35%, o que o colocou quase ao nível do preço no mercado racionado.

#### URUGUAI

Jornais desta capital publicaram, em 24 de agosto, p., o seguinte telegrama: — "Havana, 28 (U. P.) — Será assinado depois de amanhã, 25 do corrente, uma acôrdo de troca de 1.500 toneladas de açúcar cubano por 800 toneladas de charque uruguaio, o qual será firmado pelo Ministro do Uruguai nesta capital, Sr. Garcia Serrato, e pelo Ministro do Comércio de Cuba, Alvarez".

#### VENEZUELA

Em maio último, as perspectivas da safra açucareira da Venezuela indicavam uma redução de cerca de 30 por cento em relação à safra passada. Acrescentava o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", de 24 de maio, onde colhemos esta nota, que em vista da falta de mão de obra e do aumento do consumo interno, as vendas de açúcar continuavam controladas, embora os estoques fôssem aumentados em abril pela importação de 3.300.000 libras de açúcar cubano.

**"Açúcar e Álcool no Brasil"**

**Dr. Anibal R. de Matos**

**Preço . . . . . Cr\$ 15,00**  
**Pelo Correio . . . . . Cr\$ 17,00**



# O MELAÇO NA CRIAÇÃO DO GADO cul

Cada dia é mais notável a necessidade de aumentar as fontes domésticas de produção de alimentos, tanto para o consumo humano como para suprir as necessidades do gado. Neste campo, a ciência vai progressivamente ganhando novas conquistas que, ao se colocarem ao serviço da civilização, contribuem de um modo geral ao bem-estar e progresso da humanidade, abrindo novas fontes de acesso, ao mesmo tempo que ampliam as possibilidades de um maior consumo.

Neste caso se encontram os melaços de cana. Embora todos conheçam o uso generalizado deste artigo na alimentação do gado, seu emprego está aumentando visivelmente em proporção ao conhecimento mais a fundo de suas qualidades muito desejáveis, não só como veículo apetitoso para tornar as rações mais saborosas ao gado, como também como fonte, em si, de qualidades nutritivas de alto valor. Por esta razão, as oportunidades de aumentar as indústrias de alimentos para o gado, parecem agora mais práticas que antes em muitos países americanos produtores de açúcar, ou em forma mais generalizada, para quantos países se encontrem dentro de tal esfera de produção, com a dupla vantagem de propiciar simultaneamente o integral aproveitamento de seus produtos residuais e sua incorporação a outra indústria nativa tão popular como a da criação do gado.

Um exemplo de extenso uso do melaço como alimento para o gado pode ser observado no oeste dos Estados-Unidos, onde o Melaço de Cana havaiana proporciona uma parte muito considerável do volume total de alimentos digeríveis que é fornecido ao gado e à avicultura dessa progressiva parte da nação norte-americana. Entretanto, a proporção do emprego do melaço de cana nos países produtores do continente dista muito da cifra de cem milhões de galões, que são anualmente consumidos nas fazendas do norte.

## PROPRIEDADE DO MELAÇO DE CANA

E' positivamente reconhecido que o melaço é o produto alimentício mais apetecido pelos animais, e por essa razão os fabricantes de alimentos o empregam como o material doce por excelência no preparo de alimentos patenteados. E' suprido em forma direta ou então misturado com forragem e cereais como ingrediente altamente valioso em hidrato de carbono, sais minerais e proteína crua.

Todos os fazendeiros que empregam melaço de cana na alimentação de seu gado, testemunham por sua parte as asseverações das provas levadas a cabo pelo Departamento de Agricultura dos Estados-Unidos e Estações Experimentais desse país. Estas se sintetizam na produção de mais libras de carne a menos custo, maior produção de leite, com menos inversão, maior aproveitamento do alimento com um mínimo de desperdício. Tornam possível o emprego de alimentos de qualidade inferior como acondicionadores de materiais não consumíveis pelos animais. E' nutritivo e sa-

dável por suas propriedades tônicas e riqueza em açúcar, e, finalmente, cem por cento digerível.

De acôrdo com a Estação Experimental de Maryland, em provas experimentais, o melaço da cana aumentou a digestibilidade do feno e dos cereais de 14 por cento, e do feno, somente, de 24 por cento, o que demonstrou que o melaço pode não apenas substituir o milho, aveia, cevada ou trigo inteiramente ou em parte, mas que adicionalmente pode fazer com que o resto da ração se prolongue de 14 a 24 por cento mais, o que é evidentemente uma economia substancial.

Uma média das análises de melaço de cana havaiana, obtida por Curtis e Tompkins, de São Francisco, Califórnia, revela o seguinte resultado:

Hidratos de carbono . . . . .	60,19%
Proteína crua . . . . .	4,81%
Cinzas (Matérias minerais) . . . .	12,44%
Água . . . . .	22,56%

Tomando em consideração a asseveração do Departamento de Agricultura dos Estados-Unidos (Boletim 1718, janeiro de 1934), que diz: "Devido à sua palatabilidade, o melaço usualmente agrega mais a uma ração do que sua composição indicaria", o melaço de cana não deveria ser comparado com outras substâncias alimentícias na base de sua análise somente, pois estas substituem freqüentemente os cereais, libra por libra, em seu valor alimentício. Podem ter, realmente, um valor mais alto que outros produtos que apresentam uma análise ligeiramente melhor, mas são menos apetecíveis do que o melaço.

Graças à natureza aperitiva do melaço de cana, os animais que são nutridos com essa substância consomem um total maior de alimento e de água, o qual tende a aumentar a produção, como acontece com as vacas leiteiras e galinhas, como também na engorda dos animais para o mercado. A prova disto não é unicamente devido à saborosidade acrescentada, segundo a Estação Agrícola Experimental de Ohio (Boletim n. 463, outubro de 1930) testemunhou: "Os bezerros experimentalmente alimentados com todo o melaço que quiserem, ainda comeram mais dos outros alimentos (fornecidos separadamente) que quando não receberam melaço algum. Embora não seja misturado com outros alimentos, o melaço aumenta o consumo daqueles, o que indica que atua verdadeiramente como aperitivo".

Em termos gerais, quanto maior quantidade de alimentos e água consumidos, maior será o ganho em peso e menor o custo por libra, da engorda. Os animais de mau apetite que não gostam da ração reduzem a média. Entretanto, o melaço de cana contribuiu para converter tais preguiçosos em bons comedores que produzem e dão resultado.

As experiências oficiais levaram à conclusão, na determinação de suas características nutritivas, de que o melaço de cana, quando misturado com outros alimentos nas proporções recomendadas, não produz nenhum efeito laxante.



## RIQUEZA EM MINERAIS

Com seu conteúdo médio de matérias minerais de quase 10% ou aproximadamente 200 libras por tonelada, o melaço de cana está classificado como alimento de alto conteúdo de minerais. Como afirma o Dr. P. V. Carden, antigo Diretor da Estação Experimental de Utah, em seu artigo publicado no Northwest Poultry Journal, em dezembro de 1935: "Certos elementos minerais devem estar presentes na ração bem equilibrada", e entre aqueles que provavelmente mais escasseiam na alimentação comum das fazendas, ele enumera os seguintes: sódio, cloro, iôdo, cálcio (cal) e fósforo. É interessante, pois, fazer a comparação com a análise de cinzas (matérias minerais) realizada pelos mesmos especialistas já nomeados, utilizando o mesmo tipo de melaço havaiano.

Cinza total	Média Porcentagem	Média Libras por ton.
(Matérias minerais)	9,555	191,100
Sílica . . . . .	3,370	6,440
Óxido de ferro . . .	0,500	0,956
Cálcio . . . . .	13,555	25,904
Óxido de magnésio .	9,400	17,963
Óxido de potassa . .	38,650	73,860
Óxido de sódio . . .	1,085	2,093
Tri-óxido de enxôfre	12,550	23,983
Pentóxido de fósforo	1,830	3,497
Cloro . . . . .	20,370	38,927
Dióxido de carbono (por diferença) .	3,285	6,278
	<hr/>	<hr/>
	104,595	199,000
Menos oxigênio equivalente em cloro . . . . .	4,595	8,781
	<hr/>	<hr/>
	100,000	191,000

Segundo manifestou o Dr. W. E. Krauss, da Estação Experimental de Ohio, no boletim bimensal da dita organização (novembro-dezembro 1930), a potência do melaço de cana contra a anemia ficou demonstrada por experiência com ratos, as quais revelaram que este produto poderia ser usado "para ambos os propósitos, tanto como preventivo como curativo da anemia".

### VALOR VITAMÍNICO DO MELAÇO

A obra "Feeds and Feeding" (Alimentos e Alimentação), muito reputada, traduzida em vários idiomas e repetidamente editada, classifica o melaço de cana entre as substâncias alimentícias que são "uma boa fonte de vitamina B e E", comparável ao bagaço do amendoim, ou melhor que o leite integral, gordura de leite ou azeite de fígado de bacalhau como uma fonte destas duas valiosas vitaminas. Na obra citada se evidencia que nem mesmo a levedura ou o bagaço de soja proporcionam a vitamina E, que se encontra no melaço. Experiências feitas com ratos brancos por um grupo de cientistas americanos e cujos resultados foram publicados no "Journal of Industrial

& Engineering Chemistry" (Vol. 17, 1925) demonstram que o melaço de cana era mais rico em vitamina do complexo B que qualquer outra substância similar e "melhor que a levedura para a alimentação das crias". Ulteriores investigações revelaram que o melaço é uma rica fonte de complexo vitamínico B<sub>2</sub> e também contém vitamina B<sub>6</sub> do mesmo complexo. Tanto o fator filtrado (vitamina B<sub>2</sub>) e a B<sub>6</sub> são considerados essenciais para o desenvolvimento normal no indivíduo jovem. Estas são conhecidas como as vitaminas anti-dermatite ou preventivas das enfermidades da pele.

Recentemente ("Journal of Biological Chemistry", março 1940), as investigações demonstraram que o fator filtrado do complexo da vitamina B<sub>2</sub> inclui duas partes componentes ou subfatores, ambos de importância nutritiva, que se acham presentes também no melaço de cana em tal grau que este tem sido empregado como a fonte destes dois fatores nos laboratórios biológicos.

A vitamina E é conhecida como a vitamina contra a esterilidade, essencial para o funcionamento adequado dos processos de reprodução. Taylor e Nelson em um artigo na "Poultry Craftsmen", novembro 1935, viram que em uma ração sinteticamente livre de vitamina E, exceto pela adição de melaço de cana, 92% dos animais jovens foram criados com o melhor êxito em um nível de 5%, e somente 53% destes em um nível de 3 por cento.

### PRÁTICAS ALIMENTÍCIAS

As práticas de alimentação variam amplamente mesmo dentro de um país, pois embora os alimentos sejam abundantes em algumas regiões, são escassos em outras, ou então são afetados pelos preços do mercado, e em muitas partes as condições climáticas têm sua influência determinada também. Como um concentrado, o melaço de cana deveria ser dado gradualmente, começando moderadamente por uns poucos dias e logo ser aumentado em forma gradual. As crias ou animais muito jovens deveriam receber quantidades limitadas. Quantidades muito maiores de melaço de cana, que anteriormente não eram consideradas, estão sendo agora fornecidas. Mr. L. A. Hencke, Zootécnico da Estação Experimental Agrícola da Universidade de Havaí declarou: "Em geral os produtores de gado no território estão dando maior quantidade de melaço como alimento cada ano. Naturalmente, quando se fornecem maiores quantidades, aumentamos a quantidade de suplementos de proteínas".

O melaço é freqüentemente dado puro, aos animais, em amassadeiras ou em grandes tinas ou comedouros automáticos, fabricados engenhosamente colocando um tambor ao qual se tirou o fundo, em um tanque chato ou gaveta, sob os mesmos princípios dos bebedouros automáticos para galinhas. Outro método apropriado para dar o melaço puro consiste em pôr o melaço em uma amassadeira aberta, de pouco fundo ou uma caixa de metal ou madeira, na qual seja colocado um "flutuador" feito de taboinhas, espaçadas de tal modo que os animais possam chupar o melaço atra-



vés das taboinhas sem sujar as fossas nasais e cabeça. Enquanto o líquido se vai consumindo na amassadeira, o flutuador baixa por si mesmo. Não somente este artefato permite manter limpos os animais, como ao mesmo tempo reduz o desperdício de melaço, conforme opinião dos que usam o sistema.

X Outro método consiste na aspersão do melaço sobre os alimentos nas amassadeiras, manjedouras ou comedouros, diluído à razão de aproximadamente um galão de água por dois galões de melaço, misturando somente a quantidade necessária para ser imediatamente usada. Um regador de mochila pode ser empregado para isso, embora muitos criadores em maior escala empreguem pulverizadores mecânicos de pressão. Mas um regador comum de mão, dos que se empregam na horta ou no jardim, com orifícios um pouco maiores, será adequado para aspergir o melaço diluído sobre os alimentos.

A mistura do melaço de cana com cereais, erva picada ou forragem moída, é o método mais prático e comum. Este pode ser levado a cabo seja com máquinas ou a mão. Uma mistura suficiente pode ser obtida em um solo suave, com o auxílio de pás. Os alimentos secos são completamente misturados primeiro, depois uma mistura de metade de água e outro tanto de melaço é vertida sobre os alimentos secos e de novo tudo é misturado. Quando se emprega a máquina picadora ou ventilador a motor, o melaço sem diluir pode ser adicionado a critério, enquanto os alimentos passam através da máquina de maneira a assegurar uma boa distribuição.

O melaço misturado elimina o pó nos alimentos secos, evitando ao mesmo tempo a pegajosidade do melaço puro. Combinado com cereais ou alimentos moídos, na proporção adequada que pode ser determinada facilmente por meio de provas de mistura, o melaço forma uma massa seca, com textura de miolo, limpa e conveniente para sua manipulação e fácil de comer pelo gado.

O emprêgo de um instrumento conhecido como "Molassizer" para a aspersão de melaço de cana sobre os alimentos triturados ou moídos, quando estes passam através do aparelho, chegou a ser muito popular recentemente entre os fabricantes de alimentos para gado e entre grandes criadores.

Um dos métodos mais simples e de mais baixo custo, o "Molassizer" consiste de um disco de metal com um movimento giratório de aproximadamente 2.000 revoluções por minuto. O melaço, gotejando sobre o disco, é expulso na forma de uma perfeita atomização. Ao entrarem os alimentos no aparelho, caem através daquela atomização e cada uma de suas partículas é revestida com melaço. O melaço também se pode aspergir dentro do mesmo aparelho misturador por meio de boquilhas de mangueira com ar comprimido, porém, uma aplicação uniforme e regular é difícil de obter por meio deste sistema. X

Embora o método de aplicação do líquido com o "Molassizer" não dê uma mistura determinada como a que pode ser feita com aparelho maior e mais caro, este permite uma solução satisfatória para os pequenos criadores ou fabricantes, com

um mínimo de inversão. Muitas alterações são possíveis na instalação do "Molassizer", tal como fazer correr os alimentos por uma misturadora de tubo depois de sua passagem através do "Molassizer".

X X A misturadora contínua consiste de uma grande tina ou cilindro no qual giram uma ou duas mangueiras equipadas com tubos ou hastes. Ambos, o alimento e o melaço entram por um extremo da tina ou cilindro e deste modo são completamente misturados enquanto se movem para o outro extremo. As misturadoras contínuas têm distintas variações, de maneira que para obter uma mistura com uma percentagem uniforme de melaço, o fornecimento de alimentos secos e melaço deve ser regulado com exatidão. O melaço pode ser incorporado quente ou frio, dependendo do método de aplicação escolhido.

Foram obtidas misturas satisfatórias muito simplesmente, deixando que o melaço caísse sobre os alimentos secos a medida que estes entram na misturadora. Outros métodos de aplicar o melaço incluem a penetração à pressão destas através das aberturas previstas nos pisos ou no alimentador de carga da misturadora.

A misturadora de porções é melhor empregada onde sejam mantidas constantes proporções de melaços e cereais ou feno. Quantidades medidas de alimentos secos são colocadas na máquina onde se faz uma mistura preliminar. O melaço é adicionado em seguida e a mistura continuará até que se tenham conseguido os resultados desejados.

E' difícil chegar com exatidão a percentagem do melaço nas misturas, especialmente tratando-se de uma instalação onde se empregue o sistema de misturadora contínua, de modo que o emprêgo de um medidor especial, no qual se registram as libras de melaço que se vão fornecendo, foi considerada de grande valor. Um tanque medidor ou tambor com flutuador de controle é um método prático e barato.

Alguns dos mais experimentados criadores dos Estados-Unidos, que constantemente predominam no mercado e ganham os maiores prêmios nas exibições de gado de carne, deixam livre acesso ao seu gado, aos alimentadores automáticos bem providos de melaço de cana sem mistura alguma, embora outros prefiram controlar a percentagem desta na ração alimentícia.

Um dos métodos de alimentação mais simples e práticos para o gado consiste em espalhar o melaço sobre o feno solto no fundo dos comedouros e coberto com uma mistura de cereais. O melaço é freqüentemente combinado com alfafa picada ou moída com outra forragem, ou então misturado com cereais ou alimentos de moínho por meio de um misturador de mão ou acionado a motor.

X Embora normalmente apenas uma porção dos cereais seja substituída pelo melaço, a Estação Experimental de Missouri conduziu ensaios muito frutuoso nos quais o melaço substituiu inteiramente o milho na alimentação de novinhos, por um período de 133 dias. O Departamento de Agricultura dos Estados-Unidos (Circular FF-M2, 8 de fevereiro de 1935), deu a conhecer a propósito, a importância do melaço nas rações, como



segue: "Até cerca de três libras de melaço, êste é tão valioso como o milho na ração de engorda de novilhos. O melaço pode ser usado com tóda a segurança até uma proporção de metade de cereais". Alguns melaços, principalmente por possuírem maior riqueza, duplicam o valor em sua intervenção na engorda do gado, podendo, além de substituir os cereais, substituir até uma terça parte ou mais da forragem sêca, acrescentando sabor e eliminando os desperdícios.

Bagaços prensados, cubos ou bolas contendo melaço de cana, estão sendo amplamente usados em certas regiões como ração de engorda ou de manutenção, juntamente com a forragem ou feno que predomina na localidade. Os criadores de gado de Montana asseguraram que os bezerros aumentaram uma média de duas libras por dia, quando sômente alimentados à base de bagaço de melaço e feno, e diz-se que as vacas em pasto, alimentadas com estas tortas, tiveram bezerros maiores e mais fortes, com maior afluência de leite, e com a mortalidade reduzida de bezerros, apesar de terem atravessado os piores tempos em muitos anos.

Outra prática que está aumentando é a aspersão do melaço de cana por meio de equipamento a motor ou de mão, sôbre os campos de palha ou o restólho de cereais e outras forragens menos saborosas. O melaço é diluído à razão de um

galão de água por dois galões de melaço. A quantidade total de melaço empregado depende naturalmente do tipo e da densidade da cobertura de vegetação, variando de 375 a vários centenaes de libras por hectare.

No boletim n.º 12 do Departamento de Agricultura da Universidade de Bristol, informa-se que os resultados desta prática na Inglaterra foram muito satisfatórios, pois os animais saborearam até os pastos ásperos e comuns, depois que foram "regados" com melaço. Com a tendência atual para a mais completa utilização de todos os pastos disponíveis, existe a crença de que a aspersão de melaço virá a ser um processo bom, e geralmente estabelecido no futuro.

As pessoas entendidas e os fornecedores estão muito entusiasmados em elogiar as rações de melaço de cana para os animais de feira, pois como aperitivo ou acondicionador é um produto excelente para produzir um "acabamento" perfeito, um pêlo suave e lustroso e o vigor alerta tão desejado nas pistas de exibição.

Os novilhos alimentados com melaço de cana em regra geral engordam aproximadamente na mesma proporção que os animais que recebem uma quantidade comparável de cereais e a qualidade de sua carne é tão boa, se não fôr muito melhor. As provas confirmando êste fato foram dadas à



As máquinas das Usinas de Açúcar dependem, para seu bom funcionamento, da sua lubrificação com *óleos de qualidade e aplicação correta dos lubrificantes*. Com tantos anos de experiência e pesquisas científicas, SHELL dispõe de todos os recursos para ajudar a V. S. na solução dos seus problemas, e convida-o a consultar o Departamento de Serviços Técnicos SHELL.

PRODUTOS  
DE PETRÓLEO

**SHELL**

ANGLO MEXICAN PETROLEUM CO. LTD.





publicidade nas Informações Anuais, de 1937-39 inclusive, pela Estação Experimental de Havaí. Novilhos que foram alimentados com melaço suplementado com proteína, junto com as forragens nativas, demonstraram ao fazerem-se os estudos depois de sacrificados, que os alimentados com melaço foram um têrço de grau mais alto (em qualidade) que os lotes que não se alimentaram com melaço; de carne mais sólida, especialmente as costeletas, que ao mesmo tempo foram mais gostosas e tenras.

#### ALIMENTAÇÃO DAS VACAS DE ORDENHA

A Estação Experimental de Havaí onde se levaram a cabo êstes experimentos completos sôbre o valor alimentício do melaço de cana, confirmaram em provas oficiais que a produção de leite aumentou de 4, 5 a 6 por cento, meramente juntando melaço à forragem, além de acrescentar uma média de 11 a 14 libras por pêso vivo por vaca. Informa-se igualmente que as condições do rebanho leiteiro, de gado de reprodução e da bezerrada, são notôriamente melhoradas como resultado da alimentação com melaço. Entretanto, deve-se ter em mente que os bezerros sômente devem comer melaço em pequenas quantidades, as quais podem ser aumentadas gradualmente, à medida de seu desenvolvimento.

Embora sejam recomendadas três libras de melaço por dia e por cabeça para o gado adulto, segundo opinião de algumas autoridades, a prática geral é fornecer até cinco libras por cabeça ou uma quantidade equivalente a 10 ou 15 por cento da ração. As provas efetuadas durante muitos anos pela Estação Agrícola Experimental de Havaí, porém, concluíram recomendando que "quando acrescidos de alimentos ricos em proteínas, os melaços de cana podem, com segurança, substituir vinte e cinco por cento de outros concentrados." Em certos centros criadores, o melaço é dado aos animais de criação em vasilhas espalhadas nos pastos, mas as vacas produzindo leite, recebem-no misturado com cereais em uma proporção de 15 a 20 por cento. As opiniões colhidas em tais lugares baseiam-se no fato de que os animais se conservam saudáveis e livres de moléstias digestivas.

O papel do melaço na saúde dos animais de criação é reconhecido pelos mais peritos criadores de gado vacum e cavalariço, que afirmam que tal substância alimentícia tende a ajudar a função digestiva e evita o meteorismo ou empacho. Parece que tem um efeito suavizante sôbre a digestão das vacas alimentadas extraordinariamente para lograr uma alta produção, tendendo a evitar a prostração que, às vêzes, se segue a uma alimentação forçada.

Últimamente, o melaço tem sido altamente considerado como um fator preventivo da febre láctea e a acetoneia. Embora muito pouco se conheça sôbre as causas definidas destas enfermidades, estão elas associadas com sangue pobre em açúcar, de forma que a alimentação à base de melaço para manter mais alto o grau de açúcar no sangue das vacas leiteiras, é aconselhada como uma medida sensata de precaução. A isto se acres-

centa seu valor em vitamina E, para evitar a esterilidade e outras irregularidades do sistema reprodutivo.

Os minerais encontrados no leite de vaca, no qual predominam o cálcio, o fósforo e a potassa, são também encontrados nos melaços de cana. O leite contém, em quantidades mais reduzidas, ferro, magnésio, sódio, cloro e enxôfre. O melaço inclui também todos êstes elementos, e daí o argumentar-se que a alimentação de melaço deveria possibilitar aos fazendeiros, em muitos casos, reduzirem seus gastos em outras fontes de minerais, oferecendo-lhe outra economia em seu emprêgo.

O fornecimento de melaço aos bezerros em quantidades gradualmente ascendentes foi dado a conhecer de maneira muito satisfatória pelo Dr. R. C. Galloway, técnico da Estação Leiteira do Estado de Luisiana, que considera que as suas propriedades nutritivas e efeito tônico, quando ministrado aos bezerros à razão de uma ou duas onças juntamente com outros concentrados no comêço, e logo aumentado a mais ou menos duas onças por cabeça e por dia cada semana, não proporcionou nenhuma moléstia de diarréia. No fim das 21 semanas, os bezerros foram adequadamente alimentados com duas libras de melaço por cabeça diàriamente, com um pêso igual de outros concentrados.

#### ECONOMIA E EFEITO DO MELAÇO

Peritos da Universidade da Califórnia indicaram, por sua parte, que o valor nutritivo do melaço de quinze dólares por tonelada, é praticamente igual ao da cevada, paga a vinte dólares, baseando-se sôbre o custo de 100 libras de alimentos digeríveis ao preço de tonelada mencionado. O Departamento de Agricultura, fazendo a comparação entre os diferentes alimentos aos preços do mercado, deu como asserção que "o emprêgo liberal de melaço tende a manter baixo o custo dos concentrados alimentícios do gado leiteiro, e posteriormente acrescentou, indicando o alto preço de outros alimentos, que "o melaço é uma dádiva para os fazendeiros".

Em duas provas em Wisconsin, descritas na obra "Alimentos e Alimentação", nas quais se misturou 10% de melaço aos concentrados saborosos, o melaço provou ter um valor de 89% tão bom como o milho moído. Foram completados recentemente dois anos de experiência com melaço misturado a subprodutos de baixo custo, empregados na alimentação na Estação do Colégio de Agricultura da Carolina do Norte, comparando uma mistura de bagaço de sementes de algodão e melaço, com polpa de beterraba para a produção econômica de leite. O bagaço entrou com 75%, e o melaço com 25% e êstes misturados, bem como a polpa de beterraba, foram dados como suplemento da ração comum. Os resultados finais indicam que a mistura de bagaço de sementes de algodão e melaço provou ser a mais econômica para a produção de leite e gordura. O custo de alimentação foi de 5,4 centavos menos por cada 100 libras de leite que quando se empregou a ração de polpa de beterraba, e a gordura foi produzida à razão de 2,2 centavos menos por libra.



De acôrdo com experiências levadas a cabo na Estação Experimental de New Jersey, a alimentação em silagem com melaço tem um efeito benéfico na côr e no sabor do leite. Suas conclusões são as seguintes: "A alimentação adequada de forragem ensilada com melaço produz um leite de um amarelo mais intenso que o que dá a silagem de milho ou a polpa de beterraba. Também a côr amarela do leite é mais estável no depósito de reserva. As informações de 1942 acrescentam que a silagem de melaço tem um efeito maior de estabilização sobre o ácido ascorbútico do leite, de acôrdo com as descobertas anteriores de que a silagem de gramíneas é superior à silagem do milho ou à polpa de beterraba na produção de leite com côr amarela e de bom sabor.

### A ALIMENTAÇÃO DAS OVELHAS

O melaço é mais convenientemente ministrado como alimento para ovelhas, cordeiros e cabras, devidamente misturado com outros alimentos. Quando se dá puro, o tipo de alimentador com flutuador é o mais usado pelos criadores. Há muitos modos de combinar o melaço de cana com outros alimentos, formando uma massa seca, com textura de miolo, ideal para a alimentação das ovelhas, como explicou no capítulo correspondente. Alguns criadores de ovelhas da costa do Pacífico fazem um alimento especialmente barato por meio de incorporação do melaço com uma metade de feno, com algum cereal acrescentado, e outra metade de alfafa.

Segundo a prática dos criadores possuidores de extensas criações de prado, certo número de criadores de ovelhas está adotando agora o uso dos autoalimentadores de melaço em vasilhas colocadas nos pastos. As vasilhas deverão estar próximas de água, sempre que possível, pois o melaço torna os animais sedentos. Meia libra de melaço por cabeça e por dia manterá as ovelhas, mesmo em pastos secos e escassos, e faz com que a forragem natural renda mais. O melaço havaino está sendo liberalmente usado para ovelhas, vertido sobre cereais, polpa seca de beterraba, feno moído ou forragem, triturado ou simplesmente derramado nos comedouros em uma faixa grossa e ampla.

Foram realizadas muitas provas para substituição de uma porção de cereais com melaço para a engorda de cordeiros, com excelentes resultados. Diz-se que "o melaço provou ser completamente igual ao milho descaroçado em valor como engorda". De acôrdo com o Serviço de Extensão Agrícola da Califórnia, o melaço de cana para a alimentação de ovelhas à razão de \$15.00 por tonelada, é quase igual ao milho, por \$25.00 por tonelada, baseado no custo relativo por 100 libras de nutrimentos digeríveis.

O fornecimento de melaço, seja puro ou misturado, é oficialmente defendido como um preventivo contra a paralisia do cordeiro. Embora sua causa direta seja obscura, esta moléstia está também associada a um baixo teor de açúcar no sangue. Não considerada como um tratamento ou para a cura, a alimentação de melaço durante o período de gestação é, entretanto, uma medida preventi-

va de sentido comum, pois que uma adequada quantidade de açúcar em alguma forma é indicada em tais casos.

De acôrdo com o Dr. Bell, da Estação Experimental de Ohio, "o melaço provou ser eficaz durante três anos consecutivos contra a "apoplexia dos cordeiros". Na base destas experiências, parece que o melaço tem uma valiosa qualidade terapêutica contra esta enfermidade. Um certo número de animais que não foram alimentados com melaço mostraram 16% de mortalidade devida a esta enfermidade, enquanto que a manada que recebeu 0,3 libras de melaço por cabeça diariamente, não apresentou perdas. Um terceiro lote não recebeu melaço até que se registraram mortes e foi então acrescentada 0,3 libras de melaço à ração, resultando que não se deram mortes por causa de apoplexia.

### A ALIMENTAÇÃO DE PORCOS

Embora os criadores de porcos estejam um pouco atrasados na adoção do melaço na ração, como o fizeram outros criadores de gado, muitos que o usaram tiveram tão bons resultados, que seu exemplo está sendo seguido em muitos lugares. Manifestam eles obter não somente excelente engorda a baixo preço, como freqüentemente melhor saúde na piara também.

Numerosos criadores de porcos testemunham que o melaço ajuda a eliminação de lombrigas, embora, entretanto, não existam provas científicas nas quais baseiem esta asseveração. Os porcos, seguramente, se beneficiam com o conteúdo mineral e as vitaminas do melaço. A anemia devida à má nutrição é uma enfermidade comum entre porcos novos, em muitas localidades. Segundo a Estação Experimental de Ohio, "a alimentação de melaço de cana pode ser usada com ambos os fins, tanto para evitar como para curar esta enfermidade".

Está demonstrado por experiências realizadas em diferentes Estações Experimentais que os porcos alimentados com melaço produzem uma carne firme e de boa aparência, encontrando-se ainda em estudos comparativos, que os que receberam melaço estavam em igualdade de qualidade com os porcos que tiveram outras rações, e a gordura foi branca e dura.

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos recomenda para a engorda de porcos, a adição de melaço nas rações em uma proporção de uma quarta ou quinta parte, e para as porcas que estão amamentando, pode-se fornecer até 50% de melaço na ração. Existem muitas provas de que a engorda de porcos com um peso de 125 libras se consegue rapidamente à base de uma a três libras de melaço diariamente.

### PARA CAVALOS, MULAS E AVES

Como é sabido por todos os que ofereceram um torrão de açúcar aos cavalos, a maioria deles é de gulosos, e gostam extraordinariamente do melaço. As opiniões sobre a quantidade máxima que se pode dar aos cavalos, diferem num e outro país. Nas grandes plantações açucareiras do Haváí, os animais de trabalho têm acesso livre ao grosso do melaço e algumas vezes consomem grandes quantidades, sem serem prejudicados. O



Departamento de Agricultura dos Estados- Unidos recomenda até 10 libras por dia, exceto durante o trabalho forte de verão, quando não mais de 6 libras devem ser dadas.

A família dos equinos provavelmente demonstra, mais que qualquer outra espécie de animais, o valor do melaço de cana para manter-se em boa condição e evitar moléstias digestivas. Os animais que se alimentam com melaço se vêem livres de cólicas e outros males similares que são comuns entre os cavalos e muares. Os veterinários e especialistas consideram seu emprêgo altamente valioso para manter os brios, maior resistência e uma pele mais lisa e lustrosa nos animais, tanto de trabalho como de exibição em feiras ou circos.

Os avicultores raras vezes proporcionam melaço puro de cana como alimento, mas os principais fabricantes de alimentos o incluem nas rações doces e as cooperativas de avicultores dão uma grande quantidade de melaço misturado com os alimentos. Muitos produtores e criadores compram melaço em grandes quantidades para fazer suas próprias misturas.

Enquanto as rações para aves podem conter até 10% de melaço, a proporção aceita é de 2,5% a 7%, dependendo da idade e das condições das aves. Recomenda-se que quando seja usado 10 ou mais por cento de melaço, o leite azêdo líquido seja reduzido ou eliminado, embora o leite azêdo até um por cento tenha sido empregado com pequenas quantidades um dia sim e outro não, durante dez dias, e logo se aumentará gradualmente, até dez por cento nas rações de crescimento. O

**N. da R.** — O presente artigo publicado na revista "A Fazenda", (maio e junho de 1945), com dados fornecidos por cortesia da The Pacific Molasses Company Ltd., de São Francisco, Califórnia, Estados- Unidos, apresenta uma importância definida, caracterizando o valor do melaço da cana de açúcar como elemento de potencial alimentício, cada vez mais apreciado e empregado pelos criadores de gado.

Sabe-se que o melaço, assim denominado o resíduo final da fabricação do açúcar, é geralmente utilizado na fabricação do álcool. Ocorre, entretanto, que em muitas regiões do Brasil, onde as fábricas não possuem destilarias anexas para o seu aproveitamento, o melaço é muitas vezes desperdiçado por falta de outra aplicação adequada.

O seu uso na alimentação dos equinos, bovinos, caprinos e suínos bem como das aves em geral, oferece resultados econômicos surpreendentes pelo suprimento de minerais, hidratos de carbono e vitaminas e sua fácil aceitação pelos animais, sendo um alimento apetível e aperitivo.

Condensando os estudos realizados em diversos estabelecimentos experimentais especializados, o artigo em apreço demonstra o que se pode obter com este subproduto na finalidade em lide e bem assim os métodos de ministrá-lo ao gado e os processos de elaborar as rações com o seu suplemento.

Sabemos que o açúcar, alimento energético por excelência, é indispensável ao organismo humano, que dele não pode prescindir. Mas, o açúcar de que nos utilizamos é a sacarose que, quando ingerida, se transforma imediatamente em glicose

melaço é algumas vezes dado na água de beber das aves à razão de meio a um litro de melaço para cada mil aves, e este método é considerado especialmente bom para frangas recentemente encerradas, pois favorece a mudança de regime de alimentação.

O mesmo efeito tônico e reconstituente tem o melaço nas aves, notadamente sobre o desenvolvimento do esqueleto e plumagem das galinhas, dando-lhes uma consistência firme. As galinhas se vêem livres de constipação, embora consumam maior quantidade de amassadura. Sua riqueza em vitaminas do complexo B o torna especialmente valioso na prevenção da dermatite, polineurite e outros achaques derivados da deficiência vitamínica. O Dr. Winter, da Universidade de Ohio declara que o melaço é considerado como criador de condições desfavoráveis nas vias digestivas, para o desenvolvimento no ataque de bactérias, tais como a coccidiose.

Baseando-se em diferentes ensaios feitos com rações contendo, respectivamente, 0,3, 5 e 7% de melaço, ficou indicado que os grupos que tinham 3% de melaço tiveram a mais alta produção de ovos por galinha, o preço mais alto por atacado, e os melhores benefícios por galinha acima do custo alimentício.

Tôdas estas experiências, ensaios e métodos adotados por diferentes criadores, vêm provar que o uso do melaço, como auxiliar na criação do gado, é de grande valor alimentício e se torna cada vez mais apreciado pelos entendidos e conhecedores do assunto.

e levulose, diretamente assimiláveis no metabolismo geral.

Os méis finais ou melaço de cana, resultantes da fabricação da sacarose, além de conterem certas quantidades de sacarose, são ricos em glicose e levulose, carregando mais matérias minerais, tais como o cálcio, potássio, fósforo, cloro, etc. e as vitaminas do complexo B<sub>2</sub> e B<sub>6</sub>, essenciais para o crescimento, e a vitamina E, de importância capital para a reprodução.

Devemos, pois, assegurar também ao organismo dos animais de exploração econômica os elementos que lhes são indispensáveis, sendo o suprimento mais racional, barato e produtivo, realizado com o melaço de cana, seja ministrado diretamente, seja balanceado com outras rações.

"Brasil Açucareiro" solicita, assim, a atenção dos seus leitores, notadamente dos criadores de gado em geral, para a leitura deste artigo, certo de que muito há a aproveitar em benefício da pecuária, quer no aumento de peso e melhoramento da carne no gado de engorda, na produção melhor e mais abundante de leite e gordura no gado leiteiro, de boa carne e bom toucinho nos porcos assim alimentados, maior postura e melhor carne das aves e ainda assegurando indivíduos sadios e resistentes às enfermidades comuns, facilitando o desenvolvimento das crias jovens, determinando mais vigor e melhor aparência dos animais, graças aos elementos minerais, hidrocarbonados e vitamínicos que são encontrados em tão importante produto nutritivo.



TRANSPORTADORES DE BAGAÇO  
 FUNCIONAM MELHOR  
 COM  
 CORRENTES "REX"



A série "1100" de corrente de rolos "Rex" é usada largamente para transportadores de bagaço e geralmente dura neste serviço diversas vezes mais do que as correntes comuns. Aguenta perfeitamente as severas condições de trabalho e é a sua melhor proteção contra desarranjos sérios e dispendiosos. A corrente "Rex" série "1100" é uma corrente fundida. Para formar uma linha rígida, tambores telescópicos estabelecem uma relação rígida entre as barras laterais (veja a fotografia acima). Fornece-se em ferro maleável ou metal Z, um metal férreo que é consideravelmente mais forte e mais resistente ao desgaste e corrosão. Outra corrente popular para transportadores de bagaço é a corrente de aço Chabelco, que tem peças rígidas de união de aço tratado a quente da melhor qualidade, com peças de desgaste endurecidas e colocadas com precisão. Para informações completas sobre Correntes "Rex" para usinas de açúcar, ou correntes para qualquer requisito de acionamento ou transporte, procure o distribuidor local ou escreva à Chain Belt Company, 1735 West Bruce Street, Milwaukee 4, Wisconsin, U. S. A. Filial em New York: 19 Rector Street, New York, N. Y., U. S. A.

**CORRENTE "REX" PARA TRANSPORTADOR INTERMEDIÁRIO**



Esta corrente tipo tambor, de dois pinos, elimina a acumulação de material entre a corrente e o pino. Além disso, o novo modelo de taliscas, com bordas que se superpõem em direção contrária à da marcha, evita o depósito de material entre as taliscas. Fornece-se a Corrente "Rex" para Transportador Intermediário, Série 900-907E, em ferro maleável ou metal Z.

**CORRENTE DE AÇO "REX" PARA TRANSPORTADOR DE CANA**



Os aços especiais usados e a cuidadosa montagem dos pinos, buchas e rolos sob pressão controlada, combinam-se para formar uma corrente de máxima resistência e segurança para este serviço.



**CORRENTES PARA USINAS DE AÇÚCAR**

**Transportadores Intermediários de Bagaço e Cana**

Distribuidores para o Brasil:

**ALMEIDA FONTES IMPORTADORA S. A.**

SÃO PAULO — Rua Flarêncio de Abreu, 475  
 RIO DE JANEIRO — Rua do Senado, 184-A  
 PORTO ALEGRE — Rua Vig. José Inácio, 40

**BRAZILCO LIMITADA**

Av. Marquês Olinda, 222 - Recife

**SIMTRAL SOC. IMP. DE MÁQUINAS, TRATORES E ACESSÓRIOS LTDA.**

Caixa Postal, 1341 — Bahia

**DANTAS & KRAUSS**

Caixa Postal 154 - Aracaju

3074

# PRODUÇÃO E MOVIMENTO DE ÁLCOOL NO MUNDO

## CUBA

A produção cubana de álcool, nos quatro primeiros meses de 1945, subiu a 77.409.026 litros. No período janeiro-abril dos anos anteriores essa produção foi respectivamente de: 5.969.351 litros, em 1942; 26.544.282 litros, em 1943; e 66.666.273 litros em 1944.

## ESTADOS-UNIDOS

Em 1944, os Estados-Unidos receberam de áreas produtoras estrangeiras 360 milhões de galões de melão destinados a finalidades técnicas, ou sejam cerca de 160 milhões a mais do total recebido no ano anterior e do que se espera receber neste. Em vista da perspectiva de um suprimento mais reduzido este ano, os destiladores do continente que fazem álcool industrial, para a produção de borracha sintética, terão de recorrer em maior escala do que em 1944 aos cereais e outras matérias primas.

Um acôrdo recente para a compra de 70 milhões de galões de melões finais fabricados como subprodutos da safra de 1945 de Cuba elevará o

total dos suprimentos deste ano de áreas estrangeiras a 200 milhões de galões. Nessa cifra estão incluídos 50 milhões de galões que os Estados-Unidos possuem em Cuba das suas aquisições de 1944.

tos de trabalho e de mão de obra, tudo isso reagindo naturalmente sobre a safra. Nota-se também a tendência para replantar os canaviais na mesma estação, logo após a colheita da última soca, sem que se conceda ao solo o benefício de um longo pousio. Considere-se ainda que o teor de não açúcares, tais como açúcares redutores, sais minerais, etc., tende a aumentar nos períodos de seca, deixando a impressão de que a pureza do caldo se reduz. Tomando em conta tôdas essas circunstâncias, conclui-se que não há provas substanciais de que a CO. 281 esteja degenerando e as deficiências que acusa agora resultam de condições desfavoráveis agrícolas e de tempo. Em condições favoráveis, é apenas necessário selecionar bom material para o plantio. Estas notas foram adaptadas do número de junho de "Sugar".

## A CO. 281 NA ÁFRICA DO SUL

A variedade CO. 281 assumiu grande importância nas plantações da África do Sul, desde que foi entregue ao cultivo comercial em 1933. Em fins do ano passado, representava 65,75 por cento de tôdas as canas moidas. O alastramento do cultivo da CO. 281 criou a possibilidade de que a indústria açucareira sul-africana venha a tornar-se novamente dependente de uma única variedade, tal como aconteceu há alguns anos com a Uba. A CO. 281 é uma variedade dura e muito produtiva, resistente à seca, à geada e a muitas doenças. Entretanto, já se levanta a questão de que a CO. 281 está degenerando. Os botânicos asseguram que as plantas que se propagam vegetativamente, isto é, por meio de partes do colmo e não por sementes, somente degeneram quando existe um fator cumulativo de doenças. Quando conservadas em boas condições de desenvolvimento e isentas de moléstias, as canas propagam-se durante séculos, como acontece com a variedade Otaheite. É possível que a CO. 281 não se apresente agora tão bem quanto o fazia nos primeiros tempos em que foi entregue ao cultivo em larga escala, mas isso pode-se atribuir ao fato de que a princípio havia canas plantas em grande quantidade, ao passo que atualmente existem muitas socas. Outra razão será esta: a CO. 281 foi introduzida no começo de um ciclo de anos de precipitação favorável, enquanto presentemente tal condição não se tem verificado. Por outro lado, nas condições atuais, há falta de adubos, de instrumen-

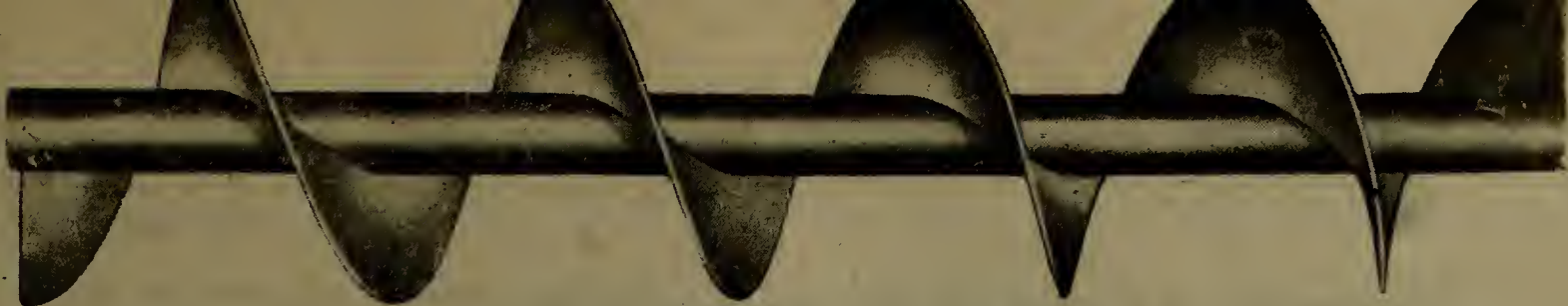
## "Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira"

Barbosa Lima Sobrinho

Preço. . . . . Cr\$ 12,00  
Pelo Correio. . . . . -Cr\$ 13,00

À venda nas Livrarias



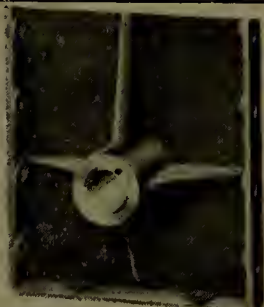


## TRANSPORTADOR HELICOIDAL

# Centro abastecedor para Transportadores de Rôscas e seus Acessórios



Calhas



Cubos para calhas  
de madeira,



Suspensores



Rolamentos de  
impulso

Em tôda a parte, as indústrias verificaram, graças a um emprêgo continuado, que os transportadores de rôscas Link-Belt e respectivos acessórios são de longa duração, econômicos e construídos para trabalhar com as maiores cargas possíveis. Link-Belt dispõe normalmente de desenhos para cada espécie de serviço e de uma escala completa de tamanhos das referidas unidades.

## LINK-BELT COMPANY

Engenheiros - Fabricantes - Exportadores - Estabelecidos em 1875  
Representantes exclusivos

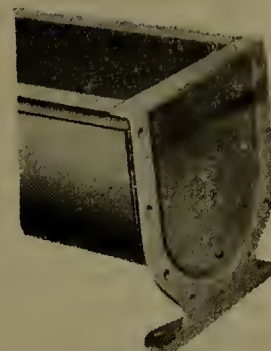
### CIA. IMPORTADORA DE MÁQUINAS

RIO DE JANEIRO — NEW YORK  
Rua Visconde de Inhaúma, 65 — 3º andar  
Caixa Postal, 41 - A — Tel. 3 - 5608

SÃO PAULO  
Rua José Bonifácio, 93 — 7º andar — Salas 7 e 8  
Caixa Postal, 41 - A — Tel. 3 - 5608

N.º 9342 - D

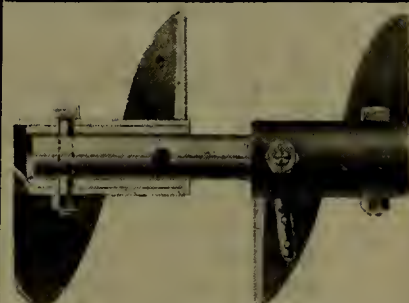
ENDEREÇO TELEGRÁFICO "COIMAC"



Flanges



Cubos para calhas de aço



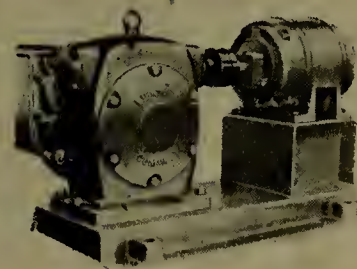
Acoplagem



TRANSPORTADOR ELEVADOR SECCIONAL



TRANSPORTADOR DE FITA



Transmissões

# LINK-BELT



# Transportadores DE ROSCA

ANÉIS RETENTORES • UNIÕES • SUSPENSORES  
CALHAS • EXTREMIDADES DE CAIXA • FLANGES  
ROLAMENTOS DE IMPULSO • TRANSMISSÕES



# VELOCIDADE DA FERMENTAÇÃO ALCOÓLICA

Jaci Botelho

Os estudos sobre a fermentação em geral e, principalmente, sobre a alcoólica, têm proporcionado o conhecimento, em inúmeras minúcias, do processo desintegrativo da sacarose e demais polissacarídeos.

Entretanto, a faculdade de desintegração dos açúcares pelos agentes biológicos está condicionada a certos estados que, a despeito dos progressos conseguidos pela técnica, carecem ainda de explicações satisfatórias.

E' assim que se observa a rapidez e a extrema facilidade de fermentação, digamos, quase espontânea no caldo de cana, no mosto preparado com açúcares brutos e outros produtos residuais da indústria açucareira, conquanto, na fermentação da sacarose pura (após hidrólise) e de outros produtos de relativa pureza, esta velocidade é notavelmente reduzida.

A necessidade eventual de transformação dos produtos de elevada pureza em álcool etílico, tem suscitado aos técnicos estudos destinados a atenuar e mesmo conhecer os motivos daquela dificuldade.

Esses estudos têm sido orientados nos seguintes sentidos:

- 1) da composição bioquímica dos meios, relativamente às necessidades inerentes ao metabolismo dos fermentos figurados;
- 2) da verificação das condições físicas e químicas dos diferentes substratos e meios onde se verificam tais transformações;
- 3) da influência catalítica de certas substâncias no processo biológico.

No primeiro caso, trata-se das diferenças de composição química dos meios, as quais consistem na presença de maior ou menor quantidade de certos princípios minerais e orgânicos, de real necessidade ao desenvolvimento e multiplicação das bactérias e outros fermentos figurados; no segundo, verificam-se questões relativas à temperatura, concentração hidrogeniônica e estado coloidal, e, no terceiro, à influência de agentes ativadores e inibidores do processo fermentivo.

Nas condições normais ou próximamente normais, a velocidade, assim como a completa transformação, em determinado tempo, dos hidratos de carbono em álcool etílico, depende de uma série de fatores fundamentais, a saber: Quantidade de fermento, quantidade de substrato, temperatura, reação do meio, presença de sais, concentração do produto da fermentação e presença de catalisadores.

Examinemos, pois, cada uma daquelas condições:

- 1.<sup>a</sup>) Quantidade de fermento: — Como sabemos, tratando-se de uma reação biológica é natural que haja um limite ótimo relativo à ação desintegrativa. Em geral, são mais eficientes as pequenas quantidades em relação à concentração dos enzimas;

cientias as pequenas quantidades em relação à concentração dos enzimas;

- 2.<sup>a</sup>) Quantidade de substrato: — A quantidade de substrato ou seja da substância a ser desintegrada, representada pelo número de moléculas a sofrerem a ação do fermento, deve ser por sua vez, relativa à quantidade do fermento, guardando certa relação com o meio;
- 3.<sup>a</sup>) Temperatura: — A temperatura do meio deve estar regulada à resistência vital, tanto do germe como do enzima, havendo para cada um destes elementos um ótimo de temperatura. E' sabido, também, que nestas reações a velocidade cresce com o aumento de temperatura, como acontece nas reações químicas comuns;
- 4.<sup>a</sup>) Reação do meio: — Os fermentos biológicos podem ser inativados em consequência de condições excessivamente ácidas ou alcalinas dos meios fermentativos, e, um determinado ponto de concentração hidrogeniônica tem extraordinária importância no desenvolvimento do processo;
- 5.<sup>a</sup>) Presença de sais: — Certos elementos minerais influem incontestavelmente na fermentação. Alguns são mesmo imprescindíveis à vida bacteriana. São elementos complementares do meio de cultura, necessários à integração dos grupos prostéticos das proteínas das células bacterianas;
- 6.<sup>a</sup>) Concentração do produto de fermentação: — Como produtos residuais da reação fermentativa é natural que, em muitos casos, a excessiva proporção impeça a continuação do processo, seja tornando o ambiente impróprio ao enzima seja à própria vida da célula (alta concentração alcoólica, ácida, etc.);
- 7.<sup>a</sup>) Catalisadores: — Algumas substâncias gozam da capacidade de ativar a ação dos fermentos, agindo especificamente. Admitc-se que estas substâncias apresentam constituição estereoquímica suscetível de se engrenar com o enzima de modo a constituir um agrupamento distinto para a função enzimática e de tal forma que só se verifica esta quando existe aquela. São por isso denominadas **co-fermentos**.

Outros agrupamentos atômicos minerais ou orgânicos são inibidores da ação fermentativa (grupo CN, CO, fluoretos, etc.) e são por isso denominados **anti-fermentos**.

Com relação às substâncias minerais, certos corpos inertes, finamente divididos exercem notá-



vel influência no desenvolvimento da fermentação. (O Kieselguhr acelera nitidamente o processo desintegrativo da hexose, conforme nossa observação).

\* \* \*

Como vimos, a fermentação alcólica está condicionada a esta série de fatores os quais contribuem de maneira notável ao seu pleno desenvolvimento.

Devemos salientar que outras substâncias, tais como, os aminoácidos e as vitaminas que, geralmente, acompanham os mostos menos puros e que faltam nos meios mais puros, concorrem sensivelmente para a perfeita realização do fenômeno fermentativo.

Quanto aos minerais, tem grande significação a presença dos sais de magnésio, ferro e de manganês. O potássio que, normalmente, entra na composição de todos os meios de cultura, afigura-se-nos de particular importância na fermentação.

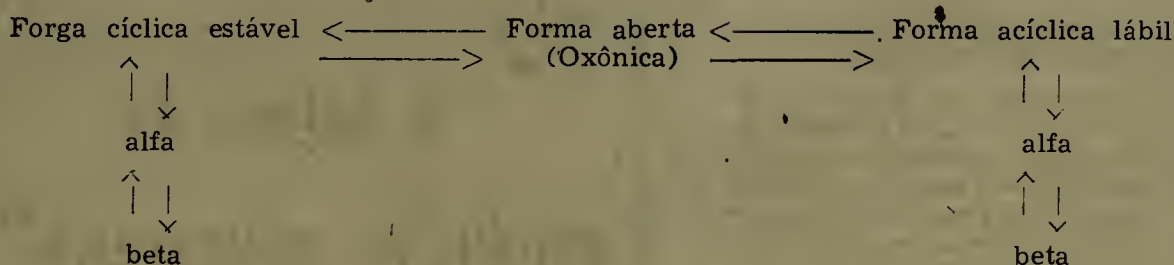
Com relação ao fósforo, o processo de demolição da molécula dos monossacarídeos demonstra que aquêle sob a forma de fosfatos ou ácido fosfórico origina com a glucose ésteres cuja função é labilizar a molécula dessa.

A formação desses ésteres é o primeiro passo para a desintegração da hexose, possivelmente fazendo aparecer uma forma mais suscetível de reação.

Conhecem-se estas combinações e tem sido observada a formação dos ésteres hexoso-mono, di e tri-fosfórico.

Segundo Embden, forma-se primeiro um éster hexoso-monofosfórico no qual a hexose se apresentaria na forma de frutose qualquer que seja a hexose atacada.

Um outro aspecto do problema, e que reputamos de grande significação no caso, é o relativo a natureza estéreo-química do substrato.



Além dessas significativas formas, podemos, ainda, admitir entretanto, diversas outras, se se concebe a possibilidade, como há muito se admite, da formação do anel oxídico com o carbono 3 e até com o 2.

Neste caso, digamos de passagem, a ligação dos carbonos por intermédio do átomo de oxigênio delimitada, no anel, certo número de átomos de carbono que faculta a consideração de derivarem estas formas de hidrocarburetos, podendo receber a designação do hidrocarbureto caracterizado.

E' assim que as recentes concepções sobre a configuração da molécula das hexoses permitem identificar e explicar suas propriedades cujas características podem esclarecer relativamente ao ataque desintegrativo.

Fundamenta-se esta hipótese na capacidade reativa da molécula em face da constituição de um anel oxídico que origina a forma cíclica.

Este anel oxídico resulta da união, por intermédio de um átomo de oxigênio, do carbono 1 ao carbono 5 da molécula da hexose constituindo assim a forma cíclica e cuja configuração análoga à da pirana caracteriza a forma pirânica daquela.

A forma cíclica da hexose proporciona a apresentação da sua molécula com quatro oxidrilas análogas de modo a ficar a 5.<sup>a</sup> no lugar primitivo do aldeído explicando assim sua maior suscetibilidade de reação.

Também as fórmulas cíclicas e acíclicas facultam a admissão de outras isomerias destes açúcares, assim: ao fechar-se o anel, o átomo de carbono 1 se converte em assimétrico permitindo a existência de 2 formas cíclicas conhecidas como alfa e beta glucose, segundo a oxidrila do carbono 1 fique de um ou de outro lado do anel.

De acôrdo com certas observações biológicas concluiu-se existir, ao lado da forma pirânica estável, de uma outra forma de extraordinária suscetibilidade de reação, na qual o átomo de carbono 1 está ligado ao 4.<sup>o</sup>

Assim a molécula se apresenta como um reteroanel pentagonal de quatro átomos de carbono e um de oxigênio, cuja configuração é análoga ao da furana.

Dá-se, por isso, a denominação de furânica a esta forma de açúcar.

Essa forma lábil da hexose é a que se denomina **aloiomorfa** ou hétero-glucose ou, ainda, açúcar **am** de Neuberg.

Devemos acentuar que essas variedades tendem, quando dissolvidas em água, a se transformar umas nas outras até atingir certo ponto de equilíbrio, de acôrdo com o seguinte esquema:

Assim a forma pirânica seria a amilenoxídica; a furânica, butilenoxídica.

E de acôrdo com esta disposição pode-se designar as hexoses como furanoses ou piranoses e estas seriam, portanto, butilenoxídicas ou amilenoxídicas, respectivamente.

Quanto às variedades, o mesmo pode ocorrer com as cetoses, pois o grupo cetônico, (carbono 2) oferecendo uma das ligações do carbono para a ciclização por intermédio do átomo de oxigênio, pode proporcionar a formação da variedade pirâ-

nica quanto da furânica, segundo a ponte oxidica se solde com o carbono 6 ou 5.

CH<sub>2</sub>OH

CHOH

CHOH

CHOH

CHOH

COH

Exose

(I)

CH<sub>2</sub>OH

HCOH

HCOH

HOCH

HCOH

COH

d-glucose

(II)

HCOH

HCOH

HOCH

HCOH

HC

CH<sub>2</sub>OH

alfa-d-glucose

(III)

HOCH

HCOH

HOCH

HCOH

HC

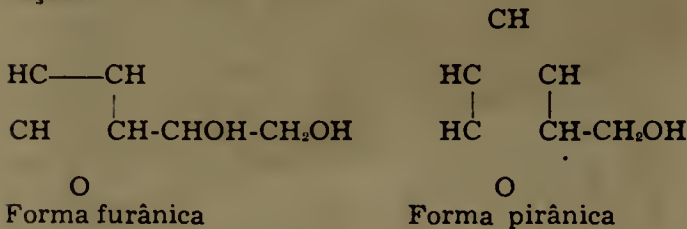
CH<sub>2</sub>OH

beta-d-glucose

(IV)

Donde se vê a possibilidade, segundo a posição das oxidrilas em redor dos quatro átomos de carbono assimétricos, de 16 isômeros como se pode deduzir da forma II. E, na ciclização por intermédio do anel oxidico, podem aparecer outras isomerias, de acôrdo com a posição daquelas oxidrilas de um ou outro lado do anel (forma III e IV).

Este anel, ligando aquêles determinados átomos de carbono, assume as seguintes configurações:



Damos aqui a representação das diversas formas das hexoses sobre as quais tratamos acima:

Do exposto e neste último caso, podemos considerar a frutose como uma frutopiranose ou como frutofuranose. Admite-se que a levulose comum, livre, é um frutopiranose, porém, na molécula da sacarose e de outros polissacarídeos se encontra sob a forma de frutofuranose, a qual, sob a ação dos ácidos e outros agentes hidrolisantes, se transforma em piranose.

Sabemos, também, que a forma furânica da hexose é 100 vezes mais reacionável do que a pirânica e que a cisão da molécula da sacarose por meio dos ácidos diluídos, em duas de hexose, se orienta para a formação da variedade pirânica.

E assim explica-se, de certo modo, talvez, uma das condições de maior resistência ou por outra, a menor velocidade de fermentação apresentada pelos produtos relativamente puros.

### “CONDIÇÕES DE VIDA DO TRABALHADOR NA AGRO-INDÚSTRIA DO AÇÚCAR”

Numa edição do Instituto do Açúcar e do Alcool, acaba de aparecer o livro “Condições de vida do trabalhador na agro-indústria do açúcar”, de autoria do Sr. Vasconcelos Torres, funcionário daquela autarquia, especializado no estudo dos aspectos sociológicos da indústria açucareira.

Prefaciado pelo escritor Oliveira Viana, o volume examina vários problemas relacionados com as condições de vida do trabalhador da lavoura canavieira e da indústria do açúcar, reunindo dados e conclusões oportunas. O ensaio do Sr. Vasconcelos Torres, escrito em linguagem clara e ilustrada de gráficos e estatísticas formados à base de pesquisas que o autor realizou, representa uma contribuição apreciável para o esclarecimento de questões que interessam de perto a vida rural brasileira, num dos seus mais importantes setores de trabalho.

(“O Jornal”, Rio, 14-8-1945).

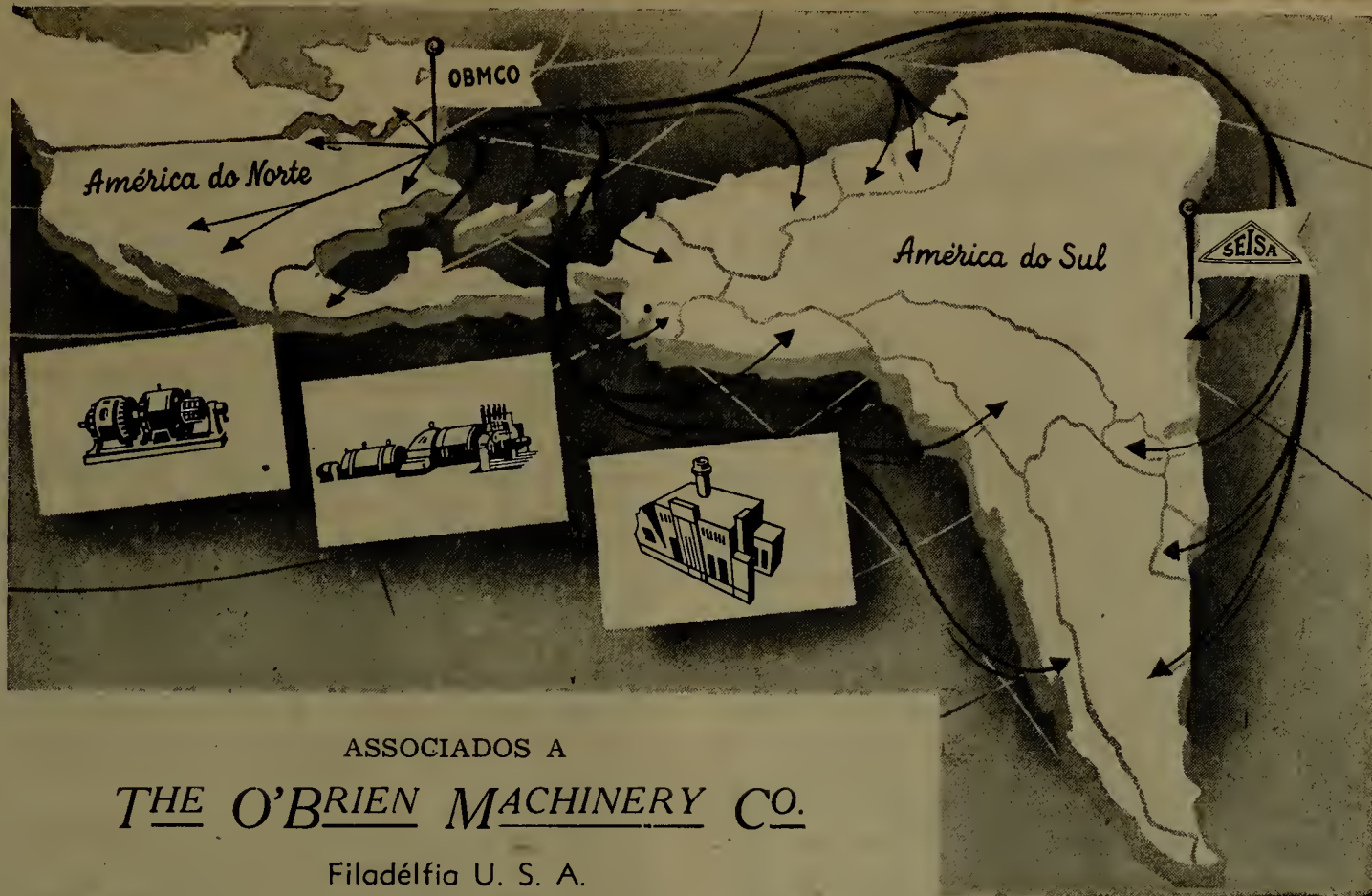
## “A defesa da produção açucareira”

(2.ª edição)

Leonardo Truda

Preço. . . . . Cr\$ 12,00  
Pelo Correio. . . . . Cr\$ 13,00





ASSOCIADOS A

**THE O'BRIEN MACHINERY CO.**

Filadélfia U. S. A.

- CENTRÍFUGAS** de alta velocidade "ROBERTS", fabricadas pela THE WESTERN STATES MACHINE CO. — Hamilton, Ohio, U. S. A.
- MOENDAS** e demais maquinarias para Usinas de Açúcar — GOSLIN BIRMINGHAM MANUFACTURING CO. INC. — Birmingham 1, Alabama — U. S. A.
- CORRENTES E ESTEIRAS** — THE UNION CHAIN AND MANUFACTURING CO. — Sandusky — Ohio — U. S. A.
- BALANÇAS** para todos os tipos industriais — THE HOWE SCALE COMPANY — Rutland Vermont — U. S. A.
- CALDEIRAS** — UNION IRON WORKS — Erie — Pa. — U. S. A.
- MOTORES DIESEL** — Estacionários e Marítimos até 50 HP.  
R. H. SHEPPARD COMPANY
- TURBINAS A VAPOR, VENTILADORES, QUEIMADORES DE ÓLEO, E FILTROS DE AR** — COPPUS ENGINEERING CORPORATION
- MÁQUINAS A VAPOR VERTICAIS, DE ALTA VELOCIDADE** — ASWORTH & PAKER LTD.
- MOTORES ELÉTRICOS — TURBO-GERADORES, ETC.** — Novos —,recondicionados e garantidos — THE O'BRIEN MACHINERY CO. — Filadélfia, U. S. A.
- ENXOFRE** — GULF STATES SULPHUR CO. INC. — Gretna — La. — U. S. A.
- PROJETOS E SERVIÇOS TÉCNICOS** nos Estados-Unidos — FACTORY SALES AND ENGINEERING INC. — La. — U. S. A.



**Soc. EXPANSÃO INDUSTRIAL SUL AMERICANA LTDA**

Rua da Candelaria, 9

RIO DE JANEIRO - BRASIL

Telegramas:

9º andar — Salas: 902/4

**"RIOSEISA"**

**CAPITAL Cr\$ 2.000.000,00**

Fones: 23-6241 e 43-1609

DISTRIBUIDORA NO DISTRITO FEDERAL E ESTADO DO RIO

**COMÉRCIO BRASILEIRO DE MÁQUINAS "COMBRAL" LTDA.**

Rua Florêncio de Abreu, 364 — São Paulo

End Teleg. Combrali — Tel. 3 - 5600

BRASIL AÇUCAREIRO

SETEMBRO, 1945 — Pág. 71



# AGRICULTURA E ECONOMIA AÇUCAREIRAS NO SÉCULO XVIII

José Honório Rodrigues

## III

Em 1798, um ano antes de José Gregório de Moraes Navarro publicar seu Discurso sobre o Melhoramento da economia rústica do Brasil, pleiteando a introdução do arado e reforma das fornalhas, já o Governador D. Fernando José de Portugal escrevia a D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre sua recomendação, relativa ao uso de bois e arados no cultivo das terras, "afim de que se poupem muitos braços, que se podem empregar em outras cousas igualmente interessantes". (1)

Recomendara o Ministro Sousa Coutinho a economia das lenhas, particularmente nas fornalhas dos Engenhos de açúcar, "inculcando o método de queimar as canas já moídas, como praticam os ingleses e franceses nas Antilhas".

Explicava, então, o Governador D. Fernando José de Portugal que o uso dos arados na plantação das canas era conhecido em quase todos os engenhos da capitania da Bahia. Os arados eram puxados por dez, doze e mais bois, devido ao menor vigor destes e por causa da dificuldade da terra em se deixar arar. Como eram construídos segundo modelo vindo do Reino há alguns anos, pedia o Governador que se lhe remetessem modelos mais modernos.

A disparidade entre os processos agrícolas usados nas diferentes capitanias brasileiras era chocante. A técnica e os instrumentos de produção que não constituíam para a Bahia urbanizada nenhuma inovação e que não se haviam difundido em outros centros mais atrasados representavam para estes uma verdadeira "revolução do sistema de agricultura tão estreitamente ligado com as vantagens desta capitania (São Paulo) e de que será por extremo custoso desviar os povos, natu-

(1) Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que se refere ao emprêgo de bois e arados na cultura de terras e das canas miúdas do açúcar como combustível das fornalhas dos Engenhos. Bahia, 28/3/1798. Anais da Bib. Nac. do Rio de Janeiro, vol. XXXVI, doc. n. 18.170.

ralmente aferrados aos seus antigos costumes". (2)

O meio rural paulista apresentava maior estabilidade e, portanto, maior dificuldade à assimilação dos processos novos. (3) A interação social da Bahia, tão ligada à Metrópole, era mais complexa, extensiva, intensiva, diversificada. Sua população era mais heterogênea e, portanto, mais capaz de aceitar as novidades do exterior. Na dinâmica social, São Paulo representava o papel do preservador das formas culturais, enquanto a Bahia, sujeita a constantes importações culturais, era o inovador.

Note-se que na recomendação à Bahia não se animava o projeto da introdução dos arados, com prêmios aos esforços dos que se aplicassem aos novos processos, o que se fazia em São Paulo. Exigindo o uso do arado, eram, porém, os prêmios oferecidos pelas Câmaras tão pequenos que raras vêzes conseguiam vencer a predisposição que contra eles existia. O Governador Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça declarava que tinham sido infrutíferas tôdas as recomendações que a este respeito havia feito às Câmaras. Aconselhava, então, que em face da importância da inovação e da necessidade de sua aplicação, determinasse o govêrno não conceder novas sesmarias senão aos que se obrigassem a cultivar "uma porção dela com arado". (4) "Este seria o meio mais facil de vencer todas as desvantagens da extranheza

(2) Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, Ofício sobre o emprêgo do arado na lavoura paulista, 8 de janeiro de 1800. Documentos interessantes para a hist. e cost. de S. Paulo. Vol. 44. 1915.

(3) Os velhos têm por crime de primeira cabeça a inovação de qualquer coisa que seus pais não fizeram. Cf. Reflexões sobre o estado em que se acha a agricultura na capitania de São Paulo, escrita pelo Marechal José Arouche de Toledo Rondon, no 2.º semestre de 1788. Documentos interessantes, vol. 44, p. 208.

(4) Pelo aviso de 18 de maio de 1801, S. A. Real conformou-se com a representação feita pelo Capitão geral e o autorizou a arbitrar a porção de terras que cada sesmeiro deveria lavar por ano. Cf. Memória de Melo Castro, ob. cit., p. 146; e o arbitramento feito, *ibid.*, p. 146-148.



deste instrumento". Aconselhava também que se repartissem pelas diferentes vilas os povoadores do Rio Grande e de Santa Catarina, de volta a São Paulo, a fim de ensinarem o uso do arado à custa da Câmara, em lugar de premiar os que adotassem o processo.

Tinha o Governador notícia do uso por ingleses e franceses do bagaço de cana moída nas fornalhas, em lugar da lenha, mas confessava que talvez devido à imperícia na experiência aqui feita não resultara útil e muito vantajoso, como se poderia esperar, o uso do bagaço da cana. Eram conhecidos escritores que tratavam da matéria, mas alguns senhores de engenho declaravam que o fogo assim produzido não era suficientemente ativo para fazer cozer o açúcar. Ignorava-se se o mau resultado provinha de defeito das fornalhas ou da ignorância do modo de usar o bagaço.

O exemplo das ilhas francesas e inglesas era o que havia de mais moderno no momento. Cuba por esta mesma época iniciava sua reforma e enviava às ilhas estudiosos que aprendessem os novos processos. (5)

As atrasadas colônias portuguesas e espanholas custaram a reformar seus métodos. Neste mesmo ofício que citamos, pedia o Governador que S. Majestade enviasse àquelas ilhas uma ou mais pessoas hábeis, que depois de fazerem as observações necessárias sobre os novos métodos viessem à Capitania da Bahia introduzi-los.

Os senhores de engenho abraçariam o novo processo, mas não se obrigavam, como acontecia com as Câmaras, a conceder prêmios. Esta declaração de 8 de março de 1798 sobre a concessão de prêmios não impediu que no ano seguinte José da Silva Lisboa propusesse que se conferisse uma recompensa a Joaquim Inácio de Sequeira Bulcão, por ter sido o primeiro proprietário que adotara novos processos de moagem da cana. (6) Em 14 de novembro, D. Rodrigo de Sousa Coutinho concede o hábito de Cristo

(5) H. E. Friedlaender, *História Econômica de Cuba*. Habana, Jesus Montero, 1944, p. 114.

(6) Carta de José da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre os engenhos do açúcar e os maquinismos empregados na sua preparação... 28/3/1799. *Anais da Bib. Nac.*, vol. XXXVI, doc. n. 19.693.

a Joaquim Inácio de Sequeira Bulcão pelas modificações louvadas. (7)

Pouco depois estava definitivamente quebrada a resistência financeira dos senhores de engenho à concessão dos prêmios. Em Ofício datado de 1.º de dezembro de 1800, louvava o Rei o Presidente e Deputados da Mesa da Inspeção pelo zelo no serviço e aprovava a subscrição voluntária dos proprietários de engenho para o pagamento do prêmio de 24.000 cruzados pela construção de uma máquina para moer a cana de açúcar. (8)

Em 6 de junho de 1800, a Mesa da Inspeção informava sobre uma nova máquina de moer canas de açúcar com o têrço dos cavalos, invenção apresentada pelos franceses Pedro e Marim Laponés, pela qual reclamavam o prêmio de 24.000 cruzados. (9)

Data desta época a descrição que faz José da Silva Lisboa da agricultura açucareira e dos processos que eram utilizados na sua fabricação. (10) No ofício do Governador D. Fernando José de Portugal a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, dissera aquêles que já expedira ordens à Mesa da Inspeção no sentido de enviar à Secretaria de Estado "uma descrição dos métodos que se praticam para a cultura e manipulação dos gêneros que se exportam desta capitania, assim como das máquinas de que se servem para descascar o algodão e café e particularmente de tudo o que diz respeito ao açúcar, fornalhas, engenhos e depuração do mesmo", conforme o pedido do Secretário, de 4 de janeiro de 1798.

Só um ano mais tarde respondia a Mesa da Inspeção a êsse pedido, pela prosa de José da Silva Lisboa. (11) Infelizmente o do-

(7) Ofício de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para José da Silva Lisboa, Queluz, 14/11/1799. *Anais da Bib. Nac.*, vol. XXXVII, doc. n. 26.054.

(8) Aviso régio dirigido à Mesa da Inspeção da Bahia. Queluz, 11/12/1800. *Anais da Bib. Nac.*, vol. XXXVII, doc. n. 26.056.

(9) Informação da Mesa da Inspeção sobre uma nova máquina... *Anais da Bib. Nac.*, vol. XXXVII, doc. n. 20.641.

(10) Documento n. 18.170, já citado, *Anais da Bib. Nac.*, vol. XXXVII. O mesmo pedido fêz ao Governador da Capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça. Documentos interessantes..., vol. 44, p. 191.

(11) Descrição da cultura da Capitania da Bahia em cumprimento da ordem régia de 4 de janeiro de 1798. Pelo Secretário da Mesa da Inspeção da Bahia, José da Silva Lisboa. *Anais da Bib. Nac.*, vol. XXXVI, doc. n. 19.239, anexo ao n. 19.239.



cumento não vem transcrito *in totum*, razão porque não encontramos o que principalmente nos interessaria: os maquinismos empregados na cultura e os modernos processos de fabricação. O trecho transcrito se limita a descrever as zonas e o número de engenhos na Capitania da Bahia.

Um documento dêste mesmo ano prova-nos que crescera extraordinariamente a lavoura do açúcar, sendo infinitos os engenhos de novo construídos, aumentando a exportação (12). A safra do açúcar era de 16 a 20.000 caixas por ano, descontando-se 2.000 que a população consumia e 6.000 que ficavam retidas por falta de navios. (13)

Ao lado das inovações técnicas e dos estímulos teóricos e práticos, deve-se assinalar outro serviço dessa época: as facilidades de crédito então incentivadas.

Sabe-se que uma das principais dificuldades que sempre perturbaram o desenvolvimento agrícola no Brasil foi a falta de instituições de crédito. Desde a fundação da primeira instituição bancária na Europa, em 1609, (Wisselbank, Amsterdam) até o estabelecimento do Banco do Brasil, em 1808, não contou a colônia com facilidades para aquisição de crédito e de capitais.

E' claro que as sociedades onde a usura foi permitida (países calvinistas: Holanda, Inglaterra, Estados-Unidos) tornaram-se sociedades onde o dinheiro custava menos do que naquelas onde a usura era interdita (países católicos) facilitando assim o desenvolvimento do crédito.

Mas acontece que os países de reduzida expansão creditária e de falta de capitais tornaram-se também sociedades onde o juro era elevadíssimo. Era o que acontecia no Brasil colonial, apesar da taxa legal ser de 5%.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, cuja visao econômica tanto contribuiu para a melhoria

(12) Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que lhe dá diversas informações sobre a exportação de mercadorias para o Reino e sobre as que de lá se importavam. Bahia, 25 de agosto de 1798. Anais da Bib. Nac., vol. XXXVI, doc. n. 18.375.

(13) Carta do Administrador da Alfândega, Agostinho José Barreto, para o Governador da Bahia, relativa à elaboração dos seguintes mapas e à cultura do açúcar, do tabaco e do algodão. Bahia, 28 de fevereiro de 1798. Anais da Bib. Nac., vol. XXXVI, doc. n. 18.297.

da situação da agricultura, percebendo a falta que representava para a colônia a ausência de instituições de crédito, recomendou ao Capitão Geral da Capitania da Bahia, em 1799, que fizesse crédito e circulação, e que tenha por objeto "avançar dinheiro sobre hipotecas seguras aos cultivadores que empreenderem nas culturas muito vantajosas, ou totalmente novas, descontar letras de câmbio de boas firmas e endossadas por duas abonadas e diferentes casas de comércio; avançar fundos sobre que se exportem; emitir para tais fins bilhetes pagáveis na mesma caixa, logo que forem apresentados, e últimamente poder tomar dinheiro a juro para aumentar e segurar a circulação dos bilhetes". Estas facilidades de crédito tinham por fim aumentar as culturas, produções e comércio de exportação na capitania. (14)

Novas zonas agrícolas iniciavam nesta época o cultivo do açúcar. A nova zona se localiza em São Paulo, a antiga que começa a crescer em volume e extensão é Campos dos Goitacazes. Nesta última sabe-se que até 1769 havia 55 engenhos, entre grandes e pequenos; dêsse ano até 1778 levantaram-se 113 e daí até 1783 mais 110, completando 278 engenhos. O crescimento fôra enorme, mesmo sem contar com o estabelecimento de novos engenhos do fim dos oitocentos para os inícios do século XIX, pois José Carneiro da Silva afirma que de 1783 a 1819, época em que escrevia, o número subiu para quatrocentos. (15)

Em 1799, São Salvador dos Campos de Goitacazes era uma vila totalmente dedicada à lavoura do açúcar, "estando quase todos os seus moradores e os seus escravos ocupados na plantação e fabrico dêste gênero de tanto lucro". Não era capaz ainda de sofrer altos impostos, pois João Gonçalves da Silva Campos, convidado pela Câmara da vila a fornecer subsídios necessários para arbitrar a imposição que se queria lançar no açúcar, julgava que tudo que excedesse a meio tostão sobre cada arroba de açúcar branco e à pro-

(14) Carta régia em que se dirigem diversas instruções ao Capitão Geral da Capitania da Bahia, Francisco da Cunha Menezes. Anais da Bib. Nac. vol. XXXVI, doc. n. 20.459.

(15) José Carneiro da Silva, *Memoria topographica e historica sobre os Campos dos Goytacazes*. Nova edição. Tip. Leuzinger, 1907, p. 57.



porção sôbre o mascavado seria pesado e aumentaria consideravelmente o preço, tanto no país como na Europa" (16).

Em São Paulo, para compensar a decadência mineira e substituir Pernambuco e Maranhão, que começavam a se dedicar mais ao algodão, abrem-se novas regiões açucareiras.

### LISTAS DE DOCUMENTOS RELATIVOS AO AÇÚCAR (\*)

ATO da inquirição de testemunhas, que o Chanceller da Relação ouviu sobre o requerimento de **D. Clara Magdalena de Albuquerque da Camara**.

Bahia, 16 de dezembro de 1795.  
(Anexo ao n. 17.635) 17.637

REQUERIMENTO de José Pires de Carvalho Albuquerque, no qual pede a demarcação judicial dos terrenos pertencentes aos Engenhos de S. Miguel e Rosário, no termo da Villa de Santo Amaro da Purificação, que sua mulher **D. Anna Maria de S. José e Aragão** herdara como legítima paterna.

17.888

OFFICIO do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que se refere ao emprego de bois e arados na cultura das terras e das cannas moidas do assucar como combustível das fornalhas dos engenhos.

Bahia, 28 de março de 1798.  
18.170

CARTA do Administrador da Alfandega Agostinho José Barreto para o Governador da Bahia, relativa á elaboração dos seguintes mappas e á cultura do assucar, do tabaco e do algodão.

Bahia, 28 de fevereiro de 1798.  
(Annexa ao n. 18.296) 18.297

(16) Parecer sôbre o estabelecimento de alguns novos impostos na Capitania do Rio de Janeiro. Documentos interessantes..., vol. 44, p. 321-329.

(\*) Continuação da lista publicada no mês passado.

OFFICIO do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que lhe dá diversas informações sobre exportação de mercadorias para o Reino e sobre as que de lá se importavam.

Bahia, 25 de agosto de 1798.  
18.375

OFFICIO do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que acusa a recepção de vários exemplares de um livro impresso á custa da Fazenda Real sobre a cultura do assucar.

Bahia, 23 de outubro de 1798.  
1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> vias 18.476-18.477

REQUERIMENTO do Padre Antonio Alvares de Araujo, residente no seu engenho situado no lugar da Boa Vista, Freguezia de S. Sebastião, termo da villa de S. Francisco da Barra de Sergipe do Conde, no qual pede autorização para edificar uma capella, sob a inovação de Santo Antonio.

18.576

ESCRITURA de doação que fêz o Padre Antonio Alvares de Araujo para rendimento de uma capella que pretende edificar no seu Engenho de Santo Antonio da Boa Vista, freguezia de S. Sebastião.

Engenho da Boa Vista, 24 de outubro de 1797.

(Annexa ao n. 18.576) 18.577

PROVISÃO do Conselho Ultramarino pela qual ordenou que o Governador da Bahia, informasse o requerimento do Padre **Antonio Dias Coelho Mello** e do Sargento-mór **Domingos Dias Coelho Mello**, em que estes pediam a divisão de uma terra pertencente ao seu engenho de S. Pedro.

Lisboa, 28 de janeiro de 1796.  
18.581

INFORMAÇÕES (2) do Governador D. Fernando José de Portugal e do Ouvidor de Sergipe d'El rei **Antonio Pereira de Magalhães de Passos**, sobre o requerimento a que se refere a provisão antecedente.

Bahia, 16 de maio e Sergipe d'Elrei, 14 de abril de 1798.

(Annexas ao n. 18.581) 18.582-18.583

AUTOS das averiguações a que procedeu o Ouvidor da Comarca de Sergipe d'Elrei para se habilitar a dar a informação antecedente.

Engenho de S. Pedro, 15 de março de 1798.

(Anexos ao n. 18.581) 18.584

REQUERIMENTO de D. Bernarda D'Assumpção Freire de Carvalho, no qual pede a confirmação da posse dos terrenos pertencentes ao Engenho da Pojuca, que seu fallecido marido **Manuel de Carvalho** comprara ao Coronel **Martinho de Sousa e Albuquerque**.

18.629

REQUERIMENTO de João Ferreira Pinto, morador no termo da Villa de N. S. da Purificação e Santo Amaro, no qual pede a demarcação judicial das terras pertencentes ao Engenho do Orobó, que herdara de seu tio **Pedro Vieira de Mello**.

18.732

DESPACHO do Conselho Ultramarino pelo qual ordenou que o Juiz de Fora da Bahia procedesse ao tombo das terras do Engenho do Orobó.

Lisboa, 6 de novembro de 1798.

(Anexo ao n. 18.732) 18.733

REQUERIMENTOS (3) de Victorio Cavalcante e Albuquerque, do Capitão Bernardino Cavalcante e Albuquerque e de outros seus irmãos, filhos e herdeiros do fallecido Capitão-mór **Francisco Cavalcante e Albuquerque**, senhores do Engenho denominado do **Desterro**, situado no Iguape, freguezia de S. Thiago, termo da

villa da Cachoeira, no qual pedem que se lhes passe provisão para poderem aproveitar-se da água do rio Gererahy e tomá-la em terras pertencentes a Pedro Garcia de Aragão mediante o pagamento da respectiva indemnisação.

19.043-19.045

OFFICIO do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que se refere aos escravos e carros fornecidos pelos lavradores para os serviços do Estado, á compra dos generos por conta da Fazenda Real, á Bahia, á sahida dos escravos para Montevideo, aos direitos impostos sobre a aguardente da terra, á exportação dos generos produzidos na Capitania da Bahia, á concessão de sesmarias e ao estabelecimento de um **Terreiro Publico**.

Bahia, 29 de março de 1799 19.225

RELAÇÃO dos direitos que paga a aguardente da terra ou cachaça na Capitania da Bahia.

(Annexa ao n. 19.225) 19.226

RESPOSTA da Mesa da Inspeção da Bahia á ordem regia de 4 de janeiro de 1798, que a mandara informar sobre a cultura e manipulação dos generos que se exportavam, e os differentes machinismas que se usavam para limpar e descascar o algodão, o arroz e o café e os que se empregavam no fabrico do tabaco e do assucar.

Bahia, 30 de março de 1799. 19.238

DESCRIÇÃO da cultura da Capitania da Bahia, em cumprimento da ordem regia de 4 de janeiro de 1798, pelo Secretario da Mesa da inspeção da Bahia, **José da Silva Lisboa**.

(Annexa ao n. 19.238) 19.239

OFFICIO do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual participa que em execução da carta regia de 27 de maio ultimo, nomeara o Desembargador **Fran-**



cisco **Sabino Alvares da Costa Pinto**, para dar posse a **Antonio Luiz Pereira** do Engenho de **Paramerim** que arrendara por 10 anos a **D. Amalia Felicia Bezerra** e que depois comprara **João Pedro Fiuza Barreto**, informando que este e Antonio Luiz Pereira se achavam presos e que não podera reprehender, como lhe fôra ordenado, o Ouvidor **Joaquim Antonio Gonzaga**, porque fallecera em viagem a bordo da náu **Maria Primeira**.

Bahia, 14 de novembro de 1799. 19.546

CARTA de José da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre os engenhos de assucar e os machanismos empregados na sua preparação, propondo que se conferisse uma recompensa a **Joaquim Ignacio de Sequeira Bulcão** por ter sido o primeiro proprietário que adoptara novos processos de moagem da canna.

Bahia, 28 de março de 1799 19.693

REQUERIMENTO de João Luiz Barbosa Palhares, morador no termo da villa de S. Francisco, da Barra de Sergipe do Conde, no qual pede a demarcação judicial das terras pertencentes ao seu engenho de S. João do Curralinho.

20.042

REQUERIMENTO do Sargento-mór João Antonio Braz de Figueiredo, relativo ao processo de demarcação requerido por **João Luiz Barbosa Palhares**.

(Anexo ao n. 20.042) 20.043

REQUERIMENTOS (2) de Joaquim José Lopes, morador no termo da villa de S. Amaro da Purificação, no qual pede a demarcação judicial das terras do seu engenho Cannabrava, que comprara **Duarte Sodré Pereira**.

20.061-20.062

CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a demarcação requerida no documento antecedente.

Lisboa, 15 de abril de 1799.

(Anexa ao n. 20.062) 20.063

REQUERIMENTO de D. Thereza Romana de Castro Madureira, viuva do Desembarga-

dor **Domingos José Coelho de Sousa Madureira**, como tutora de seus filhos menores, relativo á acção judicial que tinha pendente com Antonio Gonçalves Vianna e outros, sobre a posse do engenho Pernam-Mirim.

20.404

REQUERIMENTO de D. Thereza Romana do Carmo Madureira, no qual pede que se lhe passe uma certidão relativa ao processo judicial a que se referem os documentos anteriores.

(Anexo ao n. 20.404)

A certidão está passada no verso do requerimento. 20.407

REQUERIMENTOS (2) de Victorio Cavalcante e Albuquerque e Bernardino Cavalcante e Albuquerque, nos quaes pedem autorisação para conduzir a agua do rio Gerarahy para o seu engenho do Desterro, atravez as terras de Pedro Garcia de Aragão, pagando a este a respectiva indenisação.

20.419-20.420

## E. G. Fontes & Co.

Exportadores de Café, Açúcar,  
Manganês

e outros produtos nacionais

Importadores de tecidos e mercadorias  
em geral

Av. Nilo Peçanha, 12 - 9.º andar

TELEFONES : { 22 - 5535  
22 - 5849  
22 - 8058  
42 - 3302

CAIXA POSTAL 3

Telegramas A FONTES - RIO

Rio de Janeiro

INFORMAÇÃO da Mesa da Inspeção sobre uma nova machina de moer as cannas de assucar com o terço dos cavallos, invenção apresentada pelos franceses **Pedro e Marim Lafones** e pela qual reclamavam o premio de 24.000 cruzados.

Bahia, 6 de junho de 1800. 20.641

AUTOS da notificação judicial para a posse das terras dadas de sesmarias ao Mestre de Campo Francisco Barbosa Marinho de Castro.

(Annexos ao n. 21.418) 21.419  
Contem o alvará da sesmaria e o auto de posse.

DESPACHO do Conselho Ultramarino, pelo qual mandou passar carta de confirmação da referida sesmaria. Lisboa, 8 de abril de 1797.

(Annexo ao n. 21.418) 21.420

REQUERIMENTO de João Ferreira de Araujo no qual pede a demarcação das terras pertencentes ao seu engenho de São João Baptista, na barra de Pernamerim, termo da vila de N. S. da Purificação de Santo Amaro.

21.714

REQUERIMENTO do Sargento-mór José Moreira de Pinho, morador no Engenho de N. S. da Purificação e Santo Amaro, no qual pede a confirmação de uma sesmaria concedida em 1619 a **Diniz Bravo, Paschoal Bravo e Bento da Costa.**

21.963

REQUERIMENTOS (2) de José Moreira do Rio e de seu filho Caetano Moreira do Rio, nos quaes pedem a demarcação judicial de uns terrenos pertencentes ao seu Engenho da Conceição, situado no termo de S. Francisco da Barra de Sergipe do Conde.

(Tem annexo o despacho favorável do Conselho Ultramarino.)

21.964-21.966

REQUERIMENTO de D. Isabel Maria de Jesus, viuva de Pedro Ferreira de Andrade, e de seus filhos Manuel, Antonio e Maria Thereza Ferreira de Andrade e em que pedem a demorcação judicial dos terrenos pertencentes ao seu engenho do Rossado, situado no termo da Vila de Santo Amaro da Purificação.

23.179

DESPACHO do Conselho Ultramarino pelo qual mandou proceder ao tombo das terras a que se refere o requerimento antecedente.

Lisboa, 20 de dezembro de 1800.

(Annexo ao n. 23.170)

Seguem ao despacho os lançamentos dos respectivos registros. 23.180

REQUERIMENTO de João Bettencourt e Sá, no qual pede a demarcação judicial dos terrenos pertencentes ao seu engenho Capimirim, situado no distrito da Villa de São Francisco de Sergipe do Conde e que em parte já estavam confundidos com os dos seus heréos.

(Tem annexo o despacho favorável do Conselho Ultramarino).

23.242-23.243

REQUERIMENTO de João da Silva Paranhos, residente na Bahia, no qual pede a demarcação judicial dos terrenos pertencentes ao seu Engenho Velho e que haviam sido dados de sesmaria, em 1603 e 1611, ao Capitão **Francisco de Barros**, situados entre os rios Jucuipe e Bacuipe, nas Cabeceiras de Garcia de Avila e nas campinas e nascentes do Rio de Camaragipe, no termo da cidade da Bahia e nos confins dos da Villa de S. João de Agua Fria, Santo Amaro da Purificação e S. Francisco da Barra de Sergipe do Conde e que por morte do donatario foram vendidas em hasta publica.

23.298

REQUERIMENTO do Coronel Manuel Ferreira de Andrade, no qual pede a demarcação judicial das terras pertencentes ao seu Engenho de Santo André, no termo da villa de S. Francisco.

(Tem annexo o despacho favorável do Conselho Ultramarino).

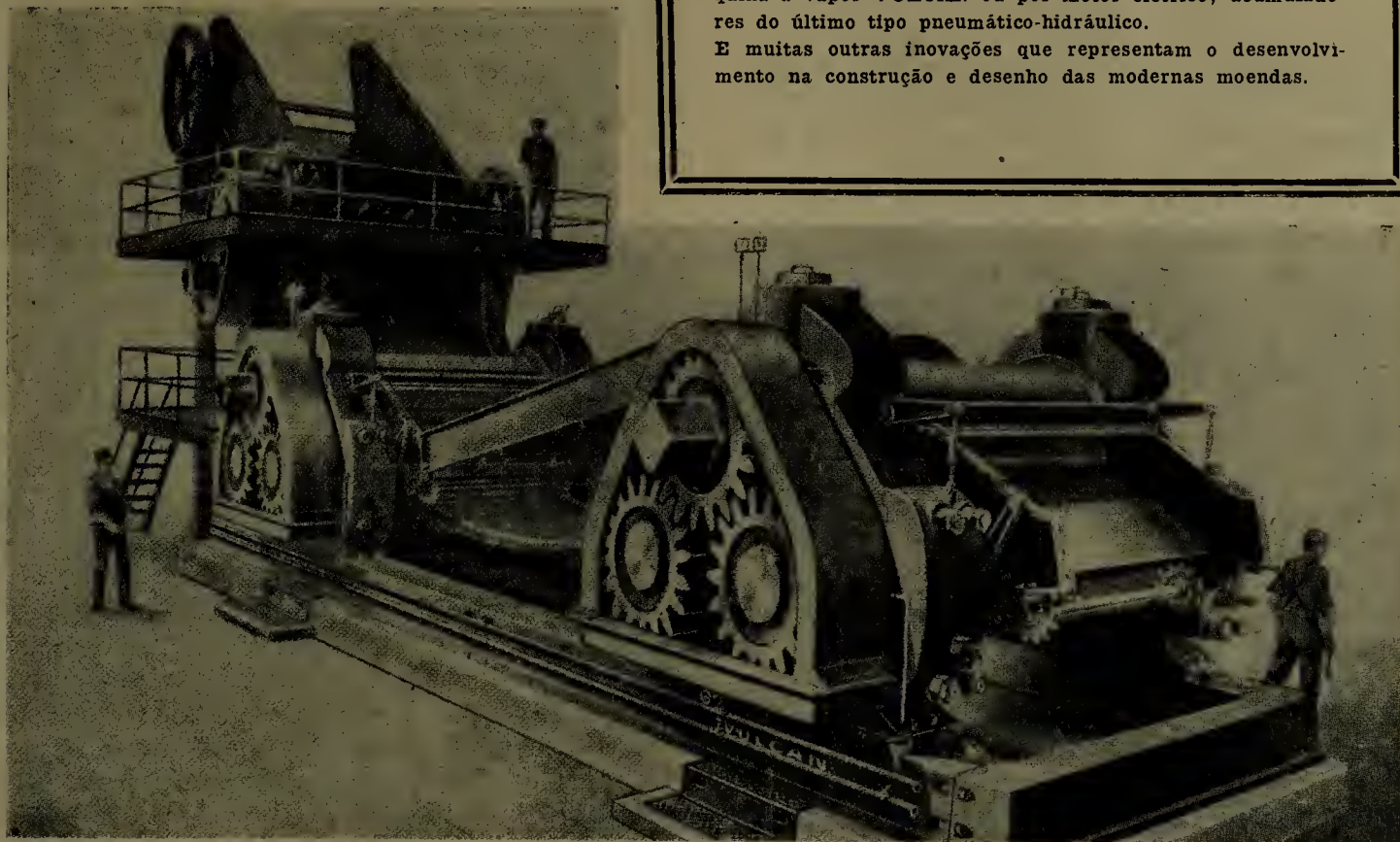
23.926-23.927



# OFERECEMOS, DE NOVO, A EXCELENTE MAQUINARIA "VULCAN"

Com todos os melhoramentos modernos: armações e tampas de aço fundido; tampas maiores do tipo de obturador de culatra, navalhas com mecanismo de adaptação desde a parte externa das armações; engrenagens de aço fundido com dentes cortados a máquina, com acionamento por máquina a vapor VULCAN ou por motor elétrico; acumuladores do último tipo pneumático-hidráulico.

E muitas outras inovações que representam o desenvolvimento na construção e desenho das modernas moendas.



A gravura representa o conjunto de uma instalação VULCAN, que, após 30 anos de serviço pesado, continua sua tarefa dando resultados verdadeiramente excelentes em matéria de capacidade e extração.

Durante muitos anos, a Vulcan Iron Works dedicou-se quase inteiramente à produção de materiais imprescindíveis à guerra. Agora, porém, volta aos ramos industriais especializados de antanho, dos quais um dos mais importantes é o da maquinaria para usinas de açúcar.

Esta inclui: esmagadores de cana, cilindros para esmagadoras, moendas acionadas a vapor ou a electricidade, cilindros para as moendas, engrenagens,

acumuladores, máquinas a vapor, transportadores de canas, filtros de caldo, elevadores de bagaço, evaporadores, etc., etc.

Fica V. S.<sup>a</sup> desde já convidado a enviar suas ordens relativamente a uma nova instalação ou a melhorar a que já possui. Sua correspondência receberá a atenção pessoal de engenheiros, cuja experiência e êxito neste tipo de serviço contam já com mais de um quarto de século.

## VULCAN IRON WORKS

Estabelecida em 1849

Escritório central e fábricas WILKES - BARRE, PA., E. U. A., Escritório em Nova-York - 50 Church St. N. Y., E. U. A.

Fornos giratórios, esfriadores e secadores.

Retortas rotatórias, calcinadores, etc.

Fornos verticais para cal, aperfeiçoados.

Hidratadores automáticos para cal viva.

Máquinas para briquetes.

Esmagadoras de cilindros duplos e de rodas dentadas.

Pulverizadores tipo de martelo a alta velocidade.

Moendas de esferas, vergalhões e tubos.

Transportadores de canal oscilante e de correntes.

Aparelhos elétricos integrantes.

Aparelhos elétricos para trabalho pesado.

Aparêlho para carregar sachadores.

Roldanas e engrenagens de aço fundido.

Locomotivas a vapor.

Idem, a gasolina e Diesel.

Idem dieselétricas.

Idem elétricas e vagonetes automotrizes.



# O AÇÚCAR NOS PRIMÓRDIOS DO BRASIL COLONIAL

Basílio de Magalhães

## IX

### COMPÊNDIOS DE "HISTÓRIA DO BRASIL" DE OTÁVIO TARQUÍNIO DE SOUSA & SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E DE ARTUR GASPARIAN VIANA

Outra obra didática, que nos deve merecer particular aprêço, por motivo do elevado conceito em que são tidos em nosso meio intelectual os nomes de seus autores, é a "História do Brasil" — (3.<sup>a</sup> série, de acôrdo com o programa oficial) (Rio, Livraria José Olímpio, 1944), dos Srs. Otávio Tarquínio de Sousa e Sérgio Buarque de Holanda.

Eis o que dizem êles à pág. 66, com relação à *saccharum officinarum*: — "A cana de açúcar — Um produto, entretanto, superaria pela sua importância econômica a todos os demais, nativos ou adventícios: a cana de açúcar. Se é certo, como afirmou Antônio Pigafetta, um dos companheiros de Fernão de Magalhães, que a armada em que viajava se abasteceu no Rio de Janeiro de canas doces, cabe supor que antes de 1519, já se fazia seu plantio no Brasil. O depoimento de Pigafetta presta-se, contudo, a dúvidas, e assim também a afirmativa, feita por alguns historiadores, de que em 1526 já pagavam direitos em Lisboa açúcares idos de Pernambuco e Itamaracá. Mais positivas são as notícias de sua introdução por Martim Afonso de Sousa na ilha de São Vicente, onde surge o chamado Engenho do Senhor Governador, mais tarde de São Jorge dos Erasmos, a que estiveram associados os Schetz, capitalistas de Antuérpia".

Maís prudente do que o Sr. Hélio Viana, os ilustres compendiógrafos não atribuem o característico insofismável de positividade, nem à informação dada por Pigafetta, nem à notícia de que, já em 1526, davam entrada na capital portuguesa açúcares idos do Brasil.

Entretanto, não falta verossimilhança a nenhuma das duvidosas asserções. As canas doces, encontradas na baía de Guanabara por um dos companheiros do primeiro circunavegador do mundo, tanto podia pertencer a alguma das nossas espécies nativas da útil

gramínea, como podiam ter resultado de mudas da *saccharum officinarum* trazidas do Velho Continente, pois que, antes de Fernão de Magalhães, outros europeus já haviam estado, efêmeramente embora, na região batizada com o topônimo de Rio de Janeiro pelos portugueses que a descobriram no primeiro dia de 1502, e que não acharam de bom-gôsto dar-lhe o nome de "baía da Circuncisão".

Quanto à exportação do produto brasileiro para Portugal, von Lippmann, em sua "História do açúcar" (pág. 31 do vol. II), não obstante dizer que "há que investigar ainda sobre essa questão", assegura constar o mesmo dos registros da alfândega lisboeta em 1520 e 1526. Esta última data não pode ser facilmente impugnada, desde que milita em favor dela a palavra autorizada, e sempre de inatacável probidade, do pai da história do Brasil. Com efeito, Varnhagen não deixa pairar dúvida sobre o caso, uma vez que à pág. 222 do vol. I (da 3.<sup>a</sup> ed. integral) de sua "História geral do Brasil", testemunha o seguinte: — "Sabendo, porém, nós hoje que, já antes da vinda de Martim Afonso, e da distribuição da costa entre os doze donatários, e desde 1526 pelo menos, era do Brasil mandado algum açúcar a Portugal, seria necessário conceder que houvera aí uma das capitâneas fundadas antes do dito ano de 1526".

Quanto à introdução da *saccharum officinarum* na ilha de São Vicente, a exposição feita pelos Srs. Sousa & Holanda apenas se resente de lacunas, que não de erros. Assim, melhor teriam andado os referidos historiógrafos, se houvessem consignado: ter existido outros engenhos anteriores ao de Martim Afonso & Cia.; ter tido o mesmo outras denominações, além das mencionadas pelos sobre-ditos autores; e terem sido os Schetz não apenas "capitalistas de Antuérpia", mas também armadores na referida cidade e comerciantes de vulto, quer naquele pôrto, quer em Bruxelas.

À pág. 67, tratando da "Expansão da lavoura açucareira", acrescentaram os aludidos compendiógrafos as seguintes informações: — "Mas o Brasil vicentino oferecia pouco espaço para o desenvolvimento expansivo das plantações, e, em pouco tempo, estariam suas



terras gastas e imprestáveis para os canaviais. Foi na costa do Nordeste, especialmente em Pernambuco, que o açúcar, mandado vir por Duarte Coelho Pereira, encontraria verdadeiramente seu terreno de eleição. Em 1550, existiam lá cinco engenhos moentes e correntes. Trinta e três anos depois, em 1583, a iniciativa do primeiro donatário tinha tal fruto, que o número de engenhos se elevava na capitania a sessenta e seis. Pela mesma época, na Bahia, sede do governo geral, seriam trinta e seis os engenhos em funcionamento. Já no segundo decênio do século seguinte, a produção de todo o Brasil orçaria em cerca de quinhentas mil arrobas anuais, dando para carregar de oitenta a duzentas naus”.

Ponderaremos aos srs Otávio Tarquínio de Sousa & Sérgio Buarque de Holanda, antes de mais nada, a inconveniência de, num compêndio, empregar-se “açúcar”, *tout court*, como fizeram acima, em vez de “cana de açúcar”, assim como de haverem acrescentado ao filho de Gonçalo Coelho o cognome de “Pereira”, que ele não usava. Ainda lhes observaremos mais o seguinte: 1) que as terras da então capitania de São Vicente não eram inferiores às de Pernambuco para a sacarcultura, a qual foi abandonada ali, na região sulina, por duas causas imperiosas, — a destruição dos engenhos pela expedição corsária de Cavendish, em 1591, e a afluência dos paulistas à sua gloriosa missão de bandeirantes, que acharam a caça ao índio e a caça ao ouro mais lucrativas que a atividade de fabricantes de açúcar; 2) que em Pernambuco o seu hábil donatário, depois de três anos (1535 a 1538) de auspiciosa experimentação da sacarcultura, conseguiu avultadas somas dos banqueiros de Lisboa para desenvolver em nosso país a excelente indústria, o que tornou a mencionada capitania a mais rica e importante de todas quanto àquela produção agrícola; 3) e, finalmente, em 1600, conforme segura asserção de von Lippmann, em sua “História do açúcar” (pág. 32 do vol. II), “já havia 120 engenhos no Brasil, que exportavam, anualmente, 60.000 caixas de 5 quintais métricos, de modo que o governo português, que via nessa época a cultura da cana na Sicília asfixiada pela concorrência brasileira, começou a tomar-se de cuidados com a produção da Madeira, e impôs 20% sobre o açúcar do Brasil”. Releva ainda consignar-se que o nordeste foi sobremodo beneficiado com o

alvará régio de 1559, que permitiu a cada senhor de engenho importar 130 escravos da costa da África, para fomento da plantação da cana e do fabrico do açúcar.

Outro patricio nosso, arrebatado, infelizmente, pela morte, quando, ainda bastante moço, muito poderia produzir na seara intelectual a que se havia devotado, o Sr. Artur Gaspar Viana, deixou também uma “História do Brasil” (São Paulo, 1944), em 2 vols. e destinada ao curso ginasial.

No vol. II, pouco se refere êle à *saccharum officinarum*, limitando-se às seguintes poucas linhas da pág. 190: — “Nos tempos coloniais o centro e o esteio da economia do país foi o açúcar”.

No vol. I, porém, dedicou à nossa sacarcultura três referências, de todas as quais vamos, com a exata reprodução de suas palavras, fazer os convenientes comentários.

As principais asserções do sobredito compendiógrafo acham-se às págs. 245-246 e são as seguintes: — “Os engenhos localizam-se, de início, no litoral, desde S. Vicente até Pernambuco, e, mais tarde, até o Pará, como base da economia rural. No planalto de Piratininga, as chácaras produziam a uva e o marmelo, dando nascimento ao fabrico do vinho e da marmelada. Nos engenhos, engenhocas, banguês, moendas, além do açúcar, fabricavam-se as rapaduras, os melados e a aguardente”. “Contudo, o açúcar continuou a ser, nos séculos XVII e XVIII, o produto principal do norte do Brasil, muito embora, em grande escala para a época, fôsem cultivados o fumo, o algodão, a baunilha, a pimenta, a banana, o milho, a mandioca. O gênero e a variedade das plantações deram fisionomia própria à vida rural, às atividades e aos costumes dos seus moradores. No norte, o engenho era tipo discriminativo da propriedade rural”.

Cabe-nos ponderar que o Pará, onde repontou em nosso país a cafeicultura, nunca foi notável produtor de açúcar. Além disso, nos séculos XVII e XVIII, em vez de baunilha, pimenta e banana, devia o autor ter assinalado o anil, o cacau e o caucho. A musaccultura, em boa verdade, só se desenvolveu em fins do século XIX, no litoral paulista. A baunilha e a pimenta jamais tiveram destaque em nossas pautas aduaneiras, e, apesar das nossas benfazejas piperáceas, a que sempre mais se consumiu no Brasil foi a nociva



*piper nigrum*, vulgarmente “pimenta do reino”, por ser Portugal quem nos fornecia tal condimento, oriundo do Extremo-Oriente. A expressão “grande escala”, pelo menos no tocante à exportação, só se pode aplicar, nas referidas centúrias, ao tabaco e ao algodão. Note-se que o autor, a exemplo do Sr. Hélio Viana, prefere a parte pelo todo e emprega sempre “fumo” para designar a nossa preciosa solanácea, que deu ensejo a uma indústria colateral da do açúcar, donde a criação em 1751, devida a Pombal, da Alfândega do Tabaco.

Mais interessante ainda é o pequeno parágrafo que se encontra logo adiante, às págs. 249-250, sob a epígrafe “Cana de açúcar”: — “A lavoura da cana de açúcar, desde os primeiros tempos da colonização, foi dirigida pelo Estado a favor dos seus interesses e da ganância dos grandes proprietários — senhores de engenho. Impunha-se a restrição ao fabrico da aguardente, a fim de não prejudicar a produção do açúcar e obrigar os pequenos proprietários, cujas engenhocas foram extintas, a moer as suas canas nos grandes engenhos. Havia interesse em mandar, para o Brasil, a aguardente do reino”.

Quem ler desavisadamente tais informações, por mal dos pecados veiculadas à juventude ginásial, fica pensando que Portugal sujeitou sua colônia americana às banalidades medievais. Sabe-se que **banal**, adjetivo derivado do nome **ban**, de origem germânica (radical de **bando** e **bandeira**, assim como de “banho de igreja”, expressão em que o primeiro termo quer dizer “proclama”), era qualificativo do moínho, do forno e do lugar, pertencentes aos barões feudais, e aonde os servos da gleba, durante a Idade-Média, eram obrigados a levar o trigo, o pão, a uva e a azeitona, de que eram apenas meios-donos. Na realidade, o que fez a metrópole de além-mar com relação à sua colônia de aquém-Atlântico foi, não **dirigir** a lavoura da cana de açúcar, — como assegura o Sr. Artur Gaspar Viana, pois que a chamada “economia dirigida” é remédio de moderno invento e recente propinação, — porém defender o seu velho regime de monopólio.

Quando D. João III determinou aos primeiros Governadores Gerais que montassem engenhos, por conta da Coroa, para o fabrico do açúcar (e o primeiro foi acabado por Mem de Sá), não teve o intuito de estabelecer no

Brasil a vetusta usança medieval da Europa, e, sim, facilitar aos pequenos plantadores da **saccharum officinarum** o fabrico do produto que mais concorria então para opulentar o erário régio.

A construção de um engenho exigia avultados capitais e a sua movimentação não podia ser proveitosa sem o emprêgo de grande número de braços. No século XVI, como os brasilíndios não se subordinassem facilmente ao trabalho servil, impôs-se o recurso aos filhos do continente negro, então em grande parte sujeito a Portugal, e que podia fornecer ao Brasil os melhores amanhadores do nosso solo, pois que os melanodermos, além de habituados ao clima tropical, se caracterizavam pela robustez física, pela sobriedade e pela submissão. Von Lippmann, em sua “História do açúcar” (pág. 32 do vol. II) conta o seguinte: — “Como se fizesse sentir, depois de 1550, falta de braços em todo o Brasil, permitiu o Rei de Portugal, por édito de 1559, que cada engenho importasse 130 escravos do Congo, com o que o número total de escravos negros se elevou, até 1584, a cerca de 10.000”.

O certo é que muito poucos foram os engenhos pertencentes à Coroa em nossas plagas. Afora o iniciado ao tempo de D. Duarte da Costa e concluído por Mem de Sá, os que depois se notabilizaram foram os da Paraíba, denominados “Barreiras” e “Tibiri”. Conquistada morosa e de não pequeno custo pecuniário, realizada ao tempo em que estava Portugal sujeito ao domínio dos Habsburgos da Espanha, a Paraíba não só se distinguiu por ter a sua capital desde logo com o título de “cidade” (a “João Pessoa” de agora começou com a denominação de “Filipéia”, em homenagem a Filipe II), mas ainda por ser dotada de dois engenhos erguidos à custa da metrópole, que certamente cogitou de ressarcir-se o mais depressa possível das enormes despesas em que importou a conquista daquela região nordestina.

Quanto a certas restrições de que deu notícia o Sr. Artur Gaspar Viana, cumpre-nos igualmente esclarecer que êle se enganou no tocante à aguardente. O que a metrópole vedou peremptoriamente foi o fabrico de vinho em nosso país. A aguardente de cana gozou sempre de relativa liberdade, donde o mal que o abuso dela veio a causar à população do nosso **hinterland** e do nosso litoral. A



aguardente do reino (feita de uva), que vinha para o Brasil, não se destinava ao consumo geral, porém, sim, a limitado uso nas boticas e a poucas outras aplicações. E' inegável que, mais de uma vez, Portugal procurou vedar no Brasil a exploração de culturas que, de qualquer modo, pudessem prejudicar, no mercado interno e no consumo externo, a venda de drogas e artigos de procedência do Extremo-Oriente lusitano, mas essa política econômica cessou em meados do século XVII.

Disso dá notícia, à pág. 67 (da 5.<sup>a</sup> ed.) de "O Brasil e as colônias portuguesas", o erudito e sisudo Oliveira Martins, que atribui o fato, com razão, ao esvaecimento da miragem das Índias. Eis como se exprime êle: — "Nem só a cana, porém, era já a cultura predominante do norte do Brasil. Desde que em 1640 se viu perdido para sempre o Império Oriental, entendeu-se inútil proibir na América a cultura das especiarias, que constituíam a riqueza do comércio das Índias. O medo de uma concorrência, que podia fazer baixar os preços dos gêneros orientais, levou a mandar arrancar no Brasil as árvores produtoras de drogas similares às do Oriente. Dizia o Padre Vieira que desta perseguição apenas o gengibre escapara, porque as suas raízes fugiram a esconder-se debaixo da terra. O fato é que, desde 1662, o norte do Brasil, onde a produção principal continua a ser o açúcar, cultiva o tabaco, o algodão, a baunilha, a canela, a pimenta".

Os famosos gêneros "estancados", isto é, inscritos em contratos de monopólio de venda, e que tanta celeuma sempre levantaram em nosso país, foram unicamente o vinho, o azei-

te de oliveira, a farinha de trigo e o bacalhau. Isso não se falando na indústria tipográfica e na de tecidos, aqui rigorosamente proibidas no século XVIII.

Foram, todavia, aquêles quatro produtos "estancados", que não outros, os diretamente vinculados aos interesses da Coroa, em junção com os das emprêsas mercantis que ela criou nos séculos XVII e XVIII, e que, incontestavelmente, prestaram alguns assinalados serviços à marcha ascensional da nossa civilização.

E' de lamentar que até hoje não haja sido feito um estudo mais aprofundado das que, tanto no século XVII, — a Companhia Geral do Comércio do Brasil (criada em 1649) e a Companhia do Comércio do Estado do Maranhão (fundada em 1682), — quanto no século XVIII, — a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755) e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759), — poderosamente influíram, quer em nossa evolução política, quer em nossa prosperidade material.

---

#### CULTURA MECÂNICA DA BETERRABA

A Holly Sugar Corp., que opera nos Estados de Colorado, Califórnia, Montana e Wyoming, aperfeiçou um método de cultura mecanizada da beterraba. Em três anos de experiências continuadas foram colhidos resultados animadores, não só quanto à redução à metade do custo de produção, como também quanto aos rendimentos de açúcar. A emprêsa estaria agora empenhada em incentivar, mediante uma campanha de propaganda, a prática dêsse tipo de agricultura entre os lavradores particulares.

RECIFE • SERRA GRANDE  
ALAGOAS • MACEIÓ

**USINA SERRA GRANDE S/A**

**ASSUCAR**

TODOS OS TIPOS

**"USGA"**

O COMBUSTIVEL NACIONAL

# OS FAZENDEIROS DE CAMPOS, NO SÉCULO PASSADO

Alberto Lamego

## XI

### CORONEL FRANCISCO ANTÔNIO PEREIRA DE LIMA

Que grande amor tinha êste fazendeiro pela prosperidade de sua terra natal!

Nas reuniões da "Sociedade Campista de Agricultura" a sua palavra era sempre ouvida pelos seus colegas, com o maior acatamento. E, dizia: a indústria açucareira é a única de valor que nos convém. As nossas terras são ubérrimas e há mais de dois séculos, nelas se cultiva a cana e, sem adubos, é colhida sempre com a mesma exuberância. É necessário que a enxada ceda o seu lugar ao arado; que se cultivem outras qualidades de canas, pois a **creoula** e **caiana** já se acham degeneradas; que se levantem Engenhos Centrais e que desapareçam as pequenas fábricas primitivas, de almanjarra e roda movidas por animais e que proprietários desenvolvam as suas lavouras de canas, fornecendo estas àqueles Engenhos, que se eduque a mocidade em escolas agrícolas para que não prossiga na rotina dos seus antepassados. Estabeleçamos a colonização nacional, porque não podemos contar por muito tempo com o braço escravo.

O cultivo das canas **creoula** e **caiana**, foi desprezado e começaram a aparecer canaviais de **Bois-rouge**, de **Sem Pêlo**, **Roxa**, **Listada**, etc. Estas foram mais tarde abandonadas, por terem sido contaminadas do **mosaico** e substituídas pelas **javanesas**, cujas primeiras mudas vieram de São Paulo e que hoje fazem a riqueza dos usineiros e lavradores campistas.

Atualmente a "Estação Experimental da Cana de Açúcar de Campos" indica aos agricultores as mais resistentes à moléstia e as fornece, a preço módico.

À margem norte do rio Paraíba, na distância de 5 quilômetros da cidade, fundou o Coronel Lima, em sua fazenda de São João, no local onde existia a fábrica de açúcar, o **Engenho Central de São João**. Tôda maquinaria fôra ali assentada por Brocheton & Billion e era procedente das oficinas de Mariolle, Frères.

Era sócio do fundador o Major Manuel Manhães Moreira, proprietário da fazenda do Alto.

O Engenho Central de São João foi, paulatinamente, melhorado e passou a ser conhecido como **Usina de São João**.

Naquele tempo a sua produção, em 12 horas, era de 125 sacos de 60 quilos e não excedia de 15.000 sacos anuais nas grandes safras. Hoje, porém, o limite da fabricação do açúcar determinado pelo I. A. A. é de 113.660 sacos, tendo capacidade para o dôbro, pois, no ano passado (1944), sendo ilimitado o fabrico, passaram pelas suas turbinas 158.150 sacos.

O Engenho Central, estava disposto em forma de ferradura, ficando à esquerda da entrada, a máquina das moendas e as caldeiras, tríplice-efeito e alimentador; à direita, as turbinas, caldeira vácuo e suas máquinas, cristalizador; e na frente, defecadores, decantadores, filtros e diversos depósitos.

A sua disposição é hoje a mesma, mas com as benfeitorias feitas mudou inteiramente de aspecto.

Consoante as informações do Almanaque de Campos, de 1885, de João Alvarenga, o conjunto mecânico era o seguinte: "Moendas de 3 cilindros de 1100 x 700; máquina horizontal de 25 cavalos; transmissão dupla, bomba monta-caldo; condutores de cana e de bagaço, sendo êste lançado na frente das fornalhas; 3 defecadores a serpentina de 40 hectolitros cada um; um tríplice-efeito diferencial com 150 metros de superfície de aquecimento e sua máquina; dois clarificadores ou eliminadores de 15 hectolitros cada um; uma caldeira vácuo de 45 hectolitros com máquina relativa; quatro turbinas à ação indireta com secador do sistema Billon; um **malaxeur**, para dissolver a massa granulada, movido pela máquina das turbinas, que, também, atirava sôbre uma bomba centrífuga, aspirando água a 300 metros da fábrica; cavalo alimentar; três caldeiras multitubulares, totalizando 300 metros de superfície de aquecimento, queimando bagaço verde em fornos montados por Billion; balança romana de 18.000 quilogramas".

Mais tarde a Usina de São João foi transformada em sociedade anônima à qual foram



# O MEIO GEOGRÁFICO DO AÇÚCAR EM ALAGOAS

Manuel Diégues Júnior

Pode-se admitir que partiu de três focos iniciais o povoamento do território alagoano. Um assentou no norte e teve Pôrto Calvo como núcleo de irradiação. O segundo situa-se no centro do litoral e se desenvolveu em tôrno das lagoas, que deram nome ao povoado inicial: Alagoas ou Alagoa do Sul e Alagoa do Norte. Prolongou-se pelo vale do Mundaú, a cujas margens se lançaram os fundamentos da economia local: os engenhos de açúcar. O terceiro foco situou-se ao sul; Penedo é o seu centro de expansão.

Um quarto foco, complementar daqueles três primeiros, surge já nos meados do século XVII, e seu aparecimento se deve à luta contra os Palmares, que determina a expansão do povoamento para o interior. Vencidos os quilombos do Zumbi, os vencedores localizam suas moradas nas terras conquistadas, distribuídas então em sesmarias aos conquistadores. Começa daí o povoamento do interior; expande-se a dilatação territorial. Completa-se a estruturação geográfico-social de Alagoas.

Parte esta expansão de Atalaia, núcleo do quarto foco de povoamento. Dos fins do

século XVII para princípios do seguinte são concedidas as sesmarias na região. Na segunda metade do século XVIII (1764) recebe Atalaia os atributos de vila, que se seguem ao título eclesiástico de paróquia (1763). É a quarta vila de Alagoas; e a décima segunda freguesia.

O povoamento dos três primeiros núcleos inicia-se nos últimos decênios do século XVI. Nas primeiras décadas do século seguinte, e ao iniciar-se o domínio batavo, está perfeitamente estabilizado; alicerça-se em bases sólidas, que são, do ponto de vista econômico, a agricultura da cana de açúcar no norte e no centro litorâneo, os campos de pecuária, no sul. Nos começos do século XVII são sedes de freguesias os três povoados iniciais: Pôrto Calvo, Alagoa do Sul e Penedo. Na terceira década do século são elevados à categoria de vila.

Eclesiástica e politicamente têm sua organização assegurada. De cada ponto nuclear se vai irradiando o povoamento à vizinhança. Novas freguesias são criadas: Santa Luzia do Norte e São Miguel nas Alagoas; Cama-

---

incorporadas as importantes fazendas da Penha, do Alto de Santana e outras, ficando por isso com uma área de mais de 1.000 alqueires de terras férteis, onde se colhe, anualmente, cêrca de 50.000 toneladas de canas próprias.

Os magníficos solares da Penha e Santa foram demolidos depois da morte do Coronel Lima e com os seus materiais foram construídas casas para operários, sem serem aproveitados os preceitos sanitários e tôdas sem confôrto.

O Coronel Lima era um espírito progressista e empreendedor. Em 16 de outubro de 1891, requereu ao govêrno do Estado concessão para construir linhas de bondes que, partindo da margem do Paraíba, fôssem ao Fundão e dali ao Nogueira e Usina de São João.

Foi Provedor da Santa Casa, tomando posse do cargo em 28 de agosto de 1890, o qual exerceu até a data de seu falecimento: Pelos grandes serviços prestados a essa casa de caridade, o Dr. Pereira Nunes mandou colocar o retrato do Coronel Lima junto aos demais benfeitores.

Era filho de Antônio José Pereira de Lima e de D. Eduarda Maria de Alvarenga.

Casou em 15 de agosto de 1871 com D. Maria Isabel de Gusmão Miranda, filha dos Barões da Abadia, Gregório Francisco de Miranda e Maria Isabel de Gusmão.

Faleceu em 28 de julho de 1901 e sua esposa em 4 de agosto de 1922.

O Coronel Lima, antes do casamento tinha dois filhos, que foram seus herdeiros — Coronel Ernesto Lima e Benedita Lima Ribeiro, que casou com João Francisco Ribeiro, todos já falecidos.

ragibe e São Bento em Pôrto Calvo; Poxim e Traipu, em Penedo. Povoados surgem paralelamente à vida dos núcleos fundamentais. A cana de açúcar assegura a prosperidade econômica pela fundação de engenhos. Cria-se uma sociedade em fundamentos estáveis.

Do ponto de vista geográfico pode-se caracterizar estes núcleos pela influência do seu principal acidente; acidente, no caso dos três núcleos do litoral, principalmente hidrográfico, por isso que o seu elemento é a água: rios ou lagoas. Podemos distribuir o litoral alagoano em três regiões: a região dos quatro rios, que é a do norte, presidida pela presença dos rios Manguaba, Camaragibe, Santo Antônio Grande e Tatuamunha, a que se juntam outros rios menores: o São Bento, o Maragogi, o Comandatuba, o Mocaitá, o Tapamunde. Depois a região das grandes lagoas, onde se destacam as lagoas do Norte ou Mundaú, e a do Sul ou Manguaba; finalmente, a região são-franciscana, presidida pelo São Francisco, cujo centro, Penedo, foi o ponto de irradiação do seu povoamento, quer dilatando-se para o norte, quer penetrando o sertão.

Na região dos quatro rios que foi a sesmaria de Cristóvão Lins e Rodrigo de Barros Pimentel, pois os dois dividiram o primitivo feudo do primeiro em 1608, os rios Manguaba, Camaragibe, Santo Antônio Grande e Tatuamunha, afora os pequenos, constituem o ponto de referência na concessão das sesmarias, na fixação dos limites das doações feitas, na caracterização dos engenhos levantados, cujos nomes muitas vezes são colhidos no do rio à cuja margem se construíam as fábricas de açúcar.

Os rios Paraíba e Mundaú são os elementos referidos no povoamento da região das grandes lagoas, como seriam depois no da região palmarina. Eles e as lagoas do Norte e do Sul. A colonização se fez acompanhando o curso das águas. A sesmaria de Diogo Soares baseia-se na bôca da lagoa Manguaba; a de Manuel Antônio Duro iria para o sertão até entestar o rio Mundaú, ao despejar na lagoa do Norte. Limitada pela lagoa do Norte e pelo rio Santo Antônio Mirim é feita a concessão a Miguel Gonçalves Vieira. Para o sul, o rio São Miguel é referido na sesmaria dos Moura Castro.

Na região são-franciscana é o grande rio da unidade nacional o distribuidor do povoamento;

as distâncias se fixam em torno do São Francisco, ou do Piauí, ou do Coruripe, ou do Panema, e assim se vai estendendo para o sertão, margeando o curso do grande rio, e ao se alastrar para o norte, costeando o Atlântico, até encontrar as concessões territoriais de Diogo Soares da Cunha, é fixando-se em nome de rios ou de lagoas — o Poxim, o São Miguel, a Jiquiá, — que se faz a distribuição do povoamento.

Na região palmarina, aquela que começou seu desbravamento com a jornada contra os quilombos negros dos Palmares, quilombos que se estendiam por uma larga área de terra e influíam na vida das outras regiões — de Pôrto Calvo, das Alagoas, de Penedo — as concessões que advieram com a vitória de Bernardo Vieira de Melo e de Domingos Jorge Velho, baseiam-se em rios: o Paraíba, o Mundaú, o Parangaba. Partindo de Atalaia vai se estendendo aos hoje Municípios de União, de Assembléia, de Anadia.

De modo que podemos admitir, e com razão, que a irradiação do povoamento no segundo foco — o das lagoas — partiu de dois pontos: um, na lagoa do Norte, margeando o rio Mundaú; outro, na lagoa do Sul, costeando o Paraíba. E' em derredor das águas dos rios, fixando-se nas suas ribeiras, aproveitando a riqueza dos seus vales, que se vai desenvolvendo a colonização de Alagoas, baseada na cultura da cana de açúcar, através da construção de engenhos.

Não foram os rios grandes, mas os pequenos, assinalou Gilberto Freire (1), os amigos do colonizador no Brasil; foi na colaboração dos rios pequenos que o homem pôde desenvolver o seu trabalho econômico. E, em particular, na da cana de açúcar foi que a agricultura colonial encontrou nos rios o melhor elemento para colaborar no seu desenvolvimento.

Os rios não eram somente os vales férteis, através de cujas margens os canaviais gostosamente se estendiam, como se estendem ainda hoje; eram também os caminhos, por onde as canoas ou as barcaças navegavam, fazendo o comércio do açúcar. E até as próprias barcaças se construíam tendo como referência de tamanho o número de sacos ou de caixas de açúcar que pudessem conduzir.

São rios, porém, que quando se inquietam, desbragam-se em estragos, causando rui-

(1) Casa Grande & Senzala, 4.<sup>a</sup> ed., tomo I.



nas, destruindo canaviais, acabando com as plantações. Rios sem nenhum respeito ao trabalho humano. Uma vez, em meados do século XIX, o São Francisco encheu que arruinou os canaviais, destruiu o engenho **Correnteza** (2); mas dir-se-á: é o São Francisco. Sucede, entretanto, que os pequenos não são menos desbragados, nem menos violentos.

De uma notícia de jornal pode-se ver o que fizeram o Mundaú, o Paraíba e o Subaúma, que, consideravelmente cheios, “hão produzido grandes destruições em plantações de canas, mandiocas e outras lavouras”. E registra o noticiário: “muitos engenhos de asucar prestes a moer e outros já moendo achão-se paralisados e a espera de que melhore o tempo” (3). Apesar disso, é sempre o rio pequeno, rio colaborador e amigo do colonizador, o centro geográfico do sistema econômico presidido pela cana de açúcar.

De modo que as sesmarias concedidas em território alagoano encontraram no elemento geográfico seu principal fator de fixação; e também foram encontrar na fisionomia da terra, na nomenclatura das águas e das florestas — os nomes de rios, os nomes de árvores, o próprio nome de mata — a caracterização dos núcleos de povoamento criado. O batismo dos engenhos, dos povoados, uns e outros mais tarde evoluindo e, às vezes, transformando-se em cidades dos nossos dias, encontrou farto manancial no elemento geográfico, na sugestão da água. Cochoeira, Mundaú, Riachão, Pratagi, São Miguel, Jiquiá, Camaragibe, Santo Antônio Grande, Olhos d'Água, abundante êste não apenas em engenhos mas em localidades também, são nomes que encontraram inspiração na geografia local — o rio, o riacho, as quedas d'água. Outros foram buscar seu nome nos motivos da terra — Pau Amarelo, Bôca da Mata, Angelim, Mato-Grosso, Junco, Barro-Branco, Campo Verde, Tabocal, Gravatá, Ingazeira.

Era natural que a mata inspirasse nomes de engenhos. Êstes se ergueram em Alagoas justamente nas terras dominadas pela mata; pelas árvores de sucupira, de pau-amarelo, de peroba, de pau-brasil, de jatobá, de angelim. As casas-grandes, as casas-de-engenho, as capelas se levantaram com muito sacrifício de árvores grandes e frondosas, cuja

madeira foi empregada nos caibros, nas armações de casa, nos altares, nos pilares.

Do que eram as matas de Alagoas, há dois documentos importantes: duas cartas-relatórios do Ouvidor José de Mendonça de Matos Moreira, que foi Conservador das Matas de Alagoas, cargo — único existente no Brasil — criado por sugestão sua, quando então se propôs a executar os respectivos encargos (4). A minudência da descrição nos deixa ver a extensão que tinham as nossas matas; léguas e mais léguas de florestas, tanto pelo litoral como para o sertão, tanto de frente como de fundo.

Além disso, fica-se sabendo que já nos fins do século XVIII, utilizam-se árvores entre a lagoa Jiquiá e o rio São Miguel para construção de navios mercantis. Nelas é que “se provê tôda a marinha mercantil da Bahia, depois da proibição das mattas de Palmares”; nos seus portos — adiantava — se constroem muitas embarrações, e na época em que o Ouvidor escrevia estavam sendo construídas sete ou oito.

Das matas dos Palmares, “as famosas e bem conhecidas matas dos Palmares, tanto pela fertilidade dellas como pela extraordinaria grandeza de suas madeiras”, como das matas de Santo Antônio Grande e de Camaragibe, falava o Ouvidor cheio de entusiasmo. Entusiasmo que arrefecia o seu bocado, quando se referia à destruição feita pelos muitos roçados e pelo muito fogo.

Verifica-se que é na área açucareira onde mais sensível se encontra esta destruição. Não eram somente as árvores derrubadas para as construções de navios; os roçados e os fogos eram provenientes das atividades dos engenhos. A cana de açúcar obrigava a derrubada das matas; as exigências da cultura da cana e as necessidades da industrialização reclamavam a invasão das matas. Além das construções, o consumo de lenha pedia a destruição das árvores.

O próprio Ouvidor achava que os senhores de engenho deviam ser obrigados a conservar as matas, principalmente aquelas madeiras de boas qualidades; sinal evidente de que êles não as conservavam. Admitia mes-

(2) Diário das Alagoas, n. 216, de 19-IX-860.

(3) Diário das Alagoas, n. 165 de 17-IX-858.

(4) As matas das Alagoas. Providências acêrca delas e sua descrição, in R. I. H. B., tomo XXII, 2.º trimestre de 1859; Relação das matas das Alagoas, etc., in R. I. A. P., vol. XIII, setembro de 1908. n. 73.

mo o Ouvidor Mendonça que alguns engenhos estavam em decadência, pela destruição das matas, o que acarretava também a falta de lenha para os seus cozimentos. Mas não escondia êle que eram os engenhos os destruidores das matas; os devoradores das madeiras, dos paus-de-lei, das árvores das suas sesmarias, das vizinhanças dos rios — do Camaragibe, por exemplo, em cujas margens muitos roçados têm destruído o que existia de arvoredo.

Foi, entretanto, no meio de uma mata densa, de árvores formidáveis, de madeiras excelentes, que se constituíram os blocos iniciais da colonização de Alagoas. Feita esta colonização, sempre nas proximidades da água, também se deparou com as matas. E foi aí que começou a erguer-se a civilização açucareira de Alagoas.

Em cada um dos núcleos iniciais da colonização alagoana, quer o que partiu dos engenhos de Cristóvão Lins em torno dos rios do norte, quer o que saiu dos engenhos de Diogo Soares e Miguel Gonçalves Vieira, em derredor das lagoas e dos rios Mundaú e Paraíba, quer ainda o que veio das fazendas são-franciscanas nascidas em volta do arraial fortificado que foi o fundamento de Penedo, quer, finalmente, o que brotou do estabelecimento dos paulistas e dos grupos alagoanos e pernambucanos nas terras outra de negros comandados por Zumbi; em cada um desses núcleos fixou-se um bloco social, cuja base assentou na formação e desenvolvimento da família muitas vezes entroncando-se em vários ramos; famílias que se espalharam pelos engenhos, caracterizando-se quase sempre pelo nome da propriedade rural, marco em que se baseou a formação da sociedade alagoana.

A família foi, desde o começo da colonização brasileira, a unidade produtiva; o grande fator mesmo da colonização, destacou Gilberto Freire (5). E' capital e é centro político; constituiu-se em aristocracia e fixou as bases da sociedade nacional. Coube à família, na organização social brasileira, constituir-se não apenas a unidade étnica, mas ainda, e principalmente, o centro de produção, o núcleo cultural, o bloco político.

Entrelaçam-se família e engenho em tais condições que muitas vezes o nome da propriedade incorpora-se ao do chefe da famí-

(5) Casa Grande & Senzala, cit.

lia. Quando não aparece apenas no tratamento comum, é o próprio proprietário que vai para os jornais anunciar que a partir daquela data seu nome será outro; êste outro é apenas o acréscimo do nome do engenho ao seu nome próprio e de família. Casos como êste encontramos alguns em coleções de jornais do século XIX.

No primeiro núcleo de povoamento — o de Norte, Pôrto Calvo — e nos dois focos do segundo — os das margens das lagoas — é em torno da economia açucareira que se processa o seu desenvolvimento. E' em derredor dos engenhos e das famílias dos senhores de engenho — os Lins, Wanderley, Acioli, Barros Pimentel, Botelho, Soares, Bezerra, Calheiros, Gomes de Melo, Carvalho — que se forma a sociedade alagoana, cujos fundamentos encontramos nos primitivos povoadores, os que vieram nos fins do século XVI e nos princípios do seguinte. E' daí que parte a história não somente do engenho de açúcar nas Alagoas, mas também a da própria sociedade alagoana; o que quer dizer a história mesma das Alagoas, unida como está a sua vida à existência dos banguês.

E' no desenvolvimento da agricultura da cana de açúcar que assenta a organização de cada um desses núcleos fundamentais do povoamento de Alagoas. E' através da economia açucareira que se expande a colonização do território alagoano.

## “A economia dirigida na indústria açucareira”

**Dr. O. W. Willcox**

(Tradução de Teodoro Cabral)

Preço. . . . . Cr\$ 12,00

Pelo Correio. . . . . Cr\$ 13,00

A venda nas livrarias e no I. A. A.



# O AÇÚCAR ATRAVÉS DO PERIÓDICO “O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL”

Jerônimo de Viveiros

## XIII

Terminou a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional o seu terceiro decênio em situação de grande prosperidade. O relatório que o seu Presidente, o Marquês de Abranches, dirigiu ao Conselheiro Pedro de Alcântara Belegarde, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1863, é bem uma prova de nossa assertiva. Pode-se por êste documento aferir a importância e a atividade da “Auxiliadora”. As suas diferentes seções deram vinte e seis pareceres sobre as mais variadas pretensões que lhe foram submetidas à apreciação, naquele ano, assim como respondeu a quatorze consultas que lhe fez o Governo Imperial. Entre estas, uma há que é por demais curiosa. Tratava-se de saber a razão por que se achavam em mau estado os camelos introduzidos na província do Ceará pelo Governo. A Sociedade respondeu “que era necessário haver alguma pessoa exclusivamente incumbida de cuidar dêstes animais, porque os camelos na Ásia, quando destinados para a montaria e condução, são educados desde o nascimento, e os que vieram para o Brasil ficaram desde a distribuição privados dos cuidados das pessoas interessadas, e que a isso se deve atribuir as faltas apontadas na consulta”. A prestimosa sociedade lisonjeava-se da publicação da sua revista, cujo número de assinantes subia a 500, e da eficiência das suas sessões, não raro honradas com a presença de Pedro II. Elevado era o número de seus sócios, no qual figuravam grandes nomes: entre os honorários, Carlos Frederico Martins, Custódio Alves Serrão, Beaurepaire Rohan, Monte Alegre, além de outros; entre os correspondentes, Vasconcelos de Drumond, M. Arago, Bellenger, Varnhagen, Joaquim Caetano da Silva; entre os efetivos, Ângelo da Silva Ferraz, Mauá, Cairu, Pindaré, Tautphoeus, Irajá, Azeredo Coutinho, Batista de Oliveira, Felix Taunay, Olinda, Valença, Macedo e muitos outros. Citar êstes nomes é mostrar a importância da agremiação, cuja influência se ia fazendo

sentir nas províncias, como no Maranhão, que desde 1851 teve a sua sociedade de agricultura e indústria rural. Era evidente, pois, o progresso da nossa agricultura.

Entretanto, havia, mesmo entre os colaboradores do “O Auxiliador da Indústria Nacional”, quem a menoscabasse e deprimisse a classe dos lavradores.

Como exemplo, citamos Antônio de Mendonça Belém, morador à rua Velha da cidade do Recife, que na revista de setembro de 1862, com o título “Considerações”, fez inserir um artigo, no qual, sobre ter não poucos lavradores na conta de verdadeiros réus de polízia, declarava que não era de braços que a lavoura precisava, era de cabeças, que ela em absoluto não tinha. E para ilustrar a sua opinião, Mendonça Belém conta-nos, entre outros fatos, os dois seguintes episódios:

“Tendo eu escrito ao Dr. N. S. A., bacharel em Direito e senhor de engenho, convidando-o para sócio da “Auxiliadora”, e não tendo recebido resposta, aproveitei a ocasião em que êle foi ao escritório onde eu trabalhava, e falei-lhe acerca da minha carta, a qual me disse êle que tinha recebido, mas não tinha respondido por não saber quem lha havia levado.

— E o que me responde S. S.<sup>a</sup>? — perguntei.

— O que é essa Sociedade?

— É uma Sociedade, fundada no Rio de Janeiro, e que publica o “Auxiliador”, que V. S.<sup>a</sup> há de ter lido na Câmara de... de que é Presidente.

— Nunca li; de que trata êle? Traz alguns romances, algumas peças de teatro?

— Não, senhor, trata só de artes e ciências, e com especialidade de agricultura.

— Ah! Então, não aceito. Dispense-me”.

“Na mesma ocasião, escrevi também ao Dr. F. C. do R. D., Senhor de Engenho e Juiz de Direito de... nesta província, convidando-o para sócio. Vindo êle a esta capital e indo ao escritório do meu patrão, disse-me: Recebi sua carta, que não respondi porque vinha para cá; desculpe-me não aceitar. Recebi também um ofício da presidência pedin-

do-me que agenciasse assinaturas para o "Auxiliador", porém isso nada vale: é o governo que quer dar dinheiro a seus afilhados de lá, e manda então imprimir êsses folhetos. A agricultura não se aprende nos livros, meu amigo".

Sem querermos contestar a veracidade dêstes episódios, acreditando mesmo que fôsem contados por dezenas, não podemos, todavia, admitir que êles justificassem a máxima de Mendonça Belém, de que a lavoura nacional não tinha cabeças, naquela época.

A máxima é desmentida pela realidade dos fatos. No campo da teoria, as publicações do "O Auxiliador" são provas incontesteáveis. Na prática, já tínhamos estabelecimentos agrícolas, como os engenhos de cana do Bangu e de Pendotiba, respectivamente, pertencentes ao Barão de Piraquara e José Duarte Galvão Junior, cuja descrição, inserta no órgão da "Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional", vamos transcrever:

"A primeira coisa que me impressionou em ambos os engenhos foi o seu extremo asseio, o arranjo e o método com que tudo era feito. Não ouvi gritos descompassados, tumultos, nem êsse horrível chiar dos pesados carros, que a ignorância legou aos nossos lavradores. Todo o trabalho era feito em silêncio e por pouca gente.

Esta última consideração tem muita importância, atendendo-se à natureza do serviço dos engenhos e à falta de braços. O proprietário do engenho de Pendotiba custeava a sua fazenda com 30 indivíduos; entretanto, êle fabricou, êste ano, em uma moagem que apenas durou quatro meses, 3.000 arrobas de açúcar, isto é, 100 arrobas por cada trabalhador, sem falar na aguardente.

O engenho do Bangu é movido a vapor; no de Pendotiba a fôrça-motriz é a água. O dono dêste último engenho não se contentou com a roda hidráulica ordinária. Consultou as obras de Armengand, e a sua roda, além de aproveitar todo o pêso da água e a que resulta da queda, está munida de um volante, de um sistema de rodas dentadas, que diminuem a velocidade das moendas nos limites convenientes, e que permitem a perfeita moagem das canas. Todavia, os cilindros ou moendas não correspondem à excelência da roda. Razões de economia motivaram êste defeito, que se remediará em breve.

No Bangu, o excesso de vapor, não empregado como fôrça motriz, serve para o co-

zimento do caldo de cana; em Pendotiba, uma caldeira especial fornece o vapor necessário para o mesmo fim.

Neste último engenho há 5 caldeiras de preparação de caldo, no primeiro há 3.

Em Bangu emprega-se o aparelho chamado *mont jus*; o proprietário de Pendotiba rejeitou êsse aparelho, que êle diz oferecer mais inconvenientes do que vantagens.

Um dos melhoramentos da indústria açucareira consiste na bomba de ar, espécie de ventilador que injeta ar frêsko na caldeira principal, justamente na ocasião em que mais deve temer-se que o açúcar se queime. Êste importante melhoramento não existe no engenho de Pendotiba, porém, funciona perfeitamente no do Bangu. Em compensação, no do Bangu não se empregam filtros como no engenho de Pendotiba.

Os alambiques do engenho do Bangu são de grande perfeição, principalmente o de Shears, que produz aguardente de 35°, e um outro de coluna, excelente em relação aos alambiques ordinários. Em Pendotiba, o alambique é ainda do tipo retorta, pôsto que mais aperfeiçoada do que as usadas geralmente.

Observei com o maior prazer, que em ambos os engenhos se empregavam instrumentos de física indispensáveis em uma fabricação tão delicada como a do açúcar, tais como termômetros, aerômetros, etc. Julgava-se isto impossível, mas a existência e o uso dêstes instrumentos naqueles dois engenhos demonstram a exequibilidade de sua aplicação até pelos próprios prêtos.

Também foi com prazer que vi os bons livros sôbre fabricação de açúcar que existem nesses engenhos.

No que prîma o engenho de Pendotiba é nos aparelhos de purgação. Em lugar das antigas fôrmas, o proprietário teve o bom senso de adotar os caixões inventados pelo Sr. Raveza, que acaba, creio eu, de obter um privilégio.

Antes de visitar o engenho de Pendotiba, acreditava que êsses caixões eram apenas uma imitação das caixas de Dutrône, usadas no século passado. Neste engenho, vi os dois tipos de fôrmas. As de Dutrône são de barro ou de metal; estas pecam pela carestia, aquelas, pela fragilidade; e quer umas, quer outras, têm defeitos essenciais: menajam-se com dificuldade, a purgação é sempre lenta e incompleta, perdendo-se não pequena quantidade de açúcar. As caixas Raveza evitam



# DINHEIRO DE DONA VITÓRIA

Affonso Varzea

A fórmula inicial do testamento de Vitória de Sá está assim: "Em nome da Santíssima Trindade, Pae, Filho, espirito santo, três pessoas Divinas, e hum só Deus verdadeiro guiae e Reinae pa. sempre e sem fim". Depois vem a data 30 de janeiro de 1667, a segurança de que andava a rica dama em seu "perfeito Juizo e entendimento q nosso Senhor" deu, terminando na justificação: e "querendo aparelhar-me pa. qdo. elle for servido levarme pera Sy, faco meu testamento nesta forma". Seguem-se a confissão de fé e crença no cristianismo católico, a tomada por intercessora da "Santissima Rainha dos Anjos Mãe de Deus meu Senhor JESUS Christo aquem humildemte. pesso q me perdoe meus peccados e leve minha alma ao porto da Salvação quando deste mundo demiserias e vale de lagrimaz partir", o pedido para que lhe advoguem a mesma graça seu anjo da guarda, S. Bento, S. Gonçalo e "todos os Santos da Corte Celestial". Alinham-se, após, os rogos para que sejam seus testamenteiros o abade e o procurador do mosteiro de S. Bento, e para que com isso concorde a Provincial da mesma ordem.

Essa introdução é continuada pelas disposições sobre o entêrro: "Meu corpo será enterrado na Capella Mor da Igreja do Patriar-

cha Sam Bento" e manda que o acompanhem "a ditta Sepultura o Meu Vigario de nossa Senhora da Candelaria, e todos os sacerdotes q quizerem, os Religiozos da Nossa Senhora do Carmo, e a todos se dará vela e esmola costumada".

Tal esmola vale por primeira citação de dinheiro na declaração de última vontade, dinheiro especificado logo adiante em moeda, quando prescreve que a cada um dos doze pobres que deseja também por acompanhantes se dará hua vella e hua pataca".

## AS ENGENHOSAS

Patacas eram moeda espanhola, sendo notório que a meio do seiscentismo, precisamente a 5 de janeiro de 1652, o Conde de Castelo-Melhor escreveu ao Capitão-mor Manuel da Rocha de Almeida para frisar que era de fabricação antiga do Peru "a principal copia de dinheiro que ha hoje no Brasil".

Casada com alto funcionário da administração da América do Sul pela Côrte de Madri, acusada pelos historiadores paraguaios de ter influído, através o fidalgo marido, em certa fase da história econômica da média bacia platina e do sul do Brasil, afigura-se natural que Vitória de Sá contasse em seu

todos êstes inconvenientes. Consiste êstes purgadores em caixas de madeira, sem fundo nem tampa, fixas e contíguas umas às outras, apoiando-se sobre barrotes, que têm saliências em todos os sentidos, sobre as quais se colocam varas, cobertas com panos grossos molhados. Os melados são tirados dos resfriadores e derramados nas caixas. As varas servem apenas de apoio aos panos, verdadeiros coadores, e através dos quais correm os melaços fluidos; sem menor parcela de açúcar. Por baixo da série de caixas estão as calhas, que levam os melaços para os tanques, onde, depois de fermentados, passam para os alambiques e se convertem em aguardente.

Em lugar de barro, a massa de açúcar contida nas caixas é coberta com panos mo-

lhados, que se renovam duas ou mais vêzes.

Compreende-se facilmente as vantagens das caixas Raveza. Uma dúzia delas, com as dimensões empregadas nas do engenho de Pendotiba, são suficientes para uma grande safra, que necessitaria de muitas dezenas de fôrmas. A purgação nelas é feita com prontidão, pois que os melaços acham uma infinidade de pontos por onde passam. A substituição do barro por panos molhados tem não pequena importância, tanto pelo lado do asseio, como pelo maior aproveitamento dos produtos.

Outro grande adiantamento do engenho Pendotiba é que lá o bagaço é enterrado nos canaviais, em vez de ser queimado, seguindo-se assim a sentença de Leonardo Wraght: **queimar bagaço é queimar açúcar**".

tesouro com numerário batido nas colônias dos Filipes.

Batido é termo justo, pois a experiência da máquina francesa de cunhar, de Antônio Routier, fracassara em 1649, como havia fracassado em 1562, ao tempo da luta dos avós da rica senhora em açúcar pela posse da Guanabara, o "engenho" de João Gonçalves, êste não sem esguichar as Engenhosas, moedas de ouro de 500 réis, do c o m ê ç o do reinado de D. Sebastião.

Ao tempo da prima de Estácio as moedas eram literalmente batidas a martelo. Eram as Patacas moedas de prata, nada tendo a ver com os Patacos de bronze, valendo 40 réis. Dada sua grande aceitação e circulação no Brasil, não demorou que a p a r e c e s s e m fãl s a s e c e r c e a d a s, profusão de mau dinheiro tã o grande em 1644, ainda em plena crise da Guerra do Açúcar, no Leste do

Brasil, que a Câmara do Rio de Janeiro dirigiu uma consulta a Lisboa no sentido de que fôsse permitida a cunhagem de patacas e meias patacas à margem da Guanabara, aplicando-se as rendas dessa fabricação às obras da fortaleza da Lage, pois, menos de um século sobre a ocupação fracassada de Villegagnon, trataram os administradores do sul do país de transformar em guarda da entrada da baía

incomparável o ilhote que os franceses do Cavaleiro de Malta chamaram Ratier, tentando a tilhá-lo antes mesmo da tomada de Serigipe. De resto naquele ano de 1644, instalava-se a Casa da Moeda da cidade de São Sebastião.

Por essa mesma época os moedeiros do Peru, que se serviam principalmente do minério prodigiosamente abundante do Cerro

de Potosi, Bolívia e agora, apelidado mesmo Cerro Rico, permitiram-se meter mais cobre no dinheiro de tão entusiástica aceitação no grande vizinho de leste, e contra êsse empobrecimento específico do meio circulante em seu grande sustentáculo do ultramar reagiu a metrópole lusa proibindo, em 1647, a circulação das patacas de "nova fabrica do Peru".

## ENTESOURANDO

Proibida a cunhagem no

Rio de Janeiro da reluzente moeda branca, a restrição era suscetível de armazenar sérias dificuldades, donde, em 1651, a renovação do ato com o recuo da permissão da entrada de patacas cunhadas no México, em Segóvia e em Sevilha.

A vizinhança do resplandecente Cerro de Potosi era porém continental, demasiado chegada em confronto com as longas traves-



Igreja de São Gonçalo do Amarante, cuja construção foi concedida a 4 de dezembro de 1625, pelo prelado Matheus da Costa Aborim, a Gonçalo Correia de Sá, pae de D. Vitória. O lugar chamava-se então Pirapitingui (Peixe de escamas brancas, traduz Magalhães Corrêa), do nome do rio Comorim, que agora se escreve Camorim. Caetano Francisco de Assis, vaqueano daqueles sitios, nascido junto às ruínas do engenho sambentista da Vargem Grande, reputado melhor conhecedor popular das coisas locais, assevera que a construção do templo, três vèzes secular, começou a 25 de outubro do ano citado. Magalhães Correia descreveu o sólido crioulo, ora beirando os 60 anos, como tremendo capitão do mato daqueles rincões jacarepagueanos, mas sua reputação atual é de prolifero sultão negro, extremamente amavel com os visitantes. Mercê dessa gentileza penetrei na igreja, e pude ver o Santo seiscentista em madeira muito carcomida, que o prestimoso "colored" tomou nos braços, de uma caixa sob o altar. Ao fundo a ingreme rampa sudoeste do balão do Nogueira (660m), donde descem águas para o ex-Pirapitingui. Descalque de Miguel Hochmann de foto Affonso Varzea.



sias de mares, infestados de piratas, medeando entre as costas brasileiras e aquelas do Spanish Main e da madre Ibéria, a modo que, em 1655, o govêrno de Lisboa achou mais acertado permitir a circulação, no "Reino e Senhorios", das Patacas e Meias Patacas "da nova fabrica do Peru". A associação natural do cobre e da prata no inesgotável minério do Cerro Rico, triunfava ajudada pela insistente procura do aventureiro comércio colonial.

Em 1643 fôra decretado aumento de 25% e 50% nos valores das moedas de ouro e prata, cotando-se patacas a 480 réis e meias patacas a 240 réis, mas no reinado de Afonso VI tomaram a resolução de cunhar tôda a moeda em ouro e prata circulando no Brasil, isso em 1662, muito antes da descoberta de aceitável "engenho" de cunhar e serrilhar.

No ano imediato subia de 25%, no "Reino e Conquistas", o valor da moeda de prata, com isso as patacas espanholas passando de 480 réis a 600 réis, no mesmo ano sendo ordenado novo cunho, na Casa dos Contos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, das moedas de ouro e prata das capitâneas do Espírito Santo, Paraíba, Cabo Frio e Rio de Janeiro, e dos lugares ou vilas dispostos até a fronteira da capitania de São Vicente.

O prazo para que todos entregassem o dinheiro em metal precioso à casa da moeda foi de dois meses, mas devia ter-se seguido movimento de desconfiança da parte dos possuidores, que preferiram retrair-se, abster-se, entesourando, fazendo "hoarding", tanto que em 1664 queixava-se a autoridade local da carência de moedas e trôco na cidade fundada pelos Sá.

Reinava, pois, uma situação de boa moeda metálica retida, enfurnada nos pés de meia, ajoujando arcas, no ano de 1667, aquêlê não só do falecimento da senhora de engenho como da deposição de seu rei Afonso VI, passando o govêrno ao infante que por morte do monarca, em 1683, entrou a reinar como Pedro II.

### APELIDOS DO REAL

Em seguida às patacas o testamento de D. Vitória especifica Vinténs, "doze vintenz", de esmola a todos os sacerdotes que, no dia imediato ao entêrro, fossem dizer "missas" Geraez" ao mosteiro de São Bento por alma da defunta.

Ao tempo das Patacas de prata valendo 320 réis, e a dona do Camorim foi contemporânea de tal valença, havia moedas de metal branco de 4 vinténs como as havia de cobre, as primeiras circulando no Rio de Janeiro e na Bahia, as segundas só no Rio de Janeiro. As moedas de 2 Vinténs e o Vintém, êste valendo 20 réis, de acôrdo com o nome, foram sempre de cobre.

Assim os padres das missas gerais, no dia seguinte ao sepultamento, receberam de esmola, em prata ou cobre, 2.400 réis, enquanto cada um dos doze pobres que acompanhou o saimento embolsou de 320 a 480 réis em prata, conforme fôssem as patacas de cunhagem antiga ou moderna do Peru.

Para os dias de São Francisco pediu Vitória ao principal do Mosteiro de Nossa Senhora do Carmo que lhe rezasse 200 missas pela alma, devendo os testamenteiros dar de "esmola ao syndico cem patacas de corenta reis".

Essas moedas de 40 réis, em bronze, eram Patacos, nada tendo a ver com a moeda espanhola de prata, que passou a moeda brasileira de 320 réis em virtude da autorização de cunhagem dada, em 1643, à Casa dos Contos da cidade de São Sebastião.

Quando manda aos testamenteiros que lhe "digão os trintarios de Sam Gregorio" e de outro santo cujo nome as traças comeram do original — honras fúnebres à trinta dias contados sôbre o falecimento — deixa de esmola 100 patacas. Quando não especifica as patacas parecem elas entender-se com as espanholas, importadas principalmente do Peru, mercê da ligação do comércio das plagas do Atlântico sul com os valores que circulavam pelos caminhos tradicionais da bacia platina, por ela subindo às rampas orientais do Altiplano onde jazem as cuencas do Poopó e do Titicaca. Os patacos — aos quais chama "patacaz de corenta reis" — eram, pelo contrário, tradicional moeda lusa, apelido de determinado número do Real, da mesma forma que a vintena dêste deu o Vintém e a centena o tostão.

O Real e o Meio Real foram lançados no reinado de D. Fernando, o que desposou em 1371 Leonor Telles, e já sob a dinastia de Aviz, com D. Duarte, apareceu o Real Prêto, valendo 6 Ceitis. O Ceitil, nome que parece derivar de Ceuta — cuja tomada, em 1415, marca tanto mais o início da soberba aventura ultramarina de Portugal quando é do



mesmo ano a primeira viagem de descoberta ordenada pelo infante D. Henrique — teria sido batido no reinado do próprio Mestre de Aviz, que defensor do reino por eleição (1384) passou a Rei por aclamação no ano imediato, ano de Aljubarrota.

Real Prêto marca o início dessa moeda em cobre, pois o Real de D. Fernando, o Branco, devia ser em prata de vez que nesse metal era o Cinquinho, valendo 5 réis brancos, aparecido no reinado de D. João II, que veio até 1495, ultrapassando de três anos a chegada de Colombo às Bahamas. Mais tarde, no reinado de D. Sebastião, o Real vale 6 Ceitis, todos em cobre, circulando no mesmo metal a moeda de 3 réis. O Real de prata, castelhano, tinha seu equivalente luso em 36 réis e 2 ceitis.

### CRUZADOS AFONSINOS

Terminados rogos e mandos por centenas de missas, e ordenada aos testamenteiros a importação, de Roma, de “hum breve do Summo Pontifice pera q o altar de Nossa Senhora de Monserrate (no mosteiro de São Bento) seia privilegiado Perpetuo”, mais a aquisição, em Lisboa, de “hua sepultura de pedra marmore com seu letreiro costumado pa cobrir meus ossos e de meus Paes e marido” — “manda e declara” Vitória dividas a Manuel Ribeiro e a Tomé da Silva, esta confessada em “duas mil patacaz de trezentos e vinte réis”.

Aí temos a moeda de prata, dominante na circulação do Brasil seiscentista sob jurisdição católica, indicada conforme o valor da cunhagem autorizada em 1643 à Casa dos Contos do Rio de Janeiro.

Depois de especificar uma dívida de 16 bois aos jesuítas, e débitos que não cifra ao ferreiro, ao caldeireiro, e “outras pessoas as quaes meus testamros. examinarão e pagarão do dtos rendimentos do meu Engenho”, estabelece que “pagos os gastos de meu enterro, e os legados q athe aquy tenho mandado e pagas minhas Dividas: Do dto rendimento do meu Engenho se dam ao Snr. Provedor da Santa Caza da Misericordia mil cruzados os quaes se porão a juro ou se comprará com elles hua propriedade de raiz pa q dos rendimentos se ajude a curar oz pobrez da ditta Santa Caza da Misericordia”.

Só para o fim do testamento aparece uma

moeda portuguesa de maior expressão, a qual datava do tempo de Afonso V, o Aviz que reinou entre D. Duarte e D. João II, de 1438 a 1481.

No reinado de Afonso VI, cuja deposição coincide com o ano do falecimento de Vitória de Sá, foram lançados Cruzados em ouro e prata, no primeiro metal moedas de quatro, dois e um cruzado, valendo, respectivamente, 3.500 réis, 1.750 réis e 875 réis.

Em prata só houve o Cruzado no valor de 400 réis. Nos primeiros anos dêste século ainda eram tratadas por tal apelido nossas moedas de níquel de \$400.

---



---

### PREÇOS DE AÇÚCAR

O “Jornal do Comércio”, do Recife, edição de 10 de julho p., noticia que a Comissão de Tabela-mento local referendou o aumento concedido pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, já em vigor em todo o Brasil, menos no Estado de Pernambuco, uma vez que estava, ainda, em exame, a questão dos preços dos refinados. Depois de debatido o assunto, foi aprovada a seguinte tabela:

Preços de açúcares entregues em sacos novos de 60 quilos cada, nos balcões da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco Ltda. e dos refinadores:

Açúcar cristal, preço para varejista: Cr\$ 116,50; preço para o consumidor: Cr\$ 2,20.

Refinado primeira, preço para varejista: Cr\$ 128,00; preço para o consumidor: Cr\$ 2,40.

Refinado especial e extra, preço para varejista: Cr\$ 146,00; preço para o consumidor: Cr\$ 2,80.

Preços de açúcares entregues na casa do comprador:

Refinado primeira, saco de 60 quilos ou equivalentes em meias arrobas (saco de papel), preço para varejista: Cr\$ 132,00; preço para o consumidor: Cr\$ 2,40.

Refinado especial, extra e fino granulado de luxo, preços até Cr\$ 37,50, por 15 quilos, em pacotes de meias arrobas, e Cr\$ 39,00, em pacotes de 1 quilo; preço máximo no retalho: Cr\$ 2,80.

Para este último tipo o preço é considerado teto, podendo haver diferença, de acordo com a concorrência entre refinadores. Estes são obrigados a entregar aos vendedores, 40% de açúcar de primeira (de Cr\$ 2,40, ao consumidor) em todas as vendas, salvo para fins industriais.

O varejista que não puser à venda a marca tabelada, de combate, ficará sujeito à multa que variará entre Cr\$ 200,00 e Cr\$ 2.000,00. A infração do refinador será punida com multa que oscilará entre Cr\$ 5.000,00 e 50.000,00. A presidência da Comissão publicará, em notas posteriores, as marcas correspondentes a cada tipo e está, por isso, exigindo dos pequenos industriais que informem, em memorando, à Comissão, as marcas que possuem para o seu enquadramento.



# FOLKLORE DO AÇÚCAR

Joaquim Ribeiro

*O pé de cantiga "senhor de engenho mandou" — Versões do Nordeste, do Baixo Paraíba do Sul e do Oeste — Variantes de outras regiões — Exegese temática: o mandonismo patriarcal no meio rural brasileiro.*

## XXIII

e as suas variantes:

Quem medita sobre o cancionário popular do Brasil não desconhece o que vem a ser o "pé de cantiga". É, por assim dizer, o verso estandardizado e inicial de numerosas coplas do povo. Constitui como que o **verso-matriz** em torno do qual se desenvolvem as versões e as variantes das cantigas tradicionais.

O "pé de cantiga" tem, todavia, uma importância que não pode ser desprezada.

A fixação tradicional desse verso tem sempre as suas razões de ser. Todo "pé de cantiga" representa algo de significativo para a cultura em que floresce. Não surge nunca inutilmente. Tem sempre uma função a preencher. Só é possível, aliás, a sua estratificação no populário mediante o preenchimento dessa função.

É fácil aliás comprovar este fato analisando alguns desses pés de cantiga, que como "survivals" ficaram em nossa poética.

É muito vulgar ainda o pé de cantiga:

"Mandei buscar na Bahia"

Numerosas trovas gravitam em torno desse verso estereotipado. É que ele representa o vestígio do tempo em que a Bahia era a cabeça da colônia e a "urbs" mais importante da América Portuguesa. A cidade do Salvador era o empório do Brasil antigo. Daí a referência histórico-popular àquela metrópole.

Nestroutro "pé de cantiga", também muito popular,

"Fui na fonte beber água"

podemos divisar razoavelmente a importância local das fontes nos antigos núcleos e povoados.

Neste, que já estudamos

"Eu plantei um pé de cana"

"Eu plantei um pé de couve"

"Eu plantei um pé de cravos", etc.

revelam a tradicional cerimônia da sementeira.

Tudo isso tem a sua função no meio em que aparece. E mesmo nos pés de cantiga menos significativos há sempre referência à paisagem local, às coisas e à vida, como nestes seguintes:

"Lá vai a garça voando",

"Quando pego na viola",

"Lá na beira do Araguaia",

"Em cima daquele morro", etc.

A fixação desses versos na tradição popular atende, sem dúvida, a uma necessidade de perpetuar a realidade (a garça, a viola, o morro, a fonte, etc.), sentida, vivida e memorada pelo tropeiro da terra.

Todas essas considerações servem de in- tróito ao estudo do seguinte "pé de cantiga", vulgaríssimo em nossas regiões canavieiras:

"Senhor de engenho mandou"

Tanto ao norte como ao sul, tanto a leste como a oeste, este pé de cantiga logrou enorme popularidade.

Pode-se afirmar, aliás, que ele vai sempre nas pegadas dos engenhos de açúcar, que se erguem por esse Brasil afora.

Onde há senhor de engenho, o pé de cantiga logo aflora como consequência fatal da própria vida canavieira.

Não deixa, aliás, de ser interessante verificar a extensão dessas versões populares e as suas variantes.

No Nordeste ocorrem numerosas qua-

dras com êste verso inicial. Embora os temas variem, o pé de cantiga é sempre igual.

Em Pernambuco, por volta de 1933, coligi na Várzea as seguintes trovas:

I — Senhor de engenho mandou prender o mestre da banda porque foi **tocá** na festa da **muié** de seu Holanda.

II — Senhor de engenho mandou **benzê** de novo a capela tôda gente tinha medo de **rezá** sòzinho nela.

III — Senhor de engenho mandou dar três tiros no feitor. Dos três tiros que foram dados nenhum no homem pegou.

IV — Senhór de engenho mandou todo mundo se **mudá** **pramode** vendê as terra a seu **doutô** generá.

V — Senhor de engenho mandou queimar a cana caiana para tirar mau olhado que lhe puseram na cana.

Do Rio Grande do Norte, Antônio Ar-ruda Câmara Filho comunicou-me as duas seguintes versões:

VI — **Sinhô** de engenho mandou três caixinhas pra **Sinhá** quando voltou da cidade para o seu **canaviá**.

VII — **Sinhô** de engenho mandou **perguntá** a sua **muié** se ela gostou do presente, e ela disse que não **qué**.

Em Alagoas (Pôrto Calvo) Anibal Pimentel coligi apenas uma trova, onde aparece o pé de cantiga, que ora analisamos:

VIII — Senhor de engenho mandou dar uma sova de pau **pramode** negro safado não tocar mais berimbau.

Provavelmente noutras paragens do Nordeste correm ainda outras versões e varian-

tes. O pé de cantiga parece mais generalizado lá do que nas regiões canavieiras do sul (Baixo Paraíba, Campos), onde apenas conheço e coligi três quadras, que denotam, aliás, serem vestígios de uma cantiga bem antiga:

IX — Senhor de engenho mandou pedir ao Conde dos Arcos para mandar mais escravos logo no primeiro barco.

X — Senhor de engenho mandou plantar cana na lagoa... trabalha, negro, trabalha lama dá cana boa...

XI — Senhor de engenho mandou rezar missa pelas almas... trabalha, negro, trabalha, trabalha, negro, com calma...

Não obtive nenhum outro informe sôbre êsse pé de cantiga na região campista. E, a alusão ao Conde dos Arcos parece indiciar a antiguidade dêste documento popular.

Êsses textos colhidos nas principais zonas canavieiras do país mostram à saciedade a expansão do pé de cantiga.

E' certo que êste verso estereotipado não se enclausurou unicamente na região açucareira. Ao contrário, expandiu-se por todo o Brasil nas pegadas dos canaviais, que constituem elementos indispensáveis à nossa paisagem roceira.

No Oeste brasileiro, o saudoso folklorista Americano do Brasil no seu precioso "Cancioneiro de trovas do Brasil Central" coligi uma "variante" dêsse pé de cantiga, incluído como cantiga de uma curiosíssima dança popular: a **dança de velhos**.

Veçamos o texto do escritor goiano:

"A dança de velhos"

"Esta graciosa dança, introduzida no Brasil pelos portugueses, foi nos sertões usada pela melhor sociedade, passando depois ao domínio popular. E' composta de homens mascarados, de barbas brancas e moços vestidos de mulher: aquêles trajando blusa à marinheira, enfeitadas de galão e calção de côr encarnada, da mesma côr da blusa; meias brancas e sapatos de tafetá ou de liga, de várias côres: e êstes trazendo vestidos de escócica, cinto de fita azul, chapéu enfeitado, luvas, adereços vários.



“As figuras principais da dança são o **batuque**, a **contradança**, o **rilo**, o **oito**, etc.

“Quando executada por meninos, toma o nome de “contradança”, e varia, quanto à vestimenta, de lugar a lugar, como a própria “dança de velhos”, em que muitas vezes estes se trajam à guarda nacional, trazendo uniforme e penacho.

“Os dançantes cantam ao som de uma orquestra, constante de viola, violão, etc., versos em quadras, dos quais reproduzo estas para amostra:

**Senhor de engenho me disse**  
Que eu não comesse melado;  
Eu já fui senhor de engenho  
De açúcar mascavado.

**Senhor de engenho ordenou**  
Que eu não bebesse aguardente.  
Eu já fui senhor de engenho  
De cana que alegra a gente”.

(Obra citada, págs. 277-278)

No Oeste, na terra goiana, onde também moendas e rapadureiros representam elos da civilização canavieira no “hinterland”, a tradição oral conservou a “variante” do “pé de cantiga”:

“Senhor de engenho mandou”

sob as formas:

“Senhor de engenho ordenou”...

e “Senhor de engenho me disse”...

Existem, aliás, variantes desta frase rítmica, que refletem outros ambientes sociais.

Nas regiões cafeeiras de São Paulo, corre a quadra caipira:

**“Seu coroné me mandou**  
**tirá vaca do currá**  
**pramode o novio prêto**  
**bebê leite e não berrá.**

que foi registrada por Amadeu Amaral Júnior no estudo “Quadras populares de São Paulo”.

Aí, no planalto paulista, o “coroné” faz as vezes do “senhor de engenho”.

Igualmente, obedecendo à variação determinada pelo ambiente social, a seguinte quadra, ouvida em Guarabita (região rural do Distrito Federal), começa com outra variante do “pé de cantiga”:

**O delegado mandou**

acabar com a folia

Os galos já estão cantando

Vamos **simbora** que é dia.

Todos esses textos elucidam, com clareza, a expansão do verso estereotipado pela tradição oral. “Senhor de engenho”, “seu coroné”, “o delegado”, etc., são apenas transformações regionais do **tipo** de mandonismo tão peculiar ainda ao nosso meio rural.

Nenhum estudioso de nossa vida roceira desconhece este símbolo do mandonismo patriarcal.

O senhor de engenho representou, de fato, em nossa história social esse papel de chefe local, de “manda-chuva” regional.

Os estudiosos que têm versado este capítulo de nossa sociologia rural nunca se esqueceram de dar exemplos dessas tiranias puramente restritas ao latifúndio e suas adjacências.

Uma ordem do “senhor de engenho” equivale à de um “coronel” nas fazendas ou à de um delegado num distrito suburbano. É algo de absoluto e irrevogável.

Gilberto Freire, aliás, em “Casa Grande e Senzala” apontou, com admirável precisão esta situação de prestígio do “senhor de engenho”. As próprias autoridades, civil e eclesiástica, desaparecem diante do latifundiário dos canaviais.

Os senhores de engenho constituíram-se, na verdade, em nossos quadros políticos, como verdadeiras **oligarquias**. Em torno deles durante séculos, gravitou toda a vida pública da colônia.

Antes do ciclo do ouro e, mais tarde, do ciclo do café, o ciclo da cana de açúcar foi, de fato, o sustentáculo da economia colonial. E apesar de todas as crises, oriundas da concorrência, o açúcar manteve o prestígio dos grandes latifundiários.

O tipo do senhor de engenho, naturalmente, guarda ainda o vestígio do mandonismo patriarcal de outros tempos. E o **folklore**, através de um “pé de cantiga”, revela esse papel social dessas figuras rurais das zonas canavieiras do Brasil.

**Referências bibliográficas** — Gilberto Freire, Casa Grande e Senzala; A. Pimentel, Coletânea de trovas de Fôrto Calvo (manuscrito); Americano do Brasil, Cancioneiro de trovas do Brasil Central; A. Amaral Júnior, Quadras populares de São Paulo; Joaquim Ribeiro, Folklore brasileiro.

# BÔCA DE FORNALHA

*calado para*  
Ademar Vidal

Tinham os antigos a fornalha de engenho como um "peloirinho" destinado à punição de culpados. Espécie mesmo de fôrça, de tronco de escravo e ferros nos pulsos, na garganta e nos pés. Fora a fôrça, o mais não tem significação ante o pavor da bôca de uma fornalha acesa em brasas de angico, rápidas línguas de fogo como se fôsem de serpentes monstruosas, escondidas lá dentro naquele inferno escarlata — e saindo à procura de liberdade, iluminando o ambiente noturno, dando aspecto de incêndio e comunicando às almas sensíveis os horrores do sofrimento.

E' um espetáculo realmente belo. Aquêles homens ocupados em botar lenha no estômago do monstro como um alimento que precisa ser renovado constantemente para atender à voracidade do fogo, prisioneiro. Aquêles homens estão muito suados com a trabalhadeira infundável. Estão preocupados com o serviço penoso em que se ocupam. Mas é curioso considerar que êles escolhem e separam a lenha em montões que se elevam em derredor. Por quê? Haverá motivo justificado para tamanho luxo em meio das urgências de um fogo devorador?

O bagaço da cana sai da esteira do engenho e vai secar ao sol. Depois dessa operação êle volta para a moita, isto é, torna a entrar no lugar de onde saiu, mas agora vai para os lados da fornalha, ficando em depósito e esperando a hora de servir como pólvora produtora de chamas de alto potencial. Poderia, destarte, ir logo entrando no seu destino, seguindo o seu caminho de fomentador de intensas calorias. Entanto assim não ocorre. Ao seu lado se vê lenha especial e também ordinária.

Não se cansa o fornalheiro, é infatigável em sua faina de quem quer matar fome alheia — e que fome, logo a fome do fogo que não se sacia nunca. Põe lenha com uma disposição enorme. Enormes toros sacode para dentro com a leveza de quem está brincando de atirar pedras nos outros. O bagaço entra na dança macabra, porém, em pitadas. Relativamente não corresponde à quantidade da madeira cortada e rachada que é sacudida no bôjo de onde se desprende um calor

extraordinário. Tão insuportável que não se pode ficar à distância de três metros. No entanto o fornalheiro nem como coisa, nada sente, faz pilhéria com os colegas e ainda, como requinte, tem tempo de escolher material para o queima. Parece capricho, mas não é capricho, não. Aquilo obedece a um ritual, deve ter a sua significação, não vem assim à vontade do corpo, não é novidade, é fôrça que vem do passado, tem sua inteira explicação e, portanto, precisa ser observada por seguidores fiéis. E ai daquele que não seguir os trilhos indicados pela tradição. Contrariamente pode aguardar os resultados da afoiteza que serão os piores possíveis. Não se farão tardar muito. Vão ver. E quem fica nesse estado de alma com certeza que há de presenciar alguma passagem perigosa senão desagradável.

O rito é, pois, observado pelo fornalheiro — e é um rito simples: o bagaço fica para temperar. Mestre Lula explica com suas razões de lógica. Diz que se pode inverter os papéis ou melhor queimar muito bagaço e pouca madeira, sendo, entretanto, o natural se fazer o contrário. Sem ordem é que nada se conseguirá. O fogo desanda, não pega direito e, deixando de esquentar, estraga o mel, estragando o açúcar.

Há extrema necessidade de ordem na colocação e no fomento. Fogo tem alma também, tem vontade, gosta de ser agradado. Não é cão sem dono, principalmente fogo de fornalha de engenho, com seus luxos, suas imposições de revoltas. Quando se desespera, chega a pegar gente do lado de fora, quando não é regulado se dana, faz estragos medonhos, influndo na caldeira que fica do outro lado e que tem outra bôca de fogo. Paciência, paciência muita para se levar o revoltoso por natureza, por inclinação e também por vício. E' raro aquêle fornalheiro não marcado pelas suas vinganças atroz. Sempre tem o que contar em queimaduras de primeiro grau. Até nos sonhos o fogo costuma persegui-lo quando entende de contrariar o ritual da tradição.

Espiando-se o interior ordendo em côres vermelhas e azul, verde e violeta, o amarelo também, talvez se encontre explicação para



# BIBLIOGRAFIA

Mantendo o Instituto do Açúcar e do Alcool uma Biblioteca, anexa a esta Revista, para consulta dos seus funcionários e de quaisquer interessados, acolheremos com prazer os livros gentilmente enviados. Embora especializada em assuntos concernentes à indústria do açúcar e do álcool, desde a produção agrícola até os processos técnicos, essa Biblioteca contém ainda obras sobre economia geral, legislação do país, etc. O recebimento de todos os trabalhos que lhe forem remetidos será registrado nesta seção

## “CONDIÇÕES DE VIDA DO TRABALHADOR NA AGRO-INDÚSTRIA DO AÇÚCAR” — Vasconcelos Torres.

O Sr. Vasconcelos Torres enfeixou em livro o resultado de suas pesquisas no mundo canavieiro deste país. Tais pesquisas, cujos resultados o autor publicou nas páginas de “Brasil Açucareiro”, representam, fora de dúvida, uma boa contribuição para o conhecimento de um dos mais sérios problemas sociais do Brasil. E’ pois, igualmente, fonte de informações para subseqüentes trabalhos da mesma ordem, naturalmente com maior amplitude, como é de esperar sejam feitos, não só nos domínios da economia do açúcar, como também noutros ramos da atividade industrial e agrícola do Brasil. E’ bem de ver que sem inquéritos não é possível cientificamente apresentar planos construtivos; importa, sobretudo, o conhecimento da realidade, cujos contornos só o inquérito, no campo sociológico, pode fornecer as medidas aproximadas. Aproximadas, porque, fora das ciências ditas exatas, o próprio observador é causa de erros, função de seu meio social, de suas reações efetivas, de ideologias ou escolas, enfim, uma soma de

fatôres reacionais a que nenhum indivíduo pode fugir. Sem dúvida que o livro tem suas falhas, que o autor, de resto, é o primeiro a reconhecer. Há evidência, todavia, de uma conduta honesta e, tanto quanto possível, equidistante na verificação dos fenômenos, suas causas mais visíveis, aventando o autor, vez por outra, soluções para alguns problemas. O prefácio é do Sr. Oliveira Viana. Gráficos e fotografias completam o trabalho.

## BOLETIM ESTATÍSTICO DO I. A. A.

Na segunda quinzena de agosto último, a Seção de Estatística do I. A. A. publicou o boletim relativo à exportação de açúcar, no ano de 1943. Essa publicação contém um retrospecto referente a 1934/1943, vindo em seguida as seguintes divisões da matéria: Exportação, Importação, Principais Estados importadores e Distrito Federal.

## DIVERSOS

BRASIL — Borracha natural e borracha sintética, conferência no Instituto Agrônômico do

os ensinamentos de Mestre Lula. Muita gente já morreu queimada em fornalhas acesas.

Muito senhor brabo já pôs negro como vingança de maus instintos para se derreter ao fogo vivo do angico. As vítimas de nada se salvaram nos lamentos e nos rogos de salvação. A piedade jamais teve guarida nesses peitos álgidos de excepcionais fabricantes de açúcar. E os infelizes sofredores não conheceram piedade só porque teriam fugido ou se insurgido contra certas disposições regulamentares do serviço quotidiano. De modo que as vítimas foram santificadas pela purificação do fogo que tudo destrói para fazer cinza. E depois a cinza voa e se espalha pela terra. Se o homem veio do pó, uma vez cremado, êle logo voltou o mais depressa possível à sua condição inexorável. Acabando-se, não restando de si senão meras recordações, lembranças fugazes e nem os nomes se sabe para constarem agora neste relato de histó-

ria. Seria a homenagem derradeira. Purificados, êsses negros cativos morreram, apagando-se de todo no olvido, já assim não acontecendo com os seus senhores voluntariosos, arrogantes e destituídos de caridade humana. Alguns dêles não sabiam perdoar. Faziam cumprir as suas determinações de celerados.

Eis porque Mestre Lula aponta o major fulano e o capitão sicrano saltando por entre as labaredas coloridas. Lá estão êles. Lá se acham para sempre. No fundo das fornalhas de engenho os seus retratos não se confundem com os de outros desconhecidos e de épocas anteriores. Pulam graciosamente, fazem ginásticas incríveis, equilíbrios admiráveis e, não obstante, as caretas testemunham o enorme desagrado em que vivem naquele martírio sem fim. A questão é acender o fogo. Acendam e verão os fantasmas de Mestre Lula.



Norte, por Norman Bekkedahl; Notas sôbre a cultura da hortelã pimenta, por Alberto Rodrigues Lima e Edmar José Kiehl; Cultura da soja no Brasil, por Henrique Lobbe; Aspectos da pecuária serrana catarinense, por César Seara; Problemas da suinocultura gaúcha, por Eduardo Ribeiro de Queiroz; Êntero-hepatite dos perus, por Jefferson Andrade dos Santos; Criemos bons equídeos, por Armando Chieffi; Marcha no mesmo rumo, discurso de posse na Associação Comercial do Rio de Janeiro, pelo Sr. João Daudt d'Oliveira; Agronomia, n. 2; Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo, ns. 104 e 107; Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior, ns. 4 e 5; Boletim Técnico do Instituto Agronômico do Norte, ns. 1 a 3; Boletim do Ministério da Agricultura, ns. de dezembro de 1943 e março e abril de 1944; Boletim da S. O. S., ns. 124 e 125; Boletim do Serviço Federal de Águas e Esgotos, n. 11; Boletim da Superintendência dos Serviços do Café, n. 218; Boletim da Câmara de Reajustamento Econômico, n. 56; Boletim da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Pernambuco, n. 1; Boletim do M. T. I. C., n. 130; Boletim da Associação Comercial do Rio de Janeiro, n. 447; Boletim Agronômico, ns. 101-102; Carta Econômica de Teresópolis; Casa São Roque, Instituição de Amparo à Criança, Relatório do Exercício de 1944; Comércio Exterior do Brasil, 1938-1943, publicação do Conselho Federal de Comércio Exterior; Digêsto Econômico, n. 9; O Economista, n. 304; Economia, n. 74, Indústria e Técnica, n. 6; I. B. M., n. 3; Instituto Nacional do Mate, Boletim Estatístico, 1944; Imprensa Médica, n. 376; O Mundo Motorizado, n. 196; Nação Armada, n. 69; O Observador Econômico e Financeiro, n. 114; Obra do Berço, Relatório de 1944; Riquezas de Nossa Terra, n. 19; Revista do Imposto da Renda, ns. 5 e 6; Revista da Associação Comercial do Maranhão, ns. 236 e 237; Revista da Associação Comercial do Amazonas, n. 37; Revista do D. N. C., n. 144; Revista Brasileira de Estatística, n. 20; Revista do I. R. B., ns. 31 e 32; Revista da Agricultura, n. 5-6; Revista Duperial do Brasil, n. 24; Revista Comercial de Minas Gerais, n. 80; Revista Industrial de São Paulo, n. 7; Revista de Química Industrial n. 158; Revista da Produção, n. 8; Saps, n. 9; Unrra Boletim, n. 1; Vitória, ns. 607 a 611.

**ESTRANGEIRO** — The Australian Sugar Journal, ns. 1 a 2; América Industrial n. 3; Banco de Crédito Industrial Argentino; Memoria y Balance, primer ejercicio, 1944; Boletín de la Estación Experimental Agrícola de Tucuman, n. 51; Boletín Mensual de la Oficina Comercial del Gobierno del Brasil, Buenos Aires, ns. 5 e 6 Boletín Americano, ns. 442 a 445; Camara de Comercio Chileno - Brasileño, n. 356; Cenco New Chat, n. 49; Cuba Económica y Financiera n. 230; Elaboraciones y Envases, n. 3; Endeavour, n. 12; Estadística, ns. 11 e 12; Fortnightly Review, ns. 224 e 225; Gaceta Algodonera, n. 247; Guia de Importadores de Industrias Americanas, ns. 5 e 6; La Industria Azucarera, n. 620; Tre International Sugar Journal, n. 558; Lamborn Sugar-Market Report, ns. 24 a 27; M. A. N., n. 77; Planificación Económica, ns. 27 e 28; Revista de

la Camara de Comercio Uruguayo-Brasileña, ns. 73 e 74; Revista de Estadística, n. 5; Revista de Agricultura y Ganaderia, n. 10; Revista de Estadística Municipal de la Ciudad de Buenos Aires, n. 662; Revista del Comercio Exterior n. 1; Revista de Agricultura. Comercio y Industria, Porto Rico, n. 35; Revista Industrial, n. 7; El Rotariano Argentino, n. 220; Revista de la Unión Industrial Uruguay, ns. 1 e 2; Revista de Agricultura, República Dominicana, ns. 157 e 158; Revista del Banco de la Nación Argentina, n. 4; The Sugar Situation, Union Calendar, n. 163; Spectrographer's News Letter, n. 11; Sugar n. 7; Technique Suisse, julho agosto de 1944; United States Department of agriculture, maio de 1945; The United States, Quartely Book List. n. 2; Weekly Statistcal Sugar Trade Journal. ns. 24 e 27.

---

### MÁQUINAS PARA A FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR

A Junta de Produção de Guerra dos Estados- Unidos anunciou que em reunião realizada há pouco tempo em Washington, pelos membros do Comité Assessor de Equipamento e Maquinaria para a Indústria Açucareira, se chegou à conclusão de que a vitória na Europa aumentara, ao invés de diminuir a procura mundial de máquinas açucareiras.

A Junta de Produção de Guerra indagou dos membros do "Comité", que praticamente representam tôdas as fábricas de máquinas açucareiras norte-americanas, quanta maquinaria poderiam produzir no restante de 1945. Esta pergunta foi feita por solicitação da Administração da Produção de Guerra.

O "Comité" admitiu que se as fábricas recebessem ajuda para a obtenção da mão de obra poderiam entregar no terceiro e quarto trimestres o dôbro do material produzido no primeiro e no segundo. Outra opinião indicou que seriam possíveis resultados mais vantajosos caso fossem suspensos os demais programas de produção, de sorte a poder dedicar todo o tempo à fabricação de maquinaria açucareira.

Um informe relativo à produção do corrente ano mostra que no primeiro trimestre, que terminou a 31 de março, haviam saído das fábricas máquinas no valor de 911.400 dólares. O total do último ano-quota, compreendido entre outubro de 1943 e setembro de 1944, foi apenas de 630.000 dólares.

Na data de 31 de março a indústria tinha encomendas acumuladas no valor aproximado de . . . . 3.000.000 de dólares. Segundo indicam os membros do "Comité", essa cifra era bem menor que a correspondente à verdadeira necessidade de máquinas. De acôrdo com os dados disponíveis, admitem os técnicos que haverá notável desenvolvimento na indústria açucareira da América do Sul e do México com a conseqüente procura de maquinaria.



## COMENTÁRIOS DA IMPRENSA

### ASSISTÊNCIA FINANCEIRA AOS PLANTADORES DE CANA

A assinatura do contrato de empréstimo com a Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de Minas Gerais amplia a iniciativa do Instituto do Açúcar e do Alcool no sentido de fomentar o esforço dos plantadores de cana do Brasil, assegurando-lhes o financiamento de entre-safra, em condições acessíveis, proporcionando, assim, crédito à lavoura a juros baixos e desenvolvendo, ao mesmo tempo, o movimento cooperativista entre aqueles agricultores.

a) **Estado de Alagoas**

- I) para os banqueiros. . . . .  
II) para os fornecedores de cana. . . . .

b) **Estado da Bahia**

para os fornecedores de cana. . . . .

c) **Estado de Pernambuco**

- I) para os banqueiros. . . . .  
II) para os fornecedores de cana. . . . .

d) **Estado do Rio**

para os fornecedores de cana. . . . .

e) **Estado de Sergipe**

para os fornecedores de cana. . . . .

Já antes fôra incentivada a constituição de cooperativas de banqueiros e fornecedores de cana, nas Estados produtores de açúcar, de modo a congregar em cada região canavieira todos os interessados em torno da sua organização. Os Estados de Alagoas, do Rio de Janeiro e Pernambuco tiveram os seus órgãos, bem como a seguir Bahia e Sergipe, agora Minas Gerais, e muito próximamente Paraíba e São Paulo.

Até à presente data, já foram postos à disposição dos plantadores de cana do país, pelo Instituto, as seguintes verbas :

	Cr\$	Cr\$
	2.500.000,00	
	4.000.000,00	6.500.000,00
	<hr/>	
	1.500.000,00	1.500.000,00
	<hr/>	
	5.000.000,00	
	14.000.000,00	19.000.000,00
	<hr/>	
	5.000.000,00	5.000.000,00
	<hr/>	
	500.000,00	500.000,00
	<hr/>	
		32.500.000,00
		<hr/>

Adicionando-se a essa verba de Cr\$..... 32.500.000,00 o crédito de Cr\$ 1.500.000,00, agora concedido à Cooperativa de Plantadores de Cana de Minas Gerais, ficam os investimentos feitos pelo Instituto, a título de financiamento à lavoura canavieira, elevados para Cr\$ 34.000.000,00. É de se notar também que as taxas de juros estabelecidas representam um aspecto nova naquelas atividades financeiras. As Cooperativas pagam apenas 2% sobre as quantias recebidas do Instituto e somente podem cobrar dos plantadores financiados 4% ao ano.

Mas essa assistência financeira não deve ser apreciada apenas através das cifras e das taxas de juros apantadas; tem maior significação, quando considerarmos que está crian-

do novas possibilidades para o movimento cooperativista do país.

Em primeiro lugar, é de se ter em vista o vulto das quantias movimentadas, sem contar com as verbas destinadas à aquisição de adubos e à warrantagem de açúcar, nos períodos de safra.

Ao lado disso, vale, igualmente, pôr em destaque a ampliação do capital das Cooperativas dos Plantadores de Cana. Para esse fim, no final de cada safra, faz a Instituta reverter em favor de cada Cooperativa 50% do valor total da arrecadação de um cruzeiro por tonelada de cana fornecida em cada Estado, quantia que é empregada na amortização das seus empréstimos e, consequentemente, na ampliação do seu capital.

Os benefícios atingem à Cooperativa e cada um dos seus associados, fornecedores de cana, que recebem, a título de reversão, metade do valor da taxa recolhida, em cada safra, sob a forma de capitalização na sua Cooperativa.

Em cumprimento a essas normas, já em relação à safra 1943/44, foram feitas reversões no valor de Cr\$ 1.056.266,30, que resultaram na ampliação do capital das seguintes entidades e nos valores indicados :

a) Cooperativa Mista de Fornecedores de cana da Bahia. . . . .	117.909,10
b) Cooperativa Central dos Banguzeiros e Fornecedores de cana de Pernambuco. . . . .	871.142,60
c) Cooperativa Central dos Plantadores de cana de Sergipe. . . . .	67.214,60
	<hr/>
	1.056.266,30

“Correio da Manhã”, Rio. 23/8/1945)

### A SITUAÇÃO DO AÇÚCAR

Quando deflagrou a guerra, nossa produção de açúcar de usina havia atingido a . . . . . 12.702.719 sacos de sessenta quilos. Ao entrar o Brasil no conflito, a produção já estava elevada a 13.839.083 sacos, passando a 14.759.017 na safra 42/43 e 15.314.442 na safra 43/44. Tivemos, pois, um aumento entre as safras dos extremos de 2.611.723 sacos. Dentro do mesmo período a produção do álcool se elevou de 92.314.075 litros a 124.999.375, sendo que em 1943 havia atingido a 151.738.288 litros. Comparados êsses números de produção do açúcar com os de produção de outros gêneros do Brasil, veremos :

	1939	1944	
Açúcar. . .	12.702.719	15.314.442	sacos
Algodão . .	428.523	496.444	ton.
Arroz. . .	1.484.514	1.882.068	sacos
Batata . .	503.822	522.395	ton.
Café . . .	1.157.031	999.346	ton.
Feijão. . .	789.722	878.738	ton.
Milho. . .	5.393.553	5.154.152	ton.
Trigo . . .	101.739	195.910	ton.

Por êsse quadro, vemos que a posição de aumento da produção do açúcar de usina é notável e foi obtida sem a instalação de novas usinas, o que não teria sido viável à vista da impossibilidade absoluta de importação de maquinismos. E é necessário que se diga que a capacidade de produção do nosso parque açucareiro, em cento e cinquenta dias de trabalho efetivo, é de 21.469.755 sacos de sessenta quilos.

Em Pernambuco, a limitação das usinas era, em 1940, de 4.525.785 sacos. Em 1941 passou a 4.983.693, em 1942, a 4.967.642, em 1943, a 5.718.404 e, em 1944, a . . . . . 5.978.590.

Nos dois últimos anos, precisamente aqueles em que a crise foi mais aguda, Pernambuco esteve muito distante de produzir a sua limitação. Assim, para uma produção autorizada de 5.718.404 sacos, na safra 43/44, produziu apenas 5.450.018 e, na safra última, com limite de 5.978.590 sacos, produziu somente 4.702.217 sacos, menos, portanto, 747.801 sacos do que na safra anterior, e menos 1.276.373 do que estava autorizado a produzir.

Em Minas Gerais, a situação é deficitária. A limitação em Minas, nestes dois últimos anos, foi de 524.172 em 1943/44 e 586.593 em 1944/45, de açúcar de usina, pois a rapadura e o banguê são produzidos livremente. Somente neste primeiro semestre foram montados em Minas mais de setecentos engenhos. Entretanto, a produção em Minas esteve sempre distante da produção autorizada. Em 1943/44 produziu apenas . . . . . 418.074 e em 1944/45 — 469.173 sacos, apurando-se, portanto, uma diferença para menos, respectivamente, de 106.098 e . . . . . 117.420 sacos. Como vemos, nem a produção autorizada tem sido obtida de todos Estados.

Enquanto no Brasil o aumento é de . . . . . 2.611.723 sacos, em outros países produtores, excetuado Cuba, o que se tem verificado é uma diminuição apreciável na produção. Nos Estados-Unidos, a produção de 2.262 toneladas curtas em 1940, desceu a 1.496 em 1943/44. No Canadá, de 93 toneladas a 76. Em Pôrto Rico e Ilhas Virgínicas, de 1.026 a 733. Na Argentina, 576 toneladas a 453. No Peru, de 522 toneladas a 460. (Sugar Reference Book and Directory, vol. XIII, 1944).

(“Correio da Manhã”, Rio, 4/9/1945)



# INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

BALANCETE EM 31 DE JULHO DE 1945

## A T I V O

Inversões	Cr\$	Cr\$
Biblioteca do Instituto.....	136.495,20	
Construção de Distilarias Centrais.....	26.848.033,20	
Distilarias Centrais — Custo de Instalação.....	69.047.581,24	
Imóveis .....	4.711.679,90	
Laboratórios .....	128.995,80	
Móveis e Utensílios.....	2.858.306,10	
SAM/Material Permanente .....	97.945,00	
SAM/Tanques, Maq. Bombas, Aces. e Instalações .....	2.734.128,63	
SAM/Terrenos e Edificações.....	230.065,60	
SAM/Vagões-Tanques .....	500.000,00	
SAM/Vasilhames e Tambores.....	1.170.320,18	
SAM/Veículos .....	681.050,06	
Títulos e Ações.....	10.707.000,00	119.851.600,91
<b>Operações de Crédito e Financiamento</b>		
Caixa de Empréstimos a Funcionários.....	388.381,80	
Empréstimos Diversos .....	46.079.377,30	
Empréstimos a Produtores de Açúcar.....	12.357,80	
Empréstimos a Refinarias.....	5.582.618,30	
Financiamento a Distilarias Particulares.....	19.519.481,85	
SAM/Adiantamento para Compras de Alcool.....	3.237.724,53	74.819.941,58
<b>Contas de Regularização</b>		
Açúcar c/Despesas .....	266.991,50	
Aluguéis .....	360.282,40	
Anuário Açucareiro. . . . .	685,00	
Bonificações .....	35.118.378,80	
Comissões .....	672.525,70	
Contas a Classificar (Saldos Devedores) .....	11.016.039,30	
Despesas de Viagem .....	602.463,60	
Despesas do Edifício Taquara.....	248.941,70	
Despesas Gerais .....	1.961.780,10	
Diárias .....	443.076,70	
Distilarias Centrais — Despesas de Fabricação.....	4.464.901,26	
Distilarias Centrais — Mão de Obra.....	485.785,70	
Estampilhas .....	11.238,50	
Fundos para Propaganda .....	1.000.675,63	
Gratificações .....	1.216.293,70	
Portes e Telegramas .....	209.403,00	
Prêmios e Demais Despesas de Seguro.....	2.894,30	
Revista Brasil Açucareiro.....	73.846,60	
Salário Família .....	157.650,00	
SAM/Despesas do Alcool-Motor. ....	1.396.401,00	
SAM/Despesas s/Alcool Anidro.....	2.541.735,90	
Instituto Nacional de Tecnologia C/Subvenção .....	50.000,00	
Vencimentos .....	3.754.555,00	66.056.545,39
A transportar .....		260.728.087,88

Transporte. . . . . 260.728.087,88

### Material de Consumo e de Transformação

Distilarias Centrais — Almoxarifado. . . . .	2.371.882,70	
Distilarias Centrais — Matéria Prima. . . . .	2.155.763,85	
Material de Escritório. . . . .	572.926,90	5.100.573,45

### Valores Realizáveis

Compras de Açúcar C/Retrovenda. . . . .	11.683.706,10	
Compras de Açúcar C/Reversão. . . . .	16.887.924,00	
Distilarias Centrais — Produtos Elaborados. . . . .	273.926,10	
Livros e Boletins Estatísticos. . . . .	1.053.817,20	
SAM/Álcool Anidro C/Depósito Geral . . . . .	21.606,40	
SAM/Álcool-Motor C/ Fabrico . . . . .	6.430.698,80	
SAM/Compras de Álcool. . . . .	1.716.271,20	38.067.949,80

### Créditos Diversos

Contas Correntes (Saldos Devedores). . . . .	9.191.034,50	
Distilarias Centrais — Contas Correntes (Idem) . . . . .	650.719,50	
Letras a Receber . . . . .	53.063,00	
SAM/Contas Correntes (Saldos Devedores). . . . .	10.325.920,95	20.220.737,95

### Disponibilidades

Banco do Brasil — C/Arrecadação. . . . .	78.578.420,70	
Banco do Brasil — Créditos à Disp. da Seção de Câmbio. . . . .	8.134,60	
Banco do Brasil — Depósito C/Juros C/Movimento. . . . .	10.609.488,60	
Banco do Brasil — Depósito C/Juros C/Taxas S/Açúcar de Engenhos. . . . .	9.215.145,30	
Caixa . . . . .	131.602,60	
Delegacias Regionais C/Suprimentos. . . . .	16.616.746,60	
Distilarias Centrais C/Suprimentos. . . . .	3.642.873,30	118.802.411,70

### Contas de Compensação

Açúcar Depositado em Penhor. . . . .	6.000.000,00	
Banco do Brasil — C/Caução de Açúcar . . . . .	11.683.706,10	
Banco do Brasil — C/Créditos . . . . .	68.316.293,90	
Depositários de Títulos e Valores. . . . .	2.001,00	
Títulos Depositados em Garantia. . . . .	300.000,00	
Títulos e Valores Apenhados. . . . .	1.003.000,00	
Valores Cauçionados . . . . .	465.185,00	
Valores em Hipoteca . . . . .	30.544.012,80	118.314.193,80

TOTAL . . . . .	Cr\$	561.233.954,58
-----------------	------	----------------



**PASSIVO**

<b>Patrimônio</b>	<b>Cr\$</b>	<b>Cr\$</b>
Reserva Patrimonial Geral.....	80.976.478,40	
Reservas Patrimoniais Especiais:		
Distilarias Centrais — Reservas p/Substituições.....	3.679.173,50	
Reserva p/Substituições .....	11.599,90	84.667.251,20
<b>Reservas</b>		
Reservas p/Depreciações .....	1.201.798,70	
SAM/Locação de Vagões-Tanques.....	250.000,00	
SAM/Reserva do Alcool-Motor .....	9.636.094,91	
SAM/Reserva p/Depreciações .....	1.705.951,90	12.793.845,51
<b>Fundos Especiais</b>		
Fundo de Assist. às Associações e Plantadores de Cana .....	21.080,40	
Fundo de Assistência Financeira.....	2.022.423,30	
Fundo de Assistência Social.....	1.710.695,90	
Fundo de Bonificações .....	18.547.822,20	
Fundo de Donativos.....	1.480.380,45	23.782.402,25
<b>Reserva de Previsão</b>		
Reserva de Previsão .....		152.772.422,15
<b>Exigibilidades</b>		
Banco do Brasil — C/Financiamento.....	11.683.706,10	
Contas Correntes (Saldos Credores).....	2.766.652,50	
Depósitos de Engenhos.....	114.200,00	
Depósitos Especiais .....	5.146.304,14	
Distilarias Centrais - Contas Corr. (Saldos Credores).....	719.844,50	
Distilarias Centrais — Depósitos Especiais.....	709.899,30	
Ordens de Pagamento.....	5.604.391,50	
SAM/Contas Correntes (Saldos Credores).....	722.086,92	
SAM/Vales Emitidos S/Alcool Motor.....	1.051.939,10	
SAM/Vales Emitidos S/Alcool Motor (Em Liquidação) .....	2.909,96	28.521.934,02
<b>Contas de Regularização</b>		
Arrecadações Diversas .....	26.204.245,00	
Contas a Classificar (Saldos Credores).....	10.291.564,60	
Distilarias Centrais — Alcool Anidro.....	3.161.722,20	
Distilarias Centrais — Alcool Industrial.....	902.745,80	
Distilarias Centrais — Óleo de Fuzel.....	900,00	
Juros .....	1.749.682,90	
Livros e Boletins Estatísticos—Recebimentos Diversos.....	29.793,20	
Multas .....	31.770,00	
Rendas do Edifício Taquara.....	392.113,70	
Revista Brasil Açucareiro — Recebimentos Diversos.....	43.807,60	
SAM/Alcool-Motor- — Filtragem .....	26.637,30	
SAM/Sobras e Vazamentos .....	3.190,50	
SAM/Vendas de Alcool-Motor .....	6.150.964,45	
SAM/Vendas de Alcool S/Mistura .....	513.472,10	
Taxa de Açúcar de Engenhos.....	1.977.205,20	
Taxa de Açúcar de Usinas.....	44.296.605,80	
Taxa de Estatística.....	44.612,60	
Taxa S/Aguardente .....	952.989,30	
Taxa S/Alcool .....	40.022.387,60	
Taxa S/Fornecimento de Cana.....	3.585.495,80	140.381.905,65
<b>Contas de Compensação</b>		
Açúcar Cauçionado .....	11.683.706,10	
Créditos à N/Disposição.....	68.316.293,90	
Depositantes de Títulos e Valores.....	465.180,00	
Depósitos de Títulos em Garantia.....	300.000,00	
Outorgantes de Hipoteca.....	30.544.012,80	
Penhor Mercantil .....	7.003.000,00	
Títulos e Valores Depositados.....	2.001,00	118.314.193,80
<b>TOTAL</b> .....	<b>Cr\$</b>	<b>561.233.954,58</b>

RIO, 31/VII/1945.

**LUCIDIO LEITE** — Contador Geral.

# INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

ORÇAMENTO PARA 1945

POSIÇÃO EM 31 DE JULHO DE 1945

VERBAS	DESPESAS ADMINISTRATIVAS				DESPESAS ESTATUTÁRIAS			
	ADMINISTRAÇÕES: CENTRAL E REGIONAIS				FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA			
	Despesa mês: JULHO	Total Despesas	Crédito Anual	Saldo Crédito Anual	Despesas mês: JULHO	Total Despesas	Crédito Anual	Saldo Crédito Anual
VERBA 1. <sup>a</sup> — PESSOAL . . . . .	803.549,70	4.305.301,00	1.601.600,00	7.296.299,00	320.808,90	1.341.816,40	3.892.474,00	2.550.657,60
VERBA 2. <sup>a</sup> — MATERIAL . . . . .	78.939,00	378.208,10	1.057.800,00	679.591,90	9.805,00	351.432,00	79.500,00	271.932,00
VERBA 3. <sup>a</sup> — SERVIÇOS DE TERCEIROS	189.943,80	1.405.913,50	3.236.440,00	1.830.526,50	98.392,40	394.985,40	900.000,00	505.014,60
VERBA 4. <sup>a</sup> — ENCARGOS DIVERSOS .	52.912,80	525.416,10	1.896.200,00	1.370.783,90	2.505,90	16.978,50	36.500,00	19.521,50
TO T A I S Cr\$ . . . . .	1.125.345,30	6.614.838,70	17.792.040,00	11.177.201,30	431.512,20	2.105.212,30	4.908.474,00	2.803.261,70

RIO, 31/7/45.

LUCÍDIO LEITE — Contador Geral.



# BANCO DO BRASIL

## O maior estabelecimento de crédito do País

Agências e sub-agências em tôdas as capitais e principais cidades do Brasil,  
Correspondentes nas demais e em todos os países do mundo.

### Condições para as contas de depósitos:

<u>SEM LIMITE</u> . . . . .	2% a. a. (retiradas livres)
<u>POPULARES</u> (limite de Cr\$ 10.000,00) . . . . .	4% a. a. ( " " )
<u>LIMITADOS</u> (limite de Cr\$ 50.000,00) . . . . .	3% a. a. ( " " )
<u>PRAZO FIXO</u> — de 6 meses. . . . .	4% a. a.
— de 12 meses. . . . .	5% a. a.

### Prazo fixo com renda mensal:

- de 6 meses. . . . . 3, 1/2 % a. a.
- de 12 meses. . . . . 4, 1/2 % a. a.

NOTA — Nesta conta, o depositante retira a renda, **mensalmente**,  
por meio de cheques.

**DE AVISO** — Para retiradas (de quaisquer quantias) mediante  
aviso prévio :

- de 30 dias. . . . . 3, 1/2 % a. a.
- de 60 dias. . . . . 4 % a. a.
- de 90 dias. . . . . 4, 1/2 % a. a.

————— :: —————

### Letras a prêmio - (sujeitas a sêlo proporcional)

- de 6 meses. . . . . 4% a. a.
- de 12 meses. . . . . 5% a. a.

————— :: —————

DIREÇÃO GERAL E AGÊNCIA CENTRAL :

**66 - RUA 1.º DE MARÇO - 66**

**R I O D E J A N E I R O**

### AGÊNCIAS METROPOLITANAS :

GLÓRIA - Pça. Duque de Caxias (Edf. Rosa)	MADUREIRA - R. Carvalho de Sousa, 299
BANDEIRA - Rua do Matoso, 12	MEYER - Av. Amaro Cavalcanti, 27
TIRADENTES — Rua Visconde do Rio Branco, 52	
CAMPO GRANDE — Rua Campo Grande, 100	
RAMOS — Rua Leopoldina Rêgo, 78	SAÚDE — Rua do Livramento, 63

# Companhia Usinas Nacionais

açúcar

"PÉROLA"

Saco azul

Cinta encarnada

Pacotes de 1 e 5

quilos

**FÁBRICAS :**

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO

SANTOS

TAUBATÉ

JUIZ DE FORA

BELO HORIZONTE

NITERÓI

CAXIAS - EST. DO RIO

ENTRE RIOS " "

**SEDE :**

**RUA PEDRO ALVES, 319**

**TELEGRAMAS "USINAS"**

**TELEFONE 43-4830**

**RIO DE JANEIRO**



INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL



Paulo Henrich

**BRASIL**

**AÇUCAREIRO**

ANO XIII — VOL. XXVI

OUTUBRO — 1945

N.º 4

OREGON RULE CO. 1 USA 2 3 4 5

0  
OREGON  
RULE  
CO.  
1  
U.S.A.  
2  
3  
4  
5



30